



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

JULIO CESAR SANCHES

**CONVOCAÇÕES BIOPOLÍTICAS E IMPERATIVOS DA BOA FORMA:
CORPO, SAÚDE E MÍDIA NO BRASIL (1930-2000)**

RIO DE JANEIRO
2022

JULIO CESAR SANCHES

**CONVOCAÇÕES BIOPOLÍTICAS E IMPERATIVOS DA BOA FORMA:
CORPO, SAÚDE E MÍDIA NO BRASIL (1930-2000)**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Igor Pinto Sacramento

RIO DE JANEIRO
2022

CIP - Catalogação na Publicação

S211c Sanches, Julio Cesar
Convocações biopolíticas e imperativos da boa
forma: corpo, saúde e mídia no Brasil (1930-2000) /
Julio Cesar Sanches. -- Rio de Janeiro, 2022.
250 f.

Orientador: Igor Pinto Sacramento.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós
Graduação em Comunicação, 2022.

1. Corpo. 2. Boa Forma. 3. Representações. 4.
Biopolítica. 5. Bios Midiático. I. Pinto Sacramento,
Igor , orient. II. Título.

ATA DA QUINGENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA POR JULIO CESAR ALCÂNTARA DOS SANTOS SANCHES DE SOUSA NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ

Aos nove dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, através de videoconferência, foi realizada a defesa de tese de doutorado de **Julio Cesar Alcântara dos Santos Sanches de Sousa**, intitulada: “**Convocações biopolíticas e imperativos da boa forma: corpo, saúde e mídia no Brasil (1930-2000)**” perante a banca examinadora composta por: **Igor Pinto Sacramento** [orientador(a) e presidente], **Ana Paula Goulart Ribeiro**, **João Batista de Macedo Freire Filho**, **Maria Paula Sibilia** e **Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes**. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações

A banca ressalta a relevância do trabalho para estudos das relações entre comunicação, história e saúde, focando especialmente nos modos como os discursivos midiáticos sobre o corpo tanto convocam consumidores a realizarem procedimentos e intervenções estéticas quanto contribuem para a representação cultural de modelos de conduta, bem-estar e relação com as formas corporais. Recomenda que, depois de uma revisão, os resultados da pesquisa sejam publicados em diferentes formatos.

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2022



Igor Pinto Sacramento [orientador(a) e presidente]



Ana Paula Goulart Ribeiro [examinador(a)]



João Batista de Macedo Freire Filho [examinador(a)]



Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Maria Paula Sibilía [examinador(a)]

Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes [examinador(a)]

Julio Cesar A. dos Santos Sanches de Sousa

Julio Cesar Alcântara dos Santos Sanches de Sousa [candidato(a)].

A Jônatas, por me curar com tanto amor e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às noites mal dormidas, às leituras exaustivas, às aulas e aos encontros com colegas de turma. Às dúvidas que me assombraram durante todo o processo de pesquisa e ao medo que me manteve em alerta durante esse período, agradeço por me tornar mais forte. Mas agradeço também às conversas no Campinho, às risadas na fila do R.U e aos sonhos compartilhados com tanta gente bacana que cruzou o meu caminho durante o doutorado.

À Escola de Comunicação por me acolher e por permitir construir uma história na UFRJ: me tornar o primeiro doutorando cotista do programa de pós-graduação em Comunicação. Aos professores Muniz Sodré e Marialva Barbosa por definirem a comunicação como um afeto. Aos amigos e amigas do coletivo de estudantes negras e negros do PPGCOM/UFRJ, declaro minha admiração e carinho. Vocês tornaram os meus dias mais felizes e intensos. Evandro Luiz da Conceição, Rafael da Silva Lopes, Carmen Kemoly da Silva Santos, Maria de Fátima Tomaz e Wellington Geraldo Silva, vocês me inspiraram e inspiram o mundo.

Ao Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde – NECHS/UFRJ/Fiocruz, agradeço pelos intensos debates, encontros e diálogos traçados. Aos colegas Roberto Abib, Patrícia Barcelos, Xuewu Chen, Maria Eduarda Ledo, Glauber Tiburtino, Raika Jolie Moisés e Rhayller Peixoto, muito obrigado pelo companheirismo, pela alegria que irradiava as nossas reuniões e pela escuta acolhedora. Ao meu orientador e amigo, Igor Sacramento, meus sinceros agradecimentos. Você foi o farol que me guiou nesse oceano que é a vida acadêmica, me inspirou como intelectual e mostrou que é possível fazer diferente.

Agradeço à Orí, por me permitir o equilíbrio e o discernimento nas minhas ideias, a meu pai Xangô e a minha mãe Oxum por ser digno de ser um filho de orixá. À minha avó (*in memoriam*), dona Dina, por me ensinar a amar, à Jônatas pelo cuidado diário em todo o processo de escrita, pelo amor que me acalma e me faz acreditar na vida. À minha irmã Joseane por sempre acreditar em mim e nos meus sonhos. Ao meu avô Raimundo por todo ensinamento ético e moral, além do cuidado e amor. Esta tese tem um pouco de cada um de vocês.

À CAPES pelo financiamento que permitiu a realização desta pesquisa.

“Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona”.
Frantz Fanon

SANCHES, Julio Cesar. **Convocações biopolíticas e imperativos da boa forma: corpo, saúde e mídia no Brasil (1930-2000)**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

Na contemporaneidade, o corpo é um dos artefatos que mais instiga o pensamento. Seja pela diversidade de interpretações que ele provoca nas artes, ciências e mídias, assim como pela apropriação dele por diferentes códigos, linguagens e tecnologias culturais. Nesta pesquisa, busco compreender como surgiu a ideia de “corpo em boa forma” nas mídias brasileiras. Trata-se, sobretudo, de uma análise dos indícios deixados em discursos, imagens e representações midiáticas das práticas para alcançar a boa forma física, promovidas em revistas e jornais de grande circulação do Brasil. A partir do método indicial da microhistória, analiso os vestígios dos discursos e representações midiáticas sobre o corpo em boa forma no decorrer da segunda metade do século XX. Esta pesquisa parte da ideia de que as mídias produziram e organizaram os sentidos sobre o “corpo em boa forma”, evidenciando a transição das relações de poder moderno para as formas de poder contemporâneo ensejados pelo *bios midiático*, conceito que discorre sobre a centralidade da mídia na organização e gerenciamento do tecido social. Diante disso, tratei de produzir um diagrama desse fenômeno, elencando seus desdobramentos em produções que associavam: 1) Cirurgias plásticas e a boa forma; 2) Dietas e as obsessões do “corpo perfeito”; 3) Atividades físicas, esportivas e os imperativos da boa forma. A partir desses caminhos analíticos, identifiquei um modo de atuação da mídia baseada na convocação biopolítica, sugerindo um investimento incessante no cuidado com a aparência, onde a estetização da saúde aparece como fórmula de governo dos corpos e a definição de boa forma como parâmetro de normalização dos sujeitos. Concluí que a produção midiática sobre a boa forma consolidou um conjunto de prescrições biopolíticas sobre os modos de gerenciamento da imagem do corpo e da aparência, convocando os sujeitos a mobilizarem de modo imperativo determinadas estratégias de moralização das condutas individuais, provocando uma aderência aos estilos de vida saudáveis como norma do final do século XX.

Palavras-chave: corpo; boa forma; representações; biopolítica; *bios midiático*.

SANCHES, Julio Cesar. **biopolitical calls and fitness imperatives: body, health and media in Brazil (1930-2000)**. Thesis (Doctorate in Communication and Culture) – School of Communication, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

ABSTRACT

In contemporary times, the body is one of the artifacts that most instigates thought. Whether due to the diversity of interpretations it provokes in the arts, the sciences and the media, as well as for its appropriation by different codes, languages and cultural technologies. In this research, I aim to understand how the idea of “body in good shape” emerged in Brazilian media. Above all, it is an analysis of the evidence found in speeches, images and mediatic representations of practices designed to achieve good physical shape, promoted in magazines and newspapers of great circulation in Brazil. From the indexical method of microhistory, I analyze the traces of discourses and media representations about the body in good shape during the second half of the 20th century. This research starts from the idea that the media produced and organized the meanings about the “body in good shape”, evidencing the transition from modern power relations to the contemporary forms of power brought about by the mediatic bios, concept that discusses the centrality of the media in the organization and management of the social fabric. Therefore, I focused on drawing a diagram of this phenomenon at the end of the 20th century, listing its developments in productions related to: 1) plastic surgery and fitness; 2) diets and the obsessions regarding the “perfect body”; and 3) physical and sporting activities and fitness imperatives. From these analytical paths, I identified a mode of media action based on the biopolitical summons, suggesting an incessant investment in the care of appearance, in which the aestheticization of health appears as a formula for governing bodies and the definition of good body shape as a parameter for the normalization of subjects. I concluded that the media production on fitness has consolidated a set of biopolitical prescriptions on the ways of managing the image of the body and appearance, calling on subjects to imperatively mobilize certain strategies of moralization of individual conduct, provoking adherence to healthy lifestyles as a norm of the late 20th century.

Keywords: body; fitness; representations; biopolitics; mediatic bios.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Publicidade de consultório de cirurgia plástica.....	48
Imagem 2 - Cirurgia Plástica. Elegância e Beleza.....	54
Imagem 3 - Cirurgia plástica	61
Imagem 4 - Cirurgia Plástica	64
Imagem 5 - Seios sob medida.....	67
Imagem 6 - Seios sob medida.....	69
Imagem 7 - Lista de cirurgias plásticas	73
Imagem 8 - Um aspirador contra a celulite	75
Imagem 9 - Plástica. As novas curvas do verão	79
Imagem 10 - Fique uma Carla Perez por R\$28,6 mil.....	83
Imagem 11 - Publicidade de Centro de Cirurgia Plástica Estética	98
Imagem 12 - Publicidade Emulsão de Scott.....	106
Imagem 13 - 18 fórmulas para emagrecer.	116
Imagem 14 - Publicidade Maionese Mazola	121
Imagem 15 - Obesidade: a gordura é uma doença.....	133
Imagem 16 - O pacote das dietas.....	136
Imagem 17 - Emagrecimento: fome, suor e lágrimas.....	141
Imagem 18 - Twiggy – o mini-manequim 67.....	151
Imagem 19 - Kate Moss em sua primeira campanha para a Calvin Klein	157
Imagem 20 - Lady Di – A dieta da morte.....	159
Imagem 21 - ...E a mania de correr pegou.....	170
Imagem 22 - Campanha COPERSUCAR da Boa Forma Física	176
Imagem 23 - Campanha COPERSUCAR da Boa Forma Física	177
Imagem 24 - Qual é o melhor esporte para a sua saúde?.....	180
Imagem 25 - Propaganda Cigarros Hollywood	182
Imagem 26 - A beleza é uma barra pesada	187
Imagem 27 - Parar, nunca! Suar é o melhor remédio.....	197
Imagem 28 - O mínimo é o máximo.....	204
Imagem 29 - A festa do corpo	208
Imagem 30 - Vaidade – teu nome agora é homem	215
Imagem 31 - Elas conseguiram!	224

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – A CONSTRUÇÃO MUDIÁTICA DO “CORPO EM BOA FORMA”..	11
CAPÍTULO 1 – DIÁLOGOS TEÓRICOS E FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS.	21
CAPÍTULO 2 – CIRURGIAS PLÁSTICAS E O DIREITO À BELEZA (1930-2000).....	39
2.1 IVO PITANGUY E A HISTÓRIA DAS CIRURGIAS PLÁSTICAS NO BRASIL	40
2.2 A (RE)CONSTRUÇÃO DO CORPO NAS IMAGENS DAS CIRURGIAS PLÁSTICAS .	57
2.3 CIRURGIAS PLÁSTICAS E O CULTO À BOA FORMA	81
CAPÍTULO 3 - DIETAS E GERENCIAMENTO DE SI (1950-2000)	101
3.1 A CULTURA DAS DIETAS	104
3.2 O PAVOR DA GORDURA NA IMPRENSA	126
3.3 A OBSESSÃO PELA MAGREZA.....	149
CAPÍTULO 4 – OS IMPERATIVOS DA BOA FORMA (1970-2000)	166
4.1 AS ATIVIDADES FÍSICAS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE.....	168
4.2 A BOA FORMA E A CULTURA DO MÚSCULO	190
4.3 O GOVERNO DOS CORPOS	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	239

INTRODUÇÃO – A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DO “CORPO EM BOA FORMA”

Esta pesquisa de tese surgiu de uma inquietação que me acompanha desde o início da minha carreira acadêmica, ainda na graduação, quando passei a ter contato com uma vasta literatura de estudos sobre o corpo. Em minha trajetória, passei por pesquisas sobre gênero e sexualidade, performances de gênero, raça, moda, artes e comunicação, percebendo que o corpo era um ente central em todos esses campos de análise. No mestrado, pesquisei as manifestações do corpo grotesco na modernidade europeia e a moralidade normalizadora que instituiu as zonas de distinção entre o humano e o animal, assim como o normal e o monstruoso.

O doutorado me proporcionou refletir sobre as formas de domínio da carnalidade humana por meio do incentivo de determinadas práticas corporais amplamente difundidas pelas mídias como atividades benéficas para a aparência, a saúde e o bem-estar. Eis que me deparo com uma concepção de corpo que ultrapassou as agruras das instituições modernas e da rígida disciplina desenvolvida nos espaços das escolas, fábricas, hospitais, casernas, manicômios e prisões. Assim, percebi que o século XX promoveu inúmeras situações que implicaram em um novo do estatuto do corpo, demonstrando uma faceta imperativa de determinadas silhuetas na contemporaneidade.

Como pesquisador do campo da comunicação, percebi ainda a necessidade de debater o corpo no âmbito dessa área de conhecimento, abdicando de perspectivas que colocavam as mídias em papéis secundários na formação das experiências da vida ordinária. Desse modo, reuni a minha curiosidade sobre os sentidos da atual condição encorpada do humano com uma análise sobre os processos de incitação e convocação de determinadas condutas no cuidado com o corpo. Partii da hipótese de que a produção midiática do século XX, no Brasil, desenvolveu e organizou um intenso trabalho de controle das formas corporais, promovendo o modelo da boa forma física como uma norma social.

A minha tese faz referência, sobretudo, à premissa da mídia como instância organizadora da vida em sociedade, onde os sentidos sobre o corpo são gerenciados e propostos por meio de convocações a práticas de cuidado com a aparência, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida com características imperativas, forjando a circulação do conceito de boa forma como um substrato de uma pretensa nova normalidade do corpo na contemporaneidade. Em síntese, a boa forma é um conceito construído pela mídia, em colaboração com discursos e agentes do campo da saúde, em nome de uma moralidade categórica do corpo contemporâneo.

Para desenvolver esta tese, tornou-se necessário destacar determinados fenômenos do processo de embelezamento no Brasil contemporâneo, elencando como as mídias incentivaram

as práticas de cuidado com a aparência e desenvolveram discursos e representações que exaltavam os processos de controle das formas corporais. Entender o processo de construção da ideia da boa forma física nas mídias brasileiras ganhou uma extensão inimaginável à primeira vista. Por isso, foram produzidos aqui alguns arranjos teórico-metodológicos que possibilitaram contar uma determinada história do “corpo em boa forma”, destacando como esse conceito surgiu no âmbito midiático e ganhou força no meio social brasileiro nas décadas anteriores à virada do milênio.

Uma pergunta norteou o início da pesquisa: quais são os produtos midiáticos que contribuíram para a produção e circulação do modelo corporal em boa forma? Para responder essa questão, a análise precisava de materialidades que apontassem a existência desses sentidos do corpo nas mídias brasileiras. Dessa forma, escolhi adentrar o arquivo da Fundação Biblioteca Nacional com o desejo de encontrar no repositório da instituição as peças do quebra-cabeça que me permitiriam construir uma narrativa sobre o “corpo em boa forma” no Brasil no período analisado (1930-2000). O recorte temporal foi definido a partir de indicações do material escolhido, assim como parte da bibliografia que compôs o projeto de pesquisa, que apontava para mudanças significativas nos modos de lidar com o corpo no Brasil desde a década de 1930, com maior intensidade a partir dos anos de 1960.

Os assassinatos de Martin Luther King Jr. e Robert F. Kennedy, a guerra do Vietnã, as reformas universitárias na França e EUA, a eclosão da segunda onda do movimento feminista pelo mundo, o recrudescimento da ditadura militar no Brasil, a passeata dos cem mil e a promulgação do Ato Institucional nº 5, assim como outros fatos históricos, fabricaram um ambiente de transformações culturais e simbólicas que acarretaram novas percepções do corpo na segunda metade do século XX. Michel Foucault, por exemplo, ao falar desse momento singular, sentenciou: “o domínio e a consciência do próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 235).

O acesso e a seleção do material pesquisado foram realizados através do Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional (FBN)¹, cujo contato tornou-se uma tarefa curiosa para quem não viveu o período analisado. Com a crise sanitária que se instaurou no mundo devido a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), nos anos de 2020 e 2021, houve uma impossibilidade de utilização do acervo físico da Fundação Biblioteca Nacional. O fechamento da instituição para acesso ao público impediu o manuseio presencial da documentação,

¹ Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2021.

viabilizando a realização da pesquisa por meio da adoção do acervo digital como ferramenta de aproximação com o material de pesquisa.

As ferramentas digitais do acervo da Fundação Biblioteca Nacional possibilitaram o acesso a algo que estaria distante fisicamente, tornando a pesquisa viável graças à prática de digitalização de arquivos públicos. A possibilidade de utilização do acervo digital promoveu uma ampliação do escopo de materiais sobre o tema, revelando uma agilidade no modelo de busca, através do recurso de palavras-chaves, assim como a seleção de periódicos nas décadas que compõem o recorte analítico.

É das páginas das revistas *Manchete*, *Realidade*, *O Cruzeiro* e *Boa Forma*; e dos jornais *O Globo*, *Correio Brasiliense*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo* que construí a narrativa do “corpo em boa forma”², partindo dos rastros deixados por jornalistas, esportistas, médicos, celebridades, artistas e especialistas da época³. O jornal *O Globo*⁴ e *Folha de São Paulo*⁵ foram as exceções do procedimento de coleta do material, já que busquei o acesso junto aos acervos digitais específicos desses periódicos.

Quando digo que esta história será contada através de rastros deixados no material coletado através dos acervos digitais, convoco a concepção metodológica de Carlo Ginzburg (1989, p. 144) ao considerar ser “necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis” dos indícios que compõem um fenômeno. Foi através dos indícios do surgimento da boa forma que escrevi esta tese, pois me apropriei de um entendimento da microhistória para fundamentar a constituição do arquivo analisado na área de comunicação.⁶

Partindo de uma microanálise dos fenômenos do passado, conforme prega a microhistória, dou ênfase a um modo de compreensão das práticas corporais por meio dos vestígios deixados nas publicações da imprensa e outras mídias. A dispersão das publicações nas décadas analisadas tornava a tarefa de investigação metodologicamente complexa, porém, busquei estabelecer uma pesquisa pautada nos rastros deixados em jornais e revistas do passado, possibilitando o uso dessa lente analítica.

² Utilizo a expressão “corpo em boa forma” entre aspas como modo de destaque do fenômeno central desta pesquisa. Além disso, a ênfase dada demonstra o caráter de construção desse conceito, apontando ainda para a adoção incisiva do termo no âmbito midiático.

³ Os textos de jornais e revistas usados na pesquisa não sofreram alterações ortográficas por parte do pesquisador. Por isso, a ortografia dos materiais que compõem a pesquisa foi mantida, preservando o modelo de escrita de cada época.

⁴ Acervo digital do jornal *O Globo*: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 19 mar. 2021.

⁵ Acervo digital do jornal *Folha de São Paulo*: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 19 mar. 2021.

⁶ O paradigma indiciário formulado por Carlo Ginzburg é utilizado por diferentes pesquisadores da área de comunicação como: BRAGA, 2008; COUTO BORGES, 2010; BARBOSA, RÊGO, 2017; LENE, 2012.

Ao utilizar o método indicial defendido por Carlo Ginzburg, compreendi que “o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nos gráficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (GINZBURG, 1989, p. 157). Assim sendo, o quadro analítico desenvolvido nesta pesquisa é devedor do entendimento de que não é o tamanho do arquivo sobre o tema que confere a qualidade da análise, mas a sua apropriação através de indícios que remontam a complexidade e o contexto do fenômeno em questão. Ou seja, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinas, indícios, que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177).

O processo de formação do *corpus* analítico, por exemplo, partiu da utilização de ferramentas de busca e dos filtros de seleção dos acervos digitais da Fundação Biblioteca Nacional, *O Globo* e *Folha de São Paulo*, pesquisando pelos termos “corpo em forma” e “corpo em boa forma”, garimpando aquilo que aquelas mídias construíram como narrativa de um modelo corporal em boa forma. Esse recorte devolveu um material com notícias, editoriais, entrevistas, propagandas, etc. Busquei, sobretudo, articular um método de “escrita de interstícios”, cujo “manejo do objeto empírico relaciona-se diretamente com a construção teórica e metodológica da pesquisa, não havendo fórmulas prontas” (BARBOSA, 2020, p. 138).

Os desafios apresentados na construção desta pesquisa apontavam para a ideia de que só é possível pensar o “corpo em boa forma” projetado pela mídia por meio dos sentidos deixados em peças publicitárias, narrativas biográficas, notícias, informes, crônicas, editoriais, leis, filmes, fotografias, músicas, recomendações, etc. Com essas materialidades textuais e audiovisuais, busquei analisar a produção de sentido sobre o “corpo em boa forma” desenvolvido pela mídia brasileira na segunda metade do século XX.

A extensão do fenômeno do cuidado com o corpo na cultura brasileira colocou o desafio de traçar alguns caminhos possíveis para a narrativa desenvolvida nas próximas páginas. Por isso, defini a análise a partir de três eixos temáticos: 1) Cirurgias plásticas; 2) Dietas; 3) Atividades físicas e esportivas. A escolha dos três eixos temáticos visou descortinar os modelos corporais de boa forma física apresentados pelas mídias. Em síntese, foi a partir desses eixos que identifiquei no material coletado quais eram os sentidos de “corpo em boa forma”, articulando as suas ramificações através das ideias de beleza, dieta e atividades físicas e esportivas.

Como pesquisador, concordo com Carlo Ginzburg (1989, p. 179) quando afirma que “ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes”. Assim, o método utilizado nesta pesquisa foi sendo construído a partir do contato com os vestígios deixados nas mídias sobre os sentidos do “corpo em boa forma”,

traçando um diálogo com perspectivas teóricas que fundamentavam a concepção da mídia como ambiência de produção e organização dos valores e práticas da vida cotidiana.

A base teórica que adotei na pesquisa de tese compreende a mídia como um dispositivo que elabora as formas de atuações dos indivíduos no meio social, propondo ações que são diretamente construídas e incentivadas pelas interfaces e tecnologias comunicacionais. Batizado por Muniz Sodré (2013) de *bios midiático*, esse novo esquema existencial coloca nas mãos da mídia a tarefa de construção de subjetividade, promovendo modelos de sujeitos que estão aptos a agir utilizando os referenciais produzidos pela mídia.

A perspectiva do *bios midiático* tornou-se viável quando utilizamos essa concepção para analisar as formas como os meios de comunicação incitavam e convidavam os indivíduos a mobilizar diversas estratégias de cuidado com a aparência, agindo em nome de uma moralidade que julgava os comportamentos e práticas apontadas como ideais e as atividades compreendidas como ilícitas, imorais e de risco. Associamos o *bios midiático* ao conceito de convocação biopolítica elaborado por José Luiz Aidar Prado (2013). As abordagens de Muniz Sodré (2013) e José Luiz Aidar Prado (2013) levam em consideração que o ambiente midiático – com todo o seu ecossistema – é o polo que orienta os sujeitos no ambiente social, definindo assim o caráter pedagógico e de controle das mídias.

Ao refletir que as mídias gerenciam as ações dos indivíduos no campo social, destaco a importância da análise comunicacional para a compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos. Desse modo, estou partindo de um entendimento que visa estabelecer o campo da comunicação e seus processos como agentes propulsores das ações humanas, rejeitando as concepções que entendem as mídias como influenciadoras do comportamento. Ao invés de exercer influência, as mídias constroem os sentidos que nortearão as decisões dos indivíduos, propondo formas concretas de intervenção na realidade social.

Analisei jornais e revistas sob a ótica do *bios midiático* e da convocação biopolítica⁷, dissecando os modos como a imprensa, a publicidade, o mercado, as ciências e as biotecnologias se relacionavam na constituição de um modelo corporal que atendia às demandas de uma nova forma de poder. Essa produção de discursos e representações sobre o cuidado com o corpo colocava em destaque um exercício do poder que alterou a lógica do controle-repressão para o controle-estímulo, como relatou Michel Foucault (2013), destacando que as estratégias de disciplinamento moderno passaram a ser mobilizadas em nome da aparência, da saúde, do

⁷ O conceito de Convocação biopolítica refere-se ao apelo construído pelas mídias no processo de participação dos indivíduos na comunicação, consumo e entretenimento. Isto é, ela ocorre quando as produções midiáticas “convocam” as pessoas a responderem aos estímulos provocados por textos e imagens (PRADO, 2013).

bem-estar, da qualidade de vida e, indiscutivelmente, da boa forma física. Contudo, outros elementos surgiram nesse cenário e destacaram o estímulo como uma marca imprescindível para o leque de possibilidades de ação ofertadas pelas mídias.

Nesta pesquisa, discurso refere-se, sobretudo, a “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva. [...] é constituído por um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2009, p.132-133). Assim, compreendemos o discurso sobre “o corpo em boa forma” como uma produção de enunciados definidos em um período histórico, formados por diferentes saberes que sustentam tais sentenças. Por isso, trataremos de analisar as correlações entre os diferentes discursos (midiáticos, morais, médicos e esportivos, por exemplo), que apoiaram a formação discursiva que constituiu a ideia de boa forma.

Já as representações, ocupam o lugar da partilha de sentido entre os indivíduos, que a partir de uma perspectiva discursiva demonstra a existência de uma rede de significados construídos historicamente. Assim, as representações fazem parte do contexto das formações discursivas que denominam os fenômenos, produzem conhecimento e reafirmam as concepções elaboradas pelos discursos. Isto é, os significados compartilhados pelos indivíduos são produzidos por meio dos discursos, colocando as representações como modalidades discursivas, pois essa noção compreende que toda a produção de sentido está articulada na formação discursiva. Como assinala Stuart Hall, essa concepção define que: “significados e práticas significantes são, portanto, construídos dentro do discurso” (HALL, 2016, p. 81).

O arquivo constituído na pesquisa trouxe a necessidade de compreensão dos valores morais em questão. Afinal, o corpo é um ente fabricado a partir da conjunção de sentidos morais, religiosos, culturais, científicos, artísticos etc., por isso, o modo como o corpo era interpretado pela mídia destacou-se como fundamental para a análise. Assim sendo, a história me serviu como ancoradouro das interpretações que circulavam nos materiais presentes nesta tese, demonstrando a importância da compreensão da especificidade do tema para cada época.

Os temas apresentados na pesquisa foram escolhidos devido à intensidade com que surgiam no material analisado. As cirurgias plásticas, dietas e atividades físicas e esportivas apareciam na imprensa e publicidade como expressões das formas de cuidado com o corpo, ganhando repercussão com o passar das décadas e constituindo o fenômeno do “corpo em boa forma”. Assim, desenvolvi a pesquisa investigando as manifestações desses três elementos que formam e informam o estatuto do corpo na contemporaneidade. A organização do texto em três capítulos, iniciando com a temática das cirurgias plásticas, foi estabelecida de forma arbitrária,

não tendo uma preponderância ou relevância maior de um tema em relação aos outros. Por isso, escolhi de forma deliberada o modo de apresentação de cada assunto no decorrer da narrativa.

O primeiro capítulo realiza um debate teórico e epistemológico que constitui o argumento central da pesquisa de tese, destacando o modo de análise a partir do método indicial da micro história associada aos estudos comunicacionais. Já o segundo capítulo apresenta o surgimento das cirurgias plásticas no Brasil, apontando os nomes das personalidades expoentes no desenvolvimento desses procedimentos, durante a primeira metade do século XX, ressaltando o caminho que possibilitou o aparecimento das famosas técnicas do médico-cirurgião Ivo Pitanguy. Assim, antes de falar do patrono da cirurgia plástica brasileira, discorro sobre os sentidos desenvolvidos pela imprensa nas décadas de 1930 e 1940. Essa é a época em que o tema aparece em publicações midiáticas com teor pedagógico e normalizador, definindo quais eram as formas corporais desejadas e quais deveriam ser corrigidas pelo bisturi.

Analisando os conselhos de embelezamento da coluna *Elegância e Beleza*, na revista *O Cruzeiro*, percebi a formação das justificativas que indicavam a cirurgia plástica como um recurso estético, no qual os contornos harmoniosos eram amplamente exaltados pela imprensa. Seguindo esse indício, identifiquei como as cirurgias plásticas corretoras foram sendo substituídas pelo caráter estético, demonstrando como as pressões sociais pelo embelezamento construíram imagens corporais idealizadas.

Com o estabelecimento de uma ampla rede de profissionais na área, assim como a fundação de centros de estudos e pesquisas, a cirurgia plástica estética brasileira passou a ganhar destaque internacional, tornando o país um paraíso para quem desejava realizar esse tipo de modificação corporal, dando destaque a técnicas que remodelavam as silhuetas e fabricavam os novos ideais de beleza. Seios, barrigas, narizes, bocas e olhos eram transformados pelas mãos de cirurgiões que criavam o processo de enxugamento das gorduras, alinhamento das peles e modelação de contornos.

O sucesso da cirurgia plástica no Brasil ganhou repercussão mundial e as mídias promoviam uma verdadeira exaltação das modificações corporais produzidas pela medicina, veiculando os benefícios dos procedimentos e incentivando a realização dessas mudanças em homens e mulheres, jovens e adultos. Assim, a popularização da cirurgia plástica nos anos 1990 consagrou o apelo ao cuidado com a aparência, implicando numa intensificação dos discursos morais sobre o corpo, na qual a boa forma corporal passou a ser ofertada em anúncios de clínicas e hospitais especializados.

A construção de uma imagem do corpo em boa forma era prometida pela imprensa e publicidade como fórmula de acesso à felicidade, ao bem-estar e à beleza, reiterando a

concepção do corpo como um rascunho passível de transformação e o indivíduo como responsável pelo cuidado com a aparência. Assim, a boa forma foi sendo gestada como sinônimo de uma nova normalidade do corpo e as marcas do envelhecimento e a gordura eram combatidas pela sociedade.

O terceiro capítulo destaca a formação de uma cultura das dietas promovidas pelas mídias, demonstrando como o processo de controle dos corpos perpassava a formação de um modelo de sujeito que periciava a alimentação, definindo de modo imperativo quais condutas alimentares eram positivas e quais eram negativas. A dieta, nesse sentido, era interpretada como prática necessária para acessar o “corpo em boa forma”, implicando em uma dinâmica em que a disciplina e a liberdade de escolha eram intercaladas pelo discurso do prazer no cuidado com a aparência.

A dieta prometia o acesso ao modelo corporal desejado, colocando em evidência as inúmeras estratégias de emagrecimento, exaltando a adoção de uma rotina rígida de controle da ingestão de alimentos e desenvolvendo um processo de moralização das práticas alimentares, cujas recomendações e aconselhamentos apontavam para o processo de normalização dos corpos. Assim, formava-se uma ideia da dieta como recurso que ajustava as silhuetas, destinando a essa prática uma atenção de diferentes produções midiáticas.

O público era convocado a interagir com as propostas amplamente veiculadas pela imprensa e publicidade das últimas décadas do século XX, quando os estilos de vida saudáveis ganharam repercussão por estarem atrelados às imagens da indústria alimentícia, revelando a potência das promessas dos produtos *light* e *diet* no Brasil. Consagrava-se uma representação midiática do “corpo em boa forma” associando-a ao consumo de alimentos com baixo teor de gordura, sem açúcares e outras substâncias interpretadas como nocivas ao controle das formas corporais.

O julgamento moral sobre o corpo tornou possível o surgimento de uma obsessão em relação à magreza, desenvolvendo doenças e compulsões que tinham no peso e no tamanho do corpo o seu objeto de controle.⁸ Com isso, a cultura das dietas, presente nas mídias, promoveu um amplo apelo às representações de corpos magros e em boa forma, apontando para a patologização da gordura dos indivíduos gordos ou obesos.

O fenômeno de anormalidade dos corpos que estava circunscrito no apelo à boa forma física tinha como suporte o discurso imperativo de acusação da falta de vontade, do fracasso e

⁸ Susan Bordo (2001) produz uma análise das formas de produção de controle dos corpos femininos a partir do conceito de poder de Michel Foucault, apontando como os incentivos à magreza e ao embelezamento fazem parte de um processo de docilização das mulheres.

da incapacidade do indivíduo no cuidado com o corpo e a saúde, demonstrando que esses sujeitos deveriam buscar no processo de superação de si a fórmula de domínio das silhuetas. Desse modo, diversas narrativas pessoais do processo de emagrecimento ganharam visibilidade nas mídias, estimulando o processo de normalização dos corpos, em que a gordura e flacidez eram combatidas com veemência pelas práticas constituintes da moral da boa forma.

O quarto e último capítulo enfatiza a intensificação dos discursos e representações sobre as atividades físicas e esportivas no Brasil, a partir da década de 1970, demarcando o processo de pulverização da cultura do cuidado com o corpo atrelada a práticas de lazer e bem-estar, assim como a constituição de um amplo mercado de produtos e serviços destinados à formação de estilos de vida saudáveis. A explosão de recomendações, dicas, conselhos e sugestões sobre atividades físicas e esportivas publicadas em artigos, notícias, resenhas, perfis e editoriais de jornais e revistas tornou-se sintomática do modelo de controle dos hábitos corporais instituído nas mídias.

Além das representações do “corpo em boa forma”, as mídias brasileiras também produziram sentidos que associavam as práticas esportivas a estilos de vida com grande visibilidade, indicando que os valores sociais do sucesso e da felicidade eram agregados às convocações biopolíticas. Consolidavam-se, assim, as interpretações de que essas práticas eram fontes de prazer, além de respeitabilidade social, já que a boa forma física não se restringia ao *status* do corpo, mas também à moral que o constituía. Assim como as dietas, as atividades físicas e esportivas eram compreendidas como práticas compulsórias de um modelo de sujeito convocado a responder individualmente aos apelos de uma cultura do corpo hierarquizada, distinguindo os indivíduos a partir da sua condição corporal.

Ir às academias de ginástica e musculação tornou-se um hábito da população brasileira na década de 1980, sendo essa a prática que inseriu o verbo “malhar” nas conversas mais ordinárias, incluindo a caminhada, a corrida, a natação, o futebol e outras práticas esportivas como atividades imperativas. Afinal, o modelo corporal que se constituiu na cultura midiática brasileira prezava pela boa forma física, impulsionando o surgimento de uma densa camada de discursos sobre saúde, sexualidade, dinheiro, fama e sucesso, atribuindo a esportistas, celebridades, médicos, psicólogos e educadores físicos a tarefa de reiteração do fenômeno do “corpo em boa forma”, com destaque para os benefícios dos estilos de vida saudáveis.

O caráter positivado das práticas de cuidado com a aparência formou a lógica de promoção da saúde, consolidando a postura tirânica da boa forma física como resultado do esforço individual na busca por bem-estar e qualidade de vida. Afinal, estar em boa forma

tornou-se um passaporte para o século em que o corpo passou a ser modelado pelos imperativos da tecnociência e ganhou silhuetas e proporções musculares turbinadas.

Essa história das convocações biopolíticas e dos imperativos da boa forma física, forjados pelas mídias brasileiras, guarda em si as nuances e as implicações culturais dos mais diferentes níveis. Contudo, diante dos indícios encontrados no material analisado, identifiquei o modo de governo das condutas individuais que demonstraram como o poder desenvolveu uma percepção do corpo na sociedade contemporânea, na qual a construção midiática da boa forma física se consagrou como esquema de normalização dos corpos no século XX, quando intermináveis intervenções e modificações físicas revelaram o caráter compulsório do cuidado com a aparência. Assim, hoje, mais do que nunca, o “corpo em boa forma” tornou-se um vilão de si mesmo.

CAPÍTULO 1 – DIÁLOGOS TEÓRICOS E FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

O conceito de biopoder surge nos escritos de Michel Foucault no primeiro volume do livro *História da Sexualidade*, onde o autor realiza um gesto analítico que percebe uma vasta alteração nos modos de funcionamento do poder durante a modernidade, apontando para o declínio do modelo de soberania e o nascimento das tecnologias disciplinares. O direito de dispor da vida dos súditos era uma marca do modelo de soberania que vigorava nas monarquias europeias dos séculos XVI ao XVIII. Em nome da defesa do monarca e da estabilidade política o poder soberano possuía o direito de morte e de vida dos súditos, tornando o corpo do rei uma representação totalitária da política daquele período.

A proteção do sistema monárquico estava alicerçada por um regime jurídico que entendia a morte e a vida como elementos de interesse político, cabendo ao monarca decidir sobre quem deve morrer ou quem deixar viver. Assim, a disposição da vida dos súditos era uma técnica do poder soberano, tornando viável o exercício de captura e aniquilamento em nome da manutenção dos regimes políticos. Contudo, a soberania monárquica e seus regimes jurídicos que dispunham dos corpos dos súditos foram perdendo força nos séculos XVIII e XIX, possibilitando o surgimento de um novo modelo de poder classificado de disciplinar.

Foucault (2013, p. 291) afirma que esse novo tipo de poder “que não pode ser transcrito nos termos da soberania” é caracterizado por uma transformação no entendimento jurídico e político em torno do direito de morte e de vida. Diferentemente da jurisprudência soberana marcado por fazer morrer e deixa viver, o poder disciplinar constituía uma lógica de fazer viver e deixar morrer. Isto é, invertia-se a lógica de disposição dos corpos, pois o fundamento desse novo regime estava na manutenção e no prolongamento da vida. Assim, o incentivo à vida ganhava contornos de disciplinamento dos corpos e a morte era manipulada por outros meios.⁹

Ao identificar o aparecimento do poder disciplinar, Foucault (2014) explica que ele se constitui em duas faces: uma individual e uma coletiva. De um lado, o poder disciplinar possui o caráter de uma anatomia-política, atuando diretamente no disciplinamento pormenorizado dos gestos e condutas em instituições modernas como escolas, prisões, manicômios, asilos, hospitais, fábricas e casernas. Por outro lado, o poder disciplinar também é caracterizado por uma biopolítica das populações, onde a natalidade, a mortalidade, a longevidade e a saúde são reguladas pelo Estado e instituições. Assim, “as disciplinas do corpo e as regulações da

⁹ O trabalho de Achille Mbembe (2018) é fundamental para compreender os regimes de morte e aniquilamento produzidos pela sociedade moderna, cujo modelo escravagista produzia um Estado de Exceção nas colônias.

população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 2014, p. 150).

A sociedade disciplinar analisada por Michel Foucault é composta por duas facetas do poder que se entrelaçam desde o século XIX, ganhando a potência de uma tecnologia social que fundamenta a experiência do corpo na modernidade e se espalha na contemporaneidade. É nesse cenário que “o poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo” (FOUCAULT, 2013, p. 235) como uma condição inevitável da vida humana. Assim sendo, a existência corporal como objeto das disciplinas e da espécie humana sob o domínio da biopolítica desenvolveu o entendimento do biopoder, conceito que engloba as formas de atuação do poder no controle, desenvolvimento e ajustes da vida no ocidente moderno.

Nas palavras de Michel Foucault (2014), o biopoder foi possibilitado pelo investimento do poder no corpo, através de técnicas de conhecimento médico, terapêutico, pedagógico, militar etc., cuja intenção de cuidado e prolongamento da vida era baseado no cálculo da expansão de forças, nos procedimentos de regulação dos gestos, na manutenção da escala produtiva do capital. Assim, “esse biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo” (FOUCAULT, 2014, p. 151), o que nos leva ao entendimento de que as mudanças nas formas do poder foram responsáveis pelas transformações políticas, econômicas e sociais, já que a disciplina corresponderia a uma nova economia do poder.

Gilles Deleuze (2013) considera que a concepção de poder apresentada por Foucault diz respeito a uma relação de forças, caracterizando-o como uma relação de poder. Assim, o poder se constitui como uma força que atua em relação a outra força, afetando e sendo afetado. Logo, o caráter produtivo do poder está na dinâmica que emerge das relações de força, viabilizando as ações atuais, presentes e futuras dos elementos inscritos no domínio do poder. Ao examinar a obra de Foucault, Deleuze aponta possíveis variações que exprimem o entendimento do poder como uma força que promove ações coordenadas por outras ações. Essas forças desenvolvem atuações capazes de “incitar, induzir, desviar, tornar fácil ou difícil, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos viável...essas são as categorias do poder” (DELEUZE, 2013, p. 78-79).

Ao entendermos o poder como uma ampla relação de forças, a ideia do senso comum do poder como forma de dominação opressiva torna-se inviável. Isto é, essa formulação de Foucault percebida por Deleuze (2013) questiona as abordagens teóricas que suprimiam do poder a dinâmica que o caracteriza de forma substancial. A iniciativa do conceito de poder que aqui adotamos está marcada pela atividade contínua e insidiosa, moldando e modelando os

gestos, atos, condutas, comportamentos, pensamentos, ideias e concepções em nome da manutenção da própria sistemática de poder.

Assim sendo, o dinamismo do poder reside nas respostas (ações) dadas aos seus estímulos (ações), visto que ele convoca o outro elemento para uma interação milimetricamente calculada e esquadrihada pelas técnicas presentes no modelo social moderno. Diante desse mesmo entendimento, Deleuze compreende que a condição do poder é de afetação, o que coloca em evidência a situação de que “um exercício do poder aparece como um afeto, já que a própria força se define por seu poder de afetar outras forças (com as quais ela está em relação) e de ser afetado por outras forças” (DELEUZE, 2013, p. 79).

É na análise do Panóptico de Jeremy Bentham que Foucault (2013a) exprime o fenômeno de afetação do poder disciplinar efetivado nas instituições modernas. Como comentamos anteriormente, o poder disciplinar possui duas facetas: a anatomia-política e a biopolítica. Como faces de uma mesma moeda, ambas práticas do poder afetam e constituem os sujeitos das relações de força que são relações de poder, desde sempre. Ao perceber a construção arquitetônica de Bentham como um diagrama do exercício do poder disciplinar, Foucault (2013a) investiga de modo sofisticado como a estrutura do espaço da prisão solicita um modelo de ação orientado pelo jogo da visibilidade e invisibilidade das forças que compõem o espaço do confinamento.

A disposição espacial elaborada por Bentham é caracterizada por uma formação anelar com uma torre no centro, onde as celas estão dispostas e divididas na circunferência e a vigilância é realizada no topo da construção. O que esse modelo arquitetural apresenta é um ambiente de forças que implica na total visibilidade do detento e no ocultamento do vigilante, tornando o projeto de disciplinamento marcado por uma assimetria do campo do visível. “O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” ressalta Michel Foucault (2013a, p. 190).

O Panóptico estabelece uma tecnologia que produz o comportamento programado do detento através da intensa visibilidade de seu corpo na cela e a iluminação do local revela uma incerteza da presença do vigilante, instituindo assim uma impressão de vigilância permanente e estendida, formulando um intenso processo de dissimulação da presença de quem vigia e uma total percepção de quem é vigiado. Essa dinâmica das relações de poder no dispositivo Panóptico institui a afetação descrita por Foucault (2013a) e percebida por Deleuze (2013).

No Panóptico, o corpo do condenado está sob juízo de um modelo de olhar que é intensivo, mas também opaco, colocando na total visibilidade do detento a responsabilidade pelo disciplinamento. Isto é, o vigiado é instado a permanecer acreditando que está sendo

olhado por alguém, desenvolvendo assim um processo de incorporação da vigilância, uma autovigilância fabricada pela tecnologia panóptica. Nessa esteira, Jacques-Alain Miller (2008) resume a experiência da produção da vigilância disciplinar invocando a ideia de um olho que sempre olha e que nunca é visto:

que o olho veja, sem ser visto – aí está o maior ardid do Panóptico. Se posso discernir o olhar que me espia, domino a vigilância, eu a espio também, aprendo suas intermitências, seus deslizes, estudo suas regularidades, posso despistá-la. Se o Olho está escondido, ele me olha, ainda quando não me esteja vendo (MILLER, 2008, p. 91).

O jogo de forças produzido pelo Panóptico cria um processo de autovigilância que faz parte do programa estabelecido nas instituições disciplinares, forjando o controle da conduta humana em seus mínimos detalhes, gestos, ações, falas e atuações. Assim, o diagrama do exercício do poder no Panóptico é compreendido por Michel Foucault (2013a) como uma fórmula comum e identificável da presença do poder disciplinar na vida moderna. Ou seja, através da visibilidade exercida no Panóptico, o modelo de disciplinamento dos corpos é estendido a escolas, hospitais, manicômios, fábricas e casernas, desenvolvendo uma generalização das práticas disciplinares.

O processo de ramificação das relações do poder disciplinar incidiu no entendimento de uma virtualização do olhar Panóptico, consagrando um ambiente social marcado pelo assujeitamento dos corpos às práticas institucionalizadas de vigilância. Nessa medida, não apenas o comportamento do prisioneiro é fabricado no interior da prisão, mas também o estudante na escola, o trabalhador na fábrica, o louco no manicômio e o doente no hospital. Nas palavras de Foucault (2013a, p.192): “uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas”.

Nessa passagem, fica expressa a ideia de que a sociedade disciplinar analisada por Michel Foucault (2013a) é sistematizada por um processo de assujeitamento, através da produção da conduta humana a partir de instrumentos e técnicas desenvolvidas no interior das instituições sociais modernas. Isto é, o modelo de poder disciplinar moderno estimula a fabricação de sujeitos compatíveis com as relações estabelecidas pelos espaços institucionais. Assim, o sujeito moderno é construído na dinâmica do disciplinamento, por meio de práticas que coagem, constroem, pressionam, obrigam e compelem o indivíduo a agir por meio de

normas, preceitos, regulamentos, leis, princípios e diretrizes que atendam aos interesses prescritos pelas instituições.

Foucault (2013a) compreendia o Panóptico como um princípio organizador das formas de atuação do poder disciplinar, constituindo o fenômeno do panoptismo como um fundamento epistêmico que cobria todo o meio social moderno. Assim, o autor partia do entendimento do Panóptico como um diagrama das formas da atuação do poder no corpo e na vida moderna. Com isso, a contextualização teórica que realizamos sobre o pensamento foucaultiano tinha como objetivo iluminar essa dimensão epistemológica do poder disciplinar.

Diante da compreensão do Panóptico como diagrama do poder disciplinar moderno, poderíamos utilizar essa concepção epistêmica em relação à mídia na era pós-disciplinar? Seria a mídia a instância que pulveriza o modo de vida constituído pelo poder na contemporaneidade? Ao explicarmos as relações de poder engendradas pela mídia, desenvolveríamos o diagrama do poder contemporâneo? Essas interrogações existem graças às provocações realizadas por Muniz Sodré (2006, 2013, 2014), quando o autor advoga por uma análise da mídia como uma força motriz da sociedade contemporânea, criticando as interpretações que a compreendem apenas como artefato informacional.¹⁰

Esta pesquisa, portanto, parte de um pressuposto teórico e epistemológico que compreende a mídia como ambiência organizativa do modelo social contemporâneo, propondo formas de atuação do sujeito do mundo e orientando práticas de cuidado com o corpo e a aparência, pautados no aprimoramento físico, na qual o modelo imperativo é o da boa forma. Assim, a instrumentalização de origem foucaultiana é fundamental para apontarmos como os processos comunicacionais da sociedade midiaticizada produzem os atuais regimes de poder e saber. Dessa forma, apresentaremos o pensamento de Muniz Sodré (2006, 2013, 2014) como parte do embasamento teórico desta investigação que tem como referência o biopoder.

Muniz Sodré (2013, p. 25) desenvolve a percepção da experiência das mídias na contemporaneidade através do conceito aristotélico de existência, compreendida como *bios* (vida). Aristóteles construiu o conceito de *bios* particionando a vivência em: “*bios teoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa, vida do corpo)”. A teoria aristotélica do *bios* fundamenta o modelo organizativo da *Polis* (cidade) grega, condicionando a essas dimensões o exercício do viver como princípio epistêmico daquele modelo social.

¹⁰ Essa concepção está presente nos livros *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. (SODRÉ, 2013); *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. (SODRÉ, 2006); *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. (SODRÉ, 2014).

Segundo Sodré (2013), devemos partir da classifica o do *bios* para compreender as formas de vida ensejadas pelas m dias. Isto  , para o autor, podemos considerar o *bios midiático* como uma tecnologia social principiológica que congrega os regimes da vida em sociedade. Assim sendo, a m dia torna-se um dos diagramas do atual modelo social. Esse conceito “implica a midiatiza o, por conseguinte, uma qualifica o particular de vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo ou, pensando na classifica o aristotélica das formas de vida, um *bios* específico” (SODRÉ, 2013, p. 24).

Isso quer dizer que a existência humana está indissociada da dimensão tecnocultural da m dia, já que os processos de constitui o de sujeitos são ensejados pela produ o de sentido irradiados na midiatiza o. O aparato tecnoinformacional (dispositivo) contemporâneo desenvolve subjetividades que mobilizam os signos e corporificam práticas compatíveis com o cenário de interesses mercadológicos, econômicos e políticos. Essa no o “implica, portanto, um novo tipo de relacionamento do indivíduo com referências concretas ou com o que se tem convencionalmente designado como verdade, ou seja, uma outra condi o antropológica” (SODRÉ, 2013, p. 27).

O *bios midiático* desencadeia assim novas rela es de sociabilidade e novos arranjos do sujeito com as dimensões societais (institucionais e não-institucionais).   dessa configura o da midiatiza o que os meios de comunica o agem como dispositivo de orienta o no mundo, sendo capaz de estabelecer valores e práticas morais que distinguem as condutas humanas capitaneadas pelos interesses do mercado.

A nossa apropria o do conceito de *bios midiático* como fundamento epistemológico do dispositivo midiático surge de uma provoca o realizada por Muniz Sodré no livro *A ciência do comum*. O autor afirma que: “a m dia não resulta certamente de nenhuma biopolítica deliberada, seja da parte do Estado, seja das organiza es privadas. Mas ela está visceralmente conectada a um novo tipo de gestão da vida dos indivíduos pelas forças transnacionais do mercado” (SODRÉ, 2014, p. 251). Isso quer dizer, em outras palavras, que a m dia viabiliza e configura estilos de vida na contemporaneidade, demarcando o lugar dos meios de comunica o como forças que mobilizam, produzem e orientam os sujeitos no mundo.

O posicionamento de Muniz Sodré (2006, 2013, 2014) nos convida a esboçar uma tentativa teórico- metodológica que posicione as ciências da comunica o no entendimento dos processos de organiza o social contemporâneos, abandonando assim paradigmas canonizados pelas ciências sociais tradicionais. Ora, sendo as m dias responsáveis pelo gerenciamento de práticas sociais que constroem os sujeitos, precisamos investigar esse fenômeno   luz de uma ciência que ligue os pontos cardinais de nossa história. Muniz Sodré (2014) ilumina o nosso

gesto teórico e epistemológico ao apontar que essa ciência é a do comum humano, cujo emblema é a Comunicação.

Etimologicamente, a palavra comunicação deriva do termo em latim *communicatio*. Essa raiz etimológica guarda uma importante chave de leitura. Segundo Muniz Sodré, *communicatio* “inclui os mesmos cum e *munus* de *communitas* e significava propriamente *societas* ou sociedade abordada pelo ângulo comunitário da atração, comércio ou vinculação entre humanos, deuses e humanos, vivos e mortos” (SODRÉ, 2013, p. 225). Ou seja, a comunicação é a ambiência afetiva e vinculativa que agrupa a coletividade humana. Desse modo, o autor articula o biopoder produzido pela mídia no conceito de *bios midiático*. Essa teoria desenvolve a ideia de que o sujeito que emerge das relações de poder com as mídias é produzido pela interação com códigos, valores, sentidos, práticas e sujeições desenvolvidas no dispositivo midiático. Isto é, a mídia passa a orientar a existência dos sujeitos tratando de referenciar as experiências de vida ensejadas pela própria mídia.

Michel Foucault entendia o dispositivo como um conjunto difuso de instrumentos jurídicos, práticas administrativas e científicas, reflexões morais e filosóficas constituidoras das instituições e organizações modernas. Em trabalhos anteriores, adotamos o conceito de dispositivo a partir da abordagem foucaultiana que trata de evidenciar o papel de produção de sujeitos nos aparatos midiáticos, visto que a concepção de dispositivos nessa esfera é válida por consagrar “a produção de subjetividades, desenvolvendo sujeitos que governam a si mesmos numa ampliada dinâmica das relações de saber e poder” (SACRAMENTO; SANCHES, 2019, p. 20-21). Seguindo essa abordagem, a noção de dispositivo midiático é compatível com a teoria do *bios midiático*, visto que constituem o mesmo fenômeno, sendo um compreendido como forma e o outro como fundamento epistemológico.

José Luiz Braga (2020) destaca que a conceituação foucaultiana de dispositivo é potente por tratar de um composto heterogêneo que atravessa um interminável conjunto de práticas e interações. Assim, o dispositivo é caracterizado mais pelo dinamismo dos atravessamentos dos componentes e forças do que pelo determinismo das ações realizadas. Esse entendimento é necessário para escaparmos de um modelo interpretativo que captura apenas a dimensão dos efeitos, pois nos interessa de forma concreta uma compreensão analítica dos processos comunicacionais dos dispositivos.

Ao emprendermos a ideia da mídia como dispositivo, buscamos identificar os processos específicos desse diagrama do poder. Assim, como destaca José Luiz Braga, “não se trata de descrever estruturas de poder e instituições de quaisquer ordens segundo as quais e para as quais a comunicação se exerce – trata-se de descobrir lógicas e processos comunicacionais

que se exercem em suas especificidades contextuais” (BRAGA, 2020, p. 20). Isto é, embebidos da compreensão do dispositivo comunicacional como materialização do *bios midiático*, devemos identificar a singularidade da mídia na construção das relações sociais e da condição humana contemporânea.

Assim, se interrogarmos a base teórica foucaultiana a partir da instrumentalização teórica difundida no pensamento de Muniz Sodré, poderemos apostar na adoção do dispositivo comunicacional como forma de expressão da organização tecnocultural da contemporaneidade. Afinal, a mídia torna-se um instrumento e uma força interpretativa dos sistemas de inteligibilidade cultural. É com essa referência que buscaremos adotar um método de redescritção do papel da mídia na sociedade, colocando no fenômeno da midiatização a profundidade dos dispositivos no meio social. Como ressalta Muniz Sodré, “a midiatização abre caminho para a compreensão da comunicação como o conceito de uma dimensão constituinte do comum maior do que aquela implicada na superfície dos dispositivos tecnológicos e seus efeitos” (SODRÉ, 2014, p. 311).

Por midiatização, compreendemos a expansão e intensificação da presença dos meios de comunicação no cotidiano social, desenvolvendo processos comunicacionais contínuos e abrangentes que são definidores da organização societal. Nesse caso, a midiatização torna-se um marco da mudança da atuação da mídia no tecido cultural, tornando-se um polo de irradiação dos processos comunicacionais que permitem e configuram as interações sociais. Assim, a midiatização da sociedade se dá numa perspectiva que compreende a centralidade dos meios tecnológicos como sintomas de orientação dos sujeitos no mundo.

Muniz Sodré defende a necessidade de adoção da teoria da comunicação na análise desse modelo social que emerge das implicações produzidas pelo avanço tecnológico e informacional em escala planetária. Assim, as reflexões das ciências modernas tornam-se insuficientes para compreender as situações produzidas pela midiatização. Para Sodré (2014), a diferença da teoria da comunicação em relação às ciências tradicionais e disciplinares reside na percepção que mais do que ajudar a construir a própria realidade, a comunicação promove jogos de virtualização e simulação do real social. Em linhas gerais:

A mídia e, de modo mais amplo, as tecnologias avançadas do conhecimento vivem do discurso que fazem sobre sua própria simulação das outras realidades. Não se trata de discurso sobre representações de substâncias históricas, mas de discurso sobre discurso, isto é, sobre a realidade imaterial que agora permeia as condições sociais de reprodução do capital (SODRÉ, 2014, p. 291).

Essa característica de autorreferência atribuída à mídia torna viável o conjunto de instrumentos teóricos e epistemológicos apresentados aqui (*bios midiático*, dispositivo comunicacional e midiaticização), revelando a existência de uma urgência na proposição de pesquisas que demonstrem esse complexo jogo estabelecido pela intensificação dos processos comunicacionais e informacionais promovidos pela mídia desde o fim do século XX.

O modelo de organização social projetado pelos dispositivos midiáticos constituiu um conjunto de processos e práticas que incitam à adoção de fórmulas e estratégias de cuidado com o corpo e a aparência, estabelecendo um fluxo incessante de atividades recomendadas pelas mídias. Nesse cenário, surge a percepção da existência de uma espécie de convocação direcionada para a administração da conduta individual da imagem corporal, provocando respostas aos intensos estímulos provocados pela imprensa, publicidade, moda, entretenimento e cultura de consumo.

José Luiz Aidar Prado (2013) classificou o fenômeno da convocação como uma prática biopolítica dos dispositivos comunicacionais. O autor considera que as mídias elaboram discursos que propõem ao público-leitor a adoção de práticas orientadas pelas enunciações midiáticas, tornando imperativa a forma como se relacionam os meios de comunicação e seus respectivos interlocutores. Assim, Prado (2013) compreende que as proposições produzidas nos discursos midiáticos possuem o condão de estimular o público a aderir a fórmulas, recomendações, dicas, roteiros e práticas nomeadas incisivamente pela imprensa, publicidade, entretenimento e outros dispositivos.

A convocação biopolítica, desse modo, segue a dinâmica de um pacto de comunicação em que as estratégias de controle do corpo, saúde e aparência são enunciadas amplamente por diferentes mídias, possibilitando a existência de um convite para a realização de práticas projetadas nos discursos e executadas pelos indivíduos, ou seja, define-se o processo de convocação biopolítica como um apelo ao gerenciamento da própria vida, fabricando modos de calcular recursos, ações e resultados possíveis. Por isso, Prado destaca o caráter cultural dessa modalidade enunciativa: “a convocação oferece, portanto, não uma satisfação pura e simples para uma necessidade ‘natural’, mas dá forma a uma demanda latente, fazendo-a se expressar num querer cultural” (2013, p. 12).

O processo de aprimoramento corporal baseado no cuidado com a aparência e a saúde são pulverizados nas mídias por meio das convocações biopolíticas, conferindo a essas enunciações midiáticas o lugar de prescrição de práticas de consumo associadas às expectativas de bem-estar, saúde, qualidade de vida, felicidade, etc. Desse modo, as convocações biopolíticas acionam modos de operacionalizar, organizar, definir e aplicar as recomendações

presentes no discurso midiático, demonstrando a existência de uma cultura do consumo como plano de fundo.

Isleide Arruda Fontenelle (2017) define a cultura do consumo como uma cultura do capitalismo, na qual a organização social é definida através do consumo material e simbólico de mercadorias. Nas palavras da autora, a cultura do consumo é “uma cultura impregnada pela forma-mercadoria e que, por isso, tornou-se um modo de vida que foi ressignificando o uso dos objetos, assim como hábitos, valores, desejos, paixões e ilusões de uma época” (FONTENELLE, 2017, p. 13-14).

Sendo a cultura do consumo um fenômeno que atravessa todo o século XX, período de nossa análise, acreditamos que as práticas de convocação biopolítica instrumentalizadas pelas mídias fazem parte desse modelo de organização social. Conforme destaca José Luiz Aidar Prado (2013), existe um amplo catálogo de ações prescritas por enunciações midiáticas que perpassam a aquisição de produtos e serviços destinados ao corpo, fabricando necessidades que anteriormente não faziam parte do cenário cultural e que passam a compor os desejos e expectativas sociais.

O desenvolvimento da cultura de consumo é sustentado por convocações biopolíticas que implicam no modo como as mercadorias passam a configurar as atuações humanas. Em outras palavras, consolida-se um modelo de capitalismo que incita os indivíduos ao consumo de fórmulas, receitas e recomendações prescritas pela publicidade, pelo entretenimento, assim como pelo jornalismo e outras expressões midiáticas, incidindo na realização de práticas de cuidado com o corpo por meio do consumo de receituários que definem quais são as formas de alcançar o corpo idealizado.

José Luiz Aidar Prado define que assim “cada necessidade tem seus manuais e respectivas convocações, com seus enunciadores específicos instalados em dispositivos com contratos comunicacionais adequados” (PRADO, 2013, p. 18). A convocação biopolítica atua de modo programático nas mídias, incitando os indivíduos a adotarem determinadas ações a partir das provocações e convites realizados em publicidades, artigos de jornal, colunas de embelezamento, telenovelas, fotografias de moda etc.

As cirurgias plásticas, dietas, atividades físicas e esportivas seguem esses roteiros desenvolvidos pelas convocações biopolíticas, destacando quais são as estratégias indicadas para o êxito no cuidado com o corpo e a aparência. Assim, destaca-se a existência de uma rede de significados que são elaboradas com o intuito de atender as demandas geradas pela cultura do consumo, tornando compatíveis as fórmulas propostas com os objetos disponíveis no mercado.

Destacamos a concepção de que toda convocação biopolítica está embasada no modo como a cultura do consumo se estabeleceu, definindo as mídias como operadoras do modo de produção dos desejos e anseios, nas quais são informadas quais práticas são ideais ou não e quais sentidos podem circular no meio social. Prado (2013) destaca ainda que a atuação dos dispositivos midiáticos se concretiza através do incentivo a práticas de consumo definidas por enunciações sedutoras, capazes de forjar experiências almeçadas pelo público-alvo das mídias.

Textos e imagens midiáticas fazem parte das ações orientadas para o incentivo de determinadas práticas biopolíticas, prometendo resultados que fazem parte do valor simbólico do consumo de objetos e produtos estabelecidos no mercado. Desse modo, rituais são prescritos e estabelecidos como meios para alcançar as experiências previamente definidas. Como define Aidar Prado (2013, p. 30), “os enunciadores mediáticos, do *marketing* e da publicidade são sujeitos-supostos-sabedores que convocam os receptores a uma experiência, fornecendo os saberes, na forma de mapas e receitas modalizadoras para as ações, homólogas aos livros de autoajuda”.

Nesta pesquisa, adotamos a perspectiva da convocação biopolítica dos dispositivos comunicacionais, por compreender que esse conceito está atrelado à execução de ações e práticas, as quais estão moduladas pela cultura do consumo, onde constroem-se imagens, desejos e fantasias capazes de mobilizar indivíduos e grupos sociais para atuarem no controle e administração de si, tornando possível o surgimento de uma idealização: o “corpo em boa forma”.

Essa definição de convocação biopolítica comporta ainda a compreensão de que a cultura do consumo sobrevive da fabricação de experiências que são atreladas aos produtos e suas respectivas marcas, construindo um universo de sentidos que se realizam na subjetividade dos consumidores. A promessa de emagrecimento e/ou tonificação muscular ofertada pelas propagandas de suplementos dietéticos, por exemplo, demonstra como a dimensão simbólica da experiência do consumo define a aderência aos projetos de controle alimentar, assim como a adoção de atividades físicas e esportivas e até mesmo a escolha de cirurgias plásticas de caráter estético.

Conforme expressa Isleide Arruda Fontenelle:

[...] a promessa de certas sensações e emoções – atreladas ao uso do produto ou serviço – persiste até hoje, tendo se aperfeiçoado e se intensificado através de novos formatos de anúncios impregnados de dimensões simbólicas e de imaginários que evocam experiências de consumo muito além do campo usual do produto (FONTENELLE, 2017, p. 111).

É na construção de uma simbologia em torno das mercadorias que a cultura do consumo se consolida, pautada ainda pela convocação biopolítica dos dispositivos midiáticos. José Luiz Aidar Prado (2013) confere à análise das convocações o caráter imperativo, identificando que as estratégias discursivas de prescrição das condutas corporais nas mídias são baseadas, sobretudo, em modalidades enunciativas em que os verbos são apresentados de forma categórica.

O dever-fazer é o signo que gravita em torno das convocações biopolíticas, indicando aos receptores das mídias quais são as ações necessárias para alcançar objetivos predefinidos pelas próprias prescrições do discurso midiático. Isso quer dizer que existem modalidades discursivas que definem os atos indispensáveis para o consumo e a realização dos desejos e fantasias desenvolvidas pela convocação biopolítica.

As fórmulas para emagrecimento não são as mesmas para a tonificação muscular, distinguindo também dos receituários que indicam as cirurgias plásticas e outras intervenções estéticas, assim como as prescrições de atividades físicas e esportivas. Por isso, os rituais definidos pela convocação biopolítica são apresentados por meio de modalidades discursivas que enunciam os possíveis resultados do fenômeno em questão.

José Luiz Aidar Prado (2013) define o discurso modalizador como uma incitação a ações coordenadas pelo próprio discurso, implicando no uso imperativo dos verbos dever-fazer como uma sequência indispensável para o sucesso das atividades mobilizadas. Nas palavras de Prado, “o discurso modalizador é o que promove uma ação com base nos verbos modais: poder, querer, dever, fazer, ser”, concluindo que:

Quando o enunciador dá uma receita para emagrecer, por exemplo, trata-se de um discurso de dever fazer para se atingir o corpo modelo/ideal. As modalizações biopolíticas se referem a projetos de boa vida a partir de modalizações dos analistas simbólicos, entre os quais jornalistas, médicos e psicólogos (PRADO, 2013, p. 26).

A concepção da convocação biopolítica como uma prescrição definida, como por receituários do dever-fazer, explica o modo como as mídias atuam em seus textos e imagens sedutoras, convidando os receptores a seguir o passo a passo orientado pelos esquemas discursivos imperativos. Desse modo, o caráter ordenatório das convocações biopolíticas guarda em seu âmago as diretrizes da autodisciplina, tornando o indivíduo o principal agente mobilizador das práticas de regulação da vida.

A mudança dos paradigmas modernos e contemporâneos nas relações de poder destaca o deslocamento da disciplina, anteriormente produzida por instituições disciplinares (escola,

prisão, manicômio, hospital, caserna e fábrica), para a gestão de si, tornando o indivíduo responsável pela adoção de práticas autodisciplinadas em academias de musculação e ginástica, centros de estética, *spas*, clubes poliesportivos, etc. Ou seja, a autorregulação e gerenciamento de si tornam-se a tônica das convocações biopolíticas.

A fabricação do dever-fazer das convocações biopolíticas dos dispositivos midiáticos está atrelada ao desenvolvimento de um modelo de sujeito que toma para si a responsabilidade de gerir as práticas de cuidado com o corpo, objetivando os estágios de bem-estar e qualidade de vida amplamente divulgados pelos anúncios da cultura do consumo. Isto é, as discursividades modalizadas nas convocações biopolíticas agem por meio dos convites ao cuidado com o corpo, ofertando um amplo catálogo de ações que são definidas de modo deliberado pelo indivíduo, mas desde que seja a partir dos receituários e prescrições definidas por especialistas que enunciam o que fazer, como fazer, quando fazer e porque fazer tais atividades.

A deliberação das convocações biopolíticas se distingue dos regimes disciplinares modernos, trazendo à tona a característica da escolha dos receituários e prescrições pelo próprio indivíduo. Assim, coloca-se em evidência um modelo de sujeito que toma para si a tarefa e o compromisso de gestão de si, definindo quais práticas e atividades serão administradas. Diante desse contexto, Francisco Ortega (2008) declara que os regimes atuais de poder sobre o corpo carregam os resquícios da disciplina moderna, inovando através do amplo apelo ao cuidado com a aparência. Por isso o autor afirma que “o imperativo do cuidado, da vigilância e da ascese constante de si, necessário para atingir e manter os ideais impostos pela ideologia do *healthism*, exige uma disciplina enorme” (ORTEGA, 2008, p. 38).

O fenômeno do cuidado com o corpo e a aparência guarda características disciplinares, ao passo que institui novos regimes de atuação do indivíduo sobre si mesmo. Assim sendo, torna-se inevitável compreendermos a dimensão imperativa que orienta os processos de convocação biopolítica dos dispositivos midiáticos, visto que essa concepção está impregnada de valores morais modernos e contemporâneos.

O caráter imperativo das fórmulas e receituários da mídia implica em dimensões éticas e estéticas, produzindo modos de atuação dos indivíduos orientados por uma formação discursiva que indica a premissa do dever-fazer para o bem-estar e o aprimoramento de si mesmo. Essa perspectiva remete ao conceito de imperativo categórico desenvolvido por Immanuel Kant em a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, no século XVIII.

As formulações teóricas de Kant geraram um conjunto de premissas que explicam a ação humana atravessada por questões éticas e morais, abordando a existência de enunciados

que definem a orientação e fundamentação do agir racional. Para Kant (2000), o imperativo é uma lei universal interiorizada pelos seres racionais, com base na razão, e livres de quaisquer significações místicas ou metafísicas. Assim, o imperativo categórico é constituído por enunciados que definem as bases centrais da moral kantiana.

Andréa Luísa Bucchile Faggion (2003, p. 48) explica o imperativo categórico kantiano da seguinte forma: “[...] este manda incondicionalmente e, devido a isto, a obrigação expressa por ele alcança qualquer ser racional, vale dizer, todo ser capaz de reconhecer uma lei, mas também que não segue estas leis necessariamente, ou não se trataria de um imperativo”. Assim sendo, o imperativo categórico atua de modo a irradiar para todos os seres racionais um modo de agir, imputando uma lei universal que conduz à concretização de uma boa conduta. Isto é, o imperativo categórico atinge todos os indivíduos, atuando diretamente nas ações, práticas, comportamentos e valores humanos. Nas palavras de Immanuel Kant, “o imperativo categórico é, portanto só um único, que é este: Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (2000, p. 59).

O conceito de imperativo categórico kantiano é fundamental para compreendermos que as convocações biopolíticas dos dispositivos midiáticos agem a partir de premissas que são difundidas e pulverizadas para todos os indivíduos, atuando por meio de incitações do dever de fazer aquilo que está prescrito nos receituários de médicos, psicólogos, nutricionistas, cirurgiões, educadores físicos, atletas, celebridades, jornalistas, publicitários e outros especialistas.

As modalizações discursivas apontadas por José Luiz Aidar Prado (2013) seguem a dimensão de uma norma moral que é proposta para todos os indivíduos: cuide do seu corpo e saúde. Logo, os verbos imperativos utilizados nos dispositivos midiáticos atuam na consolidação de uma valoração moral que é mobilizada pelo indivíduo, mas que possuem como ímpeto a universalização desse dever. Beba água! Faça exercícios físicos! Cuide do seu corpo e da sua saúde! Esses são alguns exemplos de como as convocações biopolíticas atuam como um dever de agir de toda humanidade.

A produção discursiva das convocações biopolíticas nos dispositivos comunicacionais funcionam através da pulverização de um comando orientado por enunciações que atingem todos os indivíduos, como norma moral que justifica essas ações como importantes para a manutenção da vida e gerenciamento da saúde. O trabalho sobre si mesmo é caracterizado por Francisco Ortega (2008) como bioascese, conceito que destaca o valor moral que o controle dos hábitos corporais passou a adquirir na contemporaneidade, principalmente pelos apelos de cuidado com o corpo e a aparência.

Com a bioascese, a caracterização de um discurso moral sobre a condução do cuidado com o corpo se intensifica, possibilitando a interpretação de uma autonomia do indivíduo na escolha de quais estratégias serão adotadas para compor as condutas aconselháveis. Assim sendo, como destaca Francisco Ortega (2008, p. 35), “a condição de autonomia se traduz num melhor estado de saúde e no desenvolvimento de hábitos de vida e escolhas comportamentais saudáveis”.

Os conselhos, dicas, recomendações e manuais amplamente ofertados pelos dispositivos midiáticos conferem ao sujeito a possibilidade de domínio sobre as técnicas de gerenciamento de si, implicando na adesão a estilos de vida disponíveis na cultura do consumo e fornecendo as experiências de uma conduta corporal moralmente aceita. E de modo contrário, são esses mesmos discursos que emplacam quais são as práticas sociais que devem ser rejeitadas pelo risco ou dano ao corpo dos indivíduos.

Ortega (2008) alerta que os imperativos do cuidado com a saúde desenvolveram também os sentidos sobre as condutas de risco, destacando a existência de um conjunto de ambivalências nas práticas corporais contemporâneas. O autor salienta, ainda, como a cultura do consumo possibilita a emergência de estratégias do controle da alimentação pela dieta que, ao mesmo tempo, viabiliza uma grande disponibilidade de comida, assim como oferece uma ampla cartela de atividades físicas e esportivas, ao passo que também propõe práticas culturais que incidem no sedentarismo. Em resumo:

Cuidado de si e descuido insensato, bioascese e descontrole pulsional são dois lados da mesma moeda. Da mesma maneira como a proliferação de formas de vida e hábitos arriscados deve ser analisada no contexto de uma cultura que prima pelo desvio dos riscos, a mesma cultura que produz a obsessão pela malhação, a dieta saudável, e qualquer produto novo de fitness, saúde ou beleza, gerou também os casos extremos de sedentarismo, a fast-food, e toda uma gama de drogas sintéticas (ORTEGA, 2008, p. 38).

O modelo imperativo de cuidado com o corpo e a saúde implicaram no desenvolvimento de comportamentos que são guiados por métodos, planejamentos e administrações de ordem moral, destacando uma valoração em torno daqueles indivíduos que cuidam de si em detrimento dos que desviam dessa norma. É nesse sentido que as hierarquias corporais passam a configurar no decorrer do século XX, expondo quais práticas são positivadas ou não.

Deborah Lupton (2014), por sua vez, explica que a configuração dos aconselhamentos no campo da saúde pode ser rechaçada pelos indivíduos, implicando em recusas ou em adoção de outros parâmetros para o cuidado consigo mesmo. Dessa forma, o caráter imperativo não deixa de existir, mas é negociado pelos desejos e práticas de indivíduos ou grupos que resistem

ou desviam da norma moral em vigor. Esse é um dos aspectos das ambivalências que caracterizam o modelo de cuidado da biopolítica do século XX:

[...] as pessoas podem não aceitar os conselhos de saúde pública ou de promoção da saúde devido a um sentimento consciente de frustração, ressentimento ou tristeza, ou porque elas obtêm maior prazer e satisfação através de outras práticas de si, ou porque experimentam uma necessidade inconsciente que as faz assumir posições de sujeito e práticas corporais alternativas (LUPTON, 2014, p. 18).

Invariavelmente, a perspectiva apresentada por Deborah Lupton (2014) destaca que a existência do caráter imperativo do cuidado com o corpo e a saúde não anula as formas de resistência aos parâmetros estabelecidos pela norma moral. Ou seja, ambos os fenômenos coexistem na esfera cultural, corroborando com a afirmação de Francisco Ortega de que “corpos malhados e sarados convivem lado a lado com obesos reticentes e fumantes empedernidos” (ORTEGA, 2008, p. 38).

Quando utilizamos o conceito de imperativo, destacamos a potência dos discursos midiáticos e convocações biopolíticas na divulgação de estratégias, receitas e prescrições de cuidado com o corpo de viés moral, destacando o caráter positivado que tais recomendações adquiririam na cultura contemporânea, cujo aconselhamento por parte de médicos, psicólogos, educadores físicos, nutricionistas e terapeutas tornaram-se o dever-fazer dos receptores das mídias, simbolizando o cuidado moralmente aceito como ideal e adequado ao corpo e a saúde.

As enunciações realizadas pelas convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais permitem aos indivíduos que adotem para si as prescrições ritualizadas de especialistas, colocando nas mãos desses agentes o poder de referendar ou criticar os comportamentos e hábitos, reatualizando as práticas de controle do corpo. Essas técnicas não são novas em si, pois trazem à tona o repertório de controle dos humores e condutas realizados na cultura ocidental desde a Antiguidade grega.

Michel Foucault (2018) identificou que nas formações culturais gregas uma determinada valorização dos controles corporais fazia parte das estratégias políticas de obtenção de reconhecimento social e de aprimoramento da alma. Em distintas correntes filosóficas, a temática do cuidado de si aparecia como fundamento que agregava uma preocupação com o corpo e a alma, possibilitando o indivíduo a adotar práticas de ocupação consigo mesmo por meio de meditações, exercícios físicos, dietas alimentares, controle sexual etc. que forjavam a existência de uma verdadeira “arte da existência” ou “estética da existência”.

Foucault (2018) afirmou que o fenômeno do cuidado de si na Antiguidade grega constituiu uma cultura de si, influenciando postulados filosóficos, práticas médicas, atividades esportivas, a alimentação, a Política e as relações familiares e de amizade. A ramificação da cultura de si impactou na conduta dos indivíduos livres e na organização social daquela época. Diante disso, o autor explica o modo como a cultura de si se ramificou no âmbito social:

[...] é preciso entender que o princípio do cuidado de si adquiriu um alcance bastante geral: o preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo é, em todo caso, um imperativo que circula entre numerosas doutrinas diferentes; ele também tomou a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas; ele constituiu, assim, uma prática social [...] (FOUCAULT, 2018, p. 58).

Michel Foucault (2018) apresenta o cuidado de si como uma prática imperativa das filosofias morais da Antiguidade grega, destacando como o fenômeno implicou no desenvolvimento de um modelo de comportamento social baseado na ocupação e preocupação consigo mesmo. Assim, a afirmação kantiana (2000) do imperativo categórico como um dever moral para consigo, cujo ímpeto é o de universalização dessa máxima, se assemelha ao que foi retratado por Foucault nos processos de subjetivação da cultura de si da Antiguidade.

Destacando a perspectiva do cuidado de si na abordagem filosófica de Epicteto, Foucault identifica que o cuidado de si é nutrido pela razão humana, descrita pelo filósofo grego como a diferença fundamental entre os seres vivos. Epicteto acreditava que a razão foi confiada ao humano como fórmula para alcançar o cuidado de si, pois somente os seres livres e com razão conseguiriam possuir as capacidades de cuidado consigo mesmo. Assim, “é na medida em que é livre e racional – e livre de ser racional – que o homem é na natureza o ser que foi encarregado do cuidado de si próprio” (FOUCAULT, 2018, p. 61).

A cultura de si grega tinha na razão humana a justificativa para o exercício de ocupação consigo mesmo, destacando que essa atividade gerava autonomia e individualidade. Milênios depois, a concepção de cuidado de si mobilizado pelas convocações biopolíticas atualiza os regimes de individualidade e autonomia do sujeito, transformando a perspectiva ética e estética do cuidado de si.

O caráter imperativo do cuidado de si contemporâneo apresenta deslocamentos importantes no que diz respeito à alma e a razão, por exemplo. Conforme destaca Peter Pál Pelbart (2013), as mudanças culturais contemporâneas transformaram a concepção de alma e a ideia de uma interioridade psicológica em uma manifestação exteriorizada do indivíduo. Isto é,

segundo Pelbart: “hoje, o eu é o corpo. A subjetividade foi reduzida ao corpo, a sua aparência, sua imagem, a sua performance, a sua saúde, a sua longevidade” (PELBART, 2013, p. 27).

Já a razão, conseqüentemente, é modificada pela excessiva preocupação do indivíduo contemporâneo com o corpo e a aparência, implicando num declínio dos regimes éticos modernos em favor de uma racionalização da vida. Outro fator importante para a mudança da perspectiva ética está no processo de instrumentalização da racionalidade humana, capitaneada pelo neoliberalismo, tornando a ética uma dimensão gerenciável e flexível, administrada por valores de uma autonomia capitalista e empreendedora, como destaca Alain Ehrenberg (2010).

A persistência de uma ideia de imperativo do cuidado de si está no modo como as convocações biopolíticas dos dispositivos midiáticos exercem o processo de incentivo à adoção de práticas e atividades dirigidas ao controle das condutas humanas, destacando uma determinada centralidade nos apelos relativos às modificações corporais realizadas por cirurgias plásticas, dietas alimentares, exercícios físicos e atividades esportivas, entendendo como positivas para o aperfeiçoamento do corpo e da aparência.

Utilizamos a abordagem dos imperativos e das convocações por acreditarmos que essa chave analítica pode nos permitir compreender como o modelo do corpo em boa forma foi sendo construído através dos sentidos morais positivados pelo discurso midiático, associando-o à discursos médicos, terapêuticos, desportivos e pedagógicos, com a dimensão moral de quais práticas devem ser executadas para alcançar a aparência idealizada da boa forma física.

No que diz respeito a esta pesquisa, pretendemos mobilizar esse arcabouço teórico na tarefa de mostrar a força que movimenta o tecido social nas atuações da mídia em promover conselhos, dicas, fórmulas, recomendações e outras indicações das condutas ideais para o cuidado com o corpo e a aparência, destacando que o próprio processo comunicacional possui regularidades e especificidades definidas pelo caráter midiático dos modos de ver, perceber, sentir e vivenciar o corpo na sociedade contemporânea. Acreditamos que essas práticas midiáticas se constituem como formas de organizar e gerenciar o cuidado com o corpo e a aparência, tornando viável o entendimento de que elas materializam o conceito de *bios midiático*, principalmente por demonstrar estratégias de controle das condutas humanas, indicando modos de produção das imagens corporais socialmente aceitáveis.

CAPÍTULO 2 – CIRURGIAS PLÁSTICAS E O DIREITO À BELEZA (1930-2000)

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. (FOUCAULT, 2013, p. 144)

Palavras como “emagrecer”, “manter-se jovem”, “esticar a pele”, “dar uma repaginada”, “adquirir autoestima”, “sentir-se mais bela”, “corpo perfeito”, “barriga ideal”, etc. passaram a compor a paisagem midiática do século XX. Diante desse cenário, tornou-se necessário investigar as formas de embelezamento que os sujeitos aplicavam a seus próprios corpos, desvelando as táticas constituídas pela mídia como ideais para se obter a sonhada boa forma. Com isso, consideramos que esta pesquisa descreve os processos comunicacionais sobre a intensa e incansável intimação e constrangimento realizada pela mídia no controle dos cuidados corporais, tornando o sujeito protagonista do processo de investimento do corpo.

Neste capítulo, falaremos sobre o médico-cirurgião brasileiro Ivo Pitanguy (1923-2016), um dos personagens mais importantes da recente história das modificações corporais no Brasil da segunda metade do século XX. Referência mundial em procedimentos cirúrgicos de cunho estético, ele foi responsável pela instituição de um entendimento sobre as transformações corporais como um direito à beleza, consagrando o fenômeno das cirurgias plásticas como uma estratégia biopolítica de correção dos corpos. A partir de indícios e rastros deixados em diferentes produções culturais (artísticas e midiáticas), escrevemos, aqui, uma história da cirurgia plástica no Brasil, evidenciando como os discursos midiáticos sobre o assunto destacavam o caráter corretivo dos procedimentos, consagrando um processo de normalização das formas corporais.

Faremos um recuo histórico sobre o fenômeno das cirurgias plásticas no Brasil de meados da década de 1930 até os anos 2000, com o intuito de destacar a importância do período em nossa análise, visto que essa duração exprime uma série de práticas amplamente difundidas nas mídias e envolve dimensões das relações de poder e saber, implicadas na arquitetura das próprias mídias. Dos materiais publicados na imprensa até os relatos de celebridades veiculados em revistas e portais de notícias do final do século XX, as modificações corporais promovidas pelos procedimentos cirúrgicos com fins estéticos aparecem como sintoma de uma mudança no tratamento dado ao corpo, redefinindo as formas de relacionamento entre os sujeitos e seus corpos, entre os corpos e os discursos morais que produzem a condição corporal contemporânea.

O capítulo apresenta relatos midiáticos sobre as modificações corporais realizadas por celebridades e anônimos, destacando a especificidade dos discursos sobre o controle das formas, pesos e contornos das silhuetas, como prática de formação do modelo corporal imperativo da boa forma. A partir dessas narrativas, apontaremos como a intensificação das transmutações da carne da década de 1970 aos anos 2000 estava atrelada a incidência das tecnologias médicas e, posteriormente, das biotecnologias na construção e consolidação de ideais biopolíticos, realçando ainda o papel de protagonismo do sujeito na mobilização de um intenso e interminável processo de construção do corpo em boa forma.

2.1 IVO PITANGUY E A HISTÓRIA DAS CIRURGIAS PLÁSTICAS NO BRASIL

Ivo Hécio Jardim de Campos Pitanguy (1923-2016), conhecido como Ivo Pitanguy, formou-se em medicina pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1946. Um ano depois, ganhou uma bolsa de estudos do *Institute of International Education*, em Cincinnati, EUA, trabalhando como assistente de nomes renomados do campo médico. Em 1950, trabalhou com Sir Harold Gillies, conhecido como um dos pioneiros da cirurgia plástica no início do século XX (PICCININI *et al.*, 2017). Ao retornar ao Brasil, em 1952, tornou-se chefe do Serviço de Cirurgia Plástica e Reparadora da Santa Casa de Misericórdia, anos depois implantou o mesmo serviço na Enfermaria da Santa Casa do Rio de Janeiro.

Ivo Pitanguy também foi fundador do curso de Pós-graduação em Cirurgia Plástica da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, em 1960, tornando-se professor titular dessa disciplina. A primeira turma do curso se formou dois anos depois e foi incorporada à equipe da Clínica Ivo Pitanguy, fundada em 1963, no bairro de Botafogo, sendo esse um dos endereços mais famosos da história da cirurgia plástica no Brasil e no mundo (CHAVES, 2016).

A história do médico-cirurgião Ivo Pitanguy inclui ainda as honrarias como Membro da Academia Nacional de Medicina, em 1973, e integrante da Academia Brasileira de Letras, eleito em 1990. Autor de diversos livros, artigos científicos e ensaios publicados em diferentes periódicos pelo mundo, Pitanguy tornou-se o Patrono da Cirurgia Plástica no Brasil, ganhando fama e reconhecimento no meio acadêmico e social.

O extenso currículo de Ivo Pitanguy o coloca como um dos mais importantes personagens da história da cirurgia plástica no mundo contemporâneo. Conhecido por criar técnicas que revolucionaram o modo de realizar os procedimentos cirúrgicos, o médico-cirurgião foi retratado pela mídia brasileira como responsável pelo sucesso de um modelo de produção da beleza que se difundiu no meio social brasileiro nas últimas décadas do século XX.

Se na década de 1960 o Brasil passou a ter uma especialização médica em cirurgias plásticas, impulsionada pelo conhecimento e experiência adquirida por Ivo Pitanguy no exterior, essa história dos procedimentos cirúrgicos no país pode ser contada sob o prisma desse importante personagem das nações de beleza da contemporaneidade. Contudo, a narrativa não será produzida apenas por essa voz, mas por uma imbricada rede de profissionais que constituíram as técnicas cirúrgicas estéticas no país.

No livro *Cartas a um jovem cirurgião: perseverança, disciplina e alegria*, Pitanguy (2009, p. 17) relembra o período universitário e retrata como o ambiente médico da década de 1940 compreendia a cirurgia plástica: “Naquela época, a cirurgia plástica era vista como uma espécie de ‘patinho feio’ da cirurgia geral. Eu, porém, me entusiasmava com as possibilidades da especialidade” (PITANGUY, 2009, p. 17). Diferentemente do movimento que vai ganhar força a partir da década de 1970, a cirurgia plástica na primeira metade do século XX na fala do médico-cirurgião era majoritariamente entendida como marginal entre os acadêmicos daquele período.

As dificuldades encontradas na realização das cirurgias plásticas entre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) eram gigantescas, produzindo grandes desafios na aceitação das experimentações praticadas em pacientes advindos das zonas de combate. Harold Gillies, por exemplo, foi um dos precursores das tentativas de se chegar a métodos mais exitosos na correção de lesões e deformações faciais provocadas pelo combate, porém “as condições no período inicial de desenvolvimento de seu trabalho eram pobres (PICCININI et al., 2017, p. 611), gerando grandes dificuldades nos experimentos.

A cirurgia plástica foi sendo estabelecida no mundo moderno graças aos intentos médicos produzidos durante a Primeira Guerra e foram sendo aperfeiçoados no decorrer das décadas, passando por transformações nas décadas de 1930 e 1940. Assim, tornou-se uma especialidade médico-cirúrgica que necessitava de aprimoramento, pesquisa e formação. Lybio Martire Junior diz que esse contexto produziu um interesse pela área:

Constata-se, então a necessidade de formar profissionais dirigidos para as reparações corporais. Assim, a partir da I guerra mundial, a Cirurgia Plástica oficializa-se como especialidade médica, sendo um de seus impulsores sir Harold Gillies, neo-zelandês, que na Inglaterra muito fez pela Cirurgia Plástica trabalhando com mutilados da guerra (MARTIRE JUNIOR, 2005, s/p.).

Contudo, é a partir dos anos 1940 que a cirurgia se estabelece no território brasileiro, tornando-se uma especialidade com técnicas que demandavam aprimoramento, pesquisa e formação específica no país. Após a criação da Sociedade Latino-americana de Cirurgia

Plástica, em 1941, surgiu a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), no ano de 1948, sob o comando de José Rebello Netto, médico-cirurgião criador da primeira clínica específica sobre o tema na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, na década de 1930.

Lybio Martire Junior afirma que José Rebello Netto foi o responsável pela difusão inicial da cirurgia plástica no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, formando os primeiros nomes dessa especialidade no país. Segundo o autor, “ele criou o que é considerado o marco inicial do nascimento da especialidade no Brasil, porque começou a propiciar a formação de especialistas na área, dentro do país, o que até então não havia ocorrido, além de promover sua difusão” (MARTIRE JUNIOR, 2005, s/p).

Em 1933, Antônio Prudente Meirelles de Moraes deu início ao marco fundador da disciplina de Cirurgia Plástica na recém-fundada Escola Paulista de Medicina, tornando-se o primeiro catedrático da especialidade no país. A partir disso, seus assistentes abriram clínicas e desenvolveram os primeiros pólos profissionais da área. Como ressalta Lybio Martire Junior, “a criação destes dois serviços pode ser considerada o início da cirurgia plástica brasileira porque deu origem à formação sistemática de especialistas na área (MARTIRE JUNIOR, 2005, s/p).

Enquanto Ivo Pitanguy se formava na Universidade do Brasil, em 1946, os médicos-cirurgiões gerais capitaneados por José Rebello Netto e por Antônio Prudente Meirelles de Moraes constituíam uma pequena rede especializada em cirurgias plásticas, contribuindo para o surgimento da SBCP e para posterior consolidação das técnicas adotadas no Brasil das décadas seguintes.

Como vimos anteriormente, a arquitetura institucional dessa especialidade é datada da década de 1930, sendo muito incipiente no país. É por tal motivo que a cirurgia plástica era o “patinho feio” da cirurgia-geral entre os catedráticos e profissionais da medicina, como afirma Ivo Pitanguy em sua autobiografia.

Apesar das dificuldades e do pouco reconhecimento da especialidade, o jovem estudante de medicina, que depois viria a se tornar o Patrono da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, confessou que “tinha uma vontade e um interesse natural em me dedicar ao que os outros colegas da cirurgia geral chamavam de ‘coisinhas’ ou detalhes” (PITANGUY, 2009, p. 17). Assim, Pitanguy delineava o entendimento de futilidade que circulava no meio médico brasileiro sobre as cirurgias plásticas e o seu interesse pessoal em adquirir conhecimento na área.

Levando em consideração que a partir da década de 1930 a cirurgia plástica se tornou um tema presente no meio social brasileiro através da imprensa, faz-se necessário destacar que

os procedimentos eram diferenciados em dois modelos: a cirurgia plástica corretora, amplamente usada durante a Primeira Guerra Mundial, e a cirurgia plástica embelezadora, também chamada de cirurgia plástica estética. A finalidade da primeira colocava a devida relevância social do procedimento, destacando comumente a necessidade de reintegração da imagem corporal dos sujeitos atingidos por acidentes e tragédias que deformaram alguma parte do corpo. De modo distinto, a segunda era apresentada em manuais de embelezamento feminino como recurso para injúrias da natureza, cuja insatisfação humana indicava a pertinência do procedimento.

A época foi marcada pela divulgação das técnicas promovidas no território europeu e estadunidense, revelando que os estrangeiros estavam aplicando fórmulas que visavam restabelecer pessoas no meio social, cuja intenção era de exercer o papel da medicina através de intervenções que pretendiam curar as imperfeições causadas pelos confrontos da guerra. Assim, os corpos queimados, amputados e dilacerados no *front* eram objetos dos experimentos médicos com objetivos corretivos. Em nome do desenvolvimento científico, os corpos de soldados feridos foram usados como cobaias de experimentos que se aprimoraram no decorrer das guerras. Dessa forma, buscava-se reparar os danos físicos causados nas trincheiras e posicionavam a medicina como responsável pelo processo de remodelagem das formas corporais.

Assim, a cirurgia plástica reparadora tornou-se emblemática por proporcionar mudanças sociais importantes, ganhando status entre os profissionais da medicina. Afinal, a prática era entendida como relevante, invocando a imagem do médico-cirurgião que salva, repara e reintegra as pessoas a sociedade. Essa concepção foi sendo fortalecida por décadas, compreendendo uma das imagens de reputação da cirurgia plástica de modo geral. Esse é o entendimento compartilhado por Ivo Pitanguy (2009, p. 19), ao declarar que “a cirurgia reparadora restitui a função e recupera a forma, devolvendo ao indivíduo sua normalidade física e psíquica”.

O caráter curativo da cirurgia plástica reparadora é inegável, porém os discursos elaborados em torno dessa prática médica implicam em concepções físicas e corporais que merecem ser questionadas, pois há um reforço evidente de uma determinada imagem do humano sendo posta em ação. Ao declarar que a perspectiva de reparação cirúrgica está associada à busca da “normalidade física e psíquica”, Pitanguy proporciona um caminho para a nossa análise das manifestações midiáticas da cirurgia plástica no Brasil. Isto é, abre-se caminho para falarmos sobre o desenvolvimento da normalidade física e psíquica na mídia.

Afinal, entendemos que o apogeu da plástica estética no final do século vai sendo desenvolvida nesse preâmbulo histórico.

O conceito de normal é devedor da compreensão que se tem do patológico, conforme destaca Michel Foucault (2010). A normalidade, como fenômeno, é mapeada por esse autor através das instituições disciplinares modernas, em que os objetivos de disciplinamento e organização pautavam formas de condução dos indivíduos em normas, regras, receitas, fórmulas, etc. que prescreviam o comportamento humano. Dessa forma, a norma se estabelecia como um marco que estimulava a conduta dos envolvidos na instituição, promovendo parâmetros de atuação prescritos pelos interesses do poder disciplinar institucional.

A norma funcionava como expressão racionalizada do poder que atuava em escolas, prisões, hospitais, manicômios, fábricas, casernas e outros espaços modernos, desenvolvendo o modelo de sujeito compatível com os termos presentes nas instituições. Isso quer dizer que existia um processo de fabricação do indivíduo adaptado pelas normas, sendo classificado de normal. O sujeito normal, nesse sentido, é aquele que se adequa às expectativas programadas pela sociedade disciplinar, incorrendo em condutas milimetricamente pensadas e vivenciadas de forma a respeitar a integridade do poder.

Através dos exames, avaliações e testes, as instituições modernas consagravam figuras que respeitavam as normas identificando-as como normais, ao passo que demarcavam também os comportamentos dos inaptos, incorretos e desviantes. Dessa forma, classificavam o corpo social em escalas que representavam a normalidade, apontando também para aqueles que deveriam ser corrigidos e normalizados:

O corpo social analisado por Foucault é vigiado por meio de técnicas que incluem o surgimento de discursos sobre a higiene, a patologia e a delinquência. Essas figuras passam a compor o cenário social moderno, todas corporificadas a partir da ótica da moral burguesa inscrita na sociedade industrial disciplinar (SANCHES, 2016, p. 107).

A compreensão dos valores sociais que sustentam a norma é indispensável para uma interpretação dos fenômenos da normalidade e da anormalidade moderna. A tendência das instituições disciplinares, e dos saberes instrumentalizados por elas, é a de emplacar o processo de normalização dos sujeitos, consagrando técnicas de vigilância que se consolidam por meio de estímulos e procedimentos com o intuito de adequar, compatibilizar e corrigir os desviantes das normas preestabelecidas. É por isso que os discursos da higienização, patologização e delinquência surgem no campo social moderno.

Michel Foucault (2013a, 2010) compreendia que os regimes de saber atuavam no processo de sanção das normas disciplinares e as correções eram arquitetadas por um conjunto amplo e difuso de conhecimentos. Assim, a disciplina médica – inter cruzada por outros discursos científicos - consagrou um determinado modelo corporal humano como normal, compreendendo os desvios, fraturas e deformidades como anomalias. Diante dessa concepção, as formulações técnicas e teóricas em relação aos objetos do saber constituíam-se como mecanismos de controle e vigilância, colocando a medicina, a biologia e as demais ciências da vida como responsáveis pelo domínio da humanidade, centralizando no corpo o seu projeto de poder e saber.

O fundamento foucaultiano da norma está associado ao surgimento das anormalidades, colocando a figura do anormal como objeto de intensos investimentos do poder. No caso do humano, os anormais são análogos aos monstros, compreendidos comumente como aqueles que ultrapassam as barreiras estabelecidas pelas normas. Em síntese, “o olhar médico esboçado a partir do prisma da normalidade, portanto, reiteraria a compreensão de anomalia dedicada aos corpos deformados (SANCHES, 2016, p. 142).

A história das deformações físicas humanas demonstra que o poder disciplinar estabeleceu formas humanas consagradas como perfeitas, ou seja, normais, e imperfeitas – chamadas de anormais e monstruosas. O desequilíbrio, a desproporção e a desarmonia dos contornos corporais foram classificadas como desvios durante os séculos da modernidade, influenciando em modelos de percepção dos corpos baseados nos paradigmas da normalidade (COURTINE, 2011) o que promoveu uma intensa produção de técnicas de correção, cujo intuito residia na ideia de normalização das formas.

Assim, o discurso da imprensa brasileira, das décadas de 1930 e 1940, e o pensamento médico do período sobre as cirurgias plásticas reparadoras organizam a concepção normalizadora da sociedade moderna. Os corpos amputados e dilacerados da guerra foram entendidos como desviantes do modelo normal de humanidade, cabendo à medicina a captura, a remodelagem da carne e a reinserção desses indivíduos no meio social, apresentando-lhes novamente o lugar da norma estética do humano. Essa lógica constituía aquilo que Sir. Harold Gillies, o pioneiro da cirurgia plástica moderna, preconizava: “a cirurgia reparadora é uma tentativa de retornar o paciente à normalidade; a cirurgia estética, uma tentativa de ultrapassar a normalidade” (PICCININI *et al.*, 2017, p. 612).

A concepção de normalidade faz parte da história da medicina como saber sobre o corpo humano, cuja cirurgia plástica reparadora surge como mais uma técnica de normalização dos indivíduos. Acreditamos que as relações de poder, que constituem a própria medicina como

saber, na perspectiva reparadora, depositavam esse sentido no lugar da restituição das formas físicas, mas essa compreensão vai sendo modificada durante as décadas do século XX, justificando assim o apogeu das cirurgias plásticas de caráter estético.

O contexto de surgimento das cirurgias plásticas no Brasil também acionava os valores morais da época no que diz respeito à consagração dos ideais de beleza. As primeiras décadas do século XX eram permeadas por um modelo científico positivista com intenso viés eugênico. Conforme destaca Nancy Leys Stepan (2004), circulava naquele período o entendimento de que o papel da medicina era de cuidado com o projeto de nação, saneando e educando os corpos dos cidadãos através de suas práticas disciplinadoras. Esse fenômeno também foi identificado por Lilia Schwarcz ao definir que a imagem da medicina social daquele período era de “tutora da sociedade, saneadora da nacionalidade, senhora absoluta dos destinos e do por vir” (SCHWARCZ, 1993, p. 202).

Stepan (2004) chama atenção para o fato de que o modelo de eugenia articulado no Brasil tinha como base as questões raciais do país. Por isso, “a eugenia foi profundamente estruturada pela composição racial e pelas preocupações raciais do país. Em um sentido bem fundamental, a eugenia referia-se à raça e ao aprimoramento racial, não à classe” (STEPAN, 2004, p. 335). Ou seja, o discurso eugenista pregava o aperfeiçoamento racial, considerando o branco e a sua estética como normais, sendo negros e indígenas como anormais.

A preocupação com a raça no Brasil tinha como fundamento os valores morais da Europa no período entreguerras, quando as ideologias nazistas e fascistas estavam se ramificando na Alemanha, Itália, Espanha e outros países. O caráter eugênico desses movimentos pregava o processo de “arianização” das populações, denominado no Brasil como branqueamento do povo. Isso atendia as aspirações das elites brasileiras que temiam pelo futuro de uma nação reconhecida internacionalmente pela mestiçagem.

A medicina social que se estabeleceu nas primeiras décadas do século XX promoveu concepções de que as populações negras eram responsáveis pelo atraso na modernização do país. Acreditava-se na ideia de que o branqueamento da população extirparia as existências da miscigenação racial, implicando no entendimento de que a raça ariana, ou seja, branca era superior às demais. É o que explica Maria Bernardete Ramos Flores (2000) sobre o ímpeto eugenista:

O desejo de branqueamento, que percorria o ambiente intelectual da época, apontava para a compreensão de que a parte visível da etnia brasileira deveria ser construída e expressa na postura civilizada do corpo. Uma conduta moderada em relação à sexualidade, uma boa aparência estética do corpo, hábitos de higiene, aspirações de acesso social, educação, trabalho, dariam o

índice classificador de homens e mulheres para uma taxionomia étnica brasileira (FLORES, 2000, p. 90-91).

No que diz respeito à construção de uma boa aparência, coube à cirurgia plástica estética moldar e harmonizar as características físicas de parcelas da população, suavizando partes do corpo que poderiam ser apontadas como exageradas, grandes, desproporcionais e típicas de raças compreendidas como inferiores na ótica eugenista. Álvaro Esteban Jarrin reitera essa interpretação ao dizer que “a cirurgia plástica era o candidato ideal para assumir este legado eugênico, dada sua preocupação com a aparência física dos corpos humanos como símbolo da saúde individual e coletiva” (JARRIN, 2011, p. 68).

O conceito de beleza amplamente compartilhado pela população brasileira, assim como os parâmetros da normalidade encampados pela medicina social da época, baseava-se no paradigma eugenista, em que o racismo não estava no extermínio radical dos traços negroides ou mestiços, mas no desejo de alteração das aparências por meio das sutilezas do embranquecimento. Como veremos no próximo tópico, a correção de traços físicos compreendidos como “defeituosos” pela medicina guardava em seu âmago uma apologia eugenista e racista.

Na história da cirurgia plástica no Brasil, as definições dos modelos reparadores e estéticos apontavam para a existência de uma junção dessas perspectivas, sendo a cirurgia estética apresentada socialmente como instrumento de correção de pequenos desvios da aparência humana (branca). Assim, valores eugenistas do discurso da medicina social eram inseridos na proposição de adequação aos modelos de beleza da época, mascarando o racismo presente nos discursos sobre traços corporais enfeiaadores por parte de médicos-cirurgiões e de outros agentes da medicina.

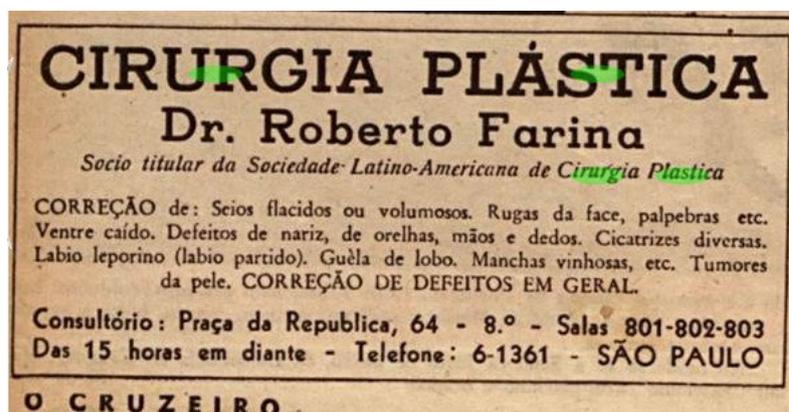
Ivo Pitanguy afirmava que o processo de formação de um cirurgião plástico definia-se pelo conhecimento adquirido sobre os dois modelos de intervenção: a reparadora e a estética. Assim, para ele, a figura do cirurgião não podia se limitar a conhecer apenas uma das abordagens, mas sim a concretude a própria especialização médico-cirúrgica, invocando uma interpretação sobre a necessidade de domínio dos dois modelos, sendo assim: “O cirurgião deve ter um profundo conhecimento da especialidade. Alguns tentam fazer a cirurgia estética sem conhecer a cirurgia reparadora, mas estes constituem uma ameaça. A cirurgia plástica é uma só: reparadora e estética. E não podem estar dissociadas” (PITANGUY, 2009, p. 19).

A formulação de uma concepção ampla sobre a cirurgia plástica coloca em questão a separação metodológica dos dois modelos - reparadora e estética, tornando possível o argumento de que toda cirurgia plástica é reparadora e estética, ao mesmo tempo. Isto é, o

cruzamento dessas duas perspectivas torna possível a compreensão da explosão fenomenal da adoção das cirurgias plásticas na sociedade brasileira, passando de um modelo a outro e entendendo as suas conexões e implicações no campo social.

Na década 1940, havia publicidades na revista *O Cruzeiro* de consultórios médicos especializados em cirurgias plásticas instalados na região Sudeste do Brasil, impulsionando a prática das cirurgias naquela parte do país. Antes mesmo do fenômeno mundial Ivo Pitanguy, Roberto Farina, em São Paulo e Augusto Campos, no Rio de Janeiro, assim como outros nomes dessa especialidade, exerciam a tarefa de oferta das técnicas cirúrgicas para a população. Apostando no rosto como principal lugar de atuação cirúrgica, a publicidade da época invocava a correção facial como recôndito especial das intervenções.

Imagem 1 - Publicidade de consultório de cirurgia plástica.



Fonte: O Cruzeiro, 1946, edição 0030 (2), p. 52.

A remoção de rugas, alinhamento de pálpebras, apagamento de manchas e flacidez, eram destaques dos procedimentos anunciados pelos primeiros espaços de tratamento cirúrgico estético do país, mas as opções de cuidado envolviam também os “defeitos” do nariz, orelhas, mãos, lábios e pele. Assim, os anunciantes demonstravam a convivência entre as técnicas reparadora e estética e reiteravam o caráter corretor e normalizador que formava o âmago da medicina moderna eugenista. Constituíam-se assim uma história da cirurgia plástica no Brasil a partir da formação discursiva que compreendia o corpo em sua superfície e as possibilidades médicas de adequação eugênica das formas.

A correção das aparências é a tônica dos anúncios dos poucos consultórios e clínicas especializadas em cirurgia plástica na década de 1940. O anúncio apostava num convite para quem estivesse descontente com a formação corporal “defeituosa”, sugerindo que o espaço médico corrigiria essa condição socialmente reprovada. Contudo, somente os anúncios não sustentavam a expansão inicial das técnicas de cirurgias plásticas no Brasil. As colunas de

beleza da época funcionavam como espaço de produção de convencimento sobre a validade dos procedimentos, colocando em evidência os parâmetros necessários para referendar a qualidade e assertividade dos procedimentos.

A coluna *Elegância e Beleza*, assinada por Elza Marzullo, colaboradora da revista *O Cruzeiro*, era um espaço dedicado a conselhos e dicas do universo feminino, destacado por elementos que tratavam das inúmeras formas de embelezamento da mulher. Através da veiculação de fórmulas indicadas para a manutenção da beleza, *Elegância e Beleza* contava os segredos que toda mulher precisava saber sobre beleza e elegância, símbolos da feminilidade daquele período. Contando ainda com diálogos entre a colunista e as leitoras, cujos nomes eram trocados por pseudônimos, desse modo, *Elegância e Beleza* constituía-se como uma das fontes de propagação de técnicas, fórmulas e práticas que se destacavam no campo da estética eugênica.

É na década de 1940 que Elza Marzullo inicia o processo de recomendação das cirurgias plásticas para suas leitoras. Respondendo a perguntas sobre determinados “defeitos” dos corpos, a colunista reproduzia uma infinidade de propostas que envolviam desde a ginástica, passando pela maquiagem, até as massagens e pomadas vendidas nas farmácias. Todavia, as recomendações tinham o caráter de normalização dos corpos, cujo intuito era adequar a corporeidade das leitoras às expectativas geradas em torno da aparência feminina eugênica. Assim, a colunista desenvolvia um complexo aparato argumentativo que explorava as possíveis técnicas para resolver “os problemas” das suas leitoras, convocando-as a agir de maneira adequada aos receituários médicos consagrados naquele período.

Maria Bernardete Ramos Flores (2000) destaca que os parâmetros de beleza exaltados pelos eugenistas perpassavam outros campos sociais, influenciando os conselhos de embelezamento que circulavam no meio social brasileiro. E essa perspectiva corrobora com a ideia de que a imprensa dos anos 1930, incluindo os anos seguintes, colocava em destaque uma concepção eugênica de beleza. Nas palavras da autora:

Para a mulher brasileira, a meta era alcançar as regras clássicas da antropometria presentes nas obras de arte grega. A beleza do rosto, a dimensão do pescoço, a desenvoltura do busto, das ancas, o torneado dos membros, a não-discrepância anatômica dos seios, das mãos, dos pés, a resistência das carnes, o modo de andar, de olhar, de falar... a beleza dos cabelos, o tamanho, a forma e a cor dos olhos, cílios e sobrancelhas, o colorido, forma e dimensão dos lábios e dentes, do nariz e das orelhas, a forma das mãos, dos pés e das unhas eram considerados adornos naturais que deveriam ser cultivados (FLORES, 2000, p. 91-92).

Denise Bernuzzi Sant'Anna (2005) percebeu em uma análise de jornais e revistas, entre 1900 e 1930, uma enxurrada de conselhos de embelezamento baseados na ideia de que a feiura era defeito da aparência feminina, inexistindo menções aos homens, cujas recomendações entendiam as loções, pomadas e compostos como remédios que tinham como objetivo tratar dessa demanda. A autora considera que os remédios que curavam a feiura faziam parte do domínio da medicina como ciência que contribuía na organização moral e social das famílias, baseados em seus anseios eugenistas. Como ressalta a autora: “no contexto de uma sociedade em que o lugar do médico é fundamental para a organização moral e social das famílias de elite, a falta de beleza, traduzida em termos de doença, merece o exame médico e o tratamento com remédios” (SANT'ANNA, 2005, p. 123).

Nesse período, anterior ao surgimento da cirurgia plástica no Brasil, o papel do médico era fundamental para a cura das moléstias que acometiam as pessoas, principalmente pela incidência da perspectiva eugênica que tinha na raça a consagração dos ideais estéticos, que contribuiu para a formação dos discursos sobre o embelezamento das décadas posteriores. Assim, as prescrições e recomendações da imprensa e da publicidade eram alimentadas pelo desejo de cura da feiura, pois “os defeitos” e “as imperfeições” eram interpretados como um grave problema racial. Sendo as cirurgias plásticas, aquelas que possuíam o poder de alterar visivelmente todos os traços que estivesse em desconformidade com os paradigmas eugenistas da época.

Este ideal de humanidade, tarefa do médico eugenista e dos educadores, circulou como ideal estético nos discursos literários, artísticos e científicos, na moda, na propaganda e na representação do corpo, dando sentido às políticas de controle, submissão e avaliação do corpo de carne e osso de homens e mulheres (FLORES, 2000, p. 100).

Elza Marzullo era uma das personagens dessa história do embelezamento, cujas recomendações sobre os procedimentos estéticos tinham como objetivo a cura das imperfeições e a manutenção dos parâmetros de beleza eugenistas. Isto é, um processo de normalização dos corpos baseado no embranquecimento da população. Assim, em *Elegância e Beleza*, a colunista apresentava as formas de controle da aparência a partir do paradigma da beleza feminina como um dever da mulher. Ginástica, dietas, maquiagem, saúde, cuidados com o cabelo etc. faziam parte do universo de recomendação produzido na coluna feminina de *O Cruzeiro*.

Em meio às temáticas que compunham os receituários de embelezamento, a cirurgia plástica começou a aparecer como um recurso que podia ser adotado em situações em que as fórmulas anteriores falharam ou eram insuficientes. Dessa forma, Elza Marzullo adotava o

discurso de que a cirurgia plástica era um recurso que só deveria ser usado em casos extremos, cujas técnicas de ocultamento das imperfeições não dão conta. A recomendação de maquiagens, ginástica e dietas era apresentada como prática efetiva e constante para toda mulher que queria ter a beleza reconhecida. Assim, essas técnicas eram propagadas como tratamentos precoces, em que as mulheres mais jovens precisavam manter o rigoroso ritual de cuidado com a aparência desde cedo.

A cirurgia plástica era apresentada em *Elegância e Beleza*, na década de 1940, como uma última saída para a resolução dos problemas, defeitos e imperfeições femininas. Um dos temas recorrentes nas cartas das leitoras estava na forma e tamanho dos seios, colocando o busto feminino como uma das regiões mais comentadas pelo público da coluna. Com reclamações sobre flacidez, deformação e desarmonia mamária, as leitoras questionavam a Elza Marzullo o que fazer para reparar os danos causados pela gravidez e amamentação. De forma categórica, a especialista afirma que a cirurgia plástica era a indicação correta para o caso, mas invocava a ideia de adiamento da escolha por meio da adoção de artifícios que encobririam o desgaste dos seios: “É sempre assim, minha amiga. É o tributo devido à felicidade de ser mãe...Só a cirurgia plástica pode corrigir isso, mas você ainda é tão moça! Deixe para mais tarde...vá recorrendo, por enquanto, aos artifícios”.¹¹

Passar pelo procedimento de intervenção cirúrgica era compreendido como um recurso drástico. Dessa forma, a colunista apostava na recomendação de técnicas que acobertavam visualmente os problemas trazidos por suas leitoras. Em outra resposta, ela considerava que a cirurgia era importante, “mas é sempre conveniente deixar esse recurso para o fim...”¹², descartando a ideia de que lançar mão dos procedimentos cirúrgicos fosse possível desde o início do processo de embelezamento. Por ser uma solução complexa, a cirurgia plástica só era defendida pela colunista em casos que não tenham como corrigir com outros artifícios.

Em situações compreendidas como impossíveis de dissimular, os conselhos de beleza passavam a apontar a cirurgia plástica como única forma de resolução. Além disso, percebe-se que as intervenções são comumente questionadas no que se refere às mulheres mais jovens, configurando a ideia de que as plásticas eram destinadas às mais velhas, como prática de recomposição da beleza ou, em outras palavras, rejuvenescimento. Evitar a cirurgia plástica era necessário, pois os produtos disponibilizados para o cuidado com a aparência serviam como elementos de tratamento precoce. Assim, apenas em casos extremos a indicação era incontestável.

¹¹ *Elegância e Beleza*. *O Cruzeiro*, 1943, edição 0046 (2), p. 62.

¹² *Elegância e Beleza*. *O Cruzeiro*, 1943, edição 0047 (1), p. 94.

Uma leitora perguntou o que fazer com o nariz avolumado, Elza Marzullo afirmou: “É um caso complicado pois ao dissimular o comprimento ocorrerá o risco de parecer mais largo...Quanto à plástica é, realmente, mais eficaz quando feita por um cirurgião especialista em beleza e, o que é mais importante, competente”¹³ Em suas dicas e recomendações, a colunista apelava para os artifícios que poderiam ocultar as ditas imperfeições corporais das leitoras, mas o processo de indicação das cirurgias plásticas partia do lugar de aconselhamento que pedia os devidos cuidados na escolha do profissional da área, revelando que o valor da “competência” era fundamental para o êxito da cirurgia.

Como o Brasil só ganhou uma sociedade científica específica para as demandas da especialidade das cirurgias plásticas em 1948, havia antes disso um receio sobre quem eram os profissionais competentes da área. Essa desconfiança aparecia em diferentes conversas realizadas entre Elza Marzullo e as leitoras de *Elegância e Beleza*, no entanto, essa realidade muda com o passar do tempo. Já em 1945, a colunista chega a afirmar que a técnica da cirurgia plástica estava bem avançada no território brasileiro: “Antes de tentar a cirurgia plástica, aliás bem desenvolvida entre nós, por que não experimenta fazer um ‘peeling’? tem dado excelentes resultados em casos como o seu”.¹⁴

Como afirma Lybio Martire Junior, é na década de 1940 que “a cirurgia plástica brasileira começava a delinear seu papel de liderança na América Latina e a salientar-se mundialmente” (MARTIRE JUNIOR, 2005, *online*), o que demonstra que o fenômeno social de reconhecimento da especialidade já estava em curso. Desse modo, o número de indicações para a realização desses procedimentos aumenta significativamente, tornando comum os seguintes enunciados:

1. “Fale diretamente com um médico especialista em cirurgia plástica, para saber quanto lhe custará o ‘concêrto’(sic) das orelhas”.¹⁵
2. “Devo aconselhar a que consulte um especialista, pois, na sua idade, talvez se trate de distúrbio interno. A cirurgia plástica corrige perfeitamente o defeito e você talvez possa adotar êste (sic.) recurso já aplicado com êxito aqui no Rio.”¹⁶
3. “Não fiquem tristes; o recurso, apesar de ser um pouco caro, dá resultados surpreendentes. A cirurgia opera milagres em casos como êsses de vocês”.¹⁷

¹³ *Elegância e Beleza*, *O Cruzeiro*, 1944, edição 0012 (1), p. 90.

¹⁴ *Elegância e Beleza*, *O Cruzeiro*, 1945, edição 0007 (1), p. 88.

¹⁵ *Elegância e Beleza*, *O Cruzeiro*, 1945, edição 0010 (1), p. 93.

¹⁶ *Elegância e Beleza*, *O Cruzeiro*, 1945, edição 0012 (1), p. 32.

¹⁷ *Elegância e Beleza*, *O Cruzeiro*, 1946, edição 0019 (1), p. 69.

4. “Ainda não encontrei uma criatura que me pudesse confirmar o bom resultado que êsses (sic.) preparados prometem. O único recurso mesmo é a cirurgia plástica”.¹⁸

5. “O recurso está, somente, na cirurgia plástica. E, para disfarçar, aplique o rouge distante do nariz”.¹⁹

Elegância e Beleza tornou-se um espaço de incentivo às cirurgias plásticas, incorporando os procedimentos reparadores e estéticos aos discursos do embelezamento feminino na década de 1940. Através das recomendações, a colunista Elza Marzullo invocava uma prática de especialista em beleza que compreendia a necessidade das leitoras, prescrevendo-lhes estratégias de cuidado com o corpo a partir de técnicas e produtos que visavam recompor a boa aparência das mulheres. Contudo, as modificações corporais indicadas partiam do paradigma corretivo com o intuito de apaziguar a agonia e a angústia das leitoras que subscreviam em pseudônimos o desconforto causado em relação aos narizes, manchas, rugas, pálpebras, flacidez e seios desiguais.

Ivo Pitanguy *et. al.* (1985) afirmam que a procura pela cirurgia plástica envolve mais do que a simples realização de um procedimento cirúrgico, fazendo com que a pessoa busque mais do que uma modificação física. O corpo, segundo esses autores, é mais do que uma massa biológica viva movida por energia, sendo também uma entidade política que carrega símbolos e participa de rituais sociais marcados pelas relações de poder. Assim, a autoimagem e o comportamento são significativos para o sujeito, pois são com esses elementos que os indivíduos constroem a harmonia consigo mesmo:

Desta forma, a busca da cirurgia emana simplesmente uma finalidade transcendental, que é a tentativa de harmonização do corpo com o espírito, da emoção com o racional, visando estabelecer um equilíbrio interno que permita ao paciente encontrar-se, reestruturar-se, para que se sinta em harmonia com sua própria imagem e com o universo que o cerca (PITANGUY *et al.*, 1985, p. 114).

O discurso normalizador produzido por *Elegância e Beleza* constitui uma das fontes que organizam o sentido de como as distintas formações corporais eram interpretadas no meio social brasileiro na primeira metade do século XX, elaborando enunciados que reiteravam o caráter desviante de determinados contornos físicos e advogavam de forma imperativa pela correção. Dessa forma, o desconforto estético sentido pelas leitoras de *O Cruzeiro* era reiterado pelo discurso de anormalidade de determinados corpos promovido por Elza Marzullo,

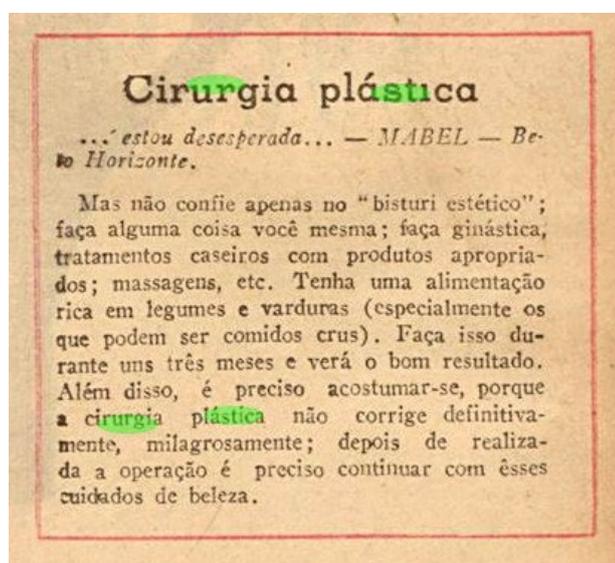
¹⁸ *Elegância e Beleza*, *O Cruzeiro*, 1946, edição 0045 (1), p. 68.

¹⁹ *Elegância e Beleza*, *O Cruzeiro*, 1947, edição 0029 (1), p. 69.

desenvolvendo e reiterando o sentido de que a cirurgia plástica era o recurso necessário para a recomposição das formas, corrigindo os defeitos do corpo.

Assim como em *Elegância e Beleza*, a justificativa elaborada por Ivo Pitanguy *et al.* (1985) é compatível com o horizonte de normalização das formas corporais instaurado no meio social brasileiro. Dessa forma, ao apontar reiteradamente o recurso da cirurgia plástica como artefato corretivo, além do interesse estético, a imprensa daquele período pautava um processo de instrução normativa que tinha como base um modelo de corporeidade feminino consagrado pela beleza, assim as características físicas entendidas como feias deveriam ser modificadas por técnicas médicas e, posteriormente, cosméticas.

Imagem 2 - Cirurgia Plástica. Elegância e Beleza



Fonte: O Cruzeiro, 1950, edição 0043 (1), p. 133.

Esses investimentos no discurso da correção por meio das cirurgias plásticas, na década de 1940, apontam para uma ruptura com o modelo interpretativo que tinha na beleza o entendimento de dom, quando ser bela era um presente da natureza, colocando os sinais da feiura como uma desgraça acometida em mulheres desafortunadas. Denise Bernuzzi Sant'Anna (2005, p. 126) afirma que "numa época em a 'Natureza' se escreve com maiúsculo, que sua obra é considerada da ordem do prodígio divino, é perigoso intervir no próprio corpo em nome de objetivos pessoais e dos caprichos da moda. Isto é, a cirurgia plástica estética era a evidência do surgimento de um novo paradigma nos discursos da beleza.

A pesquisa de Silvana Vilondre Goellner, por exemplo, demonstra que nas décadas de 1930 e 1940, a revista *Educação Physica* tratava a temática do embelezamento feminino a partir da perspectiva de responsabilização da mulher por sua aparência. Distanciando-se da

abordagem da beleza como um dom da natureza, a publicação apostava no processo embelezador como um investimento da pessoa. Dessa forma, a publicação consagrava outro modelo de discurso sobre a beleza feminina. Nas palavras da autora:

Responsabilizada pela sua aparência física, a mulher, é instigada a participar do universo das práticas corporais empenhando esforços não só para beneficiar seu estado de saúde como também para ser reconhecida e aprovada pelo olhar masculino. Um olhar que a submete ao imperativo da sedução, isto é, a um discurso cuja sustentação fundamenta-se na associação da aparência feminina como sinônimo de beleza física e jovialidade (GOELLNER, 1999, p. 27).

Já nos anos 1950, os discursos de Elza Marzullo em *Elegância e Beleza* indicavam que as intervenções cirúrgicas tinham ganhado vigor entre os tratamentos estéticos disponíveis. A colunista inscrevia os procedimentos no *hall* dos cuidados que a mulher deveria ter com a beleza, afirmando categoricamente a necessidade de manutenção dos rituais de embelezamento mesmo depois de optar pelas cirurgias. Todavia, o “bisturi estético” não era a garantia final da beleza, como ressaltou Elza Marzullo em seu conselho.²⁰ Assim, o enunciado produzido pelo *O Cruzeiro* demonstrava que o trabalho constante sobre si mesma era a atual forma de embelezamento da metade do século, cujo investimento pessoal foi alimentado pela busca incessante por manter-se jovem, elegante e bonita. O que antes era compreendido como uma obrigação passou a ser um direito das mulheres.

Essa percepção nas alterações dos modelos de beleza entre as décadas de 1930 e 1950 é importante por demonstrar o movimento promovido pelos fluxos informacionais que tinham na beleza o seu objetivo. No contexto internacional, por exemplo, as celebridades femininas do cinema apresentavam um sensualismo marcado pelo discurso de domínio do corpo e liberdade, consagrando uma fórmula de beleza que se distanciava das agruras morais que cercavam o ambiente familiar daquele período. Assim, nomes como Ava Gardner (1922-1990), Marlene Dietrich (1901-1992), Marilyn Monroe (1926-1962), Bette Davis (1908-1989), Rita Hayworth (1918-1987), Brigitte Bardot (1934-) e outras despontavam como responsáveis por uma beleza mais erótica, tornando o corpo um objeto de consumo da indústria do entretenimento. Como resalta Georges Vigarello, nessas representações, “o importante é a erotização, a presença de uma beleza mais provocante, um porte liberado atingindo como nunca reservas e convenções” (VIGARELLO, 2006, p. 171).

²⁰ Cirurgia Plástica. *Elegância e Beleza*, *O Cruzeiro*, 1950, edição 0043 (1), p. 133.

As divas do cinema de meados do século XX faziam parte de um universo midiático construído em torno daquilo que Edgar Morin classificou de *star system*, sendo uma constelação de estrelas que irradiava modelos de comportamento e aparência consagrados pela indústria da cultura daquele período. Segundo Morin, as atrizes tornaram-se estrelas e suas personagens eram embebedas da magia que a estrela possui. Assim, construía-se uma imagem mitológica das estrelas do cinema, revestindo-as de glamour, beleza e sensualidade. Como indica Morin, “a atriz que se torna estrela tira proveito dos poderes divinizadores do amor, mas traz também um capital: um corpo e um rosto adoráveis” (MORIN, 1989, p. 27).

O corpo das estrelas cinematográficas compõe o repertório das imagens que balizavam os ideais de beleza dos anos 1950, tornando-se um símbolo importante para a difusão de práticas corporais que tinham no processo de embelezamento sua magia. Isto é, tornar-se bela como uma estrela custava um empenho ordinário e constante, implicando assim na formação do direito de ser bela como uma estrela.

Contudo, o contraste das celebridades femininas do cinema e da indústria do entretenimento internacional com as donas de casa brasileiras dos anos 1950 era gigantesco. Nessa época, no Brasil, as mulheres ainda estavam presas à moral conservadora e religiosa que constituía o ambiente social. A estrutura familiar brasileira marcada pelo patriarcado colonial, por exemplo, era mantida por discursos e práticas que restringiam a mulher ao espaço doméstico, tornando-a responsável pelos cuidados com o lar e com os filhos.

O papel social adotado pela mulher brasileira nas primeiras décadas do século XX era adaptado aos interesses do modelo patriarcal vigente, colocando as rotinas de embelezamento feminino como formas de atendimento do desejo masculino. Como esposa, filha e/ou mãe, a mulher desempenhava um processo de embelezamento como marca de higiene e cuidado. Essa concepção era marcante no modelo social brasileiro, como destaca Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves:

A sociedade estratificada, econômica e culturalmente, mantém-se sem muitos atropelos e se costuma dizer, de uma ou outra mulher, por razões diversas, que “ela sabe qual é o seu lugar”. Ou seja, seu domínio restringe-se ao seu lar. É do marido, dos filhos e dos pais (sogros, tios, tias) idosos que ela deve se ocupar (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 236).

O processo de embelezamento feminino a partir dos anos 1950 foi possibilitando algumas rupturas com o antigo modelo higiênico e eugenista, consolidando a conquista da beleza através de narrativas de celebridades que apresentavam um novo papel da mulher na escolha sobre os procedimentos estéticos que adotariam para si. Desse modo, uma determinada

liberação foi sendo gestada naquele período, cujos aconselhamentos foram ampliados nas histórias de vida das pessoas famosas, com dicas e recomendações que emplacavam a lógica de consumo de determinados produtos.

No caso das estrelas de cinema, ao propagarem suas escolhas pessoais no que diz respeito aos cuidados com o corpo e a aparência na imprensa, surge um determinado culto em torno dessas práticas. Dessa forma, “cuidados com a beleza, *toilettes*, cosméticos, preferências alimentares ou estéticas mudanças, mobiliário, animais domésticos, detalhes íntimos são a matéria-prima da mexeriquice” (MORIN, 1989, p. 60) que as consumidoras das narrativas das celebridades têm contato. Edgar Morin (1989) percebe que essa relação midiaticizada entre as estrelas e fãs constitui um importante polo irradiador de comportamento, aparência e consumo, exaltando determinadas práticas e extirpando outras do mesmo cenário.

É nesse contexto de culto das aparências das estrelas do cinema que os antigos remédios passaram a ser chamados de cosméticos, já que a indústria farmacêutica no Brasil passava por uma ampla modificação (MILREU, 2012). Essa mudança na indústria da beleza nacional foi singular para o período, pois abria as portas do mercado para uma avalanche de produtos, procedimentos e técnicas estrangeiras que pretendiam realçar a beleza feminina. Mais do que dissimular, como vimos anteriormente, o final dos anos 1950 apostava na beleza como conquista e direito.

As cirurgias plásticas de caráter estético eram apresentadas como solução para o desconforto que não era resolvido por outros meios. Assim, a história desses modelos de intervenção cirúrgica foi delineando um movimento de cruzamento entre a dimensão reparadora e o uso estético desses procedimentos, achatando as diferenças e promovendo uma (re)construção do corpo. Com isso, um modelo de imagem corporal foi se consolidando com o avanço das técnicas médicas, consolidando silhuetas em boa forma.

2.2 A (RE)CONSTRUÇÃO DO CORPO NAS IMAGENS DAS CIRURGIAS PLÁSTICAS

Ivo Pitanguy (1923-2016) foi aclamado pela imprensa brasileira, desde meados da década de 1950, com o título de maior cirurgião plástico do país, promovido por sua fama internacional como reconhecimento da competência no campo de atuação estético-reparador. Apresentado pelos meios de comunicação como um gênio, o trabalho dele era consagrado como ímpar no meio médico, chegando a ser chamado de “o homem do bisturi de ouro”.²¹ Com esse sucesso,

²¹ Pitanguy, o homem do bisturi de ouro. *Manchete*, 1981, edição 1529 (3), p. 99.

as comparações do trabalho do cirurgião-plástico com artistas plásticos tornaram-se comuns nas publicações da imprensa.

A partir das representações do corpo modificado, é possível identificarmos o trabalho da mídia na construção da imagem do profissional como um artista, do procedimento cirúrgico como técnica artística e do corpo como uma obra de arte moldável.²² Acreditamos que a imprensa promoveu o desenvolvimento de representações do corpo modificado a partir do paradigma estético das artes, demonstrando por meio de imagens do corpo as alterações produzidas pelas tecnologias médicas, tornando visíveis as mudanças corporais.

Maria Bernardete Ramos Flores (2000) identificou que o trabalho da medicina legal e social era influenciado por valores morais eugenistas, sustentados pelo discurso estético da boa aparência das raças, definindo quais características corporais eram necessárias para a formação de uma imagem do povo brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Assim, o tema da beleza perpassava a construção das representações sociais de homens e mulheres, dando lugar a aceitação de aparências que eram julgadas como positivas para o desenvolvimento do país.

A temática do belo na formação de uma imagem positiva da população brasileira era perpassada pelo apelo ao apagamento de fenótipos compreendidos como “degenerados”, advindos de comportamentos rechaçados pela sociedade. Inegavelmente, a questão racial moldava o modo como as modificações corporais foram sendo realizadas pela cirurgia plástica. Afinal, como afirma Maria Bernardete Ramos Flores em entrevista concedida a Emerson Oliveira:

O mal-estar diante da miscigenação propalada como origem da “degeneração” racial, causadora de nossa civilização às avessas, levou os intelectuais atentarem sanar esse “mal”. Obras literárias, críticas de arte, ensaios e tratados de antropologia, sexologia, sociologia, psiquiatria, medicina legal, usaram argumentos científicos e políticos para defender a tese de que havia uma parte da população, oriunda de uma “boa miscigenação”, que podia ser melhorada e transformada no carro-chefe do progresso do país. (OLIVEIRA, 2008, p. 231).

Ivo Pitanguy *et al* (1985) destacam que os cirurgiões-plásticos sofrem com o grande apelo entorno da beleza, afirmando que, diferentemente de um pintor ou poeta, o cirurgião está limitado em seu conceito de harmonia devido a obra-prima de sua atuação: o corpo. Segundo os autores, a perseguição dos parâmetros estéticos de harmonia precisa ser compatível com a estrutura física em questão, expondo determinadas limitações no trabalho de produzido na cirurgia plástica. “E é, portanto, indispensável, não só para o bem-estar do seu espírito como ao

²² Como se faz uma nova mulher. *O Cruzeiro*, 1970, edição 0042 (2), p. 55.

aprimoramento do seu conhecimento, uma grande intimidade com a criatividade em todos os seus aspectos” (PITANGUY et al., 1985. p. 110).

A abordagem produzida por Ivo Pitanguy *et al.* (1985) coloca em questão a necessidade de uma perspectiva criativa na cirurgia plástica, invocando a ideia de que se trata menos de intervenção médica e mais de uma produção criativa. Assim, os ideais de beleza perseguidos pelos cirurgiões-plásticos são devedores de outros campos do conhecimento, tratando de influenciar diretamente na fabricação da percepção do corpo. É nesse contexto que as influências eugenistas se instalam no coração da cirurgia plástica desde a década de 1930. Ao nosso ver, além disso, os experimentos produzidos pela medicina do século XX, de modo geral, são devedores das tecnologias da imagem, já que a fotografia é o dispositivo primaz de construção e interpretação do mundo.

Susan Sontag (2004) compreende que a fotografia construiu um gigantesco inventário da humanidade, colocando no campo da visibilidade tudo aquilo que está no mundo. Dessa forma, a imagem fotográfica atribuiu formas de significação dos objetos do mundo atravessadas pela técnica, tornando o olhar humano treinado por códigos visuais e estéticos promovidos pela própria imagem. Assim, como ressalta a autora, “ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Constituem uma gramática e, mais importante, uma ética do ver” (SONTAG, 2004, p. 13).

Essa ética do ver indicada por Sontag (2004) é importante por demonstrar que as tecnologias da imagem funcionam como dispositivos que permitem a visão, o conhecimento e a organização sobre o que é visto, colocando em evidência os contornos, tamanhos, cores, intensidades e detalhes que marcam os objetos e coisas do mundo, assim como o objeto das ciências da vida: o corpo. Assim, o sentido produzido no mundo moderno é desenvolvido nas relações entre os conhecimentos e as tecnologias, colocando a fotografia como uma das responsáveis por consolidar um modelo de olhar o mundo.

A fotografia do corpo faz parte da história da medicina moderna. Das autópsias aos procedimentos estéticos e reparadores, a imagem médica produziu formas de olhar o corpo humano em suas mais variadas dimensões, promovendo sentidos e interpretações sobre o corpo. Com a inserção da fotografia no campo da medicina, em meados do século XIX, as imagens técnicas passaram a compor os procedimentos dessa ciência, tornando-se instrumento que objetivava as antigas representações subjetivas do corpo humano. Dessa forma, a fotografia rompia com uma longa história das pinturas e ilustrações - que representavam de forma subjetiva o corpo - para dar concretude ao objeto analisado.

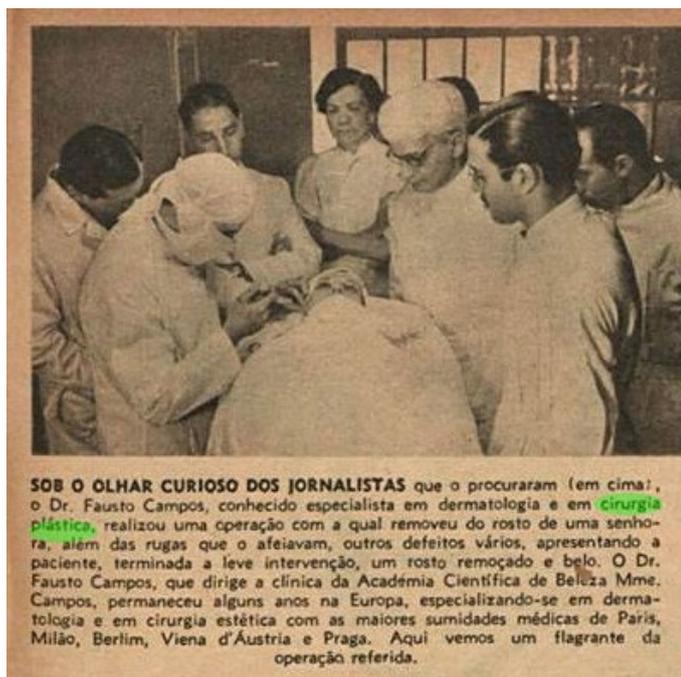
Conforme destaca Francisco Ortega (2008), essa mudança provocou um apoio significativo no paradigma objetivista da medicina, contribuindo para a garantia do uso da fotografia como uma das referências exatas da corporeidade: “O olho neutro e objetivo da câmera deveria corrigir todos os erros subjetivos das ilustrações médicas” (ORTEGA, 2008, p. 122), consolidando o aparato tecnológico como meio de percepção da condição humana. Dessa forma, a fotografia médica passou a compor o cenário das atuações da área.

Os primeiros registros médicos fotográficos no Brasil são datados do final do século XIX, conforme demonstra e afirma Joaquim Marçal Ferreira de Andrade no acervo fotográfico da Fundação Biblioteca Nacional (ANDRADE, 2016). Contudo, a promoção das imagens médicas não fazia parte do inventário social brasileiro, constituindo-se apenas como referências do campo médico no final dos oitocentos e nas primeiras décadas do século XX.

Lília Moritz Schwarcz (1993) afirma que as publicações médicas brasileiras surgiram no meado do século XIX como forma de consolidação do espaço médico-científico no país, distanciando a formação desses saberes da grande imprensa. Assim, os periódicos especializados formavam o espaço de construção dos valores morais compartilhados pelos médicos, consolidando experimentos científicos e reiterando as compreensões sociais que distinguiam os sujeitos a partir da raça. “Assim, a peculiaridade das feições, o clima, a raça, a natureza ou mesmo o grau de civilização seriam todos elementos potencialmente interessantes para a descoberta de uma ciência brasileira original” (SCHWARCZ, 1993, p. 200), argumenta a autora.

As imagens das cirurgias plásticas, por exemplo, não eram amplamente difundidas pela imprensa até a década de 1940, demonstrando que naquele período a referência sobre o assunto estava limitada aos relatos médicos textuais e os conselhos de embelezamento que ganhavam as páginas dos periódicos. Existia assim um primado do texto em relação à escassez de representações visuais – já que apenas desenhos e gravuras eram usados para representar os fenômenos. Um dos primeiros registros fotográficos de um procedimento cirúrgico dessa modalidade, encontrados em nosso mapeamento, foi apresentado na revista *O Cruzeiro*, em 1945.

Imagem 3 - Cirurgia plástica



Fonte: O Cruzeiro, 1944, edição 0041 (1), p. 43.

“Sob o olhar curioso dos jornalistas”, indicava a reportagem, o procedimento foi capturado pela imagem técnica e simbolizou o processo para o mundo social. O que antes estava preso às rotinas da medicina passava agora para o domínio público da imagem na imprensa. O registro dava atenção à quantidade de pessoas envolvidas, entre o cirurgião, assistentes, alunos e jornalistas, cujos relatos apontavam o sucesso da técnica médica que retirava os elementos que “enfejavam” a paciente. Os olhares dos personagens da imagem convergiam para a centralidade do rosto da mulher, que era o objeto de curiosidade e fascinação.

A curiosidade é um dos elementos que constituem esse lugar da fotografia na área médica, quando a exposição dos procedimentos consagrava uma forma de olhar e um posicionamento dos elementos que forjavam a cena. A paciente deitada sob o olhar curioso dos cirurgiões e demais pessoas, que de pé atuavam na reconstrução dos contornos faciais, revelava o caráter de submissão ao trabalho do cirurgião. A análise demonstra que o processo é marcado por uma violação do corpo, impingindo sobre ele uma mudança programada pela técnica médica. Como define Ivo Pitanguy et al. (1985, p. 110): “toda cirurgia não deixa de ser uma forma de agressão profunda, agressão esta que se bem compreendida será benéfica”. O benefício prometido pela cirurgia plástica está na adequação que os indivíduos buscam às normas estéticas, raciais e morais que compõem as relações sociais brasileiras. Assim, as agressões que

as cirurgias provocavam nos corpos eram estratégias de normalização eugênicas que anunciavam o êxito das mudanças desejadas na primeira metade do século XX.

A análise sobre o olhar médico é necessária para o nosso argumento. Afinal, as modalidades do olhar desenvolvido pela modernidade colocam em ação formas de dominação baseadas no saber e no poder. Contudo, foi a arquitetura do poder que diagramou as experiências do saber, incrementando técnicas que investiram numa ampla investigação do humano. Assim, a medicina se estruturou como saber sobre a vida a partir de um modelo de olhar que buscou na curiosidade as suas fórmulas de aprimoramento.

Michel Foucault (2013) diz que a organização e espacialização da medicina moderna constituíram uma forma de domínio do saber através dos métodos e experimentos que justificavam a avaliação da doença. Graças às subdivisões da medicina, um conjunto variado de expressões analíticas surgiu em nome da clínica médica. Dessa forma, o nascimento da clínica marca o surgimento de um modelo de observação do doente e da doença de forma singular, cujos sentidos do corpo que analisa atuaram como meios de formação do quadro clínico, forjando assim um extenso processo de conhecimento das doenças.

O olhar clínico torna visível uma linguagem e uma prática médica, estabelecendo o controle dos fenômenos patológicos a partir do contato físico entre o analista (médico) e o analisado (o doente/a doença). Desse modo, o olhar clínico faz ver aquilo que estava mudo, construindo enunciados sobre a doença e constituindo formas de controle de suas manifestações, alterando o antigo paradigma de análise à distância. No novo modelo, ver, tocar e sentir tornam-se necessários para a formação de um saber médico. Como explica Foucault (2013, p. 135): “E nessa nova imagem que dá de si mesma, a experiência clínica se arma para explorar um novo espaço: o espaço tangível do corpo, que é ao mesmo tempo essa massa opaca que ocultam segredos, invisíveis lesões e o próprio mistério das origens”.

A exploração da interioridade do corpo tornou possível um domínio do campo médico nunca visto antes, viabilizando as intervenções que foram sendo produzidas no decorrer dos séculos da modernidade. Como afirma Jonathan Crary, o corpo “aparece como um novo continente a ser explorado, mapeado e dominado, com novas cavidades e mecanismos revelados pela primeira vez” (CRARY, 2012, p. 82). Assim, a visibilidade estabelecida nesse modelo de conhecimento aponta para uma divisão de papéis que demarca quem são os sujeitos desse processo. Nas fotografias dos procedimentos médicos, percebemos certa consagração dessas atuações: o papel ativo do cirurgião é contrastado com a posição passiva do paciente, formando uma cena que expressa singularmente o regime de normalização do corpo.

No que diz respeito à especificidade das cirurgias plásticas, as práticas de exploração da interioridade corporal indicam a existência de um interesse em dominar a própria condição física do humano, visto que o trabalho de modelação e modificação é compreendido como uma atitude radical de construção de si mesmo. Assim, as cirurgias plásticas funcionam como estratégias de controle do próprio corpo, afinando-o, reparando-o e transformando-o em uma imagem desejável de si mesmo. Esses são alguns dos motivos que definem a cirurgia plástica como um instrumento potente no discurso eugenista das décadas de 1930 e 1940.

Os registros dos procedimentos cirúrgicos demoraram a fazer parte do cenário da imprensa brasileira. A fotografia publicada pelo *O Cruzeiro*, em 1945, estabelecia um código visual que não distinguia a cirurgia plástica de outros procedimentos da cirurgia geral, demonstrando pouco da sua especificidade para a área médica e para a própria imagem dessa técnica. Porém, com a estruturação de diferentes instituições e organizações especializadas em cirurgia plástica, a temática ganhou maior intensidade nas publicações da imprensa, consagrando assim a entrada de um novo modelo de imagem.

Sendo a fotografia médica um dos recursos visuais que contribuíram para a formação do paradigma de objetividade do corpo tratado pelo conhecimento científico, o significado dessas imagens na imprensa, outrora restrita aos processos internos da prática médica, construíram para o público-leitor uma forma de ver o corpo e seus contornos, detalhando mudanças obtidas por meios dos procedimentos e demonstrando a correção.

A construção dessas imagens era devedora de um processo comunicacional presente nos modelos fotográficos que compunham as revistas especializadas em medicina. Isto é, a configuração das fotografias médicas que passaram a compor a cena da grande imprensa constituía-se de um repertório imagético de publicações de um campo específico. Desse modo, realizava-se uma mutação nos usos dessas imagens. James Roberto Silva destaca que as formas de produção da fotografia médica nos periódicos especializados de meados do século XIX tinham como parâmetro a pessoa doente ou o pedaço doente do corpo, assim como o ambiente construído em torno da imagem.

Os aspectos formativos de uma fotografia médica consistiam na conjunção do referente com o espaço médico organizado para tal procedimento. O que colocava em evidência algumas variações no foco dado ao referente (corpo) ou ao contexto (consultório/centro cirúrgico). Ocorre que a “cada nova doença, ou cada novo olhar renovado do mesmo médico sobre uma mesma afecção, presente num novo paciente, significava a invenção de uma nova representação da doença” (SILVA, 2003, p. 167). Acreditamos que essa concepção da fotografia médica vai influenciar diretamente a abordagem dada pela imprensa na visibilidade dos corpos e suas

moléstias, consagrando um amplo inventário de representações visuais dos “defeitos” e das correções promovidas pela medicina.

Na década de 1960, começam a surgir imagens de procedimentos cirúrgicos estéticos realizados no Brasil. Nas fotografias, eram expostas a programática realizada pelo profissional, desde as primeiras imagens que contribuía para o estudo antropométrico do caso, assim como os registros visuais da intervenção. A revista *Manchete* produziu um “Eu era assim” e “Fiquei assim”, apelando para construção de uma imagem do antes e depois da cirurgia plástica, demonstrando o poder de mudança que esses procedimentos causavam no corpo e na imagem das pessoas. Esse processo comunicacional apostava na construção da diferença física e estética da mulher antes e depois da cirurgia no nariz, reiterando visualmente a diferença dos detalhes do rosto modificado pelo procedimento.

Imagem 4 - Cirurgia Plástica



Fonte: Manchete, 1960, edição 0442 (2), p. 46-47.

A imagem que antecede o procedimento demonstrava a mulher de “antes”, contrastando com aquela que já não era mais assim devido a adoção da cirurgia para obter um novo rosto, concretizado na imagem posterior. Visivelmente, a mudança promovida pela cirurgia retirou das feições daquela mulher as marcas físicas da feiura. Assim, a normalização das formas provocada pela cirurgia plástica encontrava na fotografia uma pedagogia do olhar que reiterava

a percepção da mudança causada pela modificação técnica corporal. O perfil da paciente é demonstrado como prova cabal da alteração estética e, conseqüentemente, as formas ultrajantes foram transformadas em contornos considerados harmônicos. A harmonia, por sinal, era o sinônimo da beleza perseguida por cirurgiões plásticos da época. Como disse Vinicius de Moraes, em *Receita de Mulher*, de 1959, “as feias que me perdoem, mas beleza é fundamental”.

Em seu livro autobiográfico, Ivo Pitanguy afirmou que o seu conceito de beleza estava fundamentado filosoficamente na ideia de movimento, vitalidade, onde os sinais e as marcas deixadas pelo tempo faziam do corpo um artefato da história. Assim, o notório cirurgião defende: “a história da arte provou-nos que a beleza pura é estática. Ela é quase uma máscara mortuária, pois está em oposição ao movimento e, portanto, à vida. A verdadeira beleza é interior, e é somente esta que torna as pessoas radiosas” (PITANGUY, 1984, p. 119-120). Contudo, Pitanguy definia ainda que a necessidade de harmonização entre a beleza interior e a expressão física, em determinadas pessoas, era imprescindível, por isso a cirurgia plástica existia e isso justificava a sua relevância social.

Como instrumento de transformação, a cirurgia plástica realizaria mudanças que tornariam possíveis o encontro da pessoa com a sua beleza interior, construindo assim o argumento de importância das intervenções cirúrgicas de caráter estético. Enquanto Ivo Pitanguy defendia a técnica da cirurgia plástica como um procedimento que deveria ser realizado em casos específicos, a promoção dessa prática tornou-se comum na imprensa da década de 1960. Assim, construía-se um repertório comunicacional com aconselhamentos sobre as etapas necessárias para a realização das cirurgias, sustentando-se não apenas em dicas e recomendações, mas em imagens que materializavam as modificações físicas.

A chegada da fotografia no anúncio da imprensa sobre as maravilhas e êxitos alcançados com as cirurgias plásticas define um importante processo comunicacional de construção da realidade. A fotografia, dizia Susan Sontag, fornece um testemunho de situações do mundo, fazendo com que “algo de que ouvimos falar, mas de que duvidamos parece comprovado quando nos mostram uma foto” (SONTAG, 2004, p. 16). Assim, as imagens consagradas pelos periódicos do antes e depois do procedimento estético apresentavam uma realidade irredutível aos olhos, tornando possível um encontro com o evento do passado que atualizava, necessariamente, o presente.

Esse processo só era possível graças à natureza indicial da fotografia, cuja técnica imprime na imagem a constituição de uma similaridade com o objeto ou pessoa fotografada, consolidando assim a lógica de referência com o real. Essa dimensão indicial confere à imagem fotográfica o caráter de atestado da realidade, como ressalta Phillippe Dubois ao afirmar que “a

foto é percebida como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra” (DUBOIS, 1993, p. 25).

É com esse valor de confirmação do real que a fotografia moderna constrói uma camada de intervenção entre o objeto/sujeito e o indivíduo que consome a imagem. Essa relação é indiscutivelmente necessária para conferir a potência de construção de uma realidade agenciada pela imagem fotográfica. Assim, quando as imagens das cirurgias plásticas passam a compor as páginas da imprensa brasileira a partir da década de 1960, um determinado modelo de olhar o corpo é construído na relação com essas fotografias. Elas dão a ver os detalhes do corpo que até então não se configurariam como anormais, mas, ao serem enquadradas pela perspectiva fotográfica, ganham o valor de “enfeidores”. Orelhas grandes, narizes deformados, lábios leporinos, rugas, marcas de expressão, pálpebras inchadas etc. passam a compor os elementos da feiura fotográfica. É nesse momento que a beleza passa a ser compreendida como um ritual, um investimento ordinário de formação continuada de práticas no combate à feiura, afastando de vez o modelo anterior que entendia a beleza como um dom.

Como ressalta Nucia Alexandra Silva de Oliveira, ao falar das representações da beleza feminina na década de 1960, percebe-se que:

A colocação deste discurso, que fala do cuidado com o corpo como um hábito e como algo que se cria, é uma referência importante pois contextualiza uma nova representação sobre a beleza: a beleza que se constrói, que é possível a todas na medida em que pode ser adquirida e moldada, seja através da compra de cosméticos ou da prática de exercícios ou regimes (OLIVEIRA, 2001. p. 27).

A história realizada a partir da imprensa daquele período demonstra a existência de uma formação discursiva em torno da beleza como uma construção que permitia à cirurgia plástica, assim como outros procedimentos estéticos, uma expansão nunca vista até então, pois a visibilidade do caráter estético dessas práticas foi organizada pelas publicidades, colunas, artigos, reportagens e textos dos periódicos que reiteravam o lugar da beleza como uma aquisição ritualística. Eis a centralidade da mídia na produção e organização de sentido sobre o assunto, propondo para a sociedade um modelo corporal baseado em estratégias de normalização. Assim, marcava-se o surgimento de um novo modelo de compreensão do corpo, possibilitando o desenvolvimento de uma ideia de beleza sob medida, forjando o discurso do embelezamento como um processo contínuo e repleto de práticas diversificadas que se baseavam em cosméticos, ginástica, esportes, cirurgias plásticas, dietas e outros procedimentos de cuidado com a aparência individual.

Imagem 5 - Seios sob medida



Fonte: Manchete, 1975, edição 1196 (5), p.4-5.

Na década de 1970, a revista *Manchete* passou a publicar fotografias de cirurgias plásticas que demonstravam o processo de (re)construção do corpo através da técnica cirúrgica. Indicando que o desejo de possuir “seios sob medida” tornava a busca pelas intervenções mais frequentes entre as mulheres, o periódico veiculava os motivos que levavam inúmeras pessoas a adotar a cirurgia plástica como recurso de embelezamento. O discurso da publicação destacava o desejo de modificação dos seios como um dos grandes temas do embelezamento feminino. Em relação a isso, Ivo Pitanguy chegou a afirmar que para ele a operação dos seios possui um fundamento filosófico, já que “o seio é o símbolo da feminilidade” (PITANGUY, 1984, p. 155). Como apresentamos anteriormente, o debate sobre a forma e os contornos do busto feminino já faziam parte dos conselhos de beleza desde a década de 1940, quando as leitoras de revistas e jornais buscavam na imprensa as fórmulas de compensação com o desconforto estético. Assim, os seios foram colocados como uma parte do corpo que chamava atenção do discurso médico brasileiro, tornando-se uma das regiões de maior preocupação feminina.

Ivo Pitanguy foi o responsável pelo desenvolvimento de uma técnica específica de mamoplastia, em 1959, reconstituindo formas e disfunções mamárias com êxito. Segundo dados do Boletim de Cirurgia Plástica, publicado em 1984, desde o surgimento da técnica

Pitanguy, 2.446 casos foram modificados pelo cirurgião. Dentre as indicações médicas para a realização do procedimento, Ivo Pitanguy *et al.* afirmam que:

Em qualquer paciente bem equilibrada, encontra-se mais o desejo de superar uma forma normal do que ostentá-la. É importante a perfeita compreensão dos distúrbios funcionais e psicológicos que podem se apresentar no sentido de que a indicação cirúrgica seja avaliada na justa medida e a técnica usada preencha totalmente as finalidades fisiológicas e estéticas. (PITANGUY, 1984. p. 266).

A mamoplastia produzida pela técnica Pitanguy promoveu uma grande alteração nos modos de atuação cirúrgica nos seios femininos. Por exemplo, com o aprimoramento das próteses de silicone na década de 1970, como elemento possível de remodelação dos seios e de outras partes do corpo, as antigas práticas médicas de modificação passaram a ser abolidas: “A parafina, utilizada no passado, provocava tumores que exigiam uma operação e às vezes amputação. As injeções de silicone, cujos efeitos a longo prazo eram nocivos, foram proibidas” (PITANGUY, 1984, p. 156), destaca o próprio Ivo Pitanguy. Essa transformação tecnocientífica possibilitou o melhoramento das intervenções cirúrgicas de caráter estético, tornando o silicone viável e seguro para a recomposição das formas femininas, consolidando assim práticas de incentivo à intervenção mamária. Isto é, os seios pequenos, “defeituosos”, flácidos, desiguais passaram a ser corrigidos com maior precisão.

A imagem dos seios, marcado em linhas que harmonizariam contornos e desenharia um novo formato, consagrava o lugar do cirurgião plástico na construção de novas formas, demonstrando assim que o ato cirúrgico não se baseia apenas no corte feito na carne, mas na criação de proporções, contornos, volumes e dimensões que forjam a tão sonhada silhueta destacada posteriormente em outras fotografias. Há uma mudança significativa nos modos de perceber o corpo feminino nas imagens das cirurgias plásticas, principalmente pelo apelo e visibilidade que determinadas partes do corpo, como peitos, coxas e bumbum, passam a ter na imprensa.

A *Manchete* desenvolveu uma forma de olhar os seios em suas dimensões compatíveis com o paradigma forjado pelas modificações corporais, definindo a cirurgia plástica como ápice dessa consolidação. Desse modo, as imagens seguintes reiteravam um olhar para os seios femininos através da expectativa gerada pela estética do procedimento.

Imagem 6 - Seios sob medida



Fonte: Manchete, 1975, edição 1196 (5), p.6-7.

A tecnologia da imagem fotográfica funciona de modo tautológico, já dizia Roland Barthes (1984). Identificada como retrato do acontecimento, as fotografias das cirurgias plásticas instituíam o modelo estético ideal para os seios da mulher brasileira, demonstrando que o desejo de modelar as mamas implicava diretamente na concepção de feminilidade e sensualidade. No que diz respeito às dimensões de gênero que competem o processo de embelezamento, Joana de Vilhena Novaes (2013, p. 71) destaca que “nas mulheres, a beleza vem em forma de trabalho sobre o corpo – ser bela cansa e dói”. A incansável busca pela beleza promove um dispêndio de energia cotidiana das mulheres, revelando a existência de uma concepção de beleza pautada na obrigação cultural em manter-se bela. Isto é, a beleza feminina é modelada por um árduo trabalho sobre o corpo, cujas transformações edificam o sentido de feminilidade da mulher.

Os procedimentos cirúrgicos são retratados como formas de manutenção e redefinição corporais, destacando a assertividade da prática. O que antes tinha uma ancoragem na imaginação médica, ficando por vezes restrita à subjetividade do cirurgião, tornou-se popularmente conhecido com o advento das fotografias das cirurgias plásticas na imprensa, de modo a reiterar a preocupação feminina com essa parte do corpo.

O contexto político e social do Brasil da década de 1970 colocava algumas questões importantes para entendermos o processo de construção de uma imagem “volumosa” dos seios. A ditadura militar consagrava valores morais conservadores que culminaram no Decreto-Lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que, em seu art. 1º, afirma que: “não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” (BRASIL, 1970, *online*), promovendo ações de recriminação a manifestações que fossem contrárias aos valores morais da época. Um exemplo de censura promovida pela ditadura foi a chamada “Operação tapa-seios”, realizada em 1970 pela polícia da cidade do Rio de Janeiro, quando retirou de uma lanchonete da Zona Sul do Rio pinturas de um artista plástico que retratavam as cantoras Gal Costa e Danuza Leão com os seios à mostra (MEDEIROS, 2020).

Apesar do ambiente social ser demarcado por conflitos morais em torno da exibição do corpo, as imagens midiáticas das reconstruções físicas de mulheres não eram banidas ou contestadas pela ditadura. Afinal, elas eram publicadas sob a condição de manifestação científica. E as fotografias dos seios modificados implicavam a constatação dos benefícios estéticos provocados pela cirurgia. Assim sendo, elas apresentavam ao público-leitor o resultado do aparato médico construído em torno da intervenção, evidenciando as modificações que passaram a constituir o inventário cultural das formas do corpo feminino no Brasil.

Ana Paula Garcia Boscatti afirma que a produção cultural brasileira da década de 1970 consolidou modos de ver o corpo feminino baseados na erotização e hipersexualização. Analisando fotografias e imagens veiculadas na imprensa, publicidade e no audiovisual brasileiros do período, a autora considera que “a expansão da indústria cultural criou condições para que se fabricassem tecnologias de representação que redefiniam novas formas de se viver o corpo, a aparência e o sexo” (BOSCATTI, 2020, p. 110). Desse modo, a visibilidade erótica do corpo feminino foi sendo impulsionada pelas mídias, consagrando imagens sedutoras das mulheres brasileiras.

Inegavelmente, a fotografia ocupou uma lacuna imaginativa que existia em torno das representações da cirurgia plástica, dando-lhe significação visual e canalizando para si mesma a tarefa de organização dos sentidos sobre o corpo na cultura visual brasileira. Desse modo, essas imagens passaram a constituir a formação de uma nova realidade para o corpo feminino, cujo processo comunicacional transfigurou o sentido anteriormente construído pela sociedade. Dessa forma, uma determinada pedagogia se consagrou através da imprensa: o corpo modificado exibido pela imagem fotográfica organizava o próprio sentido sobre o que era a

cirurgia plástica, sobre as formas corporais possíveis e desejadas, além de estabelecer modelos corporais em boa forma.

Na década de 1970, as cirurgias plásticas levantavam também o debate sobre a imposição cultural da beleza feminina, sendo um dos temas centrais do feminismo do período. As ativistas feministas reclamavam do caráter disciplinador e corretivo das técnicas de embelezamento que as mulheres se submetiam em nome dos padrões estéticos e morais estabelecidos, destacando as formas de opressão presentes nessas obrigações com a aparência. Conforme apresenta Nadiesda Dimanbro, no Brasil daquele período, o movimento de mulheres estava ligado às pautas da luta contra a ditadura militar, tornando-se preocupadas com as demandas por liberdade de expressão, direitos políticos, econômicos e culturais, inserção da mulher no mercado de trabalho e na vida pública, tornando a temática da beleza um impeditivo moral e ético, pois as representações sociais do papel feminino na cultura brasileira reiteravam o estereótipo da feminilidade submissa e politicamente invisível. Contudo,

[a]s mulheres militantes desse momento histórico recusaram-se a cumprir o destino imposto ao seu sexo, deixando muitas vezes o espaço doméstico, o casamento tradicional e a maternidade romantizada para pegar em armas e lutar por seus ideais. As transgressões dessas mulheres não foram feitas, obviamente, sem altos custos psicológicos, afetivos e físicos (DIMANBRO, 2019, p. 163).

O contexto do surgimento do movimento de mulheres no Brasil revelava a existência de conflitos entre as representações midiáticas que atrelavam a mulher à beleza e invisibilizavam as pautas do movimento social que lutava em prol de equidade de gênero e por emancipação. Dessa forma, a imprensa tratava de fomentar as pautas sobre os processos de modificação corporal insistindo na homogeneidade dos papéis sociais destinados à mulher, colocando-a ainda como agente de reprodução das práticas de embelezamento. Assim, consagrava-se na imprensa daquele período um processo de organização dos regimes de beleza abarcando a figura feminina como unificada, custando às militantes o papel de subversão dos valores morais vigentes.

Entretanto, a potência das representações da beleza continuava pressionando as mulheres através de diferentes produtos culturais, por meio dos modelos de aparência e comportamento circulavam cotidianamente nas mídias: rádio, televisão, jornais, revistas etc. Assim, irradiava-se formas de ser da mulher baseados em práticas de embelezamento e cuidado com a aparência, cuja cirurgia plástica possuía grande repercussão.

Seja vivendo o profundo estado de exceção imposto, como as mulheres militante, ou suas vidas ordinárias, como a maior parte da população feminina do país, fato é que estavam todas afetadas, em maior ou menor grau, pelo padrão de beleza instituído e propagado na época (DIMANBRO, 2019, p. 172).

A imagem de uma mulher que se dedica ao cuidado com a aparência coloca em questão o processo de homogeneização da experiência feminina e a imprensa, a publicidade, a moda e outros meios constroem referências da feminilidade atreladas ao fenômeno do embelezamento. Assim, uma determinada narrativa sobre a mulher foi reiterada por meio de imagens e discursos que sustentam os estereótipos de gênero. É como se a beleza fosse um tema do feminino, independentemente dos usos e apropriações realizadas também pelo masculino. Essa lógica se expressa na avalanche de representações da mulher associadas diretamente ao investimento e empenho de transformação do corpo.

As imagens da imprensa consagram um modo de leitura dos corpos a partir de referenciais que circulam sobre a conduta feminina no cuidado consigo mesma. Dessa forma, colocam em ação determinados sentidos que constituem a figura da mulher de forma a suavizar as diferenças de raça, sexualidade, nacionalidade, geração etc. A mulher torna-se sujeito no singular, ganhando um modelo de representação que tem como objetivo normalizar determinadas práticas que são propostas pela imprensa, em consonância com os interesses da indústria da beleza.

Quando o assunto é cirurgia plástica, as representações do corpo na imprensa reiteram esse curioso processo de formação de uma imagem homogênea do feminino que se preocupa com a aparência, colocando como desafio o processo de incorporação da imagem idealizada do corpo. Conforme explica Susan Bordo (2001), “estas imagens homogeneizadas normalizam – funcionam como modelos frente aos quais o ser constantemente se mede, se julga, se ‘disciplina’ e se ‘corrige’ a si mesmo”.²³

Susan Bordo (2001) nos apresenta a concepção de que o processo de normalização desenvolvido na técnica da cirurgia plástica impõe um determinado modelo de indivíduo que toma para si o papel de transformação das silhuetas e contornos corporais, consagrando a modificação corporal como uma escolha individual, tornando-a uma resposta eficaz às inquietações físicas e estéticas do sujeito. Assim, as representações midiáticas constituem um complexo jogo de fabricação de imagens homogeneizadas de corpos corrigidos, alimentando o inventário sobre as formas corporais ideais.

²³“Estas imágenes homogeneizadas normalizan - funcionan como modelos frente a los cuales el ser continuamente se mide, se juzga, se “disciplina” y se “corrige” a sí mismo” (BORDO, 2001, p. 50).

Imagem 7 - Lista de cirurgias plásticas



Fonte: Manchete, 1981, edição 1527 (2), p. 99.

A partir de meados da década de 1970, a cirurgia plástica no Brasil passou a explorar diferentes técnicas que pudessem ampliar as correções físicas que se avolumavam nas queixas femininas. Como destaca Ivo Pitanguy (1984, p. 154), “a cirurgia plástica teve o grande mérito de lutar vitoriosamente em três frentes: os seios, o ventre e o quadril”, forjando uma determinada atenção com essas partes do corpo da mulher. Assim, consagravam-se métodos que tinham como desejo controlar as formas, alinhar as silhuetas e constringer as carnes afrouxadas. Buscava-se, sobretudo, fórmulas de contenção dos desalinhos, consagrando uma imagem da cirurgia como harmonização dos corpos.

O leque de possibilidades de intervenção cirúrgica é ofertado de forma extensa, revelando que o domínio da cirurgia plástica foi ampliado na década seguinte. Isto é, os anos de 1980 apresentavam uma explosão do fenômeno das cirurgias plásticas no Brasil, tornando o país um dos principais polos dessa atividade médica. Na imprensa, as justificativas da adoção dos procedimentos estéticos ganhavam nova roupagem, admitindo-se que essas técnicas evoluíram graças aos apelos sociais por beleza e juventude, cuja década anterior foi singular

nesse quesito. Em reportagem publicada na revista *O Cruzeiro*, colocava-se em questão a necessidade de manutenção de uma imagem corporal jovem e bela, ressaltando os anseios sociais de manutenção dessas características encontravam na cirurgia plástica o recurso ideal:

[a] cirurgia plástica, estética ou reparadora, a cada dia, se torna uma necessidade maior, não só por uma questão de vaidade pessoal, como também pelas necessidades ligadas às atividades profissionais, como provam as recentes operações do presidente João Figueiredo, ou do apresentador de televisão Cid Moreira.²⁴

A imagem do corpo jovem e belo vai ganhando peso no mercado de trabalho, onde a competitividade destacava a necessidade de renovação do comportamento e um estilo de vida baseado nos princípios de gerenciamento da aparência. Empresários, políticos, celebridades e artistas dos mais variados campos passaram a se tornar figuras que recorriam à cirurgia plástica como recurso estético de manutenção das suas posições sociais. Conforme destaca Denise Bernuzzi Sant’Anna, circulava uma concepção de que a cirurgia plástica operava ainda no desenvolvimento do vigor físico. Assim, segundo a autora, “ela operaria uma *conversão*, tornando o corpo mais próximo de uma imagem de potência e resistência, as quais, por direito natural, são entendidas como essência da vida física, principalmente quando se é brasileiro” (SANT’ANNA, 2014, p. 173).

O avanço da cirurgia plástica colocava em questão a imagem do corpo cotidiano de personalidades que necessitavam manter os seus postos de atuação na mídia ou em outras áreas. Assim, a justificativa pela adoção de recursos de modificação corporal encontrava um terreno fértil para o aumento da procura por estratégias de manutenção da imagem idealizada de corpos jovens e belos. Ivo Pitanguy relata que, quando procurado por um homem de aproximadamente 50 anos para fazer um *lifting* – procedimento de rejuvenescimento facial, perguntou qual o motivo que o fez recorrer à cirurgia plástica: “Em minha empresa, querem rejuvenescer o quadro de pessoal. Tenho medo de que minhas rugas me custem o cargo, doutor” (PITANGUY, 1984, p. 123) expondo as dinâmicas instauradas em torno dos corpos no Brasil da década de 1980. Manter-se jovem, com vigor e beleza fazia parte do ambiente cultural daquele período.

O momento era ideal para forjar uma concepção de corpo atrelado às imagens da boa forma física, cujas técnicas cirúrgicas ganhavam uma nova modalidade: a lipoaspiração. Essa técnica desenvolvida na Europa, por Yves-Gérard Illouz, em 1977, chegou ao Brasil em 1983 no Congresso Nacional de Cirurgia Plástica, ganhando repercussão entre profissionais e clientes: “A lipoaspiração é uma cirurgia indicada para aspirar as gorduras localizadas que não

²⁴ Cirurgia plástica. *O Cruzeiro*, 1981, edição 0039 (2), p. 44.

se desfazem com tratamentos dietéticos, regimes, ginásticas, massagens, placas, banhos de parafina ou outros artifícios”²⁵, ressaltava uma reportagem do jornal *O Globo*.

Imagem 8 - Um aspirador contra a celulite

Após uma operação plástica que deixa apenas pequena cicatriz, um aparelho agora usado no Brasil absorve as gorduras femininas desnecessárias

Um aspirador contra a celulite

Reportagem de Célia Arnaldo Araújo • Fotos de José Castro

A lipodistrofia localizada, mais conhecida como celulite, sempre foi um dos maiores problemas das mulheres, especialmente entre aquelas que vivem quando não querem um lugar ao sol. Agora, alguns cirurgiões plásticos estão propondo uma solução radical e letal para esse problema: a liposutur, que se agrava com o avanço da idade, porém não tem nada de crime, massagem ou compressas — mas uma espécie de aspirador de gordura, extremamente potente, que elimina de vez a celulite e deixa uma cicatriz de apenas um centímetro. Trata-se de um aparelho chamado liposuturador, desenvolvido na França e que acaba de ser introduzido no Brasil, onde é conhecido como Sirel, sendo aplicado através da celulite — numa área de apenas 30 centímetros de comprimento. Já ganhou um apelido: celulite de celulite — uma alusão ao aparelho Sirel usado na perfuração dos túneis do metrô.

A técnica de liposuturador é introduzida numa zona vascular da região onde há gordura localizada — como nádegas, coxas, braços, barriga e até queixo — e não a capacidade de sugar até dois quilos de material em cada área com uma pequena incisão. Segundo o mais famoso especialista da França, o professor Pierre Fouquet, trata-se de uma cirurgia de emergência, feita em apenas 20 minutos. Mas na cirurgia sobrevivem a aspiração de gordura é uma operação e, como tal, deve ser realizada em hospital e com anestesia geral. Deve ser feita em um ambiente esterilizado pela mulher no quarto contra a celulite. A grande maioria das cirurgias não acontece — sendo feita na sala de espera de alguns hospitais — e muitas vezes, por falta de planejamento, os procedimentos, ultra-son, vacuometria, placas de parafina, banhos etc. Por isso, devido ao aumento de casos no Brasil, não é raro que muitas mulheres que procuram o tratamento se apresentem com celulite, negativas para o tratamento. Para que o tratamento possa demonstrar sua eficácia, a pele da região a ser tratada deve apresentar firmeza e elasticidade normais. De contrário, a celulite só pode ser tratada com procedimentos, com a extração de um grande pedaço de gordura, já que com a pele, deixando uma grande cicatriz.

A celulite sempre foi um dos grandes problemas femininos, em todas as partes do mundo. Só mesmo as mulheres brasileiras, com suas nádegas avantajadas, consideradas a gordura acumulada em determinadas partes do corpo como pedras de bala. No entanto, o avanço da idade e da celulite provocam depressões na silhueta da mulher, tornando-a não apenas deformada, mas também incapaz de suportar. É muito importante, portanto, que as especialistas, ao indicar a cirurgia, estejam atentas à causa que se trata.

deformada da cintura para baixo, tornando o clássico modelo das mulheres romanas. Isso é a celulite localizada.

Todos os estudos fisiológicos já realizados sobre a celulite, não demonstraram que não existe diferença entre a celulite e a simples gordura. Portanto, se a celulite é um tipo de gordura, a gordura é um tipo de celulite, e portanto, a celulite é um tipo de gordura. Há muitos que fazem regime e perdem peso em todo o corpo, mas suas pernas continuam inchadas, impiedosas. A celulite ataca o sistema de defesa do organismo humano, cuja função principal é a de lutar contra as doenças. Quando o sistema de defesa do organismo não funciona, o organismo fica mais vulnerável a doenças e a infecções.

Hábitos alimentares influem na celulite

As mulheres podem transmitir às filhas um verdadeiro legado de celulite. A celulite, além de uma espécie de gordura localizada, é uma doença hereditária. Segundo o Dr. Yves Ilizar, é o excesso do chamado hormônio feminino ou estrogênio que provoca a celulite localizada. Mas os cirurgiões plásticos também chamam a atenção para a influência dos hábitos alimentares no aparecimento da celulite. A superalimentação da criança, com ingestão excessiva de lipídios e glúcidos, pode provocar uma multiplicação de células adipocíticas que, por ocasião da

puberdade e sob influência hormonal, vão se depositar em determinadas regiões do organismo, de preferência coxas, nádegas, braços e nádegas. Toda mulher que quer evitar a celulite, deve evitar a ingestão de celulite, além de evitar a ingestão de alimentos ricos em gordura. De fato, a celulite é uma doença hereditária, mas também é uma doença adquirida. Ela é causada por uma alteração na estrutura da celulite, provocando a formação de células adipocíticas que não são capazes de serem eliminadas pelo organismo. Há quem diga que a celulite é causada por uma alteração na estrutura da celulite, provocando a formação de células adipocíticas que não são capazes de serem eliminadas pelo organismo.

Podem ser sugados 4 quilos de gordura

Em meados de 1982, o francês Raymond Vilain foi pioneiro, sempre utilizando anestesia geral, na introdução de um aparelho que sugava a gordura localizada. Ele é da mesma maneira como o aparelho Sirel, usado em uma pequena incisão. Com o decorrer do tempo, outros especialistas de Paris introduziram modificações nesse processo — como os Drs. Pirel e Fouquet. Mas foi o médico Dr. Ilizar quem chegou ao aperfeiçoamento máximo da cirurgia contra a celulite, criando o Sirel, um aparelho de sucção a vácuo, precedido por um processo de desengorduramento por meio da injeção de água com sal. Atualmente, a liposuturadora de celulite está bastante difundida em toda a Europa, África e Estados Unidos. Em Paris, há muitas especialistas somente na aplicação deste aparelho.

Como toda intervenção, a liposuturadora é realizada em ambiente estéril, com anestesia geral e introduzida no paciente por um período de 40 horas. É possível retirar o aparelho em duas regiões do corpo numa mesma sessão cirúrgica, dependendo da indicação dos médicos da unidade de saúde. Há quem diga que a celulite pode sugar, através do Sirel, um total de quatro quilos de gordura de várias partes do corpo. Após esse tipo de tratamento, as nádegas e as coxas tornam-se muito mais firmes e elásticas. Observar todos os seus hábitos alimentares, inclusive o tipo de comida que se come. Com todo o cuidado possível.

Fonte: Manchete, 1982 Edição 1557 (1), p. 28-29.

Ao ser apresentada como nova técnica de combate à gordura localizada, a lipoaspiração contribuiu para consagrar determinados modelos corporais compatíveis com o trabalho produzido pelo método de sucção da gordura corporal. Assim, a imagem do corpo promovida pela lipoaspiração consagrou-se como símbolo de uma boa forma, tornando a erotização do corpo feminino mais compatível com os regimes sexuais da época.

A imagem promovida pela *Manchete* constitui uma das páginas do inventário fotográfico do corpo modificado no Brasil, cujos alinhamentos estéticos consagravam a busca de formas harmônicas, pele firme, contornos e volumes regulados, rostos sem rugas, afirmando que o rejuvenescimento estava associado à ideia de um corpo sem flacidez. Além disso, as fotografias da lipoaspiração são conjugadas com a imagem de um corpo feminino sob o sol, construindo uma ligação entre o modelo corporal desejado e os ambientes de circulação do corpo idealizado.

²⁵ Lipoaspiração. *O Globo*, 18 de março de 1984, Matutina, Jornal da Família, p. 7.

O corpo da praia passa a ser pensado a partir de referenciais que exaltam os elementos do cuidado com as silhuetas. O quadril, o bumbum e a barriga feminina somam-se às partes anteriormente privilegiadas pelas técnicas cirúrgicas, ganhando respaldo entre os profissionais da área e sendo incentivadas pela mídia. A imagem do corpo na praia consolidava uma interpretação pautada na ideia de que a lipoaspiração era uma garantia da boa forma física, onde não existiam manchas ou cicatrizes que denunciavam o processo de modificação corporal.

O anúncio da nova modalidade de cirurgia plástica prometia a retirada de gorduras indesejadas, implicando na fabricação de alinhamentos e correções do corpo. Assim, a lipoaspiração encontrava um ambiente positivo para perpetuar-se como técnica que construía as formas corporais desejadas, despejando toda flacidez e gordura, esculpindo formas que passavam a ser exaltadas pela mídia daquele período. A oferta da lipoaspiração colocava em evidência que ela tinha como papel cumprir aquilo que as demais modalidades da cirurgia plástica não tinham feito até então, pois ela produzia um processo de controle da gordura corporal sem deixar cicatrizes no corpo das clientes, tornando o procedimento ainda mais desejado.

Ivo Pitanguy relata que, antes do desenvolvimento da técnica de lipoaspiração, as tentativas cirúrgicas de retirada de culotes e gorduras localizadas deixavam à vista grandes cicatrizes que eram entendidas como indesejadas. Contudo, em determinados casos, as clientes insistiam em submeter-se à modelação do corpo. Uma mulher lhe disse: “doutor, mesmo que a operação deixe cicatrizes, peço que faça o impossível e me livre dessa coisa ridícula. Tenho confiança no senhor” (1984, p. 161).

Essa história demonstra que o desejo de alinhamento das silhuetas era fundamental nas rotinas de embelezamento daquele período, compreendendo que o desejo de ter uma forma do corpo compreendida como normal e bela passava pela (re)construção dos contornos físicos promovidos pela cirurgia plástica. Assim, forjava-se o desenvolvimento do melhoramento de técnicas médicas que tornassem viáveis os desejos e anseios por embelezamento, como revela Ivo Pitanguy ao apontar a solução para a cliente que queria retirar aquela “coisa ridícula”:

Eu queria ajudá-la de alguma maneira, mas pensava que se tivesse de lhe deixar cicatrizes que a impedissem para sempre de vestir maiô, o êxito não seria completo. Entrevi uma solução, a utilização das pregas em curvas. A cicatriz deveria poder ficar escondida, notadamente na linha de junção da coxa com a nádega. Após alguns exercícios práticos em cadáveres, propus essa solução à minha paciente. Lembro-me de quando lhe desenhei o esquema. Ela concordou em participar de uma ‘estréia’ (PITANGUY, 1984, p. 161).

O caso retratado por Ivo Pitanguy revela ainda que as técnicas cirurgias, por vezes, são pensadas a partir do paradigma de melhoramento estético, no qual o corpo feminino estava diretamente ligado à percepção da visibilidade de determinadas partes, tais como coxas, bumbum e quadril, cujas representações da praia asseguravam a idealizações das formas corporais compatíveis com o espaço público da praia, por exemplo. Assim, buscava-se construir um corpo em boa forma, sem cicatrizes, manchas e marcas que denunciasses a modificação corporal. Buscava-se construir um corpo mais “natural”.

O jogo simbólico em torno da construção do corpo em boa forma através das cirurgias plásticas está na fabricação de uma imaginação do processo, destacando o antes e o depois de uma intervenção e construindo o desejo de realização de um corpo virtual, futuro, mas que se torna possível na imagem. A fotografia do corpo lipoaspirado nos dá a ver a estrutura física em questão, coloca diante de nossos olhos uma forma de conhecimento do corpo que suscita uma fantasia. Assim, “a fotografia nos faz sentir que o mundo é mais acessível do que é na realidade” (SONTAG, 2004, p. 34)

De forma concreta, as imagens do corpo modificado pelas cirurgias plásticas e as imagens exaltadas pela imprensa implicam numa relação entre o corpo ordinário e o corpo celebrado nas publicações, realizando um processo de duplicação do mundo por meio de imagens que, mais do que mediar o processo comunicacional, tornam-se a própria referência da realidade. O corpo almejado que vai à praia tornou-se símbolo de uma imagem da pele lisa, sem manchas e cicatrizes, um corpo em boa forma física com silhuetas enxutas e lipoaspiradas, onde a flacidez e a celulite não aparecem.

Essa configuração coloca em ação um modelo de pensar a realidade social através das imagens do corpo, revelando que a imagem toma para si o papel de construção do sonho e da fantasia de uma nova imagem corporal prometida pela cirurgia plástica e concretizada na fotografia. Essa situação consolida uma perspectiva da imagem como um espetáculo, cujos corpos são o ingrediente principal do fenômeno.

Guy Debord (1997, p. 14) afirma que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”. Isto é, a partir do momento que as imagens passam a construir os fundamentos de organização e gerenciamento do mundo, transmitindo informações e criando fantasias, o espetáculo se realiza. Assim, as fotografias das cirurgias plásticas passam a funcionar como bússolas que orientam a existência das técnicas cirúrgicas no mundo contemporâneo.

O caráter de espetacularização das imagens das cirurgias plásticas na imprensa reside na constituição de um ideário do corpo modificado como sinônimo de corpo perfeito. Desse

modo, criou-se uma imagem idealizada do corpo plastificado como signo de realização pessoal, de investimento emocional e financeiro, além de belo e jovem. É nesse cenário que as imagens da boa forma física passam a compor o horizonte das relações sociais no Brasil.

O corpo virtual produzido pela cirurgia plástica passa a ser compreendido como o corpo virtual da fotografia, ganhando os contornos e volumes que sejam compatíveis com as imagens que circulam na imprensa e em outros meios culturais. A duplicação do corpo pela imagem propõe um modelo de percepção que deposita na fotografia a tarefa de construção do desejo de modificação das formas corporais. Por isso, tornou-se comum que clientes apareçam em consultórios e hospitais especializados munidos de fotografias de partes do corpo que elas desejavam mudar.

Apesar de ser defensor da cirurgia plástica, Ivo Pitanguy acreditava que a modalidade passou a servir os modismos presentes na passagem das décadas, solicitando mais atenção e cuidado do cirurgião, pois os desejos de muitas clientes estavam materializados em imagens que circulavam na imprensa. Porém, “isso não impede que o cirurgião examine com cuidado as fotografias que, às vezes, os pacientes levam-lhe para mostrar o nariz que desejam. Inconscientemente, o paciente quer também tudo o que acompanha aquele nariz” (PITANGUY, 1984, p.145-146).

O espetáculo das imagens midiáticas sobre as cirurgias plásticas garantia que as representações do corpo feminino fossem cada vez mais fabricadas a partir do paradigma da boa forma, quando culotes, estrias, celulites, flacidez e gorduras passaram a ser combatidas como defeitos que deveriam ser corrigidos, inserindo na cirurgia plástica um repertório de formas corporais compreendidas como agradáveis, desejáveis e belas.

Diante desse fenômeno da lipoaspiração, através do apelo pela reconstrução do corpo, Paula Sibilía destaca o caráter mimético proposto pelas mídias, lugar de exaltação de uma determinada formação corporal que irradia para toda a sociedade o paradigma da boa forma, propondo uma repetição imperativa desse modelo. Nas palavras da autora:

Não se trata apenas de consumir com os olhos os contornos exemplares dessas figuras alheias, mas também de confeccionar um corpo próprio que mereça ser observado de modo semelhante. Todos querem incorporar essas imagens bem-torneadas e fulgurantes: todos desejam ter esses corpos, pois todos querem ser igualmente celebrados por esbanjar a graça incomensurável de serem belos, jovens e magros (SIBILIA, 2010, p. 198).

Paula Sibilía (2010) demonstra que o processo comunicacional de exaltação dos corpos em boa forma promove ainda uma pulverização desse modelo corporal por toda a sociedade, desenvolvendo um intenso investimento em práticas e fórmulas de cuidado com o corpo e a

aparência. A cirurgia plástica aparece como uma das técnicas que garantiriam a concretização do corpo virtualizado nas imagens da mídia. Assim, o espetáculo das imagens midiáticas desenvolveria uma transformação dos próprios aparatos visuais sobre o tema, ocultando as torturas da carne para exhibir apenas a imagem exaltada da boa forma.

Em 1990, por exemplo, a cirurgia plástica é apresentada na revista *Manchete* apenas como plástica, recurso estético de construção de curvas, modelação das formas, reafirmando a ideia do corpo como escultura. A imagem corporal delgada, cuja esbeltez é exposta como sinônimo do resultado da intervenção cirúrgica, demonstra os parâmetros de um modelo que passa a definir os anseios pela boa forma física. Mais do que mera representação, a imagem do quadril feminino na praia coloca em questão a história da construção do olhar sobre o corpo modificado pelas cirurgias plásticas. Dos centros cirúrgicos assépticos às areias da praia, um modo de ver o corpo foi sendo fabricado pelas antigas fotografias médicas, tornando possível uma transição que forjou a imaginação e a fantasia dos resultados prometidos pela medicina.

Imagem 9 - Plástica. As novas curvas do verão



Fonte: Manchete, 1990, edição 1969 (4), p. 64-65.

O corpo feminino que mostra “as curvas do verão” testemunha o êxito dos processos de embelezamento que tinha na cirurgia plástica o ápice de correção das formas. Assim, essas imagens demonstram uma transição no modo de intervir no corpo belo. Sem cicatrizes, manchas ou rastros que denunciavam a modificação corporal, a fotografia celebrava uma conquista: o

famigerado corpo em boa forma. Inegavelmente, nesse inventário consagrado em décadas, o corpo que antes era representado coberto por lençóis, sendo mutilado pelo bisturi, agora é retratado como resultado de um processo que sai de cena, sendo substituído pela imagem idealizada do corpo perfeito, cuja forma é aquela que movimenta o espetáculo social.

Acreditamos que as fotografias das cirurgias plásticas que povoaram as páginas de revistas e jornais das décadas de 1960 a 1980 construíram uma determinada percepção do corpo, determinando modelos físicos compreendidos como defeituosos, imperfeitos, anormais, assim como os processos de regulação, controle e normalização das formas. Desse jeito, a imagem do corpo em boa forma no início da década de 1990 celebra o espetáculo de uma mudança no itinerário visual sobre as cirurgias plásticas, apresentando agora apenas os resultados obtidos com as técnicas do momento.

Conforme destaca Lucia Santaella (2004), ao longo do século XX, a imagem passou a configurar o modelo de inteligibilidade social, consagrando sentidos e interpretações das coisas do mundo. Assim, as relações sociais foram sendo mobilizadas através dos repertórios visuais estabelecidos pelas tecnologias da imagem. E as representações visuais do corpo, necessariamente, passaram a configurar o espetáculo do sujeito. Assim “são, de fato, as representações nas mídias e publicidade que têm o mais profundo efeito sobre as experiências do corpo. São elas que nos levam a imaginar, a diagramar, a fantasiar determinadas existências corporais, nas formas de sonhar e desejar o que propõem” (SANTAELLA, 2004, p. 126).

Ao compreendermos o papel fundamental das fotografias médicas na construção da imagem do corpo em boa forma, resgatamos a transformação dos processos comunicacionais que permitiram a existência dessa relação entre imagem e corpo na sociedade contemporânea. Essa perspectiva, sem sombra de dúvidas, imprime a importância do entendimento da Comunicação na organização e gerenciamento das condutas individuais e no controle das formas corporais.

O modelo comunicacional que estava estabelecido nos anos 1990 já demarcava o processo de midiaticização da sociedade, quando os paradigmas políticos, econômicos e sociais estavam conectados com a própria dinâmica dos meios de comunicação. Como ressalta Marialva Barbosa, “na última década do século XX já podíamos enfatizar que a sociedade contemporânea não se definia como tal sem os meios de comunicação” (BARBOSA, 2013, p. 350). O que demonstra a potência das mídias no gerenciamento dos sentidos que circulavam no meio social brasileiro.

A centralidade da mídia na formação de uma imagem do corpo modificado pela cirurgia plástica está fundamentada na compreensão de que os aparatos midiáticos construíram uma

política que foi sendo incrementada no decorrer das últimas décadas dos noventa, glorificando uma idealização das formas corporais por meio das tecnologias da imagem. Dessa forma, a fotografia, como vimos anteriormente, tornou-se um importante meio de conhecimento do corpo, cuja visibilidade está na adoção de um olhar produzido por meio desse artefato tecnológico. Somando a isso, relatos e testemunhos de celebridades brasileiras desenvolviam a ambiência social em que a cirurgia plástica era um dos principais temas do período, popularizando os discursos sobre os procedimentos e alimentando o inventário midiático sobre a boa forma física alcançada com as intervenções cirúrgicas.

2.3 CIRURGIAS PLÁSTICAS E O CULTO À BOA FORMA

É notório que os ideais de beleza passaram por grandes transformações no Brasil do século XX, apontando para os declínios e os apogeus de determinadas práticas de embelezamento em distintas décadas do período. Os indícios dessas mudanças que foram deixadas na imprensa, e em outras mídias, apontam para uma incidência dos apelos biotecnológicos e científicos na jornada da beleza almejada na virada do milênio. Talvez seja na década de 1990 o ápice da visibilidade midiática de imagens de corpos que adotaram as técnicas das cirurgias plásticas estéticas como fórmula de alcance dos modelos de beleza consagrados pela cultura do consumo. Como indica Paula Sibilia, “se os contornos dessa imagem respeitarem as duras regras da moral da boa forma, então o privilégio de ostentá-la será sinônimo de felicidade nos mais diversos âmbitos da vida: sucesso profissional, prazer sexual, amor, beleza, bem-estar” (SIBILIA, 2010, p. 205).

As cirurgias plásticas tornaram-se instrumentos de inscrição de modelos corporais desejáveis, a moralidade das silhuetas indicava quais formas eram interpretadas como anormais e quais eram ideais. Desse modo, uma cultura de preocupação com a autoimagem alavancou o número dos procedimentos estéticos nos anos 1990. O portal *Equilíbrio online*, da *Folha online*, publicou uma notícia divulgando o número de cirurgias plásticas realizadas no Brasil no final do século XX. Segundo a manchete do site: “Brasil fecha ano 2000 com 390 mil cirurgias plásticas” (BRASIL..., *online*), evidenciando a extensão do fenômeno das intervenções cirúrgicas estéticas no país.

O aumento considerável no número de procedimentos cirúrgicos tornou possível também o surgimento de discursos sobre a artificialização das formas corporais, cuja ideia criticava as pessoas que adotavam os procedimentos estéticos. A capa da *Revista da Folha*, suplemento informativo do jornal *Folha de São Paulo*, de 10 de janeiro de 1999, por exemplo, exibiu a imagem da “mulher biônica”, destacando: “montadas na mesa de cirurgia, elas gastam

milhares de dólares e não temem operações sucessivas para obter o corpo perfeito, mesmo que seja falso”²⁶. Essa afirmação decretava uma determinada disputa entre os discursos de embelezamento, já que as mudanças corporais realizadas pelas intervenções cirúrgicas eram apontadas como práticas que desnaturalizavam o corpo, anunciando que a biotecnologia “corrigia” e “modificava” a condição corporal humana, tornando-a artificial.

O final do século XX anunciava a ideia de que o corpo não era mais o lugar da identidade do eu, mas sim uma prótese moldável do indivíduo. Segundo David Le Breton, esse é o paradigma que corresponde à existência do corpo no campo social contemporâneo, pois a carnalidade humana é pensada a partir da lógica do design. Isto é, “a anatomia não é mais um destino, mas um acessório da presença, uma matéria-prima a modelar, a redefinir, a submeter ao design do momento” (LE BRETON, 2003, p. 27-28). Assim, a normalização que outrora executada pelas instituições modernas passou a ser mobilizada pelo próprio sujeito, cujo cuidado com a aparência garantiu o sucesso de um novo modelo biopolítico.

Essa interpretação implicava no contraste entre o corpo não modificado e o corpo modificado pelas tecnologias cirúrgicas, consagrando o corpo modificado como símbolo de ajuste da beleza corporal. Se na primeira metade do século XX, a beleza era naturalizada e entendida como um dom de quem a possuía, após a década de 1960 a beleza tornou-se uma mercadoria adaptável aos diferentes modelos corporais, possibilitando o surgimento da ideia do corpo como um rascunho. Lucia Santaella define que esse processo consolidou uma transcendência da imagem da mulher, colocando-a como objeto de constante transformação visual e estética. Como destaca a autora, “a mulher é, assim, separada viva de si mesma e do seu corpo, convertido em material comutável de exposição e exibição sob o signo da beleza, da sedução e do princípio paradisíaco do prazer” (SANTAELLA, 2004, p.130).

Um exemplo desse fenômeno de transformação do corpo a partir do design deu-se à época nas transformações corporais da apresentadora de TV e ex-dançarina Carla Perez. *Sex symbol* da década de 1990, estampando diversas capas de revistas masculinas como a *Playboy* nos anos de 1996, 1998 e 2000 -, as cirurgias plásticas de Carla Perez foram amplamente divulgadas na mídia como exemplo positivo das transformações da aparência. A celebridade que ficou famosa como dançarina da banda de pagode baiano “*É o Tchan*”, um dos maiores sucessos musicais da década de 1990, aos 23 anos, já havia realizado três cirurgias plásticas e exibia um corpo compreendido como desejável.

²⁶ “Mulheres biônicas”. *Revista da Folha*, ano 7, nº349, 10/01/1999. p.1.

A imagem da “mulher gostosa”, que Carla Perez representava, contribuía com o apelo às adequações da aparência solicitadas pela cultura da época, quando a mídia passou a incitar a produção de desejo em torno das intervenções estéticas: “Fique uma Carla Perez por R\$28,6 mil” (FIQUE..., 2000, *online*), anunciava uma notícia do portal *Folha Online*, de 15 de dezembro de 2000, revelando ao público-leitor quais foram as modificações realizadas no corpo da celebridade e em qual local fazê-las. As próteses de silicone (220ml), lipoaspiração na barriga e correção do nariz estavam entre as intervenções realizadas no corpo de Carla Perez, produzindo uma imagem de celebração e desejo em torno da nova imagem da artista, cuja apresentação midiática dizia: “ISTO É a nova Carla Perez” (ISTO É..., 2000, *online*).

Imagem 10 - Fique uma Carla Perez por R\$28,6 mil



Fonte: Portal *Folha online*.

Os anúncios de oferta das cirurgias plásticas com valores dos procedimentos não era uma novidade na década de 1990. Afinal, já demonstramos que desde a década de 1940 as clínicas estéticas faziam publicidade dos procedimentos corretivos. Contudo, o estágio de espetacularização realizado no final do século XX escancarava a ideia de que as cirurgias plásticas se constituíam como um produto acessível num amplo mercado de embelezamento, demonstrando o seu valor mercadológico numa extensa e densa cultura de consumo.

Jean Baudrillard (1995) compreende que a cultura de consumo se constitui a partir do mito da felicidade, como ideal que encarna historicamente o mito da igualdade na sociedade moderna. Para que a felicidade seja compreendida como um signo materializável, constrói-se uma concepção de felicidade como algo mensurável e visível, tornando-se uma mercadoria disponível democraticamente para todos. Essa lógica consagra o entendimento de que a felicidade e o bem-estar estão disponíveis para o consumo igualitário no meio social. Como afirma Baudrillard (1995, p. 48), “o princípio democrático acha-se então transferido de uma igualdade real, das capacidades, responsabilidades e possibilidades sociais, da felicidade (no sentido pleno da palavra) para a igualdade diante do objecto e outros signos *evidentes* do êxito social e da felicidade”.

A percepção da cirurgia plástica como um objeto de desejo da sociedade de consumo contemporânea fica escancarada na apresentação da “nova Carla Perez”. Ao demonstrar as evidências da modificação corporal, a imprensa materializava em imagem um modelo corporal idealizado por diferentes mulheres daquela época. O desejo de reprodução das modificações no próprio corpo era incitado pela exibição de uma imagem que demonstrava o sucesso das cirurgias plásticas, invocando ainda a oferta para o grande público. Assim, um determinado sentido foi sendo reiterado no discurso da imprensa: a cirurgia plástica era um dos caminhos possíveis para alcançar a beleza almejada e ela estava ao alcance de todos.

Na pesquisa de Andrea Tochio de Antônio (2008), por exemplo, as mulheres entrevistadas que desejavam modificar o corpo através das cirurgias plásticas incorporavam os discursos de que esse era o meio de realização da mudança não objetivada por outras técnicas de cuidado com a aparência. Assim, entendia-se que apenas as cirurgias garantiriam o êxito das imagens que estavam consolidadas em suas subjetividades. A autora percebeu então um determinado valor dado às cirurgias plásticas que envolviam o desejo de adequação das formas corporais, ao passo que era uma mercadoria que proporcionaria o bem-estar, a autoestima e a felicidade no consumo:

O que me chamou atenção durante o trabalho de campo, e em vários casos diferentes, foi o modo como as pessoas enfatizam a necessidade de “estar bem consigo mesmas”, o “cuidar-se”, o “estar belo” e o “aumento da auto-estima” como um imperativo moral, uma conquista pela qual cada indivíduo deve batalhar de modo a adquirir a aparência desejada (ANTÔNIO, 2008. p. 100)

A afirmação de uma beleza corporal construída a partir das intervenções cirúrgicas implicava, necessariamente, na escolha deliberada da pessoa no consumo de tais intervenções médicas. O que demonstrava que o corpo estava disposto como um objeto a ser modelado,

construído, modificado, transformado ao bel prazer das técnicas disponíveis no mercado, invocando ainda um modelo de sujeito que executava em si mesmo as propostas ofertadas pelas publicidades e demais produções midiáticas da sociedade de consumo contemporânea.

A temática das transformações corporais ganhou espaço na cultura midiática da virada do século XXI, demonstrando como celebridades de diferentes idades estavam preocupadas com a manutenção de uma aparência desejável e em boa forma. A atriz Tônia Carrero, aos 77 anos, afirmou categoricamente que “Fazer cirurgia plástica é como passar o rosto a ferro. Você não sai de casa com a roupa amassada, sai?”.²⁷ A frase da atriz demonstrava a existência de uma concepção da cirurgia plástica uma técnica modeladora de formas socialmente aceitáveis, cumprindo o papel de extirpar da pele as marcas indesejáveis deixadas pelo tempo. Assim, a cirurgia plástica responderia ao imperativo de normalização das formas corporais, instituindo modelos corporais moralmente elogiados e recusando os desvios e “imperfeições”.

O aumento do número de intervenções cirúrgicas no Brasil foi acompanhado de um conjunto de relatos de celebridades, médicos-cirurgiões, psicólogos e cientistas que incentivavam a mudança na aparência, colocando nas mãos da mídia o papel de organização da ampla rede de discursos que tratavam do assunto. Quando Carla Perez foi anunciada como uma nova mulher, graças às intervenções cirúrgicas, o cirurgião plástico Marcos Vinícius dos Santos declarou: “Fomos modelando aos poucos a Carla e hoje ela está maravilhosa (ISTO É..., 2000, *online*).²⁸

A frase do cirurgião plástico Marcos Vinícius dos Santos demonstra que o apelo estético promovido pelas operações não fica restrito ao consultório médico ou ao centro cirúrgico, mas fazem parte de uma cena social que é orientada pelos meios de comunicação que ofertam à sociedade relatos confirmatórios do valor moral da transformação do corpo, tornando “maravilhoso” graças ao procedimento. A ex-dançarina do *É o Tchan*, não foi única personalidade midiática que teve o seu processo de construção corporal veiculado nas mídias impressas e digitais. Anos antes, em 1998, a apresentadora de TV Xuxa Meneguel apareceu na capa da revista *Boa Forma* da edição no 127. A celebridade relatou os medos e anseios que tinha com a gravidez. Na entrevista dada à Diretora de Redação, Claudia Versoni, Xuxa revelou como estava o cotidiano depois da descoberta da gravidez, ressaltando os cuidados que tomava durante o processo. Quando questionada sobre o medo de ficar com o corpo deformado depois da gravidez, Xuxa afirmou:

²⁷ Assumindo as marcas do tempo. *Revista da Folha*, 06/02/2000, p. 8.

²⁸ ISTO É a nova Carla Perez. *Jornal Folha de São Paulo*, Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/carla_perez_frases.shtml. Acessado em 16/07/2021.

Já estou com 34 anos e, com ou sem gravidez, é impossível manter um corpo de adolescente. Ao mesmo tempo, como a aparência é importantíssima no meu trabalho, claro que vou ter todos os cuidados e acho que vou me recuperar rápido. Se mesmo assim alguma coisa não ficar legal, depois faço uma plástica. Nunca mexi no seio ou na barriga, mas, se tiver que passar por uma cirurgia para me sentir bem, não tenho dúvidas de que farei isso.²⁹

Em seu relato, a apresentadora Xuxa Meneguel demonstrou que existia uma impossibilidade de manter a aparência jovial aos 34 anos, apontando as cirurgias plásticas como uma saída para o impasse da manutenção do corpo jovem e belo. A cirurgia plástica é lançada no discurso de Xuxa como a alternativa radical para reparar o corpo depois da gravidez. Logo, essa técnica é interpretada pela celebridade como uma ferramenta transformadora de formas, destinada para fins estéticos corretivos, mesmo identificando que essa alternativa possui riscos que devem ser levados em consideração. Entretanto, o caráter de preocupação com a imagem corporal jovem e desejável ganhou destaque em seu relato. Afinal, o trabalho da apresentadora envolvia necessariamente uma imagem de apelo às boas formas do corpo.

Paula Sibilia (2010) destaca que a preocupação contemporânea com o corpo reorganizou o olhar a partir de uma lógica moralizante, por meio da fabricação de discursos sobre a culpabilização dos corpos inadequados e da exaltação dos corpos perfeitos. A revista *Boa Forma*, por exemplo, ao dar visibilidade as narrativas das celebridades e aos modelos de cuidado, executados por elas, realizava exatamente o papel de escrutinar as formas corporais desejáveis e indesejáveis. Essas práticas da cultura midiática expõem, necessariamente, uma angustiante situação de vergonha causada nos corpos gordos ou “fora de forma”, pois destaca-se “a desgraça de se ter um corpo inadequado numa sociedade que - em nome do bem-estar - respeita as boas formas com uma devoção inusitada” (SIBILIA, 2010, p. 200-201).

Desde a década de 1970, o “silicone é a matéria-prima da beleza”³⁰ e as cirurgias plásticas faziam a cabeça dos famosos. Homens e mulheres buscavam nas técnicas cirúrgicas o resgate das formas corporais que o processo de envelhecimento desgastava. Ivo Pitanguy afirmou que o medo do envelhecimento levava inúmeras pessoas para as clínicas de estética, rumo à cirurgia plástica: “Diariamente vejo entrarem em meu consultório pessoas desesperadas com a aproximação do crepúsculo de suas vidas” (PITANGUY, 1984, p. 167).

A técnica do *lifting*, usada para retirar rugas e marcas de expressão do rosto, era a alternativa celebrada pelos diferentes sexos, cuja promessa estava no prolongamento de uma imagem lisa e sem rugas, tornando-se o sonho de muitas pessoas que chegavam aos 40 anos em

²⁹ Xuxa. Meu corpo ainda não mudou nada. *Boa Forma*, 1998, ano 13, n. 1, ed.127, p. 34.

³⁰ Silicone é a matéria-prima da beleza. *Manchete*, 1974, ed.1138, p. 56-57.

diante. Consequentemente, esse fenômeno também era influenciado pelo aumento da expectativa de vida nos países industrializados, que na década de 1970 passou a ser de 70 anos para as mulheres. Essa situação promoveu a ideia de que “as rugas e a menopausa já não coincidem com o final da existência”³¹. Logo, envelhecer com uma aparência jovial e desejável fazia parte do novo milagre da ciência. Ivo Pitanguy reitera essa concepção ao afirmar que “são homens e mulheres de todas as idades que buscam a magia de Fausto. Eu não posso dar-lhes senão a ilusão de juventude” (PITANGUY, 1984, p. 167).

A aparência jovem surge como um dos principais elementos do corpo em boa forma, pois o processo de construção e manutenção da aparência moralmente aceitável na sociedade contemporânea está umbilicalmente ligada à ideia do vigor juvenil. Nesse sentido, a jovialidade é colocada como uma característica que pode ser conquistada através das modificações corporais, cujas formas alinhadas e desenhadas pelo bisturi provocariam um processo de rejuvenescimento visível.

Felipe Viero Kolinski Machado (2020) analisou o tema do envelhecimento nas edições da revista *Veja* publicadas entre 1968 e 2017 e identificou um grande apelo discursivo por práticas sociais que barrassem o processo de envelhecimento, revelando que a velhice era comumente apresentada no periódico em associação a doenças relativas ao tempo e à perda da beleza. Assim, a publicação investia na divulgação de estratégias de controle do envelhecimento, relatando avanços da medicina e das biotecnologias no combate à obsolescência do corpo.

A pesquisa de Machado apontou ainda que a publicação promovia uma determinada pedagogia do corpo baseada na ampla adoção de práticas de cuidado com a aparência, tendo a velhice como algo indesejável e o rejuvenescimento como principal forma de manter-se moralmente respeitável no meio social brasileiro. A partir dessas evidências, o autor reflete que na *Veja*:

Os corpos são tidos como objetos de desejo, enfim, e podem ser reconstruídos mediante o empenho, a dedicação e o esforço de cada um. Você é gordo? Ora, emagreça! Você tem um nariz que não lhe agrada? As cirurgias estão aí, ao seu alcance. Velho? Só porque você assim o quer! O rejuvenescimento, semanalmente, está à venda nas páginas de *Veja*. Corpos que se moldam e uma mídia que, tendo em vista tais possibilidades, oferece as formas mais corretas de fazê-lo. (MACHADO, 2020. p. 121).

³¹ Cirurgia plástica. 6.000 anos em busca da beleza. *Manchete*, 1974, ed. 1133 p.71.

O incentivo por rejuvenescimento, emagrecimento e embelezamento era intenso nas publicações da mídia brasileira da segunda metade do século XX. Essa lógica perpetuava uma ampla oferta de técnicas, produtos e procedimentos estéticos que tinham como objetivo construir a beleza pessoal, incorporando nos discursos das práticas estéticas o lugar da conquista da autoestima, da segurança, confiança e respeitabilidade. Como apontou uma manchete do jornal *O Globo*, a cirurgia plástica tornou-se “um modo de ajudar pessoas inseguras”³² na construção de uma imagem tida como harmônica, desejável e bela.

A normalização corporal a modelos consagrados como belos e jovens era incentivada pelos discursos midiáticos, apontando para o entendimento de que a cirurgia plástica atuava no psicológico das pessoas, devolvendo a autonomia e respeitabilidade social. É o que descreveu o médico-cirurgião Dr. Altamiro Rocha de Oliveira quando perguntado sobre os efeitos positivos das intervenções cirúrgicas: “A cirurgia plástica não muda a estrutura, o caráter da pessoa. Ela pode, isto sim, provocar uma mudança de comportamento benéfica, dando-lhe mais segurança e auto-estima”.³³

A promoção de uma imagem corporal alinhada a modelos joviais e com uma determinada forma física provocou um alastramento do fenômeno das cirurgias plásticas no Brasil, consagrando um ideal de que “plástica é necessidade”, como afirmou Ivo Pitanguy no 7º Congresso Internacional de Cirurgia Plástica, em 1979, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o famoso cirurgião plástico apresentou um argumento de que a cirurgia plástica não estava apenas ligada à dimensão estética, mas também à saúde das pessoas, visto que os procedimentos auxiliavam na conquista de uma imagem confortável: “Se uma mulher, após ter tido cinco filhos, ficou com problemas estéticos na barriga, vai se sentir como se estivesse pagando tributos à maternidade. Imaginem o prazer que ela sentiria, se nós pudéssemos tirar-lhe esse problema – disse Pitanguy”.³⁴

O discurso adotado por Ivo Pitanguy colocava nas mãos da medicina o papel de consolidação de práticas de normalização das formas corporais a partir da moral vigente sobre a aparência. Em termos biopolíticos, essa concepção destacava que a cirurgia plástica atuava na formação de um modelo de sujeito alinhado às expectativas sociais de cuidado consigo mesmo, sendo responsável escolher as estratégias necessárias para adequar-se aos imperativos da beleza e da jovialidade em uma imagem socialmente aceita. Esse pensamento demonstra uma das dimensões contemporâneas da biopolítica identificadas por Paul Rabinow e Nikolas

³² Cirurgia plástica. Um modo de ajudar pessoas inseguras. *O Globo*, 04/06/1977, p. 31.

³³ Cirurgia plástica. Um modo de ajudar pessoas inseguras. *O Globo*, 04/06/1977, p. 31.

³⁴ Pitanguy em congresso: plástica é necessidade. *O Globo*, 23/05/1979. p. 12.

Rose (2006), quando destacam o caráter de produção de subjetividade nos aparatos de cuidado com o corpo.

Analisando as formas contemporâneas do exercício do biopoder, Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006) percebem que esse conceito ganha densidade na atualidade quando pensado dentro de eixos que ampliam a potência analítica sobre fenômenos de gerenciamento da vida. Dentre eles, os autores identificam os modos de subjetivação “através dos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de práticas do *self*, em nome de sua própria vida ou saúde (RABINOW; ROSE, 2006, p. 29). Diante disso, podemos considerar que o discurso de autoridade da medicina ao apontar a cirurgia plástica como uma prática de saúde necessária, convoca os indivíduos a atuar sobre seus próprios corpos intervindo na aparência, nos contornos, tamanhos e silhuetas, demonstrando o caráter biopolítico desse argumento.

Os jornais e revistas anunciavam que com a abertura da clínica de Ivo Pitanguy inúmeras “mulheres europeias e americanas fazem peregrinações ao Rio, para se submeterem às suas operações”³⁵, tornando o Brasil um destino internacional para a realização dos procedimentos estéticos desde a década de 1970. E com o *boom* da adoção das cirurgias plásticas estéticas que ocorreu na década de 1990, quando a classe média brasileira passou a incorporar o desejo de modificação corporal através das cirurgias³⁶, um intenso debate sobre a necessidade ou não das intervenções cirúrgicas como resposta às demandas da aparência física foi promovido. Os números demonstram como o tema foi ganhando repercussão na imprensa. Quando pesquisamos pelo termo “cirurgia plástica” no acervo digital do jornal *O Globo*, por exemplo, identificamos um aumento considerável de notícias e informações sobre o tema nas três últimas décadas do século XX. Nos anos 1970, *O Globo* publicou 2.237 conteúdos com assuntos relativos aos procedimentos, na década seguinte, 5.700 e, por último, os anos 90 registraram 6.187 ocorrências do termo no jornal impresso.³⁷

Em 1992, uma notícia de *O Globo* afirmava: “Cada um investe o que tem na busca pelo ideal de beleza e juventude”³⁸, demonstrando a tônica sobre o desejo e o fascínio de consumo que as cirurgias plásticas exerciam na classe média brasileira daquele período. Quando beleza foi transformada em mercadoria, ela concorria com outros sonhos de consumo da população,

³⁵ “O rebu hoje é plástico”. *O Globo*, 04/01/1974, p.3.

³⁶ “Carioca troca carro e viagem por plástica”. *O Globo*, 23/04/1992, p. 24.

³⁷ Cirurgia plástica. Acervo jornal *O Globo*. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=cirurgia+plastica>. Acessado em 20/07/2021.

³⁸ Cada um investe o que tem na busca pelo ideal de beleza e juventude. *O Globo*, 26/04/1992, p. 24.

passando a competir com objetos de consumo como carros e viagens internacionais.³⁹ Os preços das intervenções no Brasil, por exemplo, chamavam a atenção de estrangeiras, rivalizando com os valores cobrados nos EUA, tornando a capital fluminense um dos “paraísos acessíveis das esticadas”, conforme indica uma matéria daquela época: “o Rio de Janeiro realiza duas mil plásticas estéticas por mês, garantindo o seu lugar no ranking das cidades mais vaidosas do mundo”.⁴⁰

O destaque midiático dado às cirurgias plásticas com interesse estético fortaleceu não apenas um mercado de consumo, mas também a visibilidade da cultura de cuidado com a aparência baseada, sobretudo, no binômio valorização e julgamento de determinadas práticas e condutas. Mirian Goldenberg e Marcelo Silva Ramos (2007) destacam a atuação da mídia na consagração de modelos corporais que exibem suas formas em publicidades, notícias e entretenimento. Segundo esses autores, a visibilidade do cuidado com o corpo estabeleceu rotinas de controle das aparências, consolidando assim uma determinada civilização moralizante das formas corporais: “Seguindo essa linha de reflexão, pode-se pensar que aparente liberação dos corpos, sugerida por sua atual onipresença na publicidade, na mídia e nas interações cotidianas, tem por trás um ‘processo civilizador’, que se compreende e se legitima por meio dela” (GOLDENBERG; RAMOS, 2007. p. 25).

Essa civilização das formas colocava em evidência um conjunto de códigos sociais que definiam quais condições corporais eram exaltadas e quais eram discriminadas. Assim, esse fenômeno de apelo às imagens de corpos modificados com “peles esticadas” e “rejuvenescidas”, cujas transformações corporais podiam chegar aos limites da condição biológica humana, também indicava o pavor duplo ao processo de envelhecimento e à presença de gordura corporal. O corpo desnudado na praia, assim como na mídia, promovia uma forma de olhar os contornos físicos baseados na moral da boa forma, onde a gordura e o envelhecimento tornaram-se elementos de repúdio social. Civilizar as formas corporais, nesse sentido, é constranger tudo aquilo que não seja compatível com a imagem idealizada do corpo.

Como salienta Paula Sibilia (2010, p. 201), na transição entre os séculos XX e XXI, a lipofobia emergiu como um sintoma da cultura da aparência, pois esse elemento configurou-se como “um tipo de aversão que aponta seu dedo delator tanto para o próprio organismo como para os corpos alheios, censurando aspectos físicos e condutas humanas com argumentos de cunho moral”. Isto é, em um ambiente cultural de valorização da aparência física, como o que se estabeleceu na contemporaneidade, o olhar persecutório faz parte da escala de depreciação

³⁹ Carioca troca carro e viagem por plástica. *O Globo*, 23/04/1992, p. 24.

⁴⁰ Carioca troca carro e viagem por plástica. *O Globo*, 23/04/1992, p. 24.

de determinados modelos corporais compreendidos como “fora de forma”. E a gordura, assim como as rugas, as manchas na pele e o envelhecimento, passou a ser vilã na intensa batalha de promoção de uma imagem corporal sempre jovem, bela e bem cuidada.

A dimensão da lipofobia que se estabeleceu no ambiente social brasileiro é identificada não apenas pela explosão do número de cirurgias plásticas realizadas no país no início dos anos 2000, mas também pela caracterização patológica e, por vezes, jocosa, dada aos corpos “fora de forma”, visto que o paradigma do culto à “boa forma” física vigorava na cultura midiática e nas produções culturais brasileiras desde a década de 1970. A mudança corporal alcançada através das cirurgias plásticas estabeleceu modos de justificar a boa forma física como um método inquestionável de conquista da beleza, autoestima e reconhecimento social. Entre os rituais de embelezamento, as cirurgias plásticas passaram a protagonizar uma sugestão eficiente de alcance da almejada imagem de um corpo bem cuidado em suas formas e atributos.

As pesquisadoras Sabrina Borges Ferraz e Fernanda Barcellos Serralta (2007) identificaram que o discurso em prol das cirurgias plásticas é baseado na insatisfação que as pessoas têm com os seus corpos, tornando as intervenções cirúrgicas sedutoras pela promessa de resolução das inquietações com a autoimagem. Dissecando os meandros das motivações que levaram pessoas a adotarem a cirurgia plástica como resposta ao repúdio corporal, as autoras perceberam uma circulação do sentimento de desconforto do sujeito em suas relações com o outro. O que possibilitou a consideração de que:

todas as entrevistadas sentiam que alguma parte do corpo estava incomodando, trazendo uma sensação de desconforto e, com isso, mobilizando sentimentos de insatisfação, sofrimento e não aceitação de si. Para que fossem resolvidos ou amenizados tais sentimentos, optaram pela cirurgia plástica estética para corrigir o que não estava lhes agradando, desagrado relacionado tanto à sua própria percepção como também à avaliação que sentiam provir dos demais (FERRAZ; SERRALTA, 2007, p. 564).

As pesquisas empíricas identificam que os sentimentos de desajuste corporal são comumente estabelecidos pelos fatores sociais que apresentam incessantemente imagens de corpos exaltados como belos, jovens e em boa forma, construindo ainda um efeito de antagonismo com as condições físicas que não reproduzem tais modelos. No caso da mídia brasileira, a intensificação do debate sobre as cirurgias plásticas na última década do século XX, demonstra que o próprio fenômeno em si não é tão simples, pois coloca em evidência as interações estabelecidas entre as pessoas e as produções midiáticas e os efeitos dessas relações no próprio meio social.

A coluna *Da Mulher para a Mulher*, assinada por Maria Teresa na revista *O Cruzeiro*, recebeu o seguinte questionamento de uma leitora: “Meus seios batem no ventre - flácidos, pálidos, enrugados. Amamento uma criança de dois anos...o que devo fazer? Meu marido reclama”.⁴¹ A resposta da colunista apresenta diferentes ações que poderiam contribuir com o desfecho do problema apresentado pela leitura, recomendando principalmente a cirurgia plástica como método acertado:

Quanto aos seios caídos como os seus e as nádegas flácidas e pregueadas, além da alimentação que faça você engordar um pouco, a ginástica será muito útil. Mas, verdadeiramente, só a cirurgia plástica lhe dará os resultados desejados. Ela opera maravilhas em casos que parecem desesperados, como os seus “seios que batem na cintura”.⁴²

Os discursos midiáticos sobre a cirurgia plástica orientavam as pessoas a tomarem decisão de realizar os procedimentos em nome de uma conformidade que, inicialmente, parece individualizada e privada, mas que possui um amplo espectro no meio social. Afinal, a recomendação dada a uma leitora é compartilhada no ambiente midiático e vivenciada nas dinâmicas da sociedade. Logo, a afirmação de que uma cirurgia “opera maravilhas em casos que parecem desesperados”, consagra uma concepção de fórmula ideal para a resolução dos problemas estéticos, convocando a pessoa a adotar essa modalidade como estratégia de controle das aparências.

O que a coluna *Da Mulher para a Mulher* faz é definir e propagar o papel de autoridade da técnica cirúrgica em alterar os contornos corporais, implicando numa normalização estética em nome do bem-estar e da autoestima da mulher. Assim, instituía-se um modelo de subjetivação que aplicava a autonomia do sujeito no cuidado consigo mesmo através da adoção de práticas autorizadas pelos discursos científicos, já que “verdadeiramente, somente a cirurgia plástica lhe dará resultados desejados”. Nesse sentido, o conselho dado na mídia é revestido por discursos que propõem a intensa mobilização de práticas de cuidado com a aparência, tornando necessário alimentar a lógica de construção e manutenção do corpo desejável.

A circulação de sentidos sobre os benefícios estéticos realizados pelas cirurgias ganhava inúmeras páginas e páginas de revistas e jornais, evidenciando uma intensificação de relatos das pessoas que desejavam modificar seus corpos em nome da aparência física. No início dos anos 2000, uma notícia publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* - no suplemento *Folha Teen*, indicado a adolescentes da faixa etária de 15 a 19 anos -, destacava como as plásticas tinham

⁴¹ Problemas plásticos. *O Cruzeiro*, 1981, ed.2501, p. 74.

⁴² Problemas plásticos. *O Cruzeiro*, 1981, ed.2501, p. 74.

dominado a indústria da beleza no Brasil, relevando ainda como a juventude das classes médias brasileiras optavam pelas modificações corporais em nome do reconhecimento da boa forma física. Os exemplos citados na notícia indicam a extensão do fenômeno das mudanças estéticas promovidas pelas cirurgias plásticas na sociedade brasileira, revelando que não apenas pessoas mais velhas adotavam essa técnica, mas que a técnica fazia parte do catálogo de formas de embelezamento de jovens e adolescentes.

Leandro Jacomelli, 16, tinha preguiça e vergonha de frequentar uma academia de ginástica e recorreu à lipoaspiração, há um mês, para tirar a tão indesejada barriga; Daniele Patrus, 15, não obteve o resultado que queria com exercícios e também fez uma lipo para tirar barriga e culote; Kate Gomes Lu, 20, achava os seios pequenos e colocou próteses de silicone; Beatriz Pereira, 15, não gostava do “ossinho” do nariz e resolveu operar⁴³.

Apontando as insatisfações corporais e as formas de modificações desses desconfortos corporais via cirurgia plástica, a *Folha Teen* demonstrava que a preocupação com a aparência física tinha chegado aos mais jovens, revelando que os contornos corporais podiam ser corrigidos desde cedo, tornando imperativa a forma de cuidado com a aparência. O que parecia ser uma técnica adotada por quem queria rejuvenescer também convocava a adesão da juventude, indicando a extensão e a intensidade do fenômeno.

Denise Bernuzzi Sant’Anna (2001) considera que o discurso moral em torno da necessidade de uma boa forma física na cultura contemporânea desenvolveu uma radicalização das formas corporais, estendendo os rituais de cuidado com a aparência para diferentes gerações. A autora explica que o que importa, nesse caso, é a mobilização generalizada das práticas sociais de embelezamento. Assim, a boa forma torna-se compulsória para todos os públicos, ganhando o *status* de uma prática inescapável na ordem social brasileira.

Nas palavras de Denise Bernuzzi Sant’Anna (2001), a explicação para a generalização do fenômeno da boa forma está no deslocamento sofrido pelo corpo durante o século XX, cuja interpretação social foi sendo intensificada a ponto de colocá-lo como epicentro da existência do indivíduo, pois “agora ele é chamado a ocupar o seu lugar, mas sob a condição de se converter totalmente em boa forma” (SANT’ANNA, 2001, p. 108). Assim, as cirurgias plásticas realizadas por adolescentes e jovens nos anos 2000, juntamente com pessoas de outras gerações, demonstrava que a conversão totalitária do corpo controlada pelos regimes científicos retroalimentava a lógica de cuidado com a aparência propagado na mídia.

⁴³ O atalho da boa forma. *Folhateen*, *Folha de São Paulo*, 09/10/2000, p. 8.

Apesar das celebridades nacionais e internacionais serem as responsáveis por grande parte das narrativas sobre as cirurgias plásticas que pululavam as páginas de jornais e revistas brasileiras das décadas de 1970 e 1980, a popularização dos procedimentos cirúrgicos só foi concretizada na virada do século XXI, sendo anteriormente retratada na imprensa a partir da imagem de mulheres famosas como os símbolos de uma beleza alcançada através de investimentos financeiros. Entretanto, parte dos anseios das classes populares em torno do desejo de realizar os procedimentos estéticos está na abundante produção midiática sobre o tema.

A pesquisa de Alexander Edmonds (2007) em clínicas de estética e hospitais especializados em cirurgias plásticas na cidade do Rio de Janeiro, no início dos anos 2000, revelou que os modelos de beleza que encorajavam as mulheres de diferentes classes sociais a optar pelas cirurgias plásticas eram muito difusos e contraditórios, visto que as mulheres de classe média, assim como as menos abastadas, desejavam conquistar o direito democrático de serem belas. O autor percebe que, “o corolário da crença de que ‘qualquer um pode ser belo’ é que os problemas estéticos afetam igualmente ricos e pobres” (EDMONDS, 2007. p. 251), tornando os dramas e impasses com a imagem corporal um tema que atravessa as distintas classes sociais e regiões do país.

O direito à beleza, proporcionado não apenas pelas cirurgias plásticas, mas também por outros meios de controle do corpo, ampliava os modos de incidência desse fenômeno no tecido social, colocando nas mãos da mídia a tarefa de produção de sentido de um modelo corporal desejado por diferentes sujeitos sociais, cujas imagens exaltadas em fotografias de moda, publicidade, entretenimento, jornais e revistas consolidavam, paulatinamente, o imperativo da boa forma física no Brasil do novo milênio.

Os corpos modificados das celebridades apresentavam em suas imagens as marcas dos rituais de transição produzidos nos centros cirúrgicos, cujos resultados eram exaltados pelas diferentes camadas sociais e visibilizados na cultura midiática brasileira. Essa situação colocava sob relevo as ambiguidades em torno do processo de fabricação da beleza através das cirurgias plásticas no Brasil. Afinal, os custos dos procedimentos eram elevados, tornando o fenômeno das cirurgias plásticas um uma conquista definida pelo marcador de distinção social, pois como destaca Mary Del Priore:

As revistas femininas e a mídia em geral, ao se referirem às benesses da cirurgia plástica, o faziam sempre tendo como interlocutoras as mulheres que pertenciam às camadas mais altas da população. É como se, na outra ponta, feiura e pobreza se misturassem num rótulo único. O efeito podia ser mais

perverso. Além de todas as clivagens econômicas e sociais que existiam no Brasil, havia essa outra: a da estética (DEL PRIORE, 2019, p. 297).

A distinção social promovida pelos imperativos da beleza provocava não apenas uma separação entre belas e feias, ricas e pobres, mas principalmente entre as que pessoas que verdadeiramente queriam ou não queriam modificar os corpos e superar os limites impostos pelas condições socioeconômicas. Contudo, como salientou Alexander Edmonds (2007), a beleza estava disponível no mercado e as formas de acesso eram negociadas entre cliente e fornecedor, relevando as concessões e trocas produzidas entre os cirurgiões e suas pacientes. Diante disso, percebeu-se que esse desejo de transformação corporal era entendido como elemento-chave de uma possível ascensão social através da conquista do corpo em boa forma. O que as entrevistadas de Edmonds demonstravam é que “a plástica também pode ser vista como um tipo de prática do consumidor, motivada por fantasias de uma vida melhor e pelo desejo de elevar o *status* social” (EDMONDS, 2007, p. 217).

Ana Lúcia Castro (2010) identifica que a pesquisa de Alexander Edmonds revela a existência de um amplo jogo de interesses sociais que giram em torno da beleza como um sintoma de distinção social no Brasil. Assim, para além das questões materiais que demarcam a diferença de classe no país, a dimensão estética influenciaria em possíveis formas de mobilidade em espaços de prestígio social. E a autora considera ainda que a cirurgia plástica faz parte de uma lógica de consumo que implica primariamente em dimensões simbólicas e impalpáveis. Desse modo, ela ressalta que “o que se busca, ao se submeter a este tipo de intervenção cirúrgica, é algo que nada tem de palpável e concreto: prestígio, aceitação social, elevação da autoestima” (CASTRO, 2010, p. 155.).

Os indícios do processo de democratização da beleza, assim como a popularização dos procedimentos cirúrgicos de cunho estético, apontam para uma massificação dos ideais corporais prometidos pela lógica de mercado na década de 1990. A ideia de uma “beleza *fast food*”⁴⁴ anunciada pelas mídias brasileiras, promovia a cirurgia plástica e outros tratamentos estéticos ao alcance de todas e todos, implicando numa adesão aos modelos corporais modificados como uma conquista acessível a diferentes públicos. As clínicas da época publicizavam: “financiamos em até 12 vezes em prestações fixas”⁴⁵.

As ofertas comerciais dos procedimentos cirúrgicos veiculadas em jornais e revistas eram difundidas aos moldes das práticas da cultura de consumo. Havia o impulsionamento do discurso dos investimentos financeiros em nome da boa forma física, apelando também para as

⁴⁴ Beleza *fast food*. *Revista da Folha*, 16/07/2000, p. 30.

⁴⁵ Publicidade da clínica Persona Cirurgia Plástica. *Revista da Folha*, 20/08/2000.

emoções das pessoas que desejavam modificar o corpo. Consequentemente, os desejos das diferentes classes sociais emplacavam a perspectiva da conquista da autoestima através do controle das formas corporais via cirurgia plástica. Afinal, como indicava uma matéria de *O Globo*, “a satisfação emocional é a meta da cirurgia plástica”⁴⁶. Nessa seara, construía-se a necessidade da busca pelo corpo perfeito como sinônimo de um domínio de si mesmo, cujos resultados dos empreendimentos econômicos e psicológicos seriam alcançados através do consumo das cirurgias plásticas.

Andrea Tochio de Antônio (2008) percebeu que entre as pessoas entrevistadas em sua pesquisa, as cirurgias plásticas apareciam como meios para alcançar determinados projetos corporais, destacando os aspectos individuais que incitavam os discursos de aprimoramento do corpo como forma de satisfação pessoal.

São os aspectos individuais e pessoais que são enfatizados: o fazer “para mim mesma”, a busca de satisfação pessoal, o “aumento da auto-estima”, o “cuidar-se de si mesma”, o “próprio bem-estar”, as “frustrações”, “complexos”, “traumas” e “incômodos” individuais são recorrentes (ANTÔNIO, 2008, p. 69-70).

As pesquisas de Andrea Tochio de Antônio (2008), Alexander Edmonds (2007) e Sabrina Borges Ferraz e Fernanda Barcellos Serralta (2007), citadas anteriormente, apontam que o fenômeno da cirurgia plástica produz um conjunto de discursos baseado na produção de uma conformidade do sujeito com as expectativas sociais sobre a beleza. Assim, as sensações de desajuste, desconforto e incômodo com a imagem corporal são atacadas pela prática cirúrgica como uma resposta ágil e concreta para as questões emocionais e psíquicas dos indivíduos, tornando-a uma poderosa via de (re)construção do sujeito contemporâneo.

Nas entrevistas realizadas por aqueles autores, percebeu-se ainda uma determinada influência dos meios de comunicação no exercício de proposição de imagens corporais compreendidas como desejáveis, cuja exaltação está na celebração da moda e no espetáculo do cotidiano. Contudo, acreditamos ser necessário retificar a dimensão da influência da mídia para refletirmos sobre a constituição desses fenômenos pelos processos comunicacionais da mídia. Isto é, mais do que influenciar a sociedade com uma enxurrada de imagens de corpos em boa forma, os aparatos midiáticos constroem uma espetacularização que orienta e organiza os sentidos sobre os assuntos e temas sociais.

Os conselhos de embelezamento, os discursos médicos explicando as práticas cirúrgicas, os relatos das pessoas incomodadas com os seus próprios corpos e a exibição de

⁴⁶ A satisfação emocional é a meta da cirurgia plástica. *O Globo*, 22/01/1971, p. 4.

imagens de celebridades em boa forma após as intervenções formam o amplo esquema de organização midiática dos sentidos sobre as cirurgias plásticas no Brasil e no mundo. Dessa forma, a mídia consagra um sistema operatório que dá a ver imagens e textos definidores do fenômeno social, integrando esses temas aos modos de interação entre os indivíduos e tornando comum a presença de tais assuntos no tecido social.

A perspectiva que compreende que a mídia agencia as pautas sociais por meio de seus processos comunicacionais define ainda a lógica de sobre determinação das imagens do espetáculo, quando a feiura é atacada em nome da beleza, o corpo gordo em nome da boa forma física e a moda e o consumo tornam-se elementos mediadores do próprio aparato midiático, já que os procedimentos estéticos são propostos com essas camadas de glamourização, felicidade e bem-estar.

A incitação promovida pela mídia no que diz respeito aos cuidados com o corpo e a aparência cria formas de atuação dos indivíduos perante as temáticas apontadas. José Luiz Aidar Prado (2013, p. 40) classificou esses estímulos midiáticos de *convocação biopolítica*, afirmando que “a convocação é, em primeiro lugar, um empuxo à interatividade, para que o consumidor dê resposta a esse apelo”. O que torna possível entender as relações estabelecidas entre as proposições da mídia e as atuações concretas dos indivíduos no meio social. Enquanto o *bios midiático* se constitui como ambiência operacional e organizativa dos sentidos, a convocação estimula a pessoa a agir diante daquilo que foi proposto pela mídia, consagrando-se como uma prática de interação entre os meios de comunicação e seus consumidores.

Em outras palavras, “a convocação é apelo para que os consumidores participem, emitam, façam parte da comunicação e do consumo. Estruturalmente, a convocação já aguarda o *feedback* do consumidor desejante, que se expressa de modo a retroalimentar o subsistema (PRADO, 2013, p. 40), tornando possível a relação entre mídia e sociedade, pois a convocação constitui-se como um jogo que provoca determinadas ações e obtém resultados programados, sendo essa a armadilha perfeita para a inesgotável mudança nas formas de convocação.

Talvez sejam as imagens de anúncios publicitários as formas mais evidentes de constituição da prática de convocação midiática. Como afirmamos anteriormente, as clínicas e centros de estética convidavam o público-consumidor para conhecerem os benefícios promovidos pelas intervenções cirúrgicas, sendo essa uma das formas de convocação mais pujantes nos classificados de jornais.

A publicidade da *Clínica de Cirurgia Plástica Estética do Hospital Indianópolis*, em São Paulo, veiculada na revista Manchete, em 1987, evidenciam os elementos do processo de convocação biopolítica elaborado por José Luiz Aidar Prado (2013). O anúncio afirma: “a

cirurgia plástica que você tanto sonhou agora é viável e acessível”, apelando para a promoção dos procedimentos estéticos como objetos disponíveis no mercado para todos os públicos, o que implicaria na ideia de que qualquer pessoa poderia concretizar o sonho de realizar uma cirurgia plástica. Por destacar o caráter “viável e acessível” dos procedimentos estéticos, o discurso publicitário convida as pessoas de diferentes classes sociais, raça, gênero e idade a responder à demanda de controle das formas corporais.

O produto ofertado é apresentado como um sonho que pode ser realizado. Assim, estimula-se que o objeto de desejo seja consumido pelos indivíduos, ao passo que define a amplitude de possibilidades de ajuste corporal. Da cabeça ao tornozelo, o corpo magro e em boa forma é entregue ao olhar do público-leitor com o intuito de demonstrar a infinitude de alternativas no trato com a aparência, reiterando o lugar da cirurgia como mecanismo de normalização das formas corporais e tecnologia de harmonização dos indivíduos. É nesse contexto que a dimensão biopolítica ganha evidência no anúncio, já que incita o indivíduo a adotar a cirurgia plástica como meio de incorporação dos ideais estéticos da boa forma física.

Imagem 11 - Publicidade de Centro de Cirurgia Plástica Estética



Fonte: Manchete, 1987 Edição 1858 (1), p.94-95.

O corpo nu feminino serve como testemunha de um modelo corporal que visa livrar-se da gordura, da flacidez, das manchas e marcas na pele. A imagem publicitária dá visibilidade a uma forma corporal exaltada como positiva, o que invariavelmente denuncia os desvios e incorreções das demais condições físicas. Inegavelmente, tem-se a exibição do total controle que a medicina exerce sobre o corpo humano, colocando-o na condição de rascunho do sujeito, cujas modificações são incentivadas pelos diferentes meios de comunicação.

Ao olhar a imagem publicitária da clínica de cirurgia plástica, compreendemos que a convocação biopolítica exercida pelo anúncio torna perceptível o fenômeno de estetização da saúde, colocando o corpo como um produto modificável pelos imperativos estéticos em nome

do bem-estar e da qualidade de vida associadas à magreza e à boa forma. Como afirma Francisco Romão Ferreira (2006, p. 135-136), “as cirurgias plásticas (estéticas ou corretivas) fazem parte desse grande aparato que dá suporte à estetização da saúde e ao crescimento das modalidades de transformações corporais”. Dessa forma, as intervenções constroem uma determinada imagem estetizada do corpo em boa forma traduzindo um conjunto de desejos e expectativas que giram em torno da beleza na cultura contemporânea, onde o corpo é modelado de forma imperativa.

Francisco Romão Ferreira (2006) considera ainda que a produção de discursos sobre as cirurgias plásticas é um sintoma da cultura contemporânea, que interpreta o corpo e aparência como situações moldáveis pelos interesses da moda, da mídia, das biotecnologias, ciência e de outros agentes de produção de sentido. O autor afirma ainda que a medicina estética evidencia que os desvios e anormalidades do corpo não se referem às dimensões da natureza humana, mas são interpretações sociais desses signos, definindo que a beleza não é um dado natural, mas sim uma construção sócio-histórica alimentada por diferentes instâncias sociais.

A estetização da saúde, definida por Francisco Romão Ferreira (2006), destaca o processo de transformação dos discursos sobre as cirurgias plásticas que, no decorrer das décadas do século XX, foram alimentadas por uma complexa rede de interesses. E que, para nós, tem na mídia o lugar de gerenciamento e organização dos discursos de outros agentes. Desse modo, os discursos de cientistas, especialistas, médicos-cirurgiões, psicólogos e outros personagens ganham espaço em jornais e revistas através da formação dos processos comunicacionais que dão um determinado sentido às intervenções cirúrgicas.

Mais precisamente na virada do século, quando o processo de virtualização dos meios de comunicação se estabelece pelo mundo, a mídia passa a consagrar um espetáculo que canaliza a própria estetização da saúde, visto que o corpo difundido em jornais e revistas da época era compatível com o complexo jogo de convocação biopolítica. Percebe-se que o paradigma da disciplina moderna – que outrora obrigava os corpos a se adequarem aos modelos propostos – já não se sustenta. Não é à toa que Michel Foucault alertou que a sociedade disciplinar estava em crise na segunda metade do século XX, afirmando que um novo regime de poder estava surgindo. (FOUCAULT, 2015, p. 261-263). Diante disso, podemos considerar que a sedução de corpos construídos pela estetização da saúde é um sintoma contemporâneo de centralização da produção de sentido em imagens e discursos midiáticos de exaltação da boa forma, apelando para que cada um tome para si a responsabilidade de adotar no próprio corpo as estratégias de controle das formas.

No diagnóstico realizado por Francisco Romão Ferreira, temos que:

[a] sociedade, por sua vez, busca adequar os corpos aos padrões estéticos estabelecidos, não mais pela coerção e sim pela sedução, revelando uma verdadeira ditadura da beleza, da magreza e da juventude. O controle sobre o corpo exercido pela sociedade vai “ao encontro” dos interesses do mercado (moda, mídia, publicidade, etc.) e da indústria da metamorfose (cirurgias, tratamentos, equipamentos e medicamentos com fins estéticos) criando novos sentidos e necessidades para os “consumidores” (FERREIRA, 2006, p. 134).

A estetização da saúde marca uma mudança significativa nos modos de controle da aparência e a mídia atua exercendo o processo de sedução dos indivíduos através dos apelos da convocação biopolítica presente nas recomendações, dicas e aconselhamentos. Esse fenômeno não se restringe às cirurgias plásticas, atravessando também os discursos das dietas, das atividades físicas e esportivas. Isso quer dizer que as formas de controle e normalização propostas pela medicina e catalisadas nos discursos midiáticos ganham ramificações em diferentes manifestações do cuidado com o corpo e a aparência, como veremos nos próximos capítulos.

A história da cirurgia plástica no Brasil analisada até aqui, evidenciou que os rastros deixados pela imprensa desde a década de 1940 produziu e organizou os sentidos da corporeidade em seus contornos, tamanhos e pesos, demonstrando que o caráter biopolítico se manifestou de diferentes modos no processo de normalização das silhuetas e na construção de uma determinada ética do olhar sobre o corpo, evidenciando que as imagens dos processos cirúrgicos e dos ideias de beleza dialogaram para consolidar um retrato fiel aos ditames da moral da boa forma física.

A análise que realizamos nos permitiu identificar que mais do que influenciar a existência de uma cultura dedicada aos cuidados com o corpo, a mídia gerenciava e organizava os modos de ver e interpretar a corporeidade. Desde o surgimento dos processos reparadores até o apogeu das técnicas estéticas, a percepção sobre a cirurgia plástica foi sendo construída pela mídia brasileira do século XX como uma das promessas de controle da carnalidade humana. Desse modo, a boa forma física tornou-se um imperativo que dominava o corpo para mutilá-lo em nome da beleza.

CAPÍTULO 3 - DIETAS E GERENCIAMENTO DE SI (1950-2000)

“A ideologia da saúde e da perfeição corporal nos faz acreditar que uma saúde pobre se deriva exclusivamente de uma falha de caráter, um defeito de personalidade, uma fraqueza individual, uma falta de vontade”.
(ORTEGA, 2008, p. 47)

As dietas alimentares fazem parte da história de diferentes civilizações, atuando como prática política, filosófica, mística, medicinal etc., tornando-se um complexo fenômeno cultural que marcou a narrativa humana no mundo. No período da Antiguidade, “a palavra grega *diaita*, da qual deriva a nossa ‘dieta’ descrevia todo um modo de vida, não um regime estrito de perda de peso (FOXCOFT, 2013, p. 27). Isto é, essa concepção destacava o caráter holístico das dietas, cujas intenções estavam alinhadas à busca pelo bem-estar, pela aquisição e manutenção da saúde física e mental, além do reconhecimento social, através da adoção meticulosa das recomendações da terapia *diatetica*.

Michel Foucault (2018) identificou que a medicina exercida na Grécia antiga não era simplesmente uma técnica que intervia no corpo através da indução de medicamentos e procedimentos práticos, mas sim uma doutrina intelectual preocupada em promover o equilíbrio da vida. Nesse sentido, os saberes médicos instituíam fórmulas integradas de cuidado, visto que ela também devia “definir uma maneira de viver, um modo de relação consigo, com o próprio corpo, com o alimento, com a vigília e com o sono, com as diferentes atividades e com o meio (FOUCAULT, 2018, p. 128).

Diferentemente da prática médica contemporânea, os saberes médicos da Antiguidade formulavam uma integração do ser com o meio social, traduzindo as preocupações humanas em conselhos sobre as formas de conduzir a vida. Essa condução da vida, promovida pelos médicos da antiguidade, indicavam a necessidade de cuidado com os alimentos, sugerindo possíveis caminhos de tratamento das práticas ordinárias que podiam causar danos ao ser. Ou seja, “a medicina teria a propor, sob a forma de regime, uma estrutura voluntária e racional de conduta” (FOUCAULT, 2018, p. 128).

O modelo médico grego instituiu um processo de orientação da conduta humana através da adoção de instruções, conjugando a alimentação a outras dimensões da vida, tornando possível a construção de uma trama que associava o ato alimentar aos sentimentos de prazer ou desprazer, além dos julgamentos morais de poder ou não poder ingerir determinados alimentos em todos os turnos ou estações do ano. Em outras palavras, “moderação e equilíbrio eram

essenciais em todas as coisas, inclusive na dieta, uma filosofia que situava na ordem moral a atividade corriqueira de comer” (FOXCOFT, 2013, p. 32).

A dietética greco-romana da Antiguidade, em linhas gerais, instituiu um modelo filosófico que refletia, sobretudo, nas práticas de liberdade do ser, onde o controle da conduta humana advogava não apenas em nome próprio, mas pelo bem do outro e da *pólis* (cidade), já que “a dieta é ou uma regulação do corpo individual, ou uma regulação do corpo político” (TURNER, 2014, p. 223). Nesse sentido, as práticas de liberdade consagravam o ascetismo como um fenômeno que circunscrevia toda a cultura e a comunidade. Por isso, “as diversas escolas filosóficas da Antiguidade e as práticas ascéticas cristãs compartilhavam uma visão dualista da ascese: a ascese é sempre do corpo e da alma” (ORTEGA, 2008, p. 23).

O cuidado do asceta, aquele sujeito que atuava a partir dos princípios filosóficos e políticos da dietética, buscava uma harmonia entre as dimensões corpóreas e metafísicas, destacando que liberdade para dominar a si mesmo era, necessariamente, uma escolha. Isso quer dizer que “a dietética, prática refletida sobre si e de seu corpo é componente fundamental da vida política; uma política que não é biopolítica e sim liberdade da ação (ORTEGA, 2008, p. 24).

O modelo ascético antigo se transformou com o passar dos séculos, ganhando novos contornos e sentidos em distintos períodos históricos. Ele se tornou um dos elementos fundadores do protestantismo moderno, cujas regulações corporais visavam o aprimoramento do sujeito, nutrindo uma narrativa puritanista e racional que substituiu a antiga dimensão mística e espiritual. Nesse sentido, durante a modernidade, vemos o surgimento de um modelo ascético centrado no racionalismo individual. Como explica Bryan S. Turner (2014, p. 221), “a vida cotidiana passou a estar sob o escrutínio da consciência individual e o indivíduo ficou livre da autoridade eclesiástica de tal sorte que também se tornou mais subordinado a regulações detalhadas.”

A modernidade viu surgir modelos ascéticos secularizados, através do processo civilizador estudado por Norbert Elias (2011), assim como o aparecimento das instituições disciplinares identificadas por Michel Foucault (2013), além de uma ética protestante que instituiu a racionalização do mundo técnico destacada nas análises de Max Weber (2004). Contudo, na contemporaneidade, a dietética e outras práticas ascéticas já não funcionam a partir dos princípios morais pujantes nas correntes filosóficas greco-romanas, mas atuam em processos socioculturais provenientes do fenômeno moderno.

Francisco Ortega (2008), por exemplo, considera que a atualidade apresenta uma configuração de ascetismo distinta em relação aos modelos das civilizações antigas. O autor

define o fenômeno da ascese contemporânea como bioascese, cujos sentidos repousam em regras de sociabilidade fundamentadas nos atributos corporais como marcas de desempenho e reconhecimento individual. Logo, entendemos que as bioasceses se configuram como um conjunto de práticas alimentares, performances corporais, discursos morais, normas higiênicas e estéticas, controle sexual etc. erigidas pelo sujeito com o intuito controlar o próprio corpo. Assim como nas dietas, as cirurgias plásticas, apresentadas no capítulo anterior, figuram como práticas corporais bioascéticas caracterizadas pelo controle de um sujeito que gerencia a si mesmo.

Necessariamente, a concepção de bioascese nos convida a perceber o surgimento de um determinado modelo de sujeito que monitora todo o processo de cuidado corporal, promovendo uma lógica de controle dos hábitos e rotinas a partir de parâmetros socialmente aceitos das formas, pesos, tamanhos e silhuetas compreendidas como desejáveis, tornando o corpo o epicentro das práticas de cuidado de si. Conseqüentemente, essa nova abordagem aponta para um sujeito reflexivo. Isto é, para um ser que atua em si mesmo e reflete sobre todo o processo a partir de uma matriz de racionalização das práticas, apostando numa lógica de perdas e ganhos. Nas palavras de Ortega, essa lógica diz respeito ao individualismo contemporâneo, pois “trata-se da formação de um sujeito que se autocontrola, auto-vigia e auto-governa. Uma característica fundamental dessa atividade é a auto-peritagem” (ORTEGA, 2008, p. 32).

Em síntese, o bioasceta contemporâneo é aquele que constrói para si um projeto de cuidado com o corpo baseado em fórmulas imperativas de controle das condutas alimentares, sexuais, higiênicas e estéticas que objetivam forjar um determinado modelo físico desejável, tomando como base métricas regulatórias que implicam em reconhecimento, fama, sucesso e lucros, empreendendo uma performance rentável. Assim sendo, calcula-se o valor daquilo que é adotado no cuidado com o corpo e a aparência, apostando nos benefícios como estratégias de contenção dos riscos.

Diante dessa configuração contemporânea, as dietas – assim como as cirurgias plásticas e as atividades físicas e esportivas – são compreendidas nesta pesquisa como uma prática bioascética, cujas recomendações, dicas, conselhos, sugestões, indicações e proposições formam o vocabulário de normalização das formas corporais e ganham o caráter imperativo na cultura da mídia da segunda metade do século XX. Esperamos apresentar as transformações do fenômeno das dietas nas mídias brasileiras do final da década de 1960 até os anos 2000, tomando como princípio a concepção bioascética apresentada por Francisco Ortega (2008), sublinhando ainda a força dessa prática cultural alimentar que se disseminou pelas diferentes expressões midiáticas brasileiras.

A dieta será compreendida como estratégia de controle do corpo intermediária à adoção das cirurgias plásticas, sendo recomendada e utilizada antes, durante e depois das intervenções cirúrgicas, funcionando como uma prática contínua de regulação dos pesos e das formas corporais, produzindo diferentes desejos de transformação física (emagrecimento, hipertrofia, ganho de massa muscular e manutenção do peso). Assim, o caráter intermitente do controle alimentar difundiu-se no meio social brasileiro instituindo uma verdadeira cultura das dietas, desenvolvendo discursos e representações midiáticas que incentivavam a adoção irrestrita dessa prática.

Da publicidade de produtos e serviços de emagrecimento aos relatos de transformação corporal devido a regulação da conduta alimentar, a cultura das dietas proposta nas mídias consolidou uma interpretação da magreza como norma social e a gordura como signo da anormalidade, evidenciando a necessidade de combate aos modelos corporais compreendidos como desviantes da moral da boa forma física.

3.1 A CULTURA DAS DIETAS

A temática das dietas e do emagrecimento não era novidade na década de 1960, já que as revistas e os jornais novecentistas brasileiros promoviam uma ampla divulgação de produtos, técnicas e estratégias de controle das formas corporais por meio das publicidades, notícias e recomendações dietéticas nas colunas de beleza e saúde. A imprensa da época era responsável por propagar as novas informações sobre as mudanças culturais que envolviam as silhuetas e as práticas alimentares da população, mediando o sentido que circulava em outros meios sociais.

Conforme apresenta Denise Bernuzzi Sant'Anna (2016), no século XIX, o processo de industrialização das sociedades modernas instituiu uma perspectiva científica e social do corpo como transformador de energia (corpo energético), substituindo o modelo anterior que compreendia o corpo como armazenador (corpo-armazém). Essa mudança ocorreu graças ao entendimento de que as pessoas mais pesadas eram menos eficientes no trabalho, provocando uma concepção de que a gordura corporal era um imbróglio para o processo de modernização das rotinas trabalhistas.

Em relação ao entendimento do corpo energético no campo do trabalho, Sonia de Deus Rodrigues Bercito (2011) identificou que os regimes laborais das fábricas brasileiras nas décadas de 1930 e 1940 suscitavam uma concepção de corpo ágil e disciplinado aos movimentos das máquinas. Segundo a autora, a rotina de trabalho nas fábricas “requisitava corpos dóceis e produtivos, fortes e de movimentos controlados, capazes de executar as tarefas

com precisão” (BERCITO, 2011. p. 376). Isto é, o corpo do trabalhador das fábricas era considerado importante devido a destreza dos movimentos e a agilidade na execução das tarefas maquinais, tornando problemática toda e qualquer formação corporal que não atendesse as demandas fabris.

As qualidades buscadas na figura do trabalhador giravam em torno das condições físicas e corporais, tornando-o uma peça que movimentava a produção. Assim, surgiu a metáfora do operário como o “braço forte” e atento, exaltando essa parte do corpo como um símbolo do trabalho. Como ressalta Bercito (2011, p. 380), na figura do operário “apenas sua anatomia o qualifica: é o ‘braço anatômico’”.

Reiterando essa perspectiva do corpo laboral, os anúncios de emprego da década de 1940 publicados no *Jornal do Brasil* repetiam a concepção energética afirmando: “precisa-se de trabalhador forte c/ referências para serviços de entrega, etc.”,⁴⁷ ressaltando os atributos corporais necessários para as atividades do trabalho. Essa ideia de força do corpo do trabalhador consolidava um modelo físico ideal para as atividades trabalhistas, na qual a força sistematizava uma forma corporal que expurgava as silhuetas grandes e pesadas. Assim sendo, a pesquisa de Sonia de Deus Rodrigues Bercito (2011) demonstrava como a representação do trabalhador brasileiro dos anos 1940 e 1950 indicava o surgimento de uma preferência aos corpos fortes em detrimento das outras formações corporais.

Apesar do campo do trabalho prestigiar os corpos fortes e afastar o peso daqueles indivíduos robustos, o contexto social brasileiro da década de 1950 ainda exaltava os corpos gordos. As publicidades dos tônicos alimentares da época propagavam a ideia de que a robustez era uma condição desejável para as crianças, apontando para uma interpretação positivada da gordura como significado de que os corpos com peso elevado tinham uma condição saudável e economicamente pujante. A gordura não era socialmente vista como negativa, muito menos como sinal de uma doença, pois ela figurava como indício de riqueza, beleza e de acesso irrestrito aos alimentos.

Um exemplo desses descompassos sobre a gordura corporal estava na existência dos concursos de robustez infantil, amplamente divulgados na imprensa, na época em que o peso elevado e a forma corporal dos bebês eram valorizados como símbolos de saúde e higiene⁴⁸. Enquanto as crianças robustas eram entendidas como saudáveis e belas, os corpos adultos estavam sendo contestados em relação ao peso, pois “de fato, até a década de 1950, o receio de

⁴⁷ Classificados. *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 9/08/1944. p. 1.

⁴⁸ Concurso de robustez infantil SESI - Serviço Social da Indústria. *O Globo*, 20/09/1955, p. 9.

ter um corpo destituído de forças ou de conceber filhos ‘mirrados’, com corpos no estilo ‘cipó, espeto ou palito’, dificultava a desvalorização dos gordos (SANT’ANNA, 2016, p. 42).

Os concursos de robustez infantil indicavam uma diferença de interpretação entre a magreza dos adultos e das crianças, sendo as últimas entendidas como fortes, belas e saudáveis apenas quando apresentavam volumes avantajados e marcas corporais de robustez. Como na publicidade do tônico *Emulsão de Scott*®, há uma enunciação que indica “o orgulho da robustez”, demonstrando o valor social da gordura no corpo infantil, cujos sentidos estavam atrelados aos ideais de beleza e saúde daquela época. Por isso, existia uma promoção da imagem de crianças robustas e gordas, reiterada pela indústria farmacêutica que produzia ainda diversas fórmulas para o processo de enchimento dos corpos.

A publicidade de *Emulsão Scott*® recomendava que todas as mães dessem o tônico para seus filhos, construindo assim um aconselhamento que circulava entre as famílias daquele período, reforçando o sentido positivo da robustez no meio social brasileiro. Isto é, uma criança robusta indicava uma condição saudável, bela e feliz, contrastando com as representações infantis dos mais pobres, famintos e doentes. Assim, o orgulho de ter um filho robusto era o sinal do cuidado familiar com a saúde das crianças.

Imagem 12 - Publicidade Emulsão de Scott



Fonte: O Cruzeiro, 1953, ed. 0004, p. 60.

O contexto econômico e político também provocava tensionamentos nos discursos do corpo energético (corpo como transformador de energia) em outros setores da sociedade, sobretudo, porque vigorava no Brasil a ideia de que a corpulência era sinônimo de saúde, vigor e bonança, contrastando com a visão da magreza como metáfora da fraqueza, desnutrição e pobreza. Esse cenário ganha alguns contornos quando analisamos os dados do Departamento de Imigração e Colonização, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, entre os anos de 1951-1954. Segundo o relatório sobre a migração nacional, mais 762 mil nordestinos migraram para o sudeste naquele período, fugindo das secas, da fome e da miserabilidade, correspondendo a 78,34% das pessoas que chegavam na cidade São Paulo naquele período (ROSSINI, 1977, p. 783).

Os primeiros anos da década de 1950 marcaram um grande ciclo de migração nordestina em direção ao sudeste, mais especialmente às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, promovendo o fenômeno conhecido como êxodo rural, cujos processos de industrialização e urbanização das grandes cidades atraíam a população de outras regiões do país. Para Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos (2005), a migração nordestina escancarava os problemas sociais que existiam na região nordeste, como as secas e a falta de infraestrutura, onde as políticas públicas de alimentação e combate à fome não conseguiram lograr êxito. Desse modo, ressalta o autor, o perfil epidemiológico nutricional da população brasileira entre os anos de 1930 e 1963:

caracterizava-se, sobretudo, pela elevada ocorrência das doenças nutricionais relacionadas à miséria, à pobreza e ao atraso econômico, representadas pela desnutrição energético-protéica (DEP) e pelas carências nutricionais específicas como as deficiências de vitamina A (hipovita-minose A), de ferro (anemia ferropriva) e de iodo (bócio) (VASCONCELOS, 2005, p. 443).

Diante desse cenário, a magreza de parcela da população brasileira era interpretada como efeito da fome e da pobreza, materializada em produções artísticas daquele período que demonstravam a existência das assimetrias sociais marcadas nos corpos. Na pintura, o quadro *Retirantes*, pintado por Cândido Portinari em 1944, por exemplo, revelava a magreza corporal e a aparência esquelética das pessoas pobres em sua jornada migratória, exibindo a condição física esquelética como resultado da miserabilidade da população nordestina. Já na literatura, por sua vez, o romance modernista *Vidas Secas*, escrito por Graciliano Ramos em 1938, retratava o mesmo cenário de busca pela sobrevivência daqueles sujeitos que fugiam das regiões secas e precárias rumo às grandes cidades do Brasil. O cenário árido e quente era o pano de fundo da luta do retirante nordestino representado nas palavras do romancista:

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros pareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala (RAMOS, 2019, p. 7)

As representações culturais sobre o corpo do migrante associavam a imagem da magreza à falta de recursos econômicos, acionando signos de que o território nordestino estava marcado pelo infortúnio, enquanto a figura das pessoas gordas do sul e sudeste do país era antagonista dessa narrativa, principalmente porque a comida era símbolo de fartura, bonança e saúde. Assim, constituía-se uma relação entre a comida e o corpo gordo, formulando uma compreensão de que ser gordo era sinônimo de comer muito, depositando na quantidade de alimentos ingeridos a causa da formação da gordura corporal. Claude Fischler (2005, p.70-71) afirma que essa percepção em relação ao corpo gordo se dá porque “a compulsão traduz aos olhos de todos a parte da comida que nós nos atribuímos, isso é, simbolicamente, parte que tomamos para nós, legitimamente ou não, na distribuição da riqueza social”.

As contradições surgidas em torno da figura da pessoa gorda ganham relevo na década de 1960, quando o ato de comer em demasia passa a caracterizar o comportamento dos glutões, como eram chamadas as pessoas que comiam em grandes quantidades, definindo-os como doentes que possuíam um descontrole em relação à alimentação. Millôr Fernandes, jornalista e cartunista de grandes jornais e revistas da segunda metade do século XX, responsável por críticas sociais que circulavam pela imprensa das décadas de 1960 até a virada do século, escreveu em sua coluna na revista *O Cruzeiro* que o glutão era uma figura do exagero. Nas palavras de Millôr, “Dos exageros dêste mundo. Tão glutão, tão glutão, que detestava a hora das refeições porque, quando acabava, não tinha mais apetite”.⁴⁹

O humor, expressão que provoca riso e escárnio, fazia parte das menções da imprensa em relação à figura do glutão na década de 1960, tornando-o um ser ambivalente. Havia um processo de estereotipagem da glotonaria baseada na ideia do gordo bom, símbolo de inocência e alegria, contrastando com o gordo mau, que é grotesco, feroz e perverso⁵⁰. O glutão descrito por Millôr Fernandes é aquele incorrigível que se alimenta de forma exagerada, sem pudores e limites, consolidando uma imagem do gordo que sonha em comer de forma desenfreada. Isso nos leva a entender que essa representação do fenômeno de crítica à glotonaria está ligada à

⁴⁹ O pif-paf. Textos e desenhos de Millôr Fernandes. *O Cruzeiro*, 1963, ed. 0026, p. 37.

⁵⁰ Essa é a tese de Claude Fischler, cujos contextos culturais podem evidenciar uma ambivalência em relação à figura do obeso. (FISCHLER, 2005).

ideia de que, enquanto milhares de pessoas passam fome no Brasil e no mundo, o glutão era um ser egoísta que desejava comer ininterruptamente, realçando ainda mais as desigualdades no acesso e no consumo da alimentação.

O modelo de crítica feito aos glutões julgava que os atos alimentares das pessoas gordas necessitavam ser controlados: “Evite comer além das necessidades de seu organismo. Deixe de jantar. Coma menos e viva mais! E procure não engordar”⁵¹, recomendava a revista *Manchete*. O contexto apontava para a ideia de que o glutão se tornava um problema social, expondo o surgimento de uma moralidade alimentar que solicitava o controle dos rituais à mesa, afastando paulatinamente as antigas práticas glotonárias. Dessa forma, a implementação dessa concepção de vigilância das práticas alimentares das pessoas gordas ganhou cada vez mais espaço na sociedade, tornando-se presente nas notícias, relatos e informes veiculados na imprensa da segunda metade do século XX.

“As gordas e os gordos que fiquem avisados”, destacava o anúncio da chegada do tratamento para emagrecimento proposto por Helene Atkins, esteticista estadunidense que comandava um instituto de beleza na capital paulista, em 1967. Dentre os objetivos da técnica apresentada por Atkins, destacava-se que “o tratamento não visa apenas o emagrecimento. Tão importante quanto chegar a um peso normal, é manter este peso normal e eliminar o relaxamento muscular e a flacidez da pele”.⁵²

O anúncio destacava ainda os benefícios da técnica realizada por equipamentos eletrônicos que massageavam determinadas partes do corpo e reduziam as formas dos quadris, cinturas e barrigas: “Helene Atkins lhe oferece um plano pessoal, para emagrecimento e elegância, da cabeça aos pés utilizando o seu moderníssimo equipamento automático norte-americano para emagrecimento”.⁵³ A busca pelo peso “normal” apontada pela publicidade da técnica de emagrecimento de Helene Atkins, indicava que naquela época a gordura já era usualmente entendida como uma anomalia corporal, invocando um conceito de normalidade associado ao peso e às silhuetas desejáveis. A palavra “normal”, usada no anúncio, nos instiga a compreender quais sentidos sociais estão em jogo no que diz respeito à presença da gordura.

Segundo Michel Foucault (2013a), os regimes de poder instaurados nas instituições sociais modernas promoveram processos de disciplinamento dos corpos, cujas condutas humanas mais ordinárias eram controladas por um conjunto de técnicas de vigilância. Nesse contexto, as atuações humanas eram orientadas por normas que estabeleciam os níveis de

⁵¹ Algumas regras básicas para uma vida mais longa. *Manchete*, 1970, ed. 0949, p. 62.

⁵² As gordas e os gordos que fiquem avisados. *Realidade*, 1967, p. 206.

⁵³ As gordas e os gordos que fiquem avisados. *Realidade*, 1967, p. 206.

conformidade ou de desvio em relação aos objetivos traçados pelas instituições. Assim, constituía-se o cenário dos comportamentos denominados normais, assim como dos desviantes, classificando-os a partir de parâmetros constituidores de uma lógica normalizadora. Isto é, buscava-se normalizar os corpos a partir de estratégias de hierarquizações e nivelamento, destacando quem estava mais próximo do ideal normativo e quem não estava.

As sanções normalizadoras descritas por Foucault (2013a) existiam como fórmulas de punição dos desviantes, enquanto os corpos normalizados eram reconhecidos através de pequenas gratificações, tais como boas notas, prêmios, distinções, títulos e outras formas de hierarquização, ao passo que os desviantes eram cobrados através das penalidades realizadas em relação ao ideal normativo prescrito. No que diz respeito às formas corporais, os gordos já foram exaltados e celebrados como uma norma social em outros períodos históricos. Entretanto, como destaca Claude Fischler, “há um século, nos países ocidentais desenvolvidos, os gordos eram amados; hoje, nos mesmos países amam-se os magros” (FISCHLER, 2005, p.78), demonstrando que houve uma mudança nos parâmetros culturais que definem os modelos corporais de normalidade em cada sociedade. E essa compreensão moderna apareceu em distintas pesquisas sobre a história do corpo no Brasil e no mundo⁵⁴.

Ocorre que os discursos de normalização do corpo que emergiram na década de 1960 exploraram um processo de hierarquização baseada na exaltação da magreza, tornando o gordo um sujeito desviante das normas estabelecidas na época. Esse processo de transformação dos sentidos do corpo gordo ocorreu como efeito da valorização do corpo magro durante o início do século XX, conforme demonstra Georges Vigarello (2012). Ao indicar que a gordura tornou-se símbolo de um desvio moral na condução da própria vida, o autor destaca como as pessoas gordas passaram a ser classificadas socialmente como fracassadas, infelizes e doentias, modificando a antiga percepção da gordura como sinal de riqueza e prestígio social (VIGARELLO, 2012).

Entretanto, com a imputação de anormalidade da gordura, determinadas práticas sociais normalizadoras foram invocadas como fórmulas de controle dos pesos e das silhuetas, alegando cuidados com a saúde e o bem-estar. É nesse contexto que as dietas apareciam como estratégias de normalização das formas corporais, sendo apresentadas pela imprensa como meios de transformação física, cujo resultado almejado era o emagrecimento e a mudança na imagem do corpo.

⁵⁴ Tais concepções de mudanças dos padrões corporais estão presentes nas pesquisas realizadas por Sant’anna (2014); Priore e Amantino (2011); Vigarello, 2012; Cobain, Courtine e Vigarello (2012, 2012, 2011).

A pesquisa de Paula de Oliveira Vieira (2014), ao analisar a coluna *Elegância e Beleza* da revista *O Cruzeiro*, na década de 1960, identificou um determinado modelo corporal explorado nas páginas do periódico, refletindo em formas de representação que normalizavam a magreza feminina, propagando ideais físicos como sinônimo de beleza. Segundo a autora, os indícios deixados pela publicação reiteravam que:

A partir da segunda do século XX, a beleza e a saúde estão associadas à magreza, sendo considerada saudável e controlada, enquanto o gordo é visto como não saudável e descontrolado. Nessa época, a magreza é associada a um ideal de beleza a ser atingido, em *O Cruzeiro* principalmente pelas mulheres, elas é que devem ser magras (VIEIRA, 2014. p. 32).

O termo dieta invocava duas concepções amplamente estabelecidas na imprensa brasileira dos anos 1960. O primeiro entendimento é que a dieta era o conjunto de alimentos ingeridos regularmente por uma pessoa durante as refeições diárias, compondo então os elementos de uma dieta alimentar pessoal ou familiar. Já a segunda compreensão apontava para o controle dos hábitos alimentares de uma pessoa ou grupo, promovendo um monitoramento pormenorizado das práticas alimentares, a partir de métodos de análise da quantidade, qualidade e tipo do gênero alimentício. Isto é, a segunda ideia de dieta revelava a existência de uma técnica de disciplinamento das refeições, cujos objetivos podiam ser médicos ou estéticos.

Analisaremos o material que vincula o conceito de dieta alinhada à segunda perspectiva, tratando-a como uma técnica de controle dos hábitos alimentares, técnica normalizadora de cunho bioascético, cujas estratégias discursivas estão presentes na cultura midiática a partir de um vocabulário que envolve uma vigilância das formas físicas desejáveis.

Em nosso itinerário de pesquisa, encontramos uma matéria da revista *Boa Forma*, publicada em 1988, com o título: “dieta de débito & crédito”⁵⁵. Utilizando a metáfora financeira da perda e do acúmulo de calorias como fórmula de explicação dos efeitos das práticas alimentares, o periódico reinsereu a perspectiva do corpo-armazém de energia. As dietas seguiam a seguinte linha de raciocínio: “Vamos imaginar que o corpo é uma conta bancária: ingerindo um número grande de calorias e queimando poucas, o seu peso aumenta. Ao contrário, se comer menos e fizer exercícios, você gasta as reservas do seu corpo”.⁵⁶

Contudo, no contexto analisado, o papel da dieta era o de equilíbrio do peso e das formas, evidenciando ainda a necessidade de uma dieta alimentar baseada na equação calórica de cada alimento. Logo, a dieta aparecia como uma forma de contenção dos ganhos energéticos,

⁵⁵ Dieta de débito & crédito. *Boa Forma*, nº10, 1988. p.65.

⁵⁶ Dieta de débito & crédito. *Boa Forma*, nº10, 1988. p.65.

possibilitando o indivíduo administrar a alimentação. O texto apresentava qual a conduta alimentar precisava ser adotada pelo público-leitor, recomendando determinados alimentos e justificando os motivos:

Veja no exemplo: uma refeição comum, com 3 colheres de arroz, meia concha de feijão, 1 ovo, 100 gramas de carne assada magra, salada de alface com limão e sal e 1 pãozinho francês, tem mais ou menos 600 calorias. Na sobremesa, uma fatia de goiabada com queijo branco pode chegar a 500 calorias. O total de 1.100 calorias, em apenas uma refeição é um exagero.⁵⁷

Ao apresentar a quantidade de calorias presentes em cada alimento de uma refeição, a matéria produzia um quadro quantificador e racionalista em torno dos hábitos alimentares, forjando um cenário que definia determinada escolha alimentar como “um exagero”. Em contraposição às escolhas alimentares que gerariam um acúmulo de calorias, o texto propõe ao seu público: “equacione bem os seus cardápios e coma menos”. Isto é, recomendava-se o cuidado com a alimentação e a busca pelo equilíbrio calórico através de uma fórmula matemático-quantitativa da dieta, pois assim o corpo não seria sobrecarregado com muita energia calórica.

O contexto de racionalização do consumo calórico, no Brasil, apresentava um curioso dado de alteração das práticas alimentares da população a partir da década de 1970. A urbanização somada à industrialização forjou um cenário de transformação dos hábitos à mesa. Mary Del Priore (2019, p. 242) exemplifica essa mudança afirmando que “a dieta passou a ter menor valor nutricional. Em lugar do saudável feijão com arroz, os congelados ou o Danoninho, que valia ‘por um bifinho’!”. Assim, a comida industrializada ganhava espaço nos mercados e na mídia, desenvolvendo um perfil alimentar da população distinto das décadas anteriores.

Em consonância com esse quadro de alterações significativas nos hábitos alimentares da população brasileira, a pesquisa de Inês Rugani Ribeiro de Castro (1995) sobre o perfil nutricional da população brasileira nas décadas de 1970 e 1980, período de crescimento econômico e estabelecimento de políticas públicas de segurança alimentar através do SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, identificou um quadro ambíguo em relação ao peso e à saúde nutricional em diferentes regiões do país. Segundo a autora:

Todas as regiões geográficas apresentam prevalências importantes de sobrepeso e obesidade, variando de 24%, no Nordeste, a 38,7%, no Sul, havendo, também aqui, um claro gradiente entre elas. Em números absolutos, o Sudeste apresenta a pior situação: mais de 10 milhões de adultos apresentam excesso de peso, dos quais mais de 3 milhões são obesos. O Nordeste e o Sul,

⁵⁷ Dieta de débito & crédito. *Boa Forma*, nº10, 1988. p.65.

embora sejam os extremos no gradiente de frequência percentual, apresentam contingentes semelhantes, cerca de 5 milhões, nesta situação nutricional (CASTRO, 1995, p. 58).

Os dados do levantamento realizado por Inês Rugani de Ribeiro Castro (1995) definiam o surgimento do fenômeno do sobrepeso populacional como um marco das décadas de 1970 e 1980, explicando os motivos que levavam a preocupação com as práticas alimentares a ganhar espaço na imprensa. Apesar da mesma pesquisa apontar números sobre desnutrição e deficiências nutricionais, a demanda do sobrepeso ganhava força a partir dos enunciados científicos apresentados pela imprensa. Diante desse cenário, os pesquisadores Malaquias Batista Filho e Anete Rissin (2003, p. 184) concluem que “estabelece-se, dessa forma, um antagonismo de tendências temporais entre desnutrição e obesidade, definindo uma das características marcantes do processo de transição nutricional do país”.

Em nossa pesquisa, o material analisado da década de 1980 não era muito diferente das propostas que vigoravam nos anos anteriores. Desde a década de 1960, por exemplo, os conselhos alimentares publicados na imprensa brasileira indicavam que as dietas possuíam o caráter de controle dos hábitos alimentares, justificando as suas funcionalidades em nome da beleza, elegância, saúde e estética. A revista *O Cruzeiro* apostava no discurso da oferta de possibilidades para o cuidado com a alimentação, destacando que as escolhas de cada pessoa refletiam em efeitos positivos ou negativos.

“Escolha a sua dieta e terá resultados seguros em poucos dias”, exclamava uma das matérias da coluna *Elegância e Beleza*⁵⁸, evidenciando um processo de responsabilização do sujeito através do oferecimento de estratégias dietéticas que asseguravam o processo de emagrecimento. Entretanto, esse modelo de discurso midiático que oportunizava as escolhas dietéticas fabricava ainda um processo de recomendação assegurada por métodos e discursos científicos divulgados pela imprensa. Nesse sentido, os periódicos apoiavam-se na ciência e na tecnologia médica para propagar fórmulas, modelos, conselhos e dicas de uma conduta alimentar passível de controle individual, em nome da beleza, saúde e aparência exaltadas naquela época.

A lógica da recomendação baseada em estudos científicos rendeu à imprensa o caráter de confiabilidade das informações alimentares, amplamente veiculadas em revistas e jornais. Ou seja, construiu-se uma relação de confiança entre aquilo que a mídia veiculava e o seu público-alvo, principalmente pela presença de dados de pesquisas científicas que garantiam a eficácia das dietas. Entendemos que esse fenômeno se deu graças ao entendimento de que os

⁵⁸ “Escolha a sua dieta e terá resultados seguros em poucos dias”. *O Cruzeiro*, 1960, ed. 0006 p.111.

sistemas abstratos de conhecimento passam por transformações para que as pessoas leigas tenham acesso. Logo, os sistemas abstratos do conhecimento, como o discurso médico-científico, são propagados por meios sociais reconhecidos como seguros pela sociedade, como é o caso da prática jornalística.

Anthony Giddens (1991) considera que os sistemas abstratos, tais como a ciência e outras produções simbólicas do conhecimento, ganharam força durante a modernidade devido à produção de relações de confiabilidade entre os saberes e as práticas sociais ordinárias, quando os sujeitos modernos passaram a depositar credibilidade e confiança em enunciados e práticas forjadas no seio desses sistemas, elaborando papéis de peritos e de leigos. Por isso, “a confiança em sistemas assume a forma de compromisso sem rosto, nos quais é mantida a fé no funcionamento do conhecimento em relação ao qual a pessoa leiga é amplamente ignorante (GIDDENS, 1991, p. 100).

Os compromissos elaborados pelos sistemas abstratos de conhecimento giram em torno da produção de sentido que os peritos dirigem aos leigos. Assim, quando as matérias evocam “especialistas”, “cientistas” e “pesquisadores” para construir um argumento sobre a adoção de práticas alimentares reguladas, constrói-se um processo de legitimação outorgada pelo conhecimento perito. Isso foi percebido pelas pesquisadoras Giane Amaral Serra e Elizabeth Moreira dos Santos (2003) ao analisar o discurso midiático da revista juvenil *Capricho*, cujos indícios apontavam para publicações baseadas em discursos especializados como autoridade sobre o assunto. Segundo as autoras:

No discurso dos especialistas existe um julgamento daquilo que é considerado acerto ou erro de uma abordagem científica. Tais discursos se mostram a partir de um referente técnico, evocando a ciência como forma de criar vínculos socioculturais e legitimar as informações veiculadas (SERRA; SANTOS, 2003, p. 701).

Os indícios de apoio científico nas narrativas midiáticas sobre dietas tornaram possíveis a constituição de um modelo de confiabilidade dos dizeres promovidos pela cultura midiática. Como enfatizava a publicidade do método inovador de uma dieta projetada por meio eletrônico, “a ciência e a eletrônica organizam juntas a dieta ideal”⁵⁹, agenciando um processo de racionalização alimentar a partir de cálculos matemáticos sobre calorias e reafirmando o lugar de especialização do conhecimento sobre as dietas.

Na década de 1970, quando as dietas se tornaram moda e passaram a compor inúmeras páginas de jornais e revistas, o fenômeno do controle alimentar caminhava junto com o

⁵⁹ Dieta eletrônica. *Manchete*, 1971, ed. 0994, p. 145.

desenvolvimento científico do domínio do peso corporal e do combate à obesidade. Assim, as ciências médicas apostavam em práticas alimentares baseadas em cálculos, estatísticas e valores que compunham a construção de um corpo ideal propagado pelas mídias. Não é à toa que os criadores da “dieta do disco” - Dr. José Gaspar Nunes Gouveia, Vitor Oakim e Guilherme Franco - exaltavam o apoio tecnocientífico como responsáveis pelo desenvolvimento das técnicas de aprimoramento das silhuetas:

As pessoas não sabem alimentar-se, comem apenas”. A verificação desta verdade - mais aguda ainda em relação aos brasileiros - foi o que levou um nutrólogo, um psicólogo e um médico clínico a formularem, depois de seis meses de trabalho com uma equipe de técnicos em computadores, a primeira dieta eletrônica a ser lançada em nosso país⁶⁰.

As afirmações dos peritos (médico, psicólogo e nutrólogo) de que “as pessoas não sabem alimentar-se, comem apenas”⁶¹ reiterava o lugar de construção do discurso científico como uma verdade incontestável, pois as disciplinas médicas possuem objetos, métodos e práticas que as sustentam, conforme demonstra Michel Foucault ao afirmar que “a disciplina é um princípio de controle da produção de discurso” (FOUCAULT, 2013b, p. 34). Assim sendo, a autoridade do discurso científico médico refletia a extensão do compromisso das ciências como disciplinas de manutenção da vida, garantindo-lhes confiabilidade dos saberes nas narrativas midiáticas. Nesse sentido, reiterava-se que os especialistas (médicos, neste caso) eram os responsáveis pela criação de fórmulas, metodologias e procedimentos voltados para a manutenção do corpo e da saúde, domínios que historicamente a medicina consolidou como de sua responsabilidade (FOUCAULT, 2013c).

As promessas produzidas pelo discurso midiático em relação às dietas e regimes alimentares perfaziam o caminho de execução assídua dos roteiros propostos pelos peritos, cujos dizeres desenvolviam a lógica de dependência dos fatores prescritos nas dietas. E essas normas eram projetadas nas mídias a partir de modelos discursivos massificadores, e as dietas eram propostas a amplos grupos que compunham o público de cada meio de comunicação. Isto é, construíam narrativas midiáticas pautadas no passo-a-passo a ser seguido, tornando as recomendações imperativas e absolutas, massificadas e popularizadas.

Um exemplo do fenômeno de massificação das dietas na cultura midiática está em narrativas que prometem “18 fórmulas para emagrecer”⁶², constituindo um cenário de recomendações que imaginavam e posicionavam o público-leitor em papéis sociais que

⁶⁰ Dieta eletrônica. *Manchete*, 1971, ed. 0994, p. 142.

⁶¹ Dieta eletrônica. *Manchete*, 1971, ed. 0994, p. 142.

⁶² 18 fórmulas para emagrecer. *Manchete*, 1971, ed. 0981, p.108-109.

personalizavam “dieta para modelos. Ou para quem deseja ser”, “Dieta para homem que engordou 10 quilos após o casamento”, “dieta para a jovem senhora que quer manter-se em forma”, “dieta especial para aeromoças” e até “dieta para os que não gostam de dieta”.⁶³

Imagem 13 - 18 fórmulas para emagrecer.



Fonte: Manchete, 1971, ed. 0981, p.108-109.

A popularização das dietas promovida pela mídia desenvolvia um processo de enunciação marcado pela estratégia da novidade, destacando sempre o caráter de inovação proposto pelo novo método, indicando também a quem se dirigia tais recomendações alimentares. No caso da famosa “dieta do computador”, primeira técnica alimentar eletrônica adotada no Brasil, as peças publicitárias realizavam uma generalização “para êle” e “para ela”, onde os sujeitos poderiam escolher quais dos “mais de 700 regimes diferentes”⁶⁴ disponibilizados eram compatíveis com suas expectativas.

A lógica das dietas apresentadas pela imprensa é a de massificação da oferta, revelando que as fórmulas aconselhadas não são dirigidas para um indivíduo, mas para uma massa de pessoas que se enquadram em papéis sociais prescritos nas normas de cada procedimento de controle alimentar, prometendo resultados numa linguagem simplificada. Essa prática ostensiva dos discursos das dietas promove aquilo que Virgie Tovarchama de cultura das dietas, afirmando que o sucesso das etapas de cada recomendação alimentar está centrado nas atitudes dos indivíduos frente às práticas propostas.

⁶³ 18 fórmulas para emagrecer. *Manchete*, 1971, ed. 0981, p.111.

⁶⁴Publicidade da dieta pelo computador. *Manchete*, 1971, ed.1003 p. 122.

Segundo Tovar (2018), existe um processo de culpabilização do sujeito produzido pelos discursos da cultura da dieta. A autora explica esse fenômeno ao indicar os efeitos causados por quem não consegue aderir aos parâmetros estabelecidos pela infinidade de dietas disponíveis no mercado. Isto é, “a indústria da dieta usava palavras como ‘fácil’ e ‘simples’ para manipular as pessoas que fazem dieta e fazê-las acreditarem que, se suas orientações não geraram os resultados esperados, a culpa é nossa - nós que não seguimos da maneira correta (TOVAR, 2018, p. 28).

O processo de responsabilização do sujeito pelo andamento das etapas da dieta aparece em matérias como “mulheres na balança”, publicada pela revista *O Cruzeiro* em 1973, quando destaca uma importante transformação nos paradigmas estéticos e corporais exaltados pela sociedade e visibilizados na mídia: o corpo magro. Segundo a matéria, o empenho das mulheres em alcançar o corpo ideal mantinha viva a moda do corpo magro:

Já foi tempo em que gordura era sinônimo de formosura. A moda, tão volúvel como as mulheres que a adotam, sofreu uma mudança radical e agora a ordem é: quanto mais magra, melhor. Em busca do peso ideal, elas não poupam esforços e são capazes dos mais duros sacrifícios.⁶⁵

A adesão à cultura das dietas marca, sobretudo, a eficácia da existência das recomendações alimentares veiculadas na imprensa. Mas, isso nos mostra ainda que o contexto social vai dando os devidos contornos ao fenômeno. Afinal, o texto da matéria anteriormente citada aponta para uma transformação nas interpretações sociais sobre o corpo gordo e o corpo magro. Assim, a partir do momento que o corpo magro passa a ser exaltado, a gordura torna-se o bode expiatório do processo de emagrecimento.

Conforme destaca Denise Bernuzzi de Sant’Anna, “desde que os problemas do sobrepeso e da obesidade começaram a ser divulgados com assiduidade pela mídia, o medo de engordar generalizou-se” (2016, p. 112). Ou seja, as recomendações dietéticas serviam como fórmulas e métodos para escapar da agonia causada pela gordura corporal, cujos vilões passaram a ser as figuras gordas e obesas. Falaremos mais sobre isso no próximo tópico.

Retomando as dinâmicas de extensão da cultura das dietas apresentadas nas mídias brasileiras da segunda metade do século XX, as narrativas sobre as dietas tornavam públicas ainda os rituais elaborados pelas mulheres em nome da manutenção de um modelo corporal proposto pelo controle alimentar. Em 1981, a modelo e atriz estadunidense Marisa Berenson,

⁶⁵ Mulheres na balança. *O Cruzeiro*, 1973, ed. 0036, pp. 8-9.

conhecida como a modelo internacional melhor paga da década de 1960, relatou o seu processo de controle do peso. O texto publicado na revista *O Cruzeiro* destacava:

Ela morria de fome para cuidar de sua silhueta. Qualquer sacrifício era válido. Ela projetara sua vida como um arquiteto projeta uma obra de arte. O sucesso tornara-se uma obsessão. Ela tinha 1,80 de altura e pesa apenas 50 quilos. No entanto, está sempre de dieta. Seguidamente passa temporadas se alimentando de comprimidos. Comprimidos para comer, para tirar o apetite, para dor de cabeça, para curar a tristeza, para torná-la alegre.⁶⁶

A relação da celebridade com a dieta apontava para um processo de administração das formas de alimentar-se. Entretanto, o relato expôs ainda que a dieta era mais do que o controle da ingestão de alimentos, tornando-se um meio de cuidado com as formas corporais. A modelo Marisa Berenson atuava de forma deliberada no gerenciamento da conduta, revelando a lógica de projeção e estabelecimento de objetivos com a forma corporal. De alguma forma, na narrativa apresentada, constata-se aquilo que Maria Regina Cariello Moraes classifica de gerenciamento de si: “um meio racional de conduzir-se na existência como se a própria pessoa fosse um empreendimento a ser organizado e administrado para adquirir mais eficiência, mais valor e mais competitividade no mercado” (MORAES, 2019. p. 114).

O estágio de controle alimentar provocado pelas dietas produziu inúmeras narrativas sobre os sacrifícios realizados em nome do cuidado com o corpo e a aparência, evidenciando o caráter bioascético dessas práticas quando “[...] o eu existe só para cuidar do corpo, estando ao seu serviço” (ORTEGA, 2008, p. 43). Essa lógica de manutenção da programática das dietas, demonstra a existência de um intenso apelo em torno do respeito às recomendações, buscando evidenciar o caráter positivo dos apontamentos prescritos nos regimes dietéticos. Assim, as ideias de corpo perfeito, escultural, em boa forma ou somente em forma passaram a povoar a linguagem adotada pela divulgação das formas de controle do peso e das silhuetas, impulsionando um movimento desenfreado de regulação das práticas alimentares.

Em contraposição às narrativas de sofrimento com as dietas, surgiam discursos que exclamavam: “Chega de sacrifício!”, tal como na publicidade da coletânea *Coma & Emagreça: dietas para manter a forma*⁶⁷, com 16 fascículos, lançada em 1982 pela Rio Gráfica e Editora. A publicação exaltava o conceito de uma dieta prazerosa, declarando que os desafios relacionados à alimentação já não eram baseados na falta de sabor e de beleza dos pratos. A década de 1980 foi marcada como uma época de investimento na ideia de dieta pelo prazer,

⁶⁶Marisa Berenson: Felicidade é um slogan de classe média. *O Cruzeiro*, 1981,ed. 0026 p. 13.

⁶⁷ Coma & emagreça. *O Globo*, 31/01/1982, p. 3.

abandonando de vez a estilística discursiva que expunha anteriormente a dieta como uma atividade árdua e sem vitalidade.

O mercado editorial sobre as dietas apostava em dicas, recomendações e conselhos de receitas rápidas e fáceis de fazer, demonstrando que a tônica da segunda metade do século XX era de uma alimentação movida por produtos industrializados e instantâneos, cujos apelos mercadológicos pautavam o estilo de vida urbano e acelerado, assim como a necessidade de cuidado com o corpo e a saúde. O manual *Como manter a forma: para quem não tem tempo a perder*, escrito pela atriz Tonia Carrero em 1980, publicado pela editora *Record*, fazia parte desse cenário midiático de preocupação com os hábitos alimentares, reafirmando a ideia de que “o prazer de comer se juntava com a preocupação sobre a saúde e, sobretudo, a forma física” (PRIORE, 2019, p. 252).

A popularização das práticas dietéticas com fins estéticos apontava para a ideia de que a cultura das dietas não parava nos enunciados e promessas de emagrecimento através do controle alimentar veiculado nas mídias, mas se expandia também na difusão do consumo promovida pela indústria alimentícia. Conforme demonstra Sérgio de Oliveira Birchal, a magnitude desse setor para a economia brasileira provava como a produção de alimentos industrializados era importante para o Estado brasileiro. Na síntese apresentada, Birchal destaca que:

Ao longo da segunda metade da década de 1980 e início da década de 1990, a indústria alimentícia volta a aumentar sua participação na indústria brasileira. Em 1992, a produção de alimentos industrializados respondia por mais de 13% do valor bruto agregado da indústria brasileira, a maior indústria por valor bruto agregado [...]. Assim, ao se iniciar o processo de abertura, estabilização monetária e reestruturação da economia brasileira nos anos de 1990, a produção de alimentos era ainda um dos principais setores industriais no Brasil. Ao final dos anos 90, a produção da indústria alimentícia já representava 14% da produção industrial brasileira, percentual maior do que o da indústria do petróleo (BIRCHAL, 2003. p. 3).

A indústria de alimentos e o desenvolvimento de produtos industrializados eram o carro-chefe da economia brasileira na segunda metade do século XX. Assim sendo, com o surgimento dos produtos *light* e *diet* no mercado nacional, configurou-se um cenário de transformações alimentares onde a linguagem do cuidado com o corpo e a saúde foram adotados em alimentos industrializados como resultado do apoio científico na manutenção da qualidade de vida. Entretanto, a história desses produtos manifesta o entendimento de que o processamento realizado na indústria altera consideravelmente o alimento, tornando-o um substrato industrial

medicamentoso desenvolvido para consumo regulado. Afinal, as conceituações dos produtos *diet* e *light* guardam os elementos chave desse contexto de fabricação.

Como definem os pesquisadores Rosemar José Hall e Dario de Oliveira Lima Filho (2006), “produtos ‘diet’ são aqueles produzidos para atender às necessidades dietéticas específicas dos portadores de várias doenças. Incluem alimentos para dietas com restrição em algum nutriente”. Já os produtos “light” são classificados dessa forma “quando houver uma redução de pelo menos 25% da quantidade de um determinado nutriente e/ou calorias em relação ao alimento tradicional (2006, p. 3). Assim sendo, esses produtos surgem de um processo industrial e tecnológico que altera e produz sabores, cheiros, texturas, cores e estruturas orgânicas dos alimentos, promovendo uma mudança radical naquilo que é produzido e consumido.

É na década de 1980 que os anúncios relatando a existência de “Óleos naturais”, “baixo teor de açúcar”, “menos gorduras” e outras informações passaram a compor o rótulo dos produtos processados que prometiam contribuir no equilíbrio das dietas do dia a dia. Apesar disso, a venda dos produtos *diet* e *light* possuía uma regulação estatal que os compreendia como medicamentos auxiliares no cuidado com determinadas doenças, como é o caso dos adoçantes projetados para sintetizar os açúcares necessários a pessoas vivendo com diabetes. Rosemar José Hall e Dario de Oliveira Lima Filho (2006) identificam uma mudança na legislação brasileira, no final da década de 1980, que tornou esses produtos comercializáveis em supermercados, retirando a exclusividade das farmácias e consolidando a ideia de que são alimentos, não mais medicamentos produzidos pela indústria.

Até então, eram considerados medicamentos e controlados pela Vigilância Sanitária de Medicamentos (DIMED). A partir de 1988, estes produtos passaram a ser considerados alimentos e agora são controlados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária de Alimentos (ANVISA) (HALL; LIMA FILHO, 2006, p. 4).

O impacto das mudanças alimentares da população brasileira nas últimas décadas do século XX, com o aumento de alimentos industrializados *light* e *diet* nas prateleiras dos supermercados, revelou as estratégias da publicidade desses produtos através da utilização de uma linguagem que destacava o teor “saudável”. Isto é, evidenciava-se uma tática publicitária que colocava os produtos *light* e *diet* como necessários para quem estava disposto a cuidar dos hábitos alimentares em nome da saúde, da boa forma e da qualidade de vida. O *slogan* da

maionese *Mazola*, lançada em 1988, enunciava ao público consumidor que ela era “mais saudável, mais gostosa”, já que a maionese *Mazola* era “elaborada com puro óleo de milho”.⁶⁸

A adoção de uma linguagem mercadológica em produtos classificados como “mais leve”, “mais saudável”, “mais gostoso”, etc. fomentou também uma transformação importante no âmbito dos conselhos dietéticos. O que antes era veiculado pelas mídias através de cadernos, colunas, artigos e comentários da imprensa, que traziam um especialista e/ou médico para recomendar fórmulas nutricionais e métodos de controle dos hábitos alimentares, passou ser povoado por imagens de celebridades ou modelos em cenas descontraídas e felizes, ilustrando estilos de vida saudáveis por meio do consumo de determinados produtos.

Imagem 14 - Publicidade Maionese Mazola



Fonte: Boa Forma, ano 3, ed. 12, 1988, p. 43.

Joel Birman (2010) entende que a promoção da autonomia do sujeito nas práticas de cuidado consigo mesmo produziu formas de expressão da subjetividade através do apelo à qualidade de vida, associada diretamente à noção de autoestima e felicidade apresentada nas mídias. Assim, a felicidade estampada nas publicidades e outros materiais midiáticos e artísticos tornou-se um elemento presente nas configurações sociais mediadas pelo mercado.

Nesta perspectiva, jornais e revistas passaram a ter colunas e informes sistemáticos nos quais se colocam em pauta os diversos temas que compõem

⁶⁸ Maionese Mazola, mais saudável, mais gostosa. *Boa Forma*, nº 13, 1988, p. 2.

a agenda da qualidade de vida. Ao lado disso, diferentes programas de televisão se voltam regularmente para isso, promovendo desde receitas para a alimentação saudável até a importância do cultivo de práticas corporais e esportivas (BIRMAN, 2010, p. 39-40.).

Em nossa pesquisa, identificamos uma enxurrada de anúncios de iogurtes, margarinas, compostos lácteos, sucos e sopas instantâneas etc. que passaram a ofertar não apenas o próprio produto em si, mas um estilo de vida baseado no cuidado com o corpo e a saúde. Percebemos ainda que as palavras “saudável”, “equilíbrio” e “qualidade de vida” ganhavam destaque nas publicidades veiculadas em revistas e jornais das décadas de 1980 e 1990. Apesar do avanço da indústria dos “produtos industrializados saudáveis” no Brasil ocorrer nesse período, muitos itens ainda eram proibidos no país, provocando uma busca por compostos e fórmulas estrangeiras como estratégia de manutenção das dietas, as chamadas “dieta do jeitinho”⁶⁹, pois “até então, a adesão às dietas e práticas esportivas concentrava-se nos estratos de maior renda, decorrente de preocupação estética mais do que por motivos de saúde. Opção de um grupo social específico, ainda não era obrigação de todos” (MORAES, 2019, p. 118).

Luc Boltanski (1984), ao analisar o comportamento de diferentes camadas sociais francesas, identifica que os modos de lidar com o corpo e a aparência, assim como a interpretação dos gestos e dos gostos, está na base das experiências que o sujeito comunga com o grupo social que pertence. Desse modo, o autor aponta que assalariados e agricultores possuem percepções distintas sobre o uso do corpo, revelando que as noções de higiene, beleza, consumo de bens simbólicos e materiais varia em relação às classes sociais. Isto é, “o interesse e a atenção que os indivíduos concedem ao próprio corpo, ou seja, à sua aparência, agradável ou desagradável e, por outro lado, às suas sensações físicas, de prazer ou desprazer, cresce quando eles se elevam na hierarquia social [...]” (BOLTANSKI, 1984, p. 145).

Assim, as recomendações dietéticas das décadas de 1960 e 1970 que enfatizavam a necessidade de mudança alimentar baseada nos dizeres médicos e científicos passaram a configurar uma encenação publicitária de estilos de vida saudáveis nos anos 1980 e 1990, promovendo imagens de celebridades e corpos em boa forma associados aos produtos anunciados. E as classes médias tomavam para si o papel de consumo dos produtos e a adoção dos regimes estéticos amplamente divulgados pela imprensa. Em síntese, vivia-se até a virada do século um processo de cuidado estético capitaneado pelas classes médias, tendo nas mídias impressas do período o espaço de fabricação das imagens, discursos e representações sobre o corpo ideal.

⁶⁹ A dieta do jeitinho. *O Globo*, segundo caderno. 04/12/1988, p. 5.

O fenômeno da cultura das dietas passou então a convocar os sujeitos a adotarem um estilo de vida baseado no cuidado com a saúde, consumindo produtos classificados como “saudáveis”, em nome de uma indústria alimentícia que propagava o modelo corporal de personagens que incorporavam nas publicidades a adoção de uma determinada marca/produto em sua dieta. Dessa forma, às antigas recomendações baseadas em cálculos matemáticos de calorias foram sendo inseridas, pouco a pouco, as fórmulas dos estilos de vida saudáveis como modelo de propagação das dietas nas mídias.

José Luiz Aidar Prado (2013) identifica que o processo de convocação do cuidado com o corpo e a saúde, exposto na mídia, se dá através de enunciados intransitivos, afirmando que a atuação dos sujeitos aparece como uma resposta ao estímulo proporcionado pelas representações midiáticas. Isto é, “a convocação é apelo para que os consumidores participem, emita, façam parte da comunicação e do consumo” (PRADO, 2013, p. 40). Nesse sentido, as estratégias discursivas midiáticas apostam em uma linguagem que convoca o sujeito a atuar, produzindo performances e práticas alinhadas com o conteúdo emitido em peças publicitárias, anúncios, relatos de celebridades, notícias etc.

A convocação é o apelo de controle do corpo, através da incitação à adoção de restrições alimentares, escolhas de produtos dietéticos, realização de atividades físicas e outras técnicas de aperfeiçoamento corporal. E essa modalidade se subscreve em ordenamentos e convites ao consumo de tais práticas. O que leva o autor a considerar que “a convocação é, em primeiro lugar, um empuxo à interatividade para que o consumidor dê resposta a esse apelo” (PRADO, 2013, p. 40).

A propaganda do leite em pó semidesnatado *Swelty*, da marca *Nestlé*, exemplifica como a convocação midiática agenciava o estilo de vida saudável associado ao consumo direto do produto anunciado: “De manhã faço aeróbica, à tarde pedalo dois copos de *Swelty*” dizia a publicidade. O anúncio comparava as atividades físicas, como aeróbica e pedalar, com o consumo do leite *Swelty*, cujos ingredientes enriquecidos com vitaminas e outras substâncias provocariam o mesmo efeito da prática esportiva, tornando possível o cuidado com o corpo e a saúde. Tudo isso porque: “*Swelty* é um leite tão leve que não vai pesar nem na sua consciência. Ele é semidesnatado: contém apenas a metade da gordura do leite integral”.⁷⁰

A convocação produzida pela publicidade de *Swelty* passa pela utilização de uma linguagem que afirma a leveza do produto, mesmo industrializado e processado, diante do “peso na consciência” de quem consome a gordura do leite integral. Isto é, joga-se com a ideia de

⁷⁰ De manhã faço aeróbica, à tarde pedalo dois copos de *Swelty*. *Boa Forma*, nº 21, 1989, pp. 2-3.

leveza como sinônimo de magreza e insinua-se que a gordura do leite integral provoca um peso nas pessoas que a consomem. Nesse caso, há um apelo para o consumo do produto indicado, propondo ao público consumidor uma estratégia personalizada de cuidado consigo mesmo, responsabilizando quem não adota tais práticas alimentares.

Essa também é a estratégia utilizada pela margarina *Linea*, ao afirmar: “Linea. Levíssima. Menos calorias com todo o sabor”, convocando o consumidor a desfrutar das experiências prazerosas do produto. “Experimente Linea. E descubra o leve sabor do prazer”⁷¹, enfatizava o anúncio. Percebe-se que mais uma vez a palavra leve e seus derivados linguísticos surge numa peça publicitária, demarcando uma fórmula que indica a ideia de leveza como um sentimento mediado pelo consumo do produto. Além disso, o uso do verbo experimentar na sua forma imperativa reafirma a posição de convocação do sujeito, com o intuito de proporcionar aquilo que ele descobrirá somente por meio do consumo.

Outro exemplo significativo é o da publicidade do *Kit Derm’Attive 10* que afirmava: “Emagreça já sem celulite e gordura localizada”⁷², alimentando uma estratégia de convocação ao emagrecimento e apontando a celulite e a gordura como vilãs do modelo corporal apresentado como “perfeito”. Como enfatizam Mirian Goldenberg e Marcelo Silva Ramos: “a gordura, a flacidez ou a moleza são tomados como símbolo tangível da indisciplina, do desleixo, da preguiça, da falta de certa virtude, isto é, da falta de investimento do indivíduo em si mesmo” (GOLDENBERG; RAMOS, 2007. p. 31). A linha de produtos que mesclava um creme anticelulite, um composto alimentar *diet* e cápsulas de uma fórmula antilipêmico, prometendo um rápido processo de perda de peso e de embelezamento, apelava para o investimento no corpo através do discurso convocatório, ordenando: “Comece já e faça o teste, emagrecendo e conquistando o corpo que sempre sonhou”⁷³.

A estratégia discursiva dos produtos para emagrecer, assim como os alimentos industrializados considerados “leves”, fazem parte de um processo de transformação da cultura das dietas que ultrapassou o antigo modelo recomendatório e instituiu formas imperativas de controle dos hábitos alimentares. É por isso que Virgie Tovar diz que a cultura da dieta deve ser pensada como:

[...] o casamento entre a multibilionária indústria da dieta (incluindo aplicativos de boa forma, pílulas de emagrecimento sem receitas, drogas prescritas para suprimir o apetite, cirurgia bariátrica, academias e roupas de

⁷¹ Linea. Levíssima. Menos calorias com todo o sabor. *Boa Forma*, nº 24, 1989, p. 58.

⁷² Kit Derm’Attive 10. *Revista da Folha*, 24/05/1998 p.30.

⁷³ Kit Derm’Attive 10. *Revista da Folha*, 24/05/1998, p.30.

ginástica) e a atmosfera social e cultural que normaliza o controle do peso (TOVAR, 2018, p. 24).

O processo de convocação se estabelece quando a cultura das dietas passa a configurar discursos textuais e imagéticos relacionados aos estilos de vida saudáveis, construindo narrativas de felicidade, sucesso e bem-estar. Através de publicidades recheadas de sorrisos, beleza e juventude, a cultura das dietas promoveu convocações ao consumo de produtos alimentícios, terapias corporais, esportes, diversão etc., cujos sentidos jogavam com o sonho de adquirir o corpo magro e em boa forma.

Inegavelmente, a cultura da dieta se inscreveu na cultura midiática brasileira por meio de anúncios publicitários, relatos de celebridades e pessoas anônimas sobre o processo de emagrecimento, dicas de alimentação e atividades físicas, notícias de saúde ligadas à alimentação, relacionando com a dimensão cotidiana que articula os sentidos dessas expressões. Assim, quando apontamos para a adoção de um discurso convocatório nas mídias brasileiras das últimas décadas do século XX, cujas formas de alimentar-se se tornaram objeto de vigilância e controle, destacamos que os apelos ao emagrecimento existem num emaranhado de práticas sociais que encontram nas mídias as expressões legitimadoras de uma moral sobre as formas corporais.

O fenômeno das dietas, em algum sentido, evidencia a balança que compara os corpos leves e os pesados, os magros e os gordos, os esbeltos e os rechonchudos, apostando em uma linguagem que exalta um modelo em detrimento do outro. Ou seja, falar das dietas é também falar sobre os sentidos que foram sendo alimentados na mídia sobre os modelos corporais e suas expressões no cotidiano. Assim sendo, o par dieta e emagrecimento antagonizam o corpo atual e o desejado, assim como constroem imagens e representações negativas sobre a gordura, atuando na fabricação de sentidos que relacionam o corpo gordo à doença, preguiça, desleixo, falta de amor-próprio, infelicidade e inaptidão. Como apresenta Denise Bernuzzi Sant'Anna (2016, p. 120): “desde os anos 1980, aumentou a publicidade em torno do seguinte pressuposto: a boa alimentação fortalece e não engorda. E mais: a boa alimentação, conjugada a um estilo de vida avesso ao sedentarismo, contribui para não engordar”.

A gordura tornou-se o principal alvo das convocações que circulam nas mídias, no quesito de cuidado com o corpo e a saúde. Como vilã da cultura das dietas e da busca pela boa forma, ela passou a figurar na imprensa como principal causa de mortes, tornando-se fator de risco e sendo personagem de uma verdadeira guerra simbólica contra os corpos gordos. Diante desse cenário imperativo, a presença da gordura corporal ganhou o status de estigma, promovendo uma fobia social que responsabiliza o indivíduo. Como identificou Paula Sibilia

(2010, p. 210), “é grave a acusação que paira sobre todos esses condenados pela atual moral da boa forma: eles são culpados pelo flagrante falta de perfeição em seus contornos corporais”.

A lipofobia que se instaurou nas mídias das últimas décadas do século XX promoveu não apenas uma ojeriza ao corpo gorduroso e pesado, consagrando também o corpo magro como sinônimo de normalidade e conquista. Nesse sentido, construiu-se uma narrativa que, além de moralizar as formas corporais, demarcou a patologização da gordura e investiu em discursos que responsabilizavam os sujeitos em relação à sua condição física. Esse é o fenômeno do pavor da gordura que veremos a seguir.

3.2 O PAVOR DA GORDURA NA IMPRENSA

A palavra pavor é um substantivo masculino de origem etimológica latina, cujo significado na língua portuguesa está atrelado à condição de agitação ou perturbação, sendo sinônima de termos como asco, aversão, repulsa e abominação. No uso corriqueiro e ordinário do português, o pavor está associado também ao sentimento de medo, promovendo um estado de incômodo no indivíduo, como define o dicionário Oxford (PAVOR, 2021). Nesse sentido, a adoção dessa palavra para descrever a forma como as mídias brasileiras tratam a temática da gordura corporal é uma aposta conceitual que pretende buscar nos indícios dessa interpretação as expressões usuais da cultura das mídias.

Sendo a dieta uma prática de controle dos hábitos alimentares, mediada pelos interesses de transformação das silhuetas, torna-se imprescindível apontar a íntima relação entre as dietas e os sentidos construídos em torno da gordura. Desde a década de 1960, a veiculação dos conselhos, fórmulas, recomendações e, posteriormente, convocações produzidas pelas dietas encontrou no corpo gorduroso, ou apenas gordo, um elemento a ser combatido. A publicidade dos comprimidos *Esbelt*, que circulava na revista *O Cruzeiro*, exprimia o objetivo do produto na “eliminação natural das gorduras”, prometendo ainda o emagrecimento de “1 quilo por semana, sem regime! sem dieta!”.⁷⁴

Eliminar ou perder gordura são palavras que fazem parte do léxico da cultura das dietas, tornando possível a realização de uma verdadeira batalha contra tudo que remete à condição física de um corpo gordo. O fenômeno de mutação dos sentidos sobre a adiposidade corporal está interligado com o surgimento da figura do obeso, quando se tornam patologizadas as formas corporais avolumadas e gordurosas. Ou seja, a gordura ganha a conotação social da doença e do sofrimento.

⁷⁴ *Esbelt*. *O Cruzeiro*, 1960, ed. 0001 (1), p.68.

Segundo Georges Vigarello (2012), os discursos de combate à gordura pelo viés da patologização passaram a circular nos meios científicos e sociais dos países europeus nas primeiras décadas do século XX. A interpretação que vigorava naquele período consolidou o entendimento do processo de degradação da saúde provocada pela gordura. Assim sendo, como destaca o autor, “uma nova alteração opera-se no início do século: a ameaça não vem mais somente do peso, da massa que subjuga o organismo, mas de uma viciação interna, da afecção da gordura, de sua substância deletéria” (VIGARELLO, 2012, p. 303).

O sentido patológico da gordura encontrou ressonância no Brasil da segunda metade do século XX. Nessa história do peso corporal em solo nacional, evidenciou-se também uma transição da lógica da gordura como sinônimo de abonança e riqueza em direção ao entendimento europeu da degradação da saúde, tornando as formas corporais avolumadas um problema de ordem social. No que diz respeito à dimensão da saúde, a gordura passou a figurar como elemento que contribui para o desenvolvimento de doenças associadas ao peso corporal. Entretanto, essa perspectiva caminhou lado a lado com uma interpretação do acúmulo de gordura corporal como resultado de uma alimentação desregulada e de uma fome avassaladora, decretando que o corpo, nesse sentido, seria gordo em decorrência dos atos alimentares desenfreados. Como assinala Denise Bernuzzi Sant’Anna:

Nos anos 1960, a suspeita da gula não havia abandonado completamente o território da obesidade. Mas ela já havia se tornado insuficiente para explicar os corpos volumosos e pesados, pois obesidade aparecia cada vez mais associada às patologias cardíacas, respiratórias, digestivas, hormonais e emocionais” (SANT’ANNA, 2016, p. 137-138).

Nas páginas de jornais e revistas que dedicavam trechos para os relatos médicos sobre os cuidados com a saúde, diferentes narrativas surgiam sobre o fenômeno do corpo gordo. Tratada como um problema, a imprensa classificava a elevação de gordura corporal como referência à obesidade. Assim sendo, as posições sobre o corpo gordo e obeso apareciam inicialmente na imprensa brasileira de forma pouco definida, embaralhada, impossibilitando o estabelecimento de limites radicais que diferenciariam esses dois personagens.

O único elemento que destacava o obeso do gordo era a indicação do peso em excesso. Isto é, obeso era aquele corpo que carrega a gordura em demasia, provocando a incidência do discurso patológico, enquanto o gordo representava o corpo que a possuía. Segundo Luiz Antônio dos Anjos, “obesidade é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma doença caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal que traz repercussões à saúde” (ANJOS, 2006, p. 11). Contudo, o autor destaca que há uma disputa no campo das

ciências médicas em relação ao conceito de obesidade como uma doença, apresentando um cenário controvertido, pois para muitos pesquisadores da área a obesidade não seria uma doença em si, mas um fator de risco potencialmente influente no surgimento de outras doenças. Apesar dos conflitos conceituais, o autor afirma que “doença ou não, a obesidade é causada por um quadro prolongado de ingestão energética maior do que gasto energético, ou seja, balanço energético positivo” (ANJOS, 2006, p. 11).

Assim, o conceito de obesidade amplamente difundido pela imprensa, e de conhecimento social, guarda em si uma série de implicações políticas das disciplinas das ciências da vida. Porém, um indício importante dessa compreensão conceitual está na reafirmação da concepção do corpo como armazém de gordura, tornando-se uma entidade avaliada por uma lógica numérica de perda e/ou ganho de peso. Dessa forma, a conceituação estabelecida sobre a obesidade passou a ser entendida a partir da avaliação antropométrica definidora dos padrões das taxas de gordura no corpo.

O Índice de Massa Corporal (IMC), na década de 1970, tornou-se uma das principais ferramentas analíticas definidoras da obesidade como uma anormalidade das formas corporais em diferentes países. As proporções corporais passaram a ser medidas em escala populacional, promovendo técnicas médicas cada vez mais sofisticadas, incluindo não apenas as equações numéricas, como também os fatores sociais que contextualizam o fenômeno da obesidade no mundo. Conforme argumenta Luiz Antônio dos Anjos (2006), esse cenário permitiu a consolidação do IMC como modelo definidor do quadro de obesidade:

De fato, o IMC apresenta boa correlação com estimativas da composição corporal, na população em geral, particularmente com o percentual de gordura corporal (%GC), calculado pela razão entre o valor da massa de gordura corporal (em kg) e o valor total da massa corporal (em kg) multiplicado por 100. A boa correlação entre o IMC e o %GC já foi documentada em várias populações no mundo e serviu como grande argumento para seu uso na avaliação da obesidade em populações (ANJOS, 2006, p. 13).

A utilização do IMC nas práticas médicas, assim como outros enunciados científicos, possibilitou uma divulgação das formas de medição do corpo na imprensa, consolidando discursos sobre a obesidade como uma doença do excesso de gordura.

“Atenção! gordura é doença”, exclamava uma matéria da revista *Realidade*⁷⁵, indicando que a presença de adiposidade corporal era sintoma de um problema de saúde, na qual gordos ou obesos deveriam ser acompanhados por médicos especialistas. Exigindo o cuidado com a

⁷⁵ Cuidado! Regime!.*Realidade*, 1970, ed. 0050, p. 86.

alimentação e com as técnicas de emagrecimento oferecidas pelo mercado, o texto publicado pela *Realidade* suscitava o debate sobre como as pessoas engordavam, remontando o cenário da existência de organismos que acumulam gordura com facilidade, tornando as pessoas gordas. A explicação dada pela matéria considera, portanto, que os elementos individuais da saúde falam sobre a condição do corpo gordo, chamando-o também de obeso. E tudo isso ocorre porque:

a obesidade, ou gordura, como quiserem, ou, ainda, excesso de pêso, tem várias causas. Cada gordo tem o seu motivo para ser gordo. E, muitas vezes, essas causas aparecem entrelaçadas numa mesma pessoa. E os métodos não eliminam, nesses casos gerais, a causa da obesidade. Ou só eliminam temporariamente.⁷⁶

Apesar de afirmar categoricamente que “cada gordo tem o seu motivo para ser gordo”, a publicação demonstra uma incerteza em relação às diferenças conceituais entre as categorias obeso e gordo, já que há um discurso moral que encara a gordura como um fenômeno diretamente ligado aos problemas de saúde irremediáveis em curto prazo, colocando nas mãos da medicina a tarefa de controle e cuidado, além da responsabilização do sujeito pelos hábitos que culminaram no surgimento da obesidade. Essa concepção aparece ainda em outros materiais publicados pela *Realidade*, na década de 1970, quando entendia-se a obesidade como uma doença causada pelo excesso de gordura. Assim, explicava-se sobre o perigo da má alimentação, a fome exacerbada, o sedentarismo e outros fatores sociais que promoviam o descontrole das formas corporais.

“Coma, coma tudo. E morra cedo”⁷⁷, alertava o título de outra publicação da revista *Realidade*, descrevendo como as adversidades do dia a dia das grandes cidades provocavam a desatenção das pessoas com a alimentação, influenciando no consumo de refeições ricas em gorduras, açúcares e calorias. Classificando o colesterol como “assassino”, o discurso adotado pela revista apontava ainda quais alimentos eram contraindicados e quais eram recomendados para uma boa dieta, consagrando uma fórmula alimentar que entendia a gordura como uma vilã do corpo e da saúde.

Os textos da revista *Realidade* alertavam o público sobre os riscos à saúde causados pela falta de preocupação com a alimentação e os maus hábitos com o corpo, pois como afirmava uma das matérias sobre o assunto: “não é necessariamente só a comida que faz aumentar aquelas gordurinhas antiestéticas, embora de fato ela seja a grande responsável”.⁷⁸ Evidenciava-se,

⁷⁶ Cuidado! Regime!. *Realidade*, 1970, ed. 0050, p. 86.

⁷⁷ Coma, coma tudo. E morra cedo. *Realidade*, 1971, ed. 0065, p. 121.

⁷⁸ Cuidado! Regime!. *Realidade*, 1970, ed. 0050, p. 86.

sobretudo, um intenso apelo à necessidade de mudança da conduta em relação às formas físicas. Afinal, entendia-se que a adoção de dietas, as consultas regulares com médicos e especialistas da área de saúde, as atividades físicas e esportivas, de modo integralizado, produzia um cenário de controle e autonomia do corpo.

Os discursos midiáticos sobre a obesidade encontravam um território fértil na sociedade devido a atenção que a dimensão dos temas da saúde tomou na década de 1970, apontando os diversos fatores que contribuíam para o surgimento dessa condição corpórea indesejada, chamada pela revista de “antiestética”. Entretanto, o entendimento médico da época era baseado no preceito preventivo, centralizado no sujeito, cuja responsabilidade pela condição física era única e exclusiva do indivíduo. O discurso da prevenção era recomendado a todas as pessoas, sejam elas gordas ou não. Como demonstra a matéria de *Realidade*, “o melhor regime deve ser feito na época certa: quando a pessoa ainda está magra, seguindo a velha verdade do *prevenir é melhor que remediar*”⁷⁹ (grifo do autor).

Percebe-se que a imprensa colocava sob relevo um cenário constituído pela lógica preventiva, baseada no modelo de saúde em vigor nos países latino-americanos daquela época. A ideia da prevenção exposta nos jornais e revistas destacava que os riscos de um estilo de vida desviante dos preceitos de cuidado com a saúde eram grandes, evidenciando as doenças provocadas pelo efeito da irresponsabilidade das pessoas e da falta de cuidado e atenção às formas corporais.

Conforme destacam Osório e Schraiber (2015), o contexto político e social que envolvia as políticas da saúde na metade dos anos 1970 apresentava uma crise nos modelos da Medicina Preventiva e Comunitária, que vigorava no Brasil nas décadas anteriores, cujos descompassos promovidos pelo regime ditatorial tornaram problemáticos o acesso e a promoção da saúde da população. Assim, a medicina social brasileira contemporânea surgia como uma resposta às perspectivas que se tornaram insuficientes para atender as demandas sociais. Em síntese:

No Brasil, em um contexto marcado pelo recrudescimento das forças repressivas por parte de um Estado autoritário e pelo aumento das desigualdades sociais e piora das condições de vida de boa parte da população, foi-se tentando construir um campo de saber e de práticas inovadoras na área da saúde (OSMÓ; SCHRAIBER, 2015, p. 211).

Nesse momento, surge o movimento de reforma sanitária brasileiro, apostando no modelo da medicina social que compreendia os fatores históricos e sociais como determinantes para as noções de saúde e de doenças, paradigma este que passou a reger a noção de saúde

⁷⁹ Cuidado! Regime!. *Realidade*, 1970, ed. 0050, p. 88.

coletiva adotada pelo país após a redemocratização e o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Ou seja, há uma ruptura no campo da saúde com a ideia de singularidade dos fenômenos das doenças, como o caso da obesidade.

Entretanto, essa mudança não foi repentina e os discursos da Medicina Preventiva não foram totalmente soterrados. Na imprensa das décadas de 1970 e 1980 existia ainda a produção de sentido negativo sobre a gordura corporal e os efeitos apontados em relação às doenças correlatas (diabetes, pressão alta e doenças crônicas e cardiovasculares). Apontada como responsável por mortes e morbidades, a gordura aparecia nas publicações da imprensa como uma entidade orgânica destrutiva e avassaladora. Alertando o público-leitor com frases de efeito como “controle-se, não perca a linha”, reiterava-se ainda uma conduta alimentar que incidia no controle das formas corporais, exaltando o seguinte lema: “emagreça para viver”⁸⁰.

As manchetes de jornais e revistas caracterizavam a obesidade como risco de morte, alertando para um conjunto de morbidades associadas a essa condição humana. O quadro clínico geral de uma pessoa obesa, produzido pela pesquisadora Lenita Wannmacher (2015) no boletim sobre a obesidade da Organização Pan-Americana da Saúde (OPA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), afirma que:

Obesidade e sobrepeso em adultos trazem como consequências doenças cardiovasculares, diabetes, osteoartrite, alguns cânceres (colorretal, renal, esofágico endometrial, mamário, ovariano e prostático), dificuldades respiratórias como hipoventilação crônica (síndrome de Pickwick) e apneia do sono, infertilidade masculina, colelitíase, esteatose, refluxo gastroesofágico, transtornos psicossociais e hipertensão arterial sistêmica. Obesidade em crianças associa-se a maior chance de obesidade, morte prematura e incapacidade funcional na fase adulta. Além desses riscos futuros, crianças obesas têm dificuldades respiratórias, maior risco de fraturas, efeitos psicológicos e precoces indicadores de doença cardiovascular e resistência à insulina (WANNMACHER, 2015, p. 2).

A lista de comorbidades que se somam ao fenômeno da obesidade é grande, revelando ainda que a temática não pode ser compreendida apenas de forma isolada e individualizada, pois as taxas de obesidade identificadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam para a grande dimensão dessa condição humana e suas variações e associações. As pesquisas da área médica evidenciam que o caráter ambiental e social deve ser levado em consideração quando o assunto é a obesidade. Logo, o discurso da saúde coletiva que se estabeleceu no Brasil é de que a figura obesa ou com sobrepeso não é uniforme, pois há fatores sociais, econômicos, territoriais, geracionais e de gênero que incidem e complexificam o fenômeno em escala

⁸⁰ Coma, coma tudo. E morra cedo. *Realidade*, 1971, ed. 0065, p. 121.

mundial, não respondendo à simples fórmula do senso comum de que a obesidade é o efeito de um descontrole alimentar.

Para tratar do perfil epidemiológico que caracterizaria a pessoa obesa no Brasil, tornou-se necessário destacar as características do aspecto nutricional do país, assim como os fatores de transformação social que apontam para as desigualdades no acesso à alimentação, somados ainda às necessidades de gasto energético em atividades físicas. A transição nutricional no Brasil iniciada na década de 1960, e intensificada nas décadas posteriores, revelou as assimetrias e diferenças no consumo alimentar em distintas regiões brasileiras, demonstrando que os fatores da existência da obesidade são realmente discrepantes.

O Brasil era um país em desenvolvimento nas décadas de 1970 e 1980, tornando-se cada vez mais urbano e menos rural. “Resultado: entre 1960 e 2000, incharam as urbes. Nasciam cidades dentro de cidades” (PRIORE, 2019, p. 187). E nesse contexto de amplas transformações, as formas de alimentar-se da população brasileira mudaram, implicavam num maior consumo de produtos industrializados, cujas fórmulas ricas em açúcares, gorduras e outras substâncias eram capazes de influenciar nas formas e nos pesos da população. Assim, o cenário alimentar brasileiro da segunda metade do século XX era caracterizado do seguinte modo:

[...] o tipo de alimento consumido na zona rural apresenta-se diferente daquele consumido na zona urbana, numa relação diretamente proporcional ao poder aquisitivo ou ao nível socioeconômico. Estudos demonstram que a população urbana de baixa renda, apresenta uma ingestão calórica inferior, se comparada à população rural, apesar de a primeira consumir proporcionalmente mais proteína e gordura animal do que a segunda. A população urbana consome maior quantidade de alimentos processados, como carnes, gorduras, açúcares e derivados do leite, em relação à área rural, onde a ingestão de cereais, raízes e tubérculos é mais elevada. (PINHEIRO, 2004. p. 529).

A mudança no perfil alimentar foi um dos principais fatores de destaque as publicações midiáticas, demonstrando que a preocupação com as formas físicas e o peso corporal estava intimamente ligada com o que era consumido pela população. Contudo, a imprensa veiculava que o risco da má ingestão de alimentos deveria ser corrigido. Isto é, controlado pelos indivíduos, colocados no centro das narrativas como responsáveis pelo cuidado com a saúde e as silhuetas.

Imagem 15 - Obesidade: a gordura é uma doença



Fonte: O Cruzeiro, 1983, ed. 2516, p. 64.

Em “Obesidade: a gordura é uma doença”⁸¹, a revista *O Cruzeiro* reiterava o discurso de produção da responsabilização do indivíduo, afirmando que muitas desculpas pairavam sobre a conduta do gordo ou obeso na década de 1980. Essa narrativa apresentava fórmulas cotidianas que poderiam contribuir no controle do peso e das formas corporais. Entretanto, o periódico investia também na culpabilização como uma estratégia de convocação para a mudança de hábitos alimentares. O texto invocava a concepção da obesidade como um problema da humanidade:

A obesidade sempre foi um dos maiores problemas físicos que o homem enfrenta. E cada gordo se justifica como pode: falta de tempo para praticar esportes, dificuldades para manter uma alimentação leve e saudável etc. No entanto, é bom lembrar que mesmo que seja necessário um certo sacrifício, tudo será pouco perto dos problemas de ordem estética e psicológica, além de trazer sérios riscos à saúde⁸².

A construção narrativa sobre a obesidade perpassava os caminhos da acusação das práticas alimentares indevidas, do fracasso da realização das atividades físicas e dos problemas

⁸¹ Obesidade: a gordura é uma doença. *O Cruzeiro*, 1983, ed. 2516, p. 64.

⁸² Obesidade: a gordura é uma doença. *O Cruzeiro*, 1983, ed. 2516, p. 65.

do cotidiano social. Essa lógica apresentada na década de 1980 pela revista *O Cruzeiro* remetia diretamente aos efeitos negativos da conduta individual no combate a gordura. Nesse sentido, centralizava-se na figura da pessoa gorda ou obesa a responsabilidade pela sua condição física. Essa lógica de responsabilização e individualização do fenômeno da obesidade foi identificada pelos pesquisadores Igor Sacramento e Wilson Borges (2020, p. 102) em outras narrativas midiáticas sobre o assunto, onde “a pessoa obesa é frequentemente representada como preguiçosa ou sem vontade de mudar”. Isto é, há uma reiteração da imagem da pessoa obesa ou gorda como impotente, desmotivada, fraca e indolente.

O desenvolvimento dos discursos que discriminam a pessoa obesa é datado no século XX, quando buscou-se construir as narrativas identitárias marcadas pelas formas corporais, tornadas posteriormente em marcas do sujeito. É nesse momento que o gordo se tornou um problema e a magreza ganhou o seu culto, pois o gordo passou a ser compreendido como um ser fracassado. Georges Vigarello (2016) identifica o deslocamento dos estigmas da obesidade na Europa dos anos 1920 em jornais e revistas que exaltavam as fórmulas de emagrecimento como símbolos da transformação do sujeito. Assim, desenvolviam a ideia de que gordo era aquele ser que não queria mudar, tornando-se obeso pela falta de vontade de dominar a si mesmo. Em outras palavras:

O que desloca os estigmas: o gordo, longe de ser o glutão ou estúpido, é antes de mais nada aquele que se ‘esquiva’, que se recusa a emagrecer, negligente em trabalhar o seu próprio corpo. Sua falha é o desleixo, sua responsabilidade é uma falta íntima, menos as paixões que a indiferença, menos o entusiasmo que o descontrole, a impossibilidade de se regradar ou se transformar (VIGARELLO, 2016, p. 300).

As denúncias midiáticas sobre a falta de cuidado que o gordo ou obeso possuíam consigo mesmo remontava ao cenário de uma narrativa trágica, evidenciando que a doença provocada pela gordura (obesidade) incidiria em danos estéticos e psicológicos, além dos riscos à saúde. Surgia então o discurso persecutório de combate à gordura centrada na figura do obeso como responsável pela sua própria condição corporal, tratada como um problema de saúde que solicitava envolvimento, empenho e desejo de mudança dos hábitos alimentares e do desenvolvimento de estratégias individuais de recusa da gordura, do tamanho avantajado e dos pesos exuberantes.

“A obesidade emagrece a vida”⁸³, afirmava uma notícia veiculada na revista *Manchete* em 1990. Descrevendo estratégias para cuidar do corpo e alcançar maior longevidade, a

⁸³ Receita para chegar aos 120 anos. *Manchete*, 24/11/1990. p. 23.

narrativa citava os cuidados com a alimentação, exercícios físicos e os hábitos cotidianos como formas de prevenção de doenças e aumento da vitalidade. Entretanto, o mesmo texto discriminava as ações julgadas como indesejáveis e prejudiciais à saúde. Na matéria, o médico Dr. Eduardo Azevedo Ribeiro relata os malefícios da obesidade, destacando:

É sem dúvida outro fator de encurtamento da sobrevida. Estar com um peso acima do normal é falta de respeito com o próprio organismo. O gordo, antes de mais nada, é um desinformado ou um fraco. Ou os dois. E o gordo manipulado, aquele que já passou por várias clínicas e continua gordo, é o paciente mais difícil. Ele não vem atrás do tratamento, mas de um milagre.⁸⁴

O relato do profissional da saúde demonstrava a existência de valores morais que julgavam as formas corporais avolumadas. Assim, a *Manchete* retratou a obesidade como resultado de um descuido pessoal, expondo a possibilidade de desinformação ou falta de vontade em emagrecer como causa da inércia da pessoa gorda. Somadas à essas classificações, o médico apontava ainda o fracasso como um sintoma daquele gordo que ele classificou como “manipulado”, pois já tentou alguns tratamentos e não obteve êxito. Isto é, ele destacava que a falta de vontade em emagrecer era um dos motivos que tornavam determinados casos de obesidade impossíveis de tratamento.

O texto publicado pela *Manchete* evidenciava uma concepção pejorativa construída historicamente sobre as pessoas gordas, reiterando na última década do século uma imagem reducionista e individualizada sobre o tema. Nesse material, por exemplo, tem-se um forte apelo às práticas individuais de cuidado com o corpo, negligenciando os aspectos ambientais e sociais que influenciam na existência da obesidade no mundo.

Ao dirigir-se exclusivamente ao público-leitor com os alertas que simplificam a complexidade dessa condição, surge um processo de privatização das ações corretivas do corpo, em busca do peso “normal”, formando assim um repertório midiático e cultural que implica a responsabilização do sujeito e o apagamento das políticas públicas e do papel do Estado no auxílio ao tratamento. No que diz respeito ao formato das matérias veiculadas sobre saúde e bem-estar em revistas, Maria Regina Cariello Moraes afirma que “a simplificação das explicações científicas para facilitar a compreensão é sempre a meta das notícias, muitas vezes resultando num emaranhado de opiniões de especialistas e listas com resumos de regras a serem seguidas no final das reportagens (MORAES, 2014, p. 20).

O material analisado em nossa pesquisa se quer toca na dimensão social que envolve o fenômeno, apresentando apenas os danos colaterais e o aumento do número de casos, colocando

⁸⁴ Receita para chegar aos 120 anos. *Manchete*, 24/11/1990. p. 23.

os ideais de saúde nas mãos dos/as leitores/as. Com isso, um processo de culpabilização começa a ser forjado na imprensa através da instituição do modelo de cuidado com o corpo e a saúde como formas de autoafirmação, autenticidade e reconhecimento do sujeito como principal agente da transformação. Isto é, quem cuida de si mesmo é apresentado como um indivíduo capaz e autônomo, já os que não sabem cuidar de si são apontados como imprudentes e incapazes.

A crescente divulgação da mensagem de responsabilidade individual pelo adoecimento promoveu uma regulação dos comportamentos em torno da saúde e uma avaliação social negativa dos que não se cuidam. Minimamente, as pessoas podem sentir-se coagidas a aparentar uma vida saudável pela sinalização do comportamento (MORAES, 2019, p. 112).

Dietas, terapias corporais, atividades físicas, esportes e outras ações voltadas para o cuidado com a saúde eram amplamente divulgadas como formas de ruptura com os estereótipos de preguiçoso, desinformado, fracassado e outras denominações que surgiam nas publicações da imprensa brasileira sobre as pessoas gordas. Essas estratégias discursivas formalizavam a guerra contra a obesidade, reafirmando determinadas práticas de bem-estar como as respostas necessárias para a transformação das silhuetas e o reforço do pavor da gordura.

Imagem 16 - O pacote das dietas



Fonte: Manchete, ed. 2032, 1991, p. 24-25.

Acompanhadas pelas insistentes recomendações pelo emagrecimento, as narrativas de vida das pessoas obesas na imprensa da década de 1990 empenhava-se para demonstrar que a condição da obesidade poderia ser transformada pelo desejo do aumento da qualidade de vida, além da visibilidade proporcionada pela estética do novo corpo magro. O texto de *O pacote das dietas* evidenciava as estratégias individuais no combate à obesidade, demonstrando as narrativas de superação de homens e mulheres que decidiram mudar o corpo em busca do bem-estar e da qualidade de vida.

O discurso do cuidado com a saúde foi adotado pela revista em seu enunciado, apostando em indicações e conselhos capazes de tornar as pessoas mais magras e saudáveis. Logo, construiu-se o argumento do processo de emagrecimento associado à aquisição da saúde, implicando numa interpretação de que as técnicas empregadas durante o período eram garantidas por médicos e especialistas no tema. O sorriso da mulher que emagreceu destacava também o corpo mais enxuto e menos volumoso, de pé, contrastando com a pose do corpo gordo deitado, cujo destaque estava nas dobras da pele causadas pelo excesso de gordura corporal.

A diferença entre as duas imagens justificava o apelo produzido pela revista *Manchete*, destacando que a imagem de perfil do corpo consagrava o êxito do emagrecimento produzido pela dieta. A disposição das fotografias nas páginas também indicava uma interpretação relativa ao tamanho do corpo. O corpo gordo é volumoso e possui uma apresentação centralizada, comparando-se uma proporção exagerada e desmedida. Em contraposição, a imagem da mesma pessoa mais magra é reduzida ao canto da página, indicando a existência de um formato corporal mais languido, reto e enxuto. Assim, a própria materialidade da revista produzia um sentido sobre corpos gordos e magros, estabelecendo uma comunicação visual que destacava as dinâmicas sociais dos pesos e volumes corporais.

Em outro trecho, intitulado *Emagrecimento: fome, suor e lágrimas*⁸⁵, a revista *Manchete* apresentou relatos de pessoas gordas ou obesas que se submeteram a diferentes tratamentos e técnicas para emagrecer e alcançar o sonhado corpo magro. Na íntegra, emplacou-se o testemunho de quem passou pelo tratamento contra a obesidade, revelando narrativas de vida daqueles que optaram pela transformação corporal radical, tornando-se magros. Os três relatos ambientam a profusão de sentidos que pairavam sobre o corpo obeso na década de 1990:

Relato 01:

Ninguém naquele avião entendia a alegria de Próspero Albanese Neto, o famoso e irreverente gordo do conjunto *Joelho de Porco*. Mas o motivo de

⁸⁵ Emagrecimento: fome, suor e lágrimas. *Manchete*, 23/03/1991, p. 32.

tanta euforia era muito simples. Pela primeira vez na vida, ele conseguia utilizar o cinto de segurança sem o complemento. Próspero era o que se podia chamar de peso pesado, seus 194 quilos o impediam de se locomover com rapidez. O coração começou a apresentar problemas e os meniscos foram afetados. Foi então que decidiu partir para um tratamento sério num spa, em Sorocaba. ‘Eu cheguei lá morto. Os médicos Mauro Tadeu Moura e Marcos Dementev Alves salvaram minha vida’. Com uma dieta de 250 calorias, perdeu 104 quilos em pouco mais de um ano.⁸⁶

O músico brasileiro Próspero Albanese Neto foi representado pela *Manchete* como “um peso pesado”, definindo o tecladista do grupo Joelho de Porco como alguém que tinha um volume corporal exagerado, cujo tamanho dificultava a realização de atividades ordinárias, como o uso do cinto de segurança das aeronaves. Devido ao seu peso, 140 quilos, Próspero Albanese Neto era alguém que estava com a locomoção comprometida, tornando-se uma pessoa devagar. O peso do músico foi apresentado ainda como responsável pelo desenvolvimento de problemas cardíacos, revelando também alguns desgastes corporais devido ao excesso de peso.

O texto destacava que Próspero passou por um tratamento dietético numa clínica *spa*, alimentando-se apenas com uma dieta estabelecida em 250 calorias. O processo de emagrecimento foi alcançado e teve como resultado a perda de 104 quilos. O próprio músico declarou: “Eu cheguei lá morto. Os médicos Mauro Tadeu Moura e Marcos Dementev Alves salvaram minha vida”.

O relato pessoal de Próspero Albanese Neto foi antecedido por uma narrativa de sofrimento, tornando-o um personagem que contrasta o humor e a irreverência de ser gordo com os problemas de saúde causados pelo excesso de peso. Essa ambivalência reiterava a concepção de que o corpo obeso do músico é doente e disfuncional, tornando-o devagar e pesaroso, além da exposição dos problemas cardíacos e físicos apontados como efeitos da obesidade. A doença de Próspero era o peso em excesso, tornando necessária a adoção de uma dieta radical com o objetivo de emagrecimento. Nesse sentido, colocava-se a gordura como sinônimo de doença e a magreza como símbolo de saúde e bem-estar.

A afirmação de Próspero sobre a sua chegada ao *spa* indicava uma concepção que associou a figura do obeso ao fim da vida, pois as doenças e as disfuncionalidades do corpo pesado revelariam que a obesidade era uma sentença de morte. E o veredicto só poderia ser transformado através de uma salvação médica, tratando de reverter o destino da pessoa obesa. Isto é, consolidava-se a ideia de que o tratamento dietético destinado às pessoas obesas era a forma de salvar vidas, destacando que a drástica mudança alimentar implicava na normalização

⁸⁶ Emagrecimento: fome, suor e lágrimas. *Manchete*, 23/03/1991, p. 32.

do quadro clínico dos pacientes. Ao tornar-se magro, o obeso afastava o perigo da morte e era convocado a manter um compromisso com o corpo e com a vida.

Relato 02:

João Renato Albanese, irmão de Próspero, seguiu o mesmo caminho. ‘Fui internado na clínica com 270 quilos e saí com 95 quilos. Era o recorde brasileiro de perda de peso, nada menos do que 175 quilos’. Hoje, após o tratamento de choque, João se sente bem, apesar de estar dez quilos acima de seu peso. Depois de sete cirurgias plásticas, consegue praticar vários esportes, como tênis, e caminha cerca de dez quilômetros diariamente. ‘Eu me reeduquei’. Ele leva a sério seu esquema de manutenção de peso: das 14 refeições que faz durante a semana, João come normalmente em quatro tudo a que tem direito. As outras dez, no entanto, são balanceadas.⁸⁷

João Renato Albanese foi apresentado como alguém que seguiu os passos de Próspero na busca pelo tratamento médico. Ele era mais pesado do que o irmão, possuindo quase o dobro do peso de Próspero, tornando a narrativa sobre a sua jornada de emagrecimento ainda mais curiosa e espetacular. A redução corporal de João Renato Albanese foi classificada como “o recorde brasileiro de perda de peso”, colocando-o como um campeão, um recordista no controle da obesidade no Brasil, demonstrando ser possível lutar contra a gordura em excesso.

A narrativa ainda incluía as cirurgias plásticas como parte do processo de emagrecimento de João Renato, apontando a eficiência dos procedimentos cirúrgicos no auxílio da perda de gordura de obesos mórbidos. A quantidade de operações realizadas chama atenção, visto que as intervenções foram adotadas junto a outras técnicas de redução do peso. Apesar de não serem descritas de forma pormenorizadas, possivelmente as cirurgias plásticas tenham ocorrido com o intuito de construir o corpo magro de João Renato Albanese, realinhando uma estrutura física que até então não possuía uma forma definida.

A história do emagrecimento de João Renato Albanese indicava que, apesar do drástico tratamento dietético, houve a necessidade de realização de cirurgias plásticas reparadoras para concluir o processo de modelagem do corpo. Somente assim, após alcançar a redução do peso almejada, ele passou a praticar diversos esportes e se sentir bem consigo mesmo. Ele foi retratado como alguém comprometido com a manutenção do tratamento de controle do peso, chegando a afirmar que: “Eu me reeduquei”.

O relato de João Renato Albanese demonstrava a outra face das narrativas sobre o fenômeno de combate à obesidade: a superação. Ao protagonizar o maior processo de emagrecimento do Brasil em 1991, ele incorporou a tarefa de manutenção da imagem do corpo

⁸⁷ Emagrecimento: fome, suor e lágrimas. *Manchete*, 23/03/1991, p. 32.

magro como uma conduta necessária para sentir-se bem. Ou seja, o tratamento de controle do peso consolidou a interpretação de que o corpo magro era aquele que promovia o bem-estar, demonstrando que a autoestima e o sucesso eram indispensáveis para a conservação dos resultados obtidos com a dieta e as cirurgias plásticas.

A justificativa de João Renato Albanese sobre o êxito do tratamento estava na enfática afirmação da reeducação do corpo associada ao realinhamento e modelagem promovida pelas cirurgias plásticas. Isto é, ele entendia o corpo magro como educado, disciplinado e controlado, implicando na interpretação de que o corpo obeso era entendido como desobediente, indisciplinado, descontrolado etc., destacando o caráter de antagonismo entre as representações de gordos e magros. Essa concepção invocava ainda a ideia de que o obeso era aquele que não sabia cuidar de si mesmo, tornando-se um fracassado. Por isso, a superação da obesidade estava no processo de reeducação do corpo e do controle e domínio de si, reafirmando a responsabilidade do indivíduo.

Relato 03:

A entrada de José Zinaldo de Oliveira num spa, em Sorocaba, ainda vai ficar na memória de muita gente. Com seus 302 quilos e a respiração ofegante, precisou da ajuda de quatro pessoas para poder caminhar até a recepção. O motivo de seu padecimento era uma disfunção glandular. A dieta foi rígida. Nada acima de 300 calorias por dia. ‘Para mim significava o mesmo que comer três azeitonas’. Zinaldo passou por uma série de atividades físicas, check-ups, testes clínicos e acompanhamento psicológico. Com 87 quilos, atualmente, ele se sente uma nova pessoa. ‘Pratico até caratê’.⁸⁸

A narrativa da internação de José Zinaldo de Oliveira no *spa* é dramática, destacando uma das fórmulas comuns dos relatos sobre a obesidade na imprensa. O drama da história de um sujeito que possui 302 quilos, além das dificuldades respiratórias e de locomoção, constituiu o personagem com angústia e aflição, evidenciando as características patológicas desse tipo de “padecimento”. A atmosfera medicalizante que girou em torno do processo de emagrecimento de José Zinaldo foi apresentada pela necessidade de diferentes exames e estudos clínicos sobre o caso, revelando o objetivo central dessa administração das formas corporais produzida pelas ciências da vida: emagrecer. Assim, instituíram práticas médicas e terapêuticas que auxiliaram o personagem a modelar o corpo e a silhueta, alcançando a marca de 87 quilos.

Uma das partes do drama relatado estava na drástica dieta de 300 calorias dia oferecida a José Zinaldo, evidenciando o rigoroso procedimento de controle alimentar no *spa*. O paciente chegou a declarar que “Para mim significava o mesmo que comer três azeitonas”. Ou seja, ele

⁸⁸ Emagrecimento: fome, suor e lágrimas. *Manchete*, 23/03/1991, p. 32.

sentia fome durante o tratamento, pois a busca pelo corpo magro solicitava dele um comportamento de adesão ao procedimento alimentar restritivo. Nesse caso, o sacrifício estava estabelecido na narrativa, já que a fórmula proposta pela clínica implicava no abandono do apetite. Dessa forma, consagrava-se o personagem como vitorioso, mesmo depois do sofrimento sentido durante o tratamento e ele conseguiu perder peso e alcançar o modelo corporal magro.

Os três relatos indicavam as diferentes facetas que envolviam a representação do corpo obeso na imprensa brasileira da década de 1990. Próspero Albanese Neto, João Renato Albanese e José Zinaldo de Oliveira eram obesos mórbidos - isto é, em grande proporção - e implicaram em suas narrativas os sentidos sobre a obesidade a partir dos paradigmas médicos e estéticos, na qual as técnicas de emagrecimento eram administradas com a finalidade de alcançar um modelo corporal magro, associando diretamente a magreza à saúde e aos ideais de beleza, bem-estar e qualidade de vida.

Imagem 17 - Emagrecimento: fome, suor e lágrimas



Fonte: Manchete, 23/03/1991, pp. 32-33.

As imagens das pessoas que compunham as narrativas da Manchete sobre o processo de emagrecimento de obesos mórbidos e de celebridades que controlam o peso materializam as

transformações provocadas pelas dietas, cirurgias plásticas e outras técnicas de controle do volume corporal. A busca pela silhueta em boa forma colocava a gordura como algo que deveria ser retirada de cena, expondo as fotografias do antes e depois dos procedimentos de modificação corporal como resultados de uma drástica mudança, cujos registros falam sobre superação, persistência e conquista de autonomia.

As narrativas destacavam que a pessoa obesa era incapaz, fracassada e infeliz, constituindo personagens que buscavam no processo de emagrecimento a autoestima e a autonomia, revelando ainda a responsabilidade dos indivíduos na busca pelo *spa*, na persistência e adesão ao tratamento, na mudança dos hábitos alimentares, além da realização de atividades físicas e esportivas com frequência. Ou seja, essas histórias pessoais apresentavam indícios sobre os sentidos que circulavam no meio social brasileiro em relação a obesidade e a pessoa obesa.

Diante dessas narrativas, percebe-se como a imprensa construía modelos narrativos que centralizavam no indivíduo o papel de reiteração das formas corporais socialmente aceitas e corporeidades entendidas como indesejáveis. Nesse sentido, a pessoa obesa era representada como possuidora de patologias que levavam a inúmeros sofrimentos, tornando-as inseguras e infelizes. Contudo, a própria imprensa apresentava antídotos, métodos, estratégias, fórmulas e tratamentos que iriam reverter esse cenário, convocando as pessoas obesas a serem responsáveis pela própria mudança corporal. Assim, consagrava-se a ideia de que só era gordo quem queria.

Muitas celebridades da televisão brasileira também relatavam na imprensa as suas transformações corporais a partir dos procedimentos de combate à gordura. Na mesma matéria sobre os casos de Próspero Albanese Neto, João Renato Albanese e José Zinaldo de Oliveira, a atriz de novelas e teatro Débora Duarte, com atuações em *Anjo Mal*, *Bebê a Bordo*, *Explode Coração*, *Sonho Meu*, *Terra Nostra*⁸⁹, em minisséries e outras produções audiovisuais, expressou felicidade durante o processo de emagrecimento de 12 quilos em dois meses. “Perdi o medo de ser bonita”, afirmou. A também atriz e modelo fotográfica Cristiana Oliveira, protagonista da trama da novela *Pantanal* na extinta *TV Manchete*, aos 28 anos, capa da revista *Boa Forma*, revelou ainda as peripécias de ser gorda durante a adolescência: “Eu cheguei a pesar 95 quilos. [...] tinha medo de encontrar os amigos, não queria ver ninguém”.

Em seu relato sobre a batalha contra a gordura, Cristiana Oliveira disparou: “Você só emagrece quando quer”, demonstrando como as narrativas sobre a perda de peso estavam associadas ao discurso da perseverança, superação e insistência da pessoa gorda. Já o humorista

⁸⁹ Novelas de sucesso da TV Globo, maior rede de televisão comercial do Brasil.

Ary Toledo, um dos grandes nomes da comédia nacional nas décadas de 1970 a 1990, com participações em programas de rádio e televisão da época, brincou: “Comer com os olhos é o mal de todo gordo. Você já viu um cego gordo?”. Em seu processo de emagrecimento, Ary Toledo emagreceu 45 quilos e garantiu que não engordava mais. Quando perguntado sobre o que o público achava da sua transformação corporal, o artista declarou: “Eu não incorporei a obesidade à minha personalidade”.⁹⁰

As declarações das celebridades brasileiras sobre a temática do emagrecimento na década de 1990 revelam como a gordura era indesejada no meio social. Débora Duarte acreditava que a beleza não era compatível com a gordura. Assim, para sentir-se bela, a atriz entrou em um *spa* e adotou uma mudança alimentar com o intuito de modelar a silhueta. Essa também era a concepção de Cristiana Oliveira ao considerar que a gordura era um estigma, relembrando uma adolescência marcada pela solidão e pela infelicidade de ser gorda. Contudo, depois do emagrecimento, a atriz era feliz com a imagem do seu corpo magro e em boa forma, considerando que a transformação corporal só ocorre por desejo e empenho do próprio indivíduo.

Ary Toledo, por sua vez, trouxe uma concepção da obesidade associada ao impulso alimentar, destacando que a pessoa gorda possuía essa condição corporal devido ao exagero no consumo de alimentos. Isto é, entendia-se que a gordura era provocada pela ingestão excessiva de comida, tornando-se um reflexo do comportamento individual. Além disso, o humorista chegou a considerar que a obesidade fazia parte da personalidade das pessoas gordas, reiterando a ideia de que a gordura é o reflexo não apenas dos hábitos, mas de uma identidade que definiria determinados comportamentos como próprios de uma pessoa gorda ou obesa.

Diante do material analisado em diferentes décadas, desde os títulos das matérias, das frases de especialistas, dos conselhos alimentares, dos relatos de transformação corporal de celebridades e pessoas comuns etc., o julgamento moral em torno da gordura esteve presente nas narrativas veiculadas pela imprensa brasileira. Esse conjunto de indícios nos levou a considerar que o pavor da gordura se dá na constituição de um estigma em relação à pessoa gorda ou obesa. Isto é, o modelo corporal avantajado, volumoso ou pesado, passou a figurar as páginas de revistas e jornais brasileiros sob a insígnia da depreciação, da vergonha, da deformidade, da imperfeição e da anomalia. Logo, o desenvolvimento de uma compreensão da gordura como uma patologia perpassou a construção de uma identidade deteriorada da pessoa gorda ou obesa.

⁹⁰ Emagrecimento: fome, suor e lágrimas. *Manchete*, 23/03/1991, p. 33.

Erving Goffman (2008) afirma que o estigma é um atributo constituído socialmente para demarcar os sujeitos sociais, podendo ser evidenciado por uma característica corporal, comportamental ou de crença, por meio do qual imputa-se descrédito aos indivíduos e/ou grupos com o intuito de diferenciar e construir narrativas discriminatórias. Goffman (2008) salienta ainda que há estigmas que se apresentam de forma visível, promovendo o discurso do sujeito desde já desacreditado. No entanto, outros estigmas podem ser dissimulados ou ocultados, considerando que a conduta ou crença do indivíduo seria desacreditável num nível social, só sendo percebido através de atos de revelação.

A diferença entre o estigma do indivíduo desacreditado em relação ao desacreditável está na impossibilidade de ocultação das características do primeiro, que são classificadas incisivamente como anormais. Nesse caso, formações corporais entendidas como anômalas e deformadas estão inclusas na dimensão do estigma desacreditado, já que o corpo em questão traz as marcas daquilo que é socialmente rejeitado. O corpo gordo ou obeso, nesse sentido, é aquele que em sua própria dimensão estética traz as marcas do volume e peso como um estigma.

A visibilidade do processo de estigmatização social da gordura corporal também era apontada pela imprensa da época, destacando a existência de relações de poder que envolviam a mudança de percepção dos atributos corporais de gordos e magros na segunda metade do século XX. Afirmando a existência de uma disputa entre gordos e esbeltos, a *Manchete* indicou a complexidade do fenômeno de valorização das formas corporais pela sociedade ocidental:

No mundo inteiro, a aparência física conta pontos e os esbeltos são os eleitos. A gordura é um peso extra na corrida pela afirmação profissional e pessoal. Na sociedade consumista, a estética associa-se a conceitos morais e intelectuais quando se trata de determinar o potencial de sucesso de uma pessoa: enquanto os gordos são vistos preconceituosamente como lerdos e relaxados, os mais magros encontram mais portas abertas na luta por posições de destaque na escala social. Sabendo disso, ninguém quer ser gordo⁹¹.

A afirmação de que as pessoas não queriam ser gordas demonstra como o peso e o volume dos corpos tornaram-se problemas sociais não apenas no Brasil, mas em diferentes países, instituindo as fórmulas de diferenciação entre os indivíduos a partir de características físicas distintivas. Aos magros, a felicidade, a visibilidade e o sucesso profissional e amoroso, já os gordos eram destinados à infelicidade, invisibilidade e fracasso em todos os âmbitos da vida.

⁹¹ Gordos e esbeltos: o peso da estética na corrida do sucesso. *Manchete*, 23/03/1991, p. 26.

A *Manchete* demonstrou que a estigmatização da gordura estava associada diretamente às formas corporais indesejadas, tornando possíveis as afirmações de que as pessoas gordas ou obesas eram anormais, pois desviavam das expectativas sociais geradas em relação ao peso e à forma física daquela época. Ou seja, o estigma do corpo gordo era o indício do estabelecimento de normas muito específicas sobre os corpos. Para serem apontados como anômalos, os gordos eram discriminados em relação aos magros, porque esses últimos figuravam como normais.

A relação assimétrica entre gordos e magros constituiu uma importante noção do estabelecimento do estigma social, possibilitada pela definição do atributo apontado como depreciativo e indesejável em relação aos outros atributos demarcados como elogiosos e desejáveis. Erving Goffman (2008) define essa relação como o princípio da instituição de uma linguagem de relações de poder que marcam a diferença entre as identidades. Em síntese:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso (GOFFMAN, 2008, p. 13).

Assim sendo, o estigma por si mesmo não possui um valor social concreto, mas é inflamado e reiterado pela linguagem das relações que sustentam o fenômeno de distinção social. Nesse sentido, quando as narrativas midiáticas traziam todos os problemas pessoais e coletivos desenvolvidos pela presença da gordura corporal, consagrava-se a linguagem das relações que sustentava os valores sociais positivos e negativos sobre os corpos. Ou seja, a gordura era estigmatizada e as condutas e o comportamento das pessoas gordas ou obesas eram apresentados como justificativas para a depreciação social dos indivíduos.

Em meio às inúmeras dietas que eram apregoadas pela imprensa, as cirurgias plásticas também eram apresentadas como fórmulas de normalização dos corpos gordos. Assim, dietas e cirurgias plásticas caminhavam juntas como técnicas de controle dos corpos, apesar de uma ser adotada como recurso ordinário e a outra como prática radical de perda de peso. A gastroplastia, popularmente conhecida como cirurgia bariátrica, por exemplo, aparecia nos roteiros midiáticos sobre o drama da vida das pessoas obesas. Segundo a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, desde a década de 1960 que o procedimento era realizado no Brasil, porém foi na década de 1990 que as técnicas mais avançadas garantiram o sucesso dessa modalidade de intervenção no país (HISTÓRIA..., *online*).

Em matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em 15 de março de 2001, a cirurgia bariátrica foi demonstrada como meio de evitar a morte dos obesos mórbidos, ganhando a tônica de um

recurso drástico e necessário na luta contra o excesso de gordura dos obesos mórbidos, classificados como pessoas que possuem um alto índice de gordura corporal. O texto afirmava que a fila de espera para fazer a cirurgia bariátrica tinha, naquela época, mais de duas mil pessoas inscritas na cidade do Rio de Janeiro e apenas dois hospitais públicos possuíam estrutura e pessoal especializado no procedimento.

A matéria retratava os transtornos vivenciados pelas pessoas obesas, demonstrando como a cirurgia bariátrica era fundamental para a adequação social dessas pessoas, cujo corpo volumoso e gorduroso era apresentado como doente e marginalizado por sua condição física avantajada. Diante disso, ressaltava-se que “A baixo-estima é um problema que a obesidade mórbida traz”, apontando para os problemas psicológicos que eram provocados pela obesidade. Além disso, alertava-se para a alta incidência de morte de pessoas obesas, conforme destacou o jornal ao afirmar categoricamente que “a obesidade mórbida é a segunda doença que mais mata no mundo. Supera os óbitos por Aids e perde apenas para os acidentes”.⁹²

Apresentada como último recurso no combate à obesidade mórbida, a cirurgia bariátrica era retratada na imprensa como técnica indispensável para salvar vidas e adequar corpos estigmatizados no cotidiano social. Assim, a bariátrica era compreendida como uma chance de perda de peso rápida e necessária, atuando como porta de acesso para a concretização do sonho de ser e estar magro, demonstrando que o processo de normalização das formas corporais possibilitava o emagrecimento em nome da saúde e do bem-estar, devolvendo às pessoas gordas a chance de gerenciar o corpo, o peso e as medidas.

As cirurgias plásticas, assim como as dietas, atuavam como técnicas corporais que colocavam nas mãos das pessoas a tarefa individual de cuidado com a aparência, tornando comum os discursos de responsabilização e culpabilização das pessoas gordas e obesas pela má gestão dos hábitos, condutas alimentares, infelicidade e estigmas sociais. Como ressaltam Igor Sacramento e Wilson Borges, ao analisarem discursos sobre a cirurgia bariátrica na mídia: “essa generalizada *vontade de saúde* como norma fundamental no regramento individual exige de todos a aceitação da responsabilidade de garantir seu próprio bem-estar” (2020, p. 102).

A grande expressão dessas relações de poder que subjugam a obesidade está na ampla e diversificada acusação de irresponsabilidade, desleixo, descuido e falta de amor-próprio que imputam às figuras das pessoas gordas ou obesas. Entretanto, essas acusações são acompanhadas pela indicação das ações que podem mudar o formato do corpo, instituindo as fórmulas necessárias para alcançar o corpo ideal. Afinal, o caráter prescritivo que existe nas

⁹² Cirurgia atrai mais de duas mil pessoas. *Jornal do Brasil*, 15 de março de 2001, p. 24.

recomendações midiáticas da saúde coloca em evidência um conjunto de técnicas, objetos, produtos e terapias corporais que pretendem controlar as formas físicas e os comportamentos.

Em uma pesquisa sobre os sentidos da obesidade na revista *Veja*, entre os anos de 1968 e 2012, os pesquisadores Ana Maria Justo e Brigido Vizeu Camargo identificaram uma predominância de estratégias para modificação corporal visando normalizar as silhuetas em padrões estéticos estabelecidos na sociedade. Isto é, “o excesso de peso é necessariamente associado a ações que visam revertê-lo, a gordura precisa ser combatida e as reportagens trazem descobertas científicas que corroboram com esta norma social (JUSTO; CAMARGO, 2017, p. 831). Destacando a existência de uma promessa de emagrecimento, os autores identificam ainda que o processo de normalização dos corpos obesos está ligado a existência de um mercado de bens de serviço voltados para o cuidado com a aparência, no qual as indústrias farmacêuticas, alimentícias e do músculo trabalham de modo interligado, consolidando representações de corpos saudáveis sempre magros e musculosos.

O trabalho realizado por Ana Maria Justo e Brigido Vizeu Camargo (2017) serve como um panorama do modo como uma das principais revistas semanais do Brasil abordava a temática do sobrepeso e da obesidade em suas páginas, demonstrando que o perfil dos corpos mais robustos e pesados geralmente está ligado à doença, morte, infelicidade, fracasso e outros sentimentos que causam pavor e ojeriza social. Além disso, os autores produziram ainda uma análise que apontava como a produção desses discursos depreciadores estava associada a fórmulas e técnicas ofertadas no mesmo material midiático, como se eles fossem antídotos capazes de curar os problemas enfatizados nas matérias da revista *Veja*.

As matérias analisadas neste tópico apontam, de modo geral, para um processo de culpabilização das pessoas com sobrepeso, indicando que os hábitos alimentares e o sedentarismo provocavam o excesso de gordura no corpo, tornando-as doentias. Somada ao discurso patologizante da obesidade, as representações das pessoas gordas eram intercaladas pelos apelos à adoção de práticas corporais reguladoras, cujas dietas indicavam a necessidade de redução do peso, emagrecimento rápido e urgente ou até mesmo a indicação de cirurgias plásticas – como a gastroplastia e outras técnicas cirúrgicas de modificação dos corpos gordos e obesos.

O combate à gordura nas narrativas midiáticas analisadas entre as décadas de 1970 aos anos 2000 consagrava modalidades de estigmatização dos comportamentos e condutas das pessoas gordas ou obesas, construindo discursos que definiam quais eram as formas, pesos, contornos e volumes ideais para os corpos, assim como prescreviam estratégias de enfrentamento à gordura. Apelava-se para a formação de estilos de vida saudáveis, cujas bases

estavam nas mudanças radicais na alimentação, na adoção das práticas esportivas, na preocupação com a aparência e a saúde, e o modelo corporal magro ou musculoso era exortado como ideal e as outras condições físicas deveriam se enquadrar nos roteiros prescritos. Dessa forma, as produções midiáticas e jornalísticas reiteravam ações de emagrecimento como meios de alcance dos pesos e as formas corporais socialmente compreendidas como normais e/ou ideais.

Na busca por saúde, bem-estar e qualidade de vida, imputavam-se fórmulas e receituários que deveriam ser adotados de forma compulsória pelas pessoas com excesso de peso. Isto é, tornar-se uma pessoa magra e ex-gorda ou ex-obesa implicava na recusa total das condutas apontadas como prejudiciais à saúde, assim como requeria de forma imperativa a aderência a estilos de vida saudáveis que circulavam amplamente nas publicidades, narrativas de celebridades, notícias e outras produções midiáticas. Dessa forma, a mídia produz narrativas que apontam numa mesma história os indivíduos que estão em risco e aqueles que cuidam de si mesmo, demonstrando as possíveis formas de mudança dos hábitos saudáveis que são amplamente exaltados.

Identificamos em nossa análise que o pavor da gordura estava associado, sobretudo, ao apelo imperativo do cuidado com o corpo e a saúde como sinônimos da magreza. Assim, as representações midiáticas que tratavam das figuras gordas e obesas eram acompanhadas pelo discurso incisivo do combate às formas corporais que não estavam em boa forma, destacando com veemência o caráter patológico da condição física com sobrepeso. Afinal, o contraste consolidado pelos ideais normativos do corpo nas últimas décadas do século XX estigmatizou a gordura, colocando-a como responsável pela degradação dos corpos dos indivíduos.

Em um artigo publicado na versão online do jornal *Folha de São Paulo*, o crítico literário e cinematográfico Nelson Ascher interrogou-se sobre o fenômeno de cuidado com a aparência na virada do século, percebendo a dimensão imperativa e burocrática instituída pelo culto ao corpo magro e em boa forma. Ascher declarou que havia dois modelos culturais vigentes no início dos anos 2000, considerando que a culpa e a vergonha eram misturadas no fenômeno da obesidade, tornando compulsória a adoção de práticas de controle do peso e das formas corporais. Segundo o autor, pairava sobre a sociedade daquele período uma concepção de que a magreza era o símbolo da felicidade e do sucesso, implicando na imputação de descrédito social às pessoas gordas e obesas. Nas palavras de Nelson Ascher (2004):

Pessoas que, após se torturarem voluntariamente nas academias com instrumentos que o fim da Inquisição parecera ter tornado obsoletos e a Anistia Internacional deveria ter proscrito, ou se submeterem a dietas que, de tão

rigorosamente herbívoras, levariam ruminantes ortodoxos à loucura, constatam que, tão logo deduzam dois dígitos de seu peso, caixas de banco, guardas de trânsito e porteiros lhes sorriem, as flores desabrocham para elas e pombos as poupam de seus dejetos. Já os que fracassam em tais empenhos, esses infelizes, além de se recriminarem por sua fraqueza, passam a ser vistos como gente sem caráter na qual não se pode confiar. (ASCHER, 2004, *online*).

O descrédito social que o estigma da gordura estabeleceu na cultura midiática brasileira do final do século XX indicava a existência de um pavor construído em torno das pessoas gordas ou obesas. Elas eram representadas como agentes de uma doença que as tornavam infelizes e incapazes e as imagens desses sujeitos que padeciam da doença do excesso de gordura contrastavam com a exaltação das imagens da magreza de celebridades, artistas e pessoas comuns que povoavam a produção midiática.

Diante desse cenário apresentado, os estudos e materiais analisados nesta pesquisa corroboraram com a ideia de que o fenômeno da obesidade na imprensa brasileira foi tratado, por diversas vezes, como um problema individual, cuja responsabilidade e culpa era depositada, exclusivamente, nas pessoas gordas ou obesas, indicando de forma imperativa a adoção de práticas de controle do peso, como as mais variadas opções de dietas e as cirurgias plásticas de redução do estômago. Assim, as mídias brasileiras promoveram uma verdadeira guerra contra a gordura, prescrevendo receituários dietéticos, novas normas alimentares e recomendando fórmulas de emagrecimento que se espalharam no meio social, dando ênfase a um movimento cultural de controle do corpo, onde a palavra emagrecer era um dos lemas mais importantes de uma geração que tinha medo da gordura e amor pela magreza. Mas essa não era a única *via crucis* do corpo, como veremos no próximo tópico.

3.3 A OBSESSÃO PELA MAGREZA

“Não há nada melhor do que se sentir magra”, disse a modelo inglesa Kate Moss à revista de moda *WWD*, em 2009 (MOSS, 2019, *online*). A frase da celebridade causou polêmica no meio artístico, pois o conteúdo foi considerado como uma apologia à magreza e um incentivo às práticas de controle dos hábitos alimentares que, de forma desregulada, promoviam transtornos alimentares como anorexia nervosa e bulimia. A protagonista dessa polêmica foi uma das supermodelos que simbolizaram o culto aos corpos magros no universo da moda na virada do século, estrelando inúmeras publicidades, estampando páginas de revistas femininas e causando mudanças no padrão estético das passarelas internacionais.

Em 1993, o jornal *O Globo* definiu a potência da imagem da modelo ao afirmar que “Kate, que pesa menos de 50 quilos e tem um pouco mais de 1,50m de altura, é apresentada

como modelo de modelo dos anos 90”.⁹³ Diferentemente das outras modelos internacionais famosas da época, Kate Moss era baixa e muito magra, estabelecendo uma forma corporal distante dos padrões altos e curvilíneos de supermodelos como Naomi Campbell, Cindy Crawford e Claudia Schiffer. Assim sendo, Kate Moss “quebrou a linha das supermodelos maiores-que-a-vida (como Christy, Linda e Naomi) então predominante, trazendo para a moda uma nova imagem: a garota comum que despertava um elo de comunicação da moda com a juventude”.⁹⁴

A diferença estética e corporal de Kate Moss em relação às demais supermodelos dos anos 1990 causava um tensionamento na imagem das mulheres na moda, tornando a magreza um elemento imperativo. Contudo, o modelo corporal magro tornou-se símbolo do mercado da moda antes mesmo desse período. Afinal, na metade dos anos 1960 a manequim britânica Twiggy estabeleceu essa concepção de corporeidade magra no universo da moda feminina.

Em 1966, Twiggy foi eleita o rosto do ano pelo tabloide inglês *Daily Express*, tornando-se um dos principais fenômenos da moda da época. Em uma retrospectiva comemorativa de 60 anos da manequim, o portal de notícias *Terra* classificou-a como a precursora da magreza na moda. Graças ao enaltecimento do modelo corporal esguio, na década de 1960, as referências de magreza causaram impacto na moda até a chegada de Kate Moss na década de 1990. Entretanto, a estatura, o modelo esbelto e as medidas corporais de Twiggy eram únicos em sua época, tornando-a um ícone daquele período.

Twiggy foi descoberta pelo fotógrafo Justin de Villeneuve, pseudônimo de Nigel John Davies, com quem teve um relacionamento amoroso. Foi ele também que deu o apelido de Twiggy (derivação de graveto em inglês) à jovem de então 17 anos, que media 1,67m, pesava 42kg, e tinha 82cm de quadril, 59cm de cintura e 82cm de quadril. (TWIGGY..., 2009, online).

A linha corporal de Twiggy estabeleceu a twiggymania como um fenômeno entre as mulheres jovens ao redor do mundo. O universo da moda ultrapassou os limites das imagens fotográficas e dos desfiles de passarela para as ruas e o cotidiano de milhares de mulheres no Brasil e em outros países. Sob a influência do modelo corporal difundido pelas manequins, consagrava-se uma busca pela imagem autêntica e jovem, cuja singularidade era desafiada pela adoção de uma estética que tinham na magreza a sua idealização.

⁹³ Um mau exemplo de calcinha e camiseta. *O Globo, Ela*, 31/07.1993, p. 6.

⁹⁴ Todas as poses da supermagrela. *O Globo, Ela*, 03/06.1995. p. 3.

Imagem 18 – Twiggy – o mini-manequim 67



Fonte: Manchete, ed. 0784, 1967, pp. 116-117.

A imagem do corpo magérrimo de Twiggy influenciava os padrões corporais da época, incidindo no surgimento de uma linha corporal magra, como sinônimo da beleza na moda e nas artes visuais daquele período. Ícone de uma geração europeia jovem, a modelo era comumentefotografada em espaços públicos usando roupas que se ajustavam às linhas retas de uma silhueta extremamente magra, cujo modelo corporal consagrou a ideia do “mini-manequim” apresentado na matéria da revista *Manchete* de 1967.

O fenômeno das manequins instituía não apenas novos padrões no vestuário, tais como as minissaias, botas, cílios alongados e cabelos curtos, símbolos de uma revolução estética jovem dos anos 1960, como também consolidaram um modelo corporal que implicava na obsessão em torno da magreza. Em relação a esse imperativo corpóreo, Denise Bernuzzi Sant’Anna afirma que:

Ser bela era ser diferente, afirmava a publicidade. Entretanto, para alcançar o pódio da singularidade pessoal, era preciso perder peso. Todas deviam ser singulares, especiais, diferentes, porém, magras. Na imprensa, uma nova valorização da magreza dos braços e pernas alongou a mulher e ampliou as possibilidades de embelezamento. Todo o corpo precisava ser ‘trabalhado’ (SANT’ANNA., 2016, p. 123)

A preocupação com o corpo, depois da consagração do modelo de estética Twiggy, passou a ser mediada pela imagem esguia e magra da beleza feminina, promovendo um apelo

e valorização da magreza entre jovens e adolescentes nas décadas seguintes. Assim, os efeitos do trabalho sobre o corpo na busca pelo ideal magro das manequins instalaram formas imperativas de controle das silhuetas, tornando problemática a concepção da magreza almejada por mulheres ao redor do mundo. Essas estratégias de emagrecimento e manutenção do corpo esbelto incidiram na intensificação de transtornos alimentares como efeitos do disciplinamento das formas corporais.

Em 1970, o jornal *O Globo* apresentou uma notícia sobre a “mania de perder peso” que estava ocorrendo no Reino Unido. A matéria destacava como a prática das dietas alimentares sem acompanhamento médico estava causando sérios danos à saúde das mulheres britânicas, evidenciando ainda que homens também estavam aderindo ao fenômeno em menor número. Entretanto, o rigor das dietas e o uso de pílulas inibidoras e/ou moderadoras de apetite foram apontados pela matéria como responsáveis pela onda de casos de doenças ligadas à preocupação com o peso por parte das mulheres jovens.

O alerta emitido pela notícia evidenciava que as mulheres mais jovens estavam promovendo uma verdadeira batalha contra o peso e a gordura, realizando dietas que eram iniciadas e compartilhadas entre as adolescentes e suas mães, além do uso indiscriminado de inibidores/moderadores de apetite, provocando o surgimento do distúrbio alimentar chamado de anorexia nervosa. O texto ainda explicava quais eram os efeitos dessa patologia, afirmando ser um “estado em que a vítima sente uma profunda aversão aos alimentos, o que pode conduzir a um auto-enfraquecimento motivado pela falta de alimentos, definhamento e, finalmente, a morte, se a pessoa não fôr submetida a um tratamento sério”.⁹⁵

A documentação do aumento de casos de anorexia nervosa no Reino Unido, em 1970, passou a preocupar autoridades médicas do país, pois o debate sobre a magreza implicava o reconhecimento de que a gordura em excesso era uma vilã da saúde e que a busca pelo controle alimentar perpassava a negação do corpo gordo, mediada pela exaltação de imagens e personalidades que ilustravam a idealização da beleza magricela.

O desejo de ter um corpo magro passou a figurar como uma das principais estratégias de embelezamento da década de 1970, constituído, sobretudo, pela imagem de celebridades como a manequim Twiggy. Essa foi a denúncia realizada em outra matéria veiculada pelo *O Globo*, ao afirmar que a “‘linha Twiggy’ pode ser fatal para adolescentes”.⁹⁶ O texto apresentava o relato de mortes provocadas pelo uso de substâncias à base de anfetamina que desregulavam o apetite, destacando a linha tênue entre o fenômeno da obsessão pela magreza e

⁹⁵ Cuidado com o seu regime: êle pode ser mortal. *O Globo*, 06/07/1970, p. 12.

⁹⁶ “Linha Twiggy” pode ser fatal para adolescentes. *O Globo*, 7/05/1970, p. 4.

o risco de morte provocado pela dependência causada por esses medicamentos. Além disso, destacava-se ainda o perfil de adolescentes na faixa de 14 a 20 anos como as personagens dessa *via crucis* do corpo feminino.

Segundo as pesquisadoras Angélica de Medeiros Claudino e Maria Beatriz Ferrari Borges (2002, p. 9), o quadro clínico desenvolvido sobre a anorexia nervosa foi sendo estabelecido de forma consistente nas três últimas décadas do século XX, ao apresentar comumente os “comportamentos visando a perda de peso e sua manutenção abaixo do normal; medo de engordar; distúrbio de imagem corporal e distúrbio endócrino (ex. amenorréia”. As autoras afirmam, ainda, que o consenso médico em torno do diagnóstico da anorexia nervosa parte da observação das medidas sobre o peso e altura da paciente, realizada a partir do Índice de Massa Corporal (IMC) - o mesmo método que informa sobre os casos de sobrepeso e obesidade. Percebe-se então que os indícios apontados são somados ao fator da indução de perda de peso. Assim sendo:

Há certo consenso de que a perda de peso auto-induzida é necessária para o diagnóstico, porém a linha que separa o que seria “minimamente normal” e “abaixo do peso” não é tão clara, em parte, em virtude da inexistência de estudos que identifiquem o momento de instalação dos sintomas de inanição. Para padronização tem-se utilizado o Índice de Massa Corpórea ($IMC = \text{peso}/\text{altura}^2$) $<17,5$ (critério utilizado pela CID-10) ou percentual de adequação de peso inferior a 85% (critério utilizado pelo DSM-IV), considerando-se também a situação de pacientes em crescimento que apresentariam falhas em alcançar o ganho de peso esperado para o período (CLAUDINO; BORGES, 2002, p. 9).

A anorexia nervosa, na década de 1970, era compreendida como um transtorno alimentar causado pelo desejo de obtenção de um modelo corporal magro, cujas técnicas de emagrecimento evidenciavam um processo rigoroso de inanição ou adoção de dietas alimentares drásticas, provocando a indução da perda de peso. Entretanto, a literatura especializada aponta que os regimes escolhidos não possuem orientação médica, tornando a prática da perda de peso mediada por outros agentes sociais. A imprensa, o cinema, a TV e a moda, por exemplo, são comumente apontadas como responsáveis pela propagação da exaltação de modelos corporais magros, contribuindo para o processo de escolha de métodos de emagrecimento que prometem a imagem do copo idealizado de celebridades e artistas que povoam as capas de revistas, notícias de jornais, telenovelas, filmes, peças de teatro, publicidades e fotografias de moda.

A pesquisa de Maria Helena Silva Rocha (2011) sobre os padrões corporais femininos difundidos pelas revistas *Claudia* e *Nova*, publicadas entre 1960 e 2009, identificou a existência

de modelos estéticos e imagéticos magros intensificados nesses periódicos durante as décadas de 1960 e 1970. A autora constatou que “a predominância por modelos magras e sem curvas, com o corpo mais reto, ficou evidente. Um aspecto interessante é que nos anos 60 e 70, as modelos exibiam corpos mais magros que os das mulheres nas revistas dos anos 2000” (ROCHA, 2011. p. 133). Assim, a propagação da imagem corporal magra povoava o cenário da cultura midiática brasileira, cujas revistas femininas veiculavam os padrões internacionais das manequins esguias e esbeltas daquele período.

Em 1975, a revista *Manchete* indicou uma determinada influência das imagens das personalidades da moda como referências para o modelo corporal desejado pelas jovens anoréxicas. Afirmando que a anorexia nervosa era também conhecida como “síndrome de Twiggy”, a publicação destacava que o transtorno era acometido por um determinado perfil de mulheres que “geralmente são inteligentes, ambiciosas, perfeccionistas e boas filhas e pertencem às classes médias”.⁹⁷ Essa caracterização sobre as vítimas da anorexia indicava que esse transtorno acometia mulheres jovens das classes médias, contrastando com a ideia de fome e desnutrição das classes sociais pauperizadas ou miseráveis dos países em desenvolvimento, como era o caso do Brasil daquele período.

No material analisado, há um consenso sobre os elementos que constituem o perfil de mulheres que são acometidas pelos transtornos alimentares, colocando sob relevo o indício de que o fenômeno implicava questões de gênero associadas às vivências das classes médias e altas. As metrópoles estadunidenses e europeias eram retratadas como os epicentros dos casos, chegando a evidenciar um número de casos exponenciais nessas localidades. Assim, criou-se a máxima de que “se as doenças do coração predominam em Manhattan, em Beverly Hills campeia a anorexia”⁹⁸. Isto é, a anorexia era retratada na mídia como um acontecimento que expunha as interseções de classe social e gênero, revelando uma pressuposição da dimensão racial das vítimas, já que as personagens das narrativas são mulheres brancas das elites.

Destacava-se ainda que o transtorno alimentar provocado pela exaltação dos corpos magros e pela obsessão sobre a magreza na cultura das mídias era caracterizado como um fenômeno da sociedade moderna, assim como pela existência de uma abundância na oferta de alimentos. A anorexia nervosa era um sintoma da possibilidade de autocontrole alimentar, na qual a pessoa escolhia a dieta rígida ou a inanição como formas de alcançar determinados modelos corporais desejados. Além disso, tinha-se a identificação de uma aversão profunda à gordura, colocando o corpo gordo como um fantasma que assombrava a imagem idealizada da

⁹⁷ A morte pela fome. *Manchete*, 1975, ed. 1217, p. 119.

⁹⁸ O mundo dourado de Beverly Hills. *Manchete*, 1979, ed. 1410, p. 91.

beleza feminina. O sentido compartilhado sobre o assunto na década de 1970 era de que “a luta contra a gordura pode levar à loucura e à morte”.⁹⁹

Bryan S. Turner (2014) afirma que o fenômeno da anorexia implica um processo de autoafirmação e controle do corpo pela própria mulher, tornando o fenômeno paradoxal diante dos valores patriarcais que outrora disciplinavam os corpos femininos. Na anorexia, a jovem toma para si o papel de modelagem corporal que implica, em última instância, na instabilidade biológica, psíquica e emocional. Nesse sentido, o transtorno apresenta as antinomias da família nuclear burguesa, ainda presente nos países desenvolvidos na década de 1970, representando uma contestação dos valores morais familiares que recaíam sobre os corpos. No contexto da anorexia, as boas filhas das classes médias, como retratou a *Manchete*, exercem o papel de busca pelo corpo almejado, mesmo que essa jornada implique a possibilidade de risco de morte. É nesse sentido que Bryan S. Turner (2014, p. 247) considera que “esse ato individual de autoafirmação reproduz ironicamente os critérios sociais convencionais da beleza feminina juvenil. A anorexia pode ser vista como um exercício da mente sobre o corpo, da cultura sobre a natureza”.

Seguindo o pensamento de Bryan S. Turner (2014), entendemos que o paradoxo cultural da intensificação de casos de anorexia, na década de 1970, reside na recusa das antigas disciplinas que vigiavam os corpos femininos nos séculos da modernidade, transformando-se em um redirecionamento de individualização e domínio do próprio corpo, sustentado em modelos corporais obcecados pela magreza propagada pela cultura midiática da segunda metade do século XX. Essa concepção ganha força na interpretação das pesquisadoras Angela Andrade e Maria Lúcia Magalhães Bosi (2003) que compreendem o fenômeno de preocupação com a magreza e o aumento considerável de casos de transtornos alimentares como fenômenos provenientes de uma transformação histórica do papel da mulher na sociedade, pautada numa independência em relação à moralidade conservadora familiar que emancipou a figura feminina entregando-lhe o corpo como marca dessa autonomia social. As autoras contextualizam essa situação definindo que:

À medida que a mulher, a partir da década de 60, foi conquistando espaço no mercado de trabalho, legitimando a sua emancipação, tendo direito ao voto e ao uso da pílula anticoncepcional, estabeleceu-se um novo paradoxo: a mulher passou, então, a enclausurar-se no próprio corpo sob a égide do mito da beleza. De certa forma, aprendemos a ter uma visão distorcida da beleza, em virtude de a mulher ser maciçamente exposta aos padrões corporais atuais, incorporando essa imagem específica e aprendendo a gostar dela (ANDRADE; BOSI, 2003, p. 120-121).

⁹⁹ Quando a dieta é um suicídio. *Manchete*, 1973, ed. 1108, p. 44.

O contexto social e cultural que envolveu o apogeu dos modelos corporais magros na cultura midiática implicou em imagens e representações da beleza associada ao domínio do peso e das silhuetas como resultado da autonomia feminina. Nesse sentido, as dietas rigorosas, os exercícios extenuantes e as pílulas moderadoras de apetite passaram a ser interpretadas como instrumentos que demarcavam a responsabilidade das mulheres em relação aos seus próprios corpos.

Susan Bordo (2001), por sua vez, considera que, sob a influência de imagens de mulheres magras circulando em distintas produções culturais, as representações das mulheres sofrem um processo de homogeneização na contemporaneidade. E o efeito disso está na normalização das silhuetas, contornos e pesos apresentados nas fotografias de moda, publicidades, produções televisivas e cinematográficas etc. Assim sendo, consolida-se na cultura midiática um mecanismo de controle dos corpos femininos a partir da produção normalizada da magreza.

Segundo Bordo (2001), destaca-se ainda a complexidade do fenômeno da magreza num leque de significados que ela possui em distintos contextos sociais. Isto é, há contradições nas formas de apresentação social da magreza, cujos sentidos devem ser percebidos de forma apurada quando acionados nas relações de poder. Assim sendo, a magreza pode invocar beleza e saúde, ao passo que também pode representar transtornos alimentares e controle dos corpos femininos: “É impossível compreender adequadamente os problemas das mulheres com a comida e sua imagem corporal a menos que esses significados sejam repensados, e isto requer examinar a magreza em múltiplos contextos”¹⁰⁰, salienta a autora.

Em nosso caso, o contexto de análise da pesquisa reside na observação dos sentidos produzidos pela cultura midiática brasileira sobre a magreza feminina, desvelando os processos culturais que implicam numa obsessão pelo corpo magro e numa ojeriza à gordura. Dessa forma, buscamos os indícios da exaltação do corpo magro como sinônimo da boa forma física que se consagrou nas produções culturais brasileiras das últimas décadas do século XX.

Um dos quadros analíticos da magreza contemporânea está na relação do controle rígido das dietas alimentares como fórmulas de alcance da imagem idealizada do corpo. Se a *twiggymania* se estabeleceu como um fenômeno cultural das décadas de 1960 e 1970 e Kate Moss era símbolo de beleza dos anos 1990, uma determinada permanência dos modelos

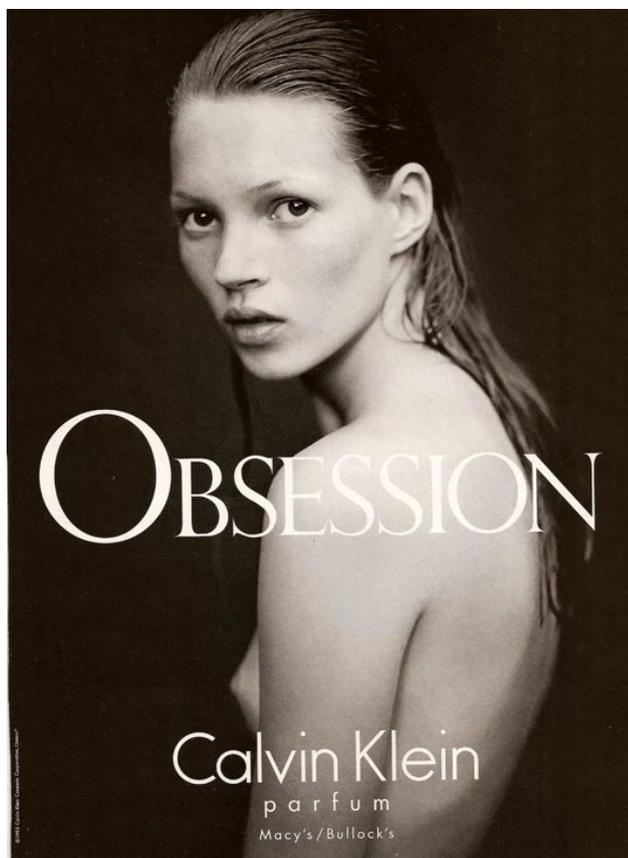
¹⁰⁰“Es imposible comprender adecuadamente los problemas de las mujeres con la comida y su imagen corporal a menos que esas significaciones sean desempacadas, y esto requiere examinar la esbeltez en múltiples contextos” (BORDO, 2001, p. 52).

corporais magros se instalou na cultura midiática. Contudo, essas representações não ficam restritas às imagens da moda, mas sim a diferentes produções da cultura das mídias que se concretizam em discursos, imagens e representações sobre a magreza feminina.

Em 1993, aos 17 anos, a modelo Kate Moss protagonizou a campanha publicitária de perfumes da marca estadunidense Calvin Klein chamada *Obsession* (obsessão, em português) (KATE..., 2015, *online*). A imagem que estampou revistas de diferentes países do mundo tornou-se um ícone do trabalho da supermodelo, evidenciando sua aparência magra, fina, reta, sem contornos, demonstrando a instituição de um modelo imagético baseado na esbeltez do corpo feminino.

Fotografada por Mario Sorrenti, a imagem de Kate Moss apresentava um olhar ingênuo e amedrontado que marcava o estilo *look waif* - conhecido como encenação fotográfica que representa um ser indefeso, carente e abandonado. Além disso, a disposição corporal de Moss indicava fragilidade, delicadeza e vulnerabilidade, cujos ombros curvados implicavam numa concepção de retração e timidez. Conseqüentemente, o estilo corporal magro representado pela imagem da supermodelo inspirava a ideia de uma fraqueza do corpo juvenil, inspirando cuidados.

Imagem 19 - Kate Moss em sua primeira campanha para a Calvin Klein



Fonte: VOGUE, 2015, *online*.

A performance de Kate Moss na campanha publicitária *Obsession* atualizava o repertório estético e visual que definia as expressões do corpo anoréxico divulgado pela imprensa. Nas narrativas sobre as jovens e mulheres em suas batalhas contra o peso e a gordura, indicava-se um conjunto de elementos que constituíam a imagem da mulher anoréxica: braços finos, expressões faciais frágeis, formações ósseas à mostra, etc. Apesar disso, a imagem da supermodelo transformava os sentidos da magreza no campo visual. Georges Vigarello (2006, p. 191) confirma essa suposição ao afirmar que “é mesmo ao redor do emagrecimento que se focam os avatares atuais do embelezamento”. Assim sendo, personagens como Kate Moss, Twiggy e outras celebridades atuaram como figuras que condensavam o fenômeno do emagrecimento associado aos modelos de beleza exaltados pela cultura ocidental.

Uma década antes da icônica imagem de Kate Moss, as aparições públicas da princesa Daiana, conhecida popularmente como Lady Di, chamavam a atenção da imprensa, colocando em questão o intenso emagrecimento da integrante da família real inglesa. Em uma matéria veiculada pela revista *Manchete*, questionava-se sobre os motivos que levaram a princesa de Gales a ter um peso muito abaixo do ideal. O texto destacava que:

Em julho de 1981, data do Casamento do Século, Lady Diana Spencer pesava pouco mais do que 62 quilos. Onze meses depois, ao se tornar a feliz mamãe do pequeno William, atingira os 72 quilos. Agora, seis meses mais tarde, a Inglaterra inteira se preocupa com a magreza de Lady Di: a balança mal assinala 46 quilos. Ela se tornou uma sombra do que era.¹⁰¹

A narrativa midiática do emagrecimento de Lady Di demonstrava como os rumores em torno da anorexia passavam a imputar uma determinada conduta em relação às mulheres que apresentavam um quadro severo de emagrecimento, revelando que o sentido que circulava sobre esse transtorno alimentar no meio social estava atrelado a uma imagem da magreza intensa, associada ao lugar da restrição alimentar drástica como estratégia de controle do peso e das silhuetas.

A matéria intitulada *Lady Di – A dieta da morte* ilustrava com imagens a condição física da princesa de Gales – desde uma silhueta compreendida como bela e saudável até a aparência extremamente enxuta e doentia, afirmando que o emagrecimento dela teria ocorrido em nome da manutenção de uma linha corporal magra, como norma da etiqueta real britânica, mas que de forma desmedida tinha provocado a anorexia nervosa. Alertando para o perigo das chamadas restrições alimentares forçadas, a revista *Manchete* indicava ainda que esse transtorno poderia

¹⁰¹ Lady Di: a dieta da morte. *Manchete*, 1982, ed. 1600, p.46

levar a morte, sendo essa uma das principais preocupações apresentadas nos textos que tratavam sobre o assunto.

Imagem 20 - Lady Di – A dieta da morte



Manchete, ed. 1600, 1982, p. 46-47.

Invariavelmente, as notícias sobre a anorexia, em suma, destacavam que as dietas eram mortíferas, apontando o perigo que as privações alimentares causavam à saúde. Outro elemento presente nessas matérias era o fato de o transtorno ser identificado em mulheres notadamente ricas, como o caso da cantora americana Karen Carpenter que faleceu pesando 48 quilos. Esse caso provocou um alerta sobre dimensão do fenômeno nas elites. Em nota, a revista *Manchete* afirmou: “A milionária do rock morreu de fome”¹⁰².

As figuras midiáticas de sucesso trouxeram para as páginas de jornais e revistas o assunto da anorexia, destacando a existência de uma pressão social em torno das silhuetas magras e do imperativo do corpo em boa forma, tornando a magreza uma obsessão desse perfil de jovens e mulheres adultas. Em 2001, aos 61 anos, a atriz Jane Fonda (1937-), protagonista do filme *Barbarella* e de outros sucessos do cinema, declarou ter vencido os transtornos alimentares da bulimia e da anorexia. Segundo a atriz: “durante 25 anos não podia colocar uma garfada de comida na boca sem sentir medo” (FONDA, 2001, *online*). A atriz ficou famosa como uma das celebridades que capitanearam produções midiáticas que incentivavam a adoção de estilos de vida saudáveis e a realização de ginástica em casa durante a década de 1980, possuindo uma imagem corporal compreendida como desejável naquela época.

¹⁰² Karen Carpenter: a milionária do rock morreu de fome. *Manchete*, 1983, ed. 1609, p. 27.

Autora de livros, garota propaganda de marcas de produtos para emagrecimento, personagem de videoteipes sobre ginástica, Jane Fonda consagrou-se como símbolo de beleza num período em que as linhas corporais magras eram exaltadas. Em matéria publicada pelo *O Globo* em 1982, a imagem da musa da ginástica aeróbica era exibida como modelo a ser seguido, cujos conselhos alimentares “para manter-se jovem e bela”¹⁰³ estavam presentes no recém-lançado livro de sua autoria. O texto destacava primeiro as rotinas alimentares da celebridade, revelando cada ingrediente necessário para manter-se em forma, saudável, sexy e desejada como a atriz de Hollywood. Contudo, a história de vida de Jane Fonda guardava alguns momentos difíceis, contrastando com os conselhos que ela propagava sobre o cuidado com a alimentação, ginástica e beleza.

A narrativa de *O Globo* destacava ainda que a atriz já tinha passado por momentos de desequilíbrio na busca pelo corpo magro idealizado, apresentando o enredo de alguém que enfrentou problemas no processo de emagrecimento, mas que superou as dificuldades na administração das dietas e da sua autoimagem. Todavia, o drama vivenciado por Jane Fonda desde a década de 1960 foi reconstituído como um obstáculo vencido por ela:

E quem disse que o ideal de beleza é ser magra? Jane (magra, alta e bonita) revela que já foi gordinha e, para perder peso, envenenou o organismo com anfetaminas e diuréticos, durante uns 20 anos, até descobrir o binômio alimentação saudável-disciplina de exercícios.¹⁰⁴

Apesar de relatar as dificuldades provocadas pelos transtornos alimentares, a história de Jane Fonda é mediada pelo processo de transformação dos hábitos alimentares e dos exercícios controlados, afastando da figura da atriz a imagem esquelética e magérrima que a consagrou como modelo nos anos 1960: “Trabalhando como modelo, magérrima, Jane ainda se ‘sentia’ gorda, e vivia praticamente de café, cigarros, iogurte e anfetaminas”.¹⁰⁵ O relato daquela que foi a musa da ginástica dos anos 1980 é importante por demonstrar como a busca pelo corpo magro permeia o ódio em relação à gordura. Essa concepção é compartilhada por outras histórias de vítimas acometidas pelos distúrbios alimentares.

Em 1979, em uma sessão de conselho médico publicado no *O Globo* uma leitora descreveu como se sentia em relação ao seu peso e corpo. O relato demonstrava como a preocupação com o volume corporal era mediado pela atenção com a ingestão de alimentos, construindo um enredo persecutório com o corpo: “Às vezes eu como sobremesa...será que vou

¹⁰³ Em livro, Jane Fonda ensina seus segredos para manter-se jovem e bela. *O Globo*, 12/1/1982. p. 25.

¹⁰⁴ Em livro, Jane Fonda ensina seus segredos para manter-se jovem e bela. *O Globo*, 12/1/1982. p. 25.

¹⁰⁵ op. cit., *O Globo*, 12/1/1982. p. 25.

engordar com isso? Tenho tanto medo de engordar que vivo me negando coisas. Quando tomo alguma bebida alcóolica, compenso jejuando nos dias seguintes”.¹⁰⁶ O médico Lawrence E. Lamb alertou: “conheço casos de mulheres que morreram de subnutrição simplesmente porque não comiam, por se considerarem gordas”.¹⁰⁷

Assim como a leitora de *O Globo*, outras narrativas começaram a surgir na imprensa brasileira demonstrando que a ideia inicial do fenômeno dos transtornos alimentares documentados em países da Europa e nos EUA também havia chegado no país. Em 1993 uma matéria publicada pelo jornal *O Globo* destacou que os países em desenvolvimento, como era o caso do Brasil daquele período, estavam apresentando números significativos dos transtornos alimentares tais como bulimia e anorexia. O anúncio de uma pesquisa nacional sobre o assunto, promovida pelo Ambulatório de Bulimia - Transtornos Alimentares (Ambulim), do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, revelou o perfil das pacientes acometidas por esses transtornos e destacou as diferenças do fenômeno no Brasil em relação a países estrangeiros.

O estudo mostrou que também no Brasil os distúrbios atingem preferencialmente as mulheres das classes média e alta. As diferenças são relativas ao alto índice de consumo de medicamentos com anfetamina para perda de peso (80% das pacientes tomavam esses medicamentos, contra os 50% registrados no exterior) e uma média baixa de mulheres que praticavam atividade física (apenas 50% faziam exercícios, contra 80% em outros países). Uma característica comum, no entanto, chamou atenção dos especialistas. Os distúrbios começaram em todas as pacientes depois que elas resolveram fazer dieta para emagrecer.¹⁰⁸

A pesquisa realizada pelo Ambulim da Universidade de São Paulo na década de 1990 apontava que os transtornos alimentares estavam presentes em um determinado perfil de mulheres, destacando que o apelo ao emagrecimento constituía uma característica comum ao fenômeno estudado no exterior. De certa forma, reiterava-se que mesmo em países em desenvolvimento, a parcela de mulheres acometidas pelos transtornos pertencia, em suma, à classe média e alta do Brasil, reafirmando o entendimento de que as estratégias de emagrecimento das pacientes não são provenientes de dificuldades financeiras, mas da adoção de formas de controle das silhuetas baseadas em modelos corporais idealizados.

Diante desse cenário, a dieta possui um importante papel no processo de emagrecimento, tornando-se uma das principais fórmulas culturais para construir uma imagem

¹⁰⁶ Anorexia neurótica. *O Globo*, 22/3/1979, p. 36.

¹⁰⁷ op. cit., *O Globo*, 22/3/1979, p. 36.

¹⁰⁸ Doenças que levam mulheres a não comer têm estudo inédito. *O Globo*, 07/09/1993, p. 16.

regulada do corpo e das silhuetas. Assim, mulheres anoréxicas veem nas dietas um mecanismo de acesso ao corpo magro, usando desse mecanismo de forma indiscriminada e sem acompanhamento médico. Percebendo esse cenário, Virgie Tovar (2018) afirma que a cultura das dietas construiu um complexo e poderoso argumento de exaltação da magreza com o intuito de formatar modelos corporais, cujas manequins e supermodelos surgem como símbolos idealizados de beleza da mulher. Isto é, as referências da moda e das mídias ganham destaque no universo das imagens de corpos perfeitos no final do século XX. A autora prossegue esse argumento evidenciando que “a cultura das dietas ensina às mulheres que precisam perder peso por qualquer meio necessário, reduzindo-nos a meros corpos que estão ou não em conformidade com os padrões definidos externamente” (TOVAR, 2018, p. 62).

A concepção de externalidade dos padrões ou modelos corporais adotada por Virgie Tovar leva em consideração o apelo produzido pela cultura das mídias no processo de consolidação das representações exaltadas por esses meios. Se a gordura é demonstrada como um problema de saúde, como vimos anteriormente, a magreza torna-se obsessiva pela recusa aos pesos elevados e as silhuetas arredondadas. Nesse sentido, constrói-se uma intensa dinâmica entre a magreza e a gordura, pois “o rigor com a esbeltez torna mais visível o desvio das formas, faz ressaltar os fracassos na linha” (VIGARELLO, 2012, p. 325).

Em linhas gerais, as narrativas midiáticas sobre a anorexia e bulimia destacavam que o medo de possuir um corpo fora dos modelos desejáveis tornava-se um dos principais motivos da adoção de estratégias drásticas de controle do peso. Contudo, esses relatos não são exclusivos das pessoas acometidas pelos transtornos alimentares. Eles fazem parte dos valores morais produzidos em torno do cuidado com o corpo e a saúde que estão diluídos no meio social brasileiro. Afinal, a busca pela boa forma física despontava como fenômeno que era perseguido por homens e mulheres, jovens e adultos.

A amplitude desse fenômeno é percebida quando o jornal *Folha de São Paulo*, em 1999, publicou uma matéria afirmando que a “busca pelo corpo perfeito atinge crianças”¹⁰⁹. Dentre outras coisas, o texto apresentava a história de Amanda Allers que, aos 13 anos, estava empenhada em manter-se magra e com pavor de engordar, cujos sentidos compartilhados pela jovem faziam parte do cotidiano das meninas daquela época. Segundo a narrativa, “Amanda Allers, 13, adora produtos diet. Ela também evita comer chocolate e tomar Coca-Cola. Motivo: apesar de medir 1,62m e pesar 46kg, ela tem medo de engordar. Seu sonho é ser modelo”.

¹⁰⁹ Busca pelo corpo perfeito atinge crianças. *Folha de São Paulo*, 30/05/1999, p. 7.

A descrição dos hábitos alimentares de uma garota de 13 anos demonstra como o peso dos corpos tinha um importante significado na cultura daquele período. O sonho de ser modelo consagrava a imagem de corpos esbeltos e esguios, que tinha em Kate Moss o exemplo maior de beleza, *glamour* e cuidado com a aparência: “‘Preciso começar a me cuidar’, diz. Detalhe, ela conta que começou a ‘se cuidar’ aos 10 anos”, ressaltava a matéria.

A pressão social pela magreza implicava, em jovens e crianças como Amanda, uma conduta compatível com a adoção de restrições alimentares que prometem o corpo idealizado, ou seja, dietas alimentares de caráter restritivo. Podemos associar o desejo de ser modelo como um indício da presença de práticas e valores culturais que circunscrevem o fenômeno das manequins e supermodelos, da década de 1960 até a virada do século, fundamentados pela imagem glamourizada das peças publicitárias, pela beleza realçada por maquiagens, roupas elegantes, acessórios e objetos de luxo, além do sucesso e dos ganhos econômicos proporcionados pela profissão.

Patrícia Soley-Beltran (2010), ao analisar a história contemporânea das modelos e seu impacto na cultura ocidental, destaca que o universo da moda atua no processo de consolidação de valores morais em torno do cuidado com a imagem de si atravessada por ideias de fama, riqueza e beleza, consagradas pelo capitalismo como sinônimo conquista, determinação e esforço. Nesse sentido, as supermodelos tornam-se símbolos desejados que implicam numa busca desenfreada por corpo compatíveis com o mercado da moda e a indústria da beleza. A autora considera que:

Os corpos das modelos são cabides cuja magreza não interfere na visibilidade das peças que nos mostram. Suas personas públicas simbolizam um eu ideal que supostamente demonstra a possibilidade e a conveniência de sua realização. Eles se tornaram ícones de beleza e perfeição social e exemplificam o sucesso como recompensa pelo conformismo. Quando associados a determinados produtos, tornam-se fetiches de sucesso social econômico (SOLEY-BELTRAN, 2010, p. 128, tradução nossa).

A conformidade do corpo das supermodelos com as expectativas do mercado da moda e a indústria da beleza está na magreza. Por isso, a magreza tornou-se um elemento importante da construção social do belo, apoiando-se em práticas de controle da alimentação, realização de atividades físicas e preocupação estética. E a modelo é o indício de que ser magra é uma condição corporal positiva e desejada, enquanto a presença da gordura marca a negatividade e a recusa social.

Invariavelmente, o discurso hegemônico da cultura das dietas produz o pensamento de que o emagrecimento é sinônimo de cuidado e atenção com o corpo, reverberando em

concepções que atrelam a presença da gordura corporal como um sinal de fracasso, desleixo e imperícia própria. Isto é, a dieta inscreve-se no horizonte das práticas de autogestão do corpo, convocando a adoção de controles sobre a alimentação de forma consciente e deliberada, gerando um processo contínuo de gerenciamento mediado pelo desejo de alcançar modelos corporais exaltados socialmente.

As declarações da garota Amanda de que “preciso começar a me cuidar” e de que começou a “se cuidar aos 10 anos” demonstram que a magreza se tornou imperativa no ambiente social brasileiro das últimas décadas do século XX, cuja responsabilidade passou a ser creditada única e exclusivamente aos indivíduos. Ou seja, entendia-se que aquela pessoa que se cuida tinha a possibilidade de exercer um domínio sobre si mesma, compreendendo o seu corpo como entidade passível de administração e gerenciamento, dimensões presentes nas práticas bioascéticas. Assim, conforme destaca Francisco Ortega (2008, p. 31), “as ações individuais passam a ser dirigidas com o objetivo de obter melhor forma física, mais longevidade, prolongamento da juventude, etc”

O que fica mais evidente no material analisado é que as ações dirigidas ao controle das formas corporais podem desencadear desequilíbrios na saúde física e mental das mulheres, provocando ideias obsessivas em torno da magreza como símbolo de beleza de uma era. Contudo, o imperativo social de cuidado com o corpo e aparência possui algumas interfaces importantes para o entendimento da existência de determinados transtornos alimentares. As evidências do material analisado levam ao entendimento de que o estilo corporal das “mulheres cabides” vigorou de forma imperativa de meados dos anos 1960 até a virada do século. Contudo, outras formas de controle das condutas alimentares instituíram modelos corporais que valorizavam as curvas e os músculos. No Brasil do final da década de 1990, por exemplo, uma crise na imagem anteriormente celebrada da magreza feminina é detectada, revelando o surgimento de um fenômeno corporal definido pela presença de corpos musculosos e curvilíneos, distanciando-se drasticamente da imagem magricela.¹¹⁰

Sob as acusações de que a magreza excessiva gerava morte, doenças físicas e transtornos psicológicos, novos modelos corporais passaram a povoar as páginas de revistas e jornais do país e a celebração das aparências esbeltas começou a se esvaír. O novo momento da beleza feminina destacou-se por uma transformação nas condutas alimentares. Trabalhando as dietas com outros objetivos, as mulheres saradas ganhavam espaço na cultura das mídias, destacando-se em diferentes produções culturais na virada do século. Conforme aponta Denise Bernuzzi

¹¹⁰ A guinada da mulher-cabide à ninfa suculenta. *O Globo, Ela*, 15/08/1998. p. 2.

Sant'Anna (2014, p. 179), o termo sarado “é também utilizado para indicar uma mulher popularmente chamada de bombada ou marombada”. Essas nomenclaturas indicavam que a musculatura feminina começou a ser visibilizada nos meios sociais, demonstrando um modelo corporal trabalhado em academias de musculação e nos esportes, lugares em que a disciplina alimentar e a rotina de exercícios demarcavam o surgimento de outro imperativo de beleza.

A obsessão pela magreza não foi completamente soterrada pelo surgimento de outras configurações corpóreas, mas passou a configurar-se como uma das exigências sobre o corpo, convivendo com outros modelos. A chegada das figuras recheadas de músculos apontava que o gerenciamento do corpo possuía também outros caracteres importantes na história dos cuidados com a forma física veiculada pela cultura midiática brasileira. Agora não apenas as dietas eram um ponto de atenção, a imperatividade dos exercícios físicos e das atividades esportivas também ganhava destaque na construção de um corpo em boa forma.

CAPÍTULO 4 – OS IMPERATIVOS DA BOA FORMA (1970-2000)

“Os corpos na verdade carregam discursos como parte
de seu próprio sangue”

Judith Butler

(JUDITH BUTLER, 2002, p. 163)

Desde a década de 1980, com a chegada das academias de musculação, a intensificação da individualização das atividades físicas e esportivas, o estabelecimento da cultura das dietas e a posterior popularização das cirurgias plásticas no Brasil, bem como a boa forma, tornou-se um dos fenômenos imperativos da vida contemporânea, quando a condição corporal passou a configurar um processo de distinção dos indivíduos, compreendendo determinados modelos físicos como ideais e outros como indesejados. Produzida por uma moralidade das formas corporais, a boa forma é uma síntese do modo de atuação dos regimes de poder que promoveram atividades e ações destinadas ao cuidado do corpo como fórmula de contenção de riscos e de projetos de prolongamento da vida.

Se antes o discurso disciplinador moderno pregava um ostensivo controle dos corpos, hoje a materialidade humana é estimulada intensamente a agir em nome da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida. E nesse cenário, a boa forma ganha o *status* intransigente nas relações sociais. Assim, há uma mudança substantiva entre os dois regimes. O modelo moderno regia o processo de disciplinamento dos corpos nas instituições, promovendo tarefas, atividades e ocupações que geravam uma adequação dos comportamentos, cujo processo de diferenciação se dava na linguagem da aptidão e inaptidão, provocando a distinção entre quem estava adequado as normas e quem fracassava diante dos esquemas regulatórios. Já o esquema contemporâneo, coloca em evidência um voluntarismo na adoção das práticas de controle, pregando a ideia de que o indivíduo é o próprio responsável pelo processo de autodisciplinamento, camufla-se a existência dos regimes de poder que caracterizam o fenômeno do cuidado com o corpo, a aparência e a saúde.

Como abordamos nos dois primeiros capítulos, as últimas décadas do século XX caracterizam-se pelo declínio do modelo de disciplinamento moderno e pelo surgimento das formas de controle contemporâneas. Foi Michel Foucault quem percebeu essa mudança, destacando que a sociedade contemporânea estava deslocando os regimes de poder e saber que foram consagrados durante a modernidade, cuja nova configuração apontava para o surgimento de práticas do poder rumo a uma sociedade pós-disciplinar. A segunda metade do século XX tornou possível uma transição da lógica disciplinar que intensificou as disputas em torno do

corpo, transformando as estratégias de controle. Nas palavras de Michel Foucault (2013), o ambiente político e cultural pós-1968 implicou na tomada do corpo como pedra de toque das revoluções sociais e das alterações das relações de poder. Assim, “como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento [do poder] que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estímulo: ‘Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!’” (FOUCAULT, 2013, p. 236, colchete nosso).

Nesta pesquisa, compreendemos que as atividades físicas e esportivas, assim como as dietas e as cirurgias plásticas comentadas nos capítulos anteriores, passaram a atuar nas últimas décadas do século XX através do paradigma do controle-estímulo destacado por Michel Foucault, convocando as pessoas a exercerem sobre os seus próprios corpos um trabalho meticuloso de cuidado com a aparência. Com isso, as práticas de controle dos corpos que chegaram até o século XXI sobreviveram da intensa estimulação promovida pela mídia, publicidade, moda etc. provocando uma generalização do culto ao corpo em solo brasileiro.

As cirurgias plásticas de caráter estético e as dietas de controle do peso, assim como outras fórmulas de atenção com a condição corporal, foram exaltadas pelas mídias como estratégias eficientes de aquisição da boa forma. De modo similar, as atividades físicas e os esportes ganharam destaque nas narrativas midiáticas brasileiras a partir da década de 1970, colocando sob relevo uma concepção de que os movimentos corporais provocavam uma redução de riscos à saúde e promoviam bem-estar e qualidade de vida. Desse modo, nas décadas de transição do milênio, a relação entre atividades físicas e a promoção da saúde foi sendo gerenciada pela imprensa brasileira, consolidando a imagem da famosa geração saúde.

Em nome de uma vida mais saudável, as expectativas sociais no gerenciamento das formas físicas ganharam destaque com o aumento considerável de adeptos de esportes coletivos e com a visibilidade das atividades físicas nos espaços públicos brasileiros. Somada a isso, a chegada das academias de musculação, na década de 1980, impulsionou um processo de enrijecimento e aumento da musculatura corporal, evidenciando uma intensa transformação na imagem da população brasileira. Essas mudanças nas dinâmicas sociais brasileiras demonstraram que os apelos em relação aos cuidados com o corpo estavam presentes em diferentes meios e espaços. Desse jeito, a boa forma foi se estabelecendo como objeto de desejo que circulava nas mídias e nas ruas do país.

Este capítulo pretende apontar a formação da lógica imperativa de cuidado com a aparência a partir da imagem da boa forma corporal, destacando como os discursos midiáticos sobre as atividades físicas e esportivas contribuíram para o amplo leque de possibilidades de controle das silhuetas em nome da saúde individual. Além disso, apresentaremos como o

conceito de boa forma foi sendo amplamente difundido em anúncios, publicidades, reportagens e notícias sobre os benefícios para a saúde e o bem-estar.

As próximas páginas têm como objetivo destacar o fenômeno da boa forma como resultado de um governo dos corpos, na qual as mídias atuavam de forma incisiva na propagação de fórmulas, dicas, conselhos e recomendações, tornando possível um culto aos modelos corporais compreendidos como fortes, saudáveis e tonificados, em detrimento das formações corporais fracas, doentes e flácidas.

4.1 AS ATIVIDADES FÍSICAS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE

No Brasil da década de 1970, as formas de cuidar do corpo e da aparência ganharam novos contornos com os discursos de massificação das atividades físicas e esportivas. Impulsionado pelo sucesso da Copa do Mundo de Futebol, quando a seleção brasileira conquistou o tricampeonato, e dos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, um novo modelo de cuidado com o corpo passou a figurar nas produções midiáticas do país. As mais variadas publicidades, notícias, grandes reportagens e entrevistas em jornais, revistas, rádios e canais de televisão propagavam a ideia de que as atividades físicas e esportivas proporcionavam o fortalecimento da saúde, tornando viável uma ampliação do fenômeno de cuidado com o corpo através da adoção de esportes coletivos.

A ideia de que a realização de atividades físicas e esportivas potencializava a saúde ganhava força nas produções midiáticas brasileiras, consagrando o perfil atlético como um modelo a ser seguido por todos. O sucesso do método Cooper, por exemplo, demonstrou como os movimentos corporais foram organizados numa lógica que solicitava dos indivíduos uma adoção a estilos de vida marcados pela preocupação com o corpo e a saúde. O médico cardiologista estadunidense Kenneth H. Cooper (1931-) foi o responsável pela criação de um teste que media a capacidade física de combatentes das forças armadas estadunidenses, avaliando o condicionamento, a oxigenação e o movimento do corpo. Os testes foram usados em astronautas da NASA – Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço, órgão público dos EUA responsável pelas missões no espaço. A fama do método Cooper se disseminou por diferentes países do mundo e provocou uma verdadeira exaltação às atividades físicas como a caminhada e a corrida de rua.

Keneth H. Cooper influenciou a medicina esportiva e a Educação Física a partir da criação do teste sobre o condicionamento físico, através da avaliação do nível de oxigenação das pessoas durante as atividades físicas realizadas em até 12 minutos. Autor do livro *Aeróbica*, publicando em 1968, ele discutia sobre os modelos físicos ideais e a importância das atividades

físicas para o estabelecimento de uma vida saudável. As pesquisas realizadas por ele promoveram uma intensa adesão às atividades físicas pelo mundo. Também conhecido como “o pai da Aeróbica”, Cooper difundiu a ideia de que os exercícios físicos eram responsáveis pela aquisição de saúde, bem-estar e qualidade de vida.

Em entrevista à revista *Manchete*, em 1971, Cooper afirmou que

a melhor forma para avaliar o físico de uma pessoa é o índice de consumo de oxigênio. Um teste desse tipo, realizado em laboratório, seria muito dispendioso numa aplicação em massa. Por isso desenvolvi um processo que não sai muito caro e pode medir a aptidão de grande número de pessoas, estejam elas no Brasil, nos Estados Unidos, no Japão ou na Suécia. O método Cooper permitiu que o teste fosse empregado internacionalmente por qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo (COOPER, 1971, p. 52).

Inegavelmente, o papel do método Cooper era de massificação das atividades físicas em diferentes países do mundo, colocando nas mãos da medicina esportiva a responsabilidade em medir, avaliar e sentenciar quais eram as formas e medidas essenciais para a aquisição de um estilo de vida saudável. Desse modo, apresentava-se a ideia de que o sedentarismo provocava doenças e que as atividades físicas serviam como fórmulas de remediar os problemas com a saúde, prescrevendo ao grande público uma dose diária de atividades físicas que cumpriram o papel de redução dos riscos e aquisição de disposição, autoestima, força e condicionamento físico. Assim, multidões passaram a adotar as atividades físicas diárias em nome da qualidade de vida, assumindo a responsabilidade individual no cuidado com a aparência e a saúde.

A revista *Manchete* publicou uma matéria em 1978 em que destacava como a corrida tinha se tornado uma prática comum nas grandes cidades brasileiras, demonstrando como o incentivo às atividades físicas de rua tinha ganhado força na década de 1970, revelando que parte dessa adesão popular estava ligada ao desejo de fugir do sedentarismo e pela aquisição de um estilo de vida saudável. Dessa forma, reiterava-se que o movimento do corpo era fundamental na luta contra os perigos e danos causados pelo tabagismo, pela má alimentação, pelo consumo de álcool e outras substâncias nocivas ao corpo.

Imagem 21 - ...E a mania de correr pegou



Fonte: Manchete, 1978, ed. 1366, pp.70-71

A corrida de rua aparecia na *Manchete* como uma resposta viável, fácil e sem custos a uma rotina árdua das metrópoles brasileiras, já que o ritmo acelerado do dia a dia causava determinados descompassos no cuidado com a saúde. A prescrição era simples: corra! E essa corrida diária trará benefícios para sua saúde.

O método Cooper ganhou repercussão no Brasil graças a adoção pela comissão técnica da seleção brasileira de futebol, através do preparador físico Claudio Coutinho, na Copa do Mundo de 1970, relacionando a vitória brasileira ao êxito dessa prática. Naquela época, o sucesso do tricampeonato mundial alavancou um ideal de que as atividades físicas promoviam uma boa condição física, divulgando a ideia de que qualquer um podia ter a disposição de um atleta. Assim, construiu-se uma chancela desse método, incentivada posteriormente pelo avanço das caminhadas e das corridas de rua nas grandes metrópoles brasileiras. Conforme demonstrou Glauber Queiroz Tabosa Tiburtino (2020, p. 27), “veículos de imprensa da época e de décadas posteriores ratificam e guardam o registro dessa aproximação entre Cooper, a Copa de 70 e a adoção de um novo hábito por parte dos brasileiros”, implicando na consolidação da prática do Cooper em território nacional.

O fenômeno das corridas de rua nos anos 1970 também estava ligado umbilicalmente com o ambiente histórico em que as atividades físicas e esportivas eram estimuladas por

diferentes agentes sociais. A política de Estado exercida durante a ditadura militar, por exemplo, produziu diversos dispositivos legais e administrativos com o intuito de educar a população nos termos de uma disciplina moral e cívica. O Decreto nº 69.540, de 1 de novembro de 1971 (BRASIL, 1971), dispôs sobre o papel da Educação Física no sistema educacional brasileiro. Nos termos do decreto, “Art. 1º. A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora-forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional” (BRASIL, 1971).

Lino Castellani Filho (1988) afirma que na história da Educação Física no Brasil as instituições militares tiveram um importante papel na construção de um corpo militarizado desde o Império, demarcando a existência de uma lógica disciplinar como elemento da própria atuação desse modelo de conhecimento no ensino público brasileiro. Contudo, o autor destaca que durante o regime ditatorial a Educação Física cumpriu o papel de pulverização das atividades físicas e esportivas no território nacional, desenvolvendo o movimento chamado de *Esportes Para Todos* (EPT), no qual destacava-se a concepção de que o desenvolvimento econômico do país tinha como correlato o desenvolvimento social, colocando nos desportos a responsabilidade pelo êxito dessa proposta. Castellani Filho explica que:

O EPT, assim, seria a comprovação de que, ao desenvolvimento econômico alcançado no início da década de 1970, correspondia o desenvolvimento social da sociedade brasileira, expresso – dentre outras formas – no acesso às atividades físicas de lazer pela camada da população, até então, dela alijada... (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 92).

A história da Educação Física no Brasil apresentada por Lino Castellani Filho (1988) é reiterada pelo argumento de Reginaldo Cerqueira Sousa (2016) quando destaca a existência de um projeto dinâmico e ostensivo de disciplinamento da população brasileira pelo regime ditatorial, enfatizando as dinâmicas institucionais que tinham como base o discurso nacionalista e a adoção de uma moral comportamental cívica. Como diz Cerqueira Sousa: “uma educação moral associada também a atividades físicas, e voltadas a lazeres ativos, tentava consolidar comportamentos sociais mais harmônicos e sintonizados com o regime político vigente na época (SOUSA, 2016, p. 134).

Assim, a massificação das atividades físicas e esportivas convocava a população, em geral, a movimentar-se, produzindo narrativas políticas, midiáticas e artísticas que tinham como objetivo o convite à realização de algum exercício corporal como forma de compromisso social. Essa situação provocava o sentimento de que a nação brasileira estava unificada pelo projeto

de cuidado com a população. Somado a isso, os discursos médicos da prevenção de doenças cardiovasculares e da diabetes surgiam como indicadores que precisavam de atenção e cuidado. Nesse contexto, a dimensão de causalidade entre as atividades físicas e a saúde ganhou força, tornando comum a concepção de que o sedentarismo provocava doenças e que as práticas esportivas eram benéficas para a saúde do indivíduo.

Conforme destacam Marcos Bagrichevsky e Adriana Estevão (2005), as iniciativas públicas e privadas geradas desde a década de 1970 possibilitaram o surgimento de um modelo de saúde que generalizava as práticas esportivas como respostas a possíveis déficits do indivíduo, construindo paulatinamente o entendimento privatista de que as atividades físicas e esportivas eram necessárias para a manutenção de uma vida saudável. Na análise desses autores, apesar das campanhas e projetos institucionais pregarem o discurso voltado para a população, a adesão às atividades físicas e esportivas regulares possuía o caráter individual, provocando certo apelo ao sujeito – compreendido, nesse sentido, como responsável por si mesmo.

Bagrichevsky e Estevão (2005) identificaram que os programas e projetos governamentais que ocorreram em diferentes estados brasileiros na década de 1970, tal como o *Esporte Para Todos* (EPT), consagravam modelos comportamentais baseados em estilos de vida saudáveis, desenvolvendo uma perspectiva de saúde utilitarista, pautada essencialmente no indivíduo, negligenciando as dimensões sociais, ambientais e políticas que envolviam a saúde da população brasileira.

Ademais, esses programas institucionais, que têm sido difundidos também por meio de campanhas publicitárias, buscam enfatizar a exercitação corporal como parte essencial de um ‘estilo de vida’, outorgando-lhe um caráter de ‘estatuto’ ou ‘modelo’ individualista a ser seguido, diante da ênfase de combate ao sedentarismo e, ao despejarem um vasto repertório de comportamentos recomendáveis à saúde, ignoram as injunções sócio-políticas e financeiras do país, nas quais está mergulhada a nossa coletividade (BAGRICHEVSKY; ESTEVÃO, 2005. p. 67).

A perspectiva da massificação das atividades físicas e esportivas no Brasil implicava, necessariamente, na identificação de quais sujeitos poderiam se inserir nas práticas propostas. Afinal, a proposta de adesão a um estilo de vida saudável levava em consideração o acesso aos serviços de saúde, públicos ou privados, além dos sistemas de educação que inseriam em seus projetos e programas a concepção de que o cuidado com o corpo era o cuidado com a saúde. Alguns esportes eram entendidos como dispendiosos e de luxo, ficando restritos às parcelas mais abastadas da população. Contudo, as negociações realizadas no horizonte social e as políticas de incentivo estatal permitiam que outras modalidades fossem mais difundidas no

meio social brasileiro, driblando determinadas barreiras socioeconômicas, como foi o caso das corridas de rua e caminhadas. Nesse horizonte, o importante era concretizar os estilos de vida ativos em grande escala no território nacional.

Em 1975, a Rede Globo de Televisão produziu a campanha *Mexa-se*, por exemplo, associando eventos esportivos à participação massiva de pessoas convocadas pela mídia, convidando a população a executar diferentes atividades físicas e esportivas ao ar livre. Os eventos daquela época tinham como mote principal a movimentação do corpo, incitando as pessoas a abdicarem de vez do sedentarismo, criando assim um calendário de atividades que estimulavam constantemente os cidadãos. Como relata João Fernando Brinkmann dos Santos, (2006) a campanha governamental *Esporte Para Todos*, por exemplo, provocou uma intensa adesão da sociedade ao combinar esporte, lazer e saúde.

Em 1977, teve início a Campanha “Esporte para Todos” - EPT no Brasil, com apoio do Governo Federal. Neste evento, a participação popular atinge os maiores índices históricos, através do MOBREAL, promovendo em datas nacionais passeios a pé e de bicicletas, Futebol Pelada e Ruas de Lazer, alcançando 2.777 municípios e uma participação estimada em 5,3 milhões de pessoas no ano da inauguração (SANTOS, 2006, p. 14).

A participação popular nas atividades da campanha *Esportes Para Todos* apontava para uma anuência da sociedade em relação às atividades físicas e esportivas propostas pela campanha governamental. Essa concordância demonstrava que os eventos esportivos eram mais do que meras celebrações ao esporte, pois demonstravam a potência de integração nacional. Desse modo, desde a década de 1970 os esportes massivos mobilizavam a sociedade e produziam mudanças no tecido social brasileiro. É nesse contexto que Martha Maria Dallari (2009) compreende as corridas de rua como um fenômeno sociocultural contemporâneo, afirmando que essa prática esportiva foi sofrendo mudanças significativas no decorrer do século XX, incorporando um número maior de pessoas e instituindo uma diferenciação entre os atletas de alto escalão e a população interessada na prática esportiva. A presença de corredores amadores amplificou a participação popular nas competições, tornando essas atividades mais próximas da sociedade em geral.

Segundo Martha Maria Dallari (2009), as mudanças geradas na Corrida Internacional de São Silvestre, realizada na cidade de São Paulo, demonstraram como a adesão às atividades físicas e esportivas de rua estavam em curso no Brasil desde a década de 1970. O incentivo ao esporte amplificou o número de participantes nas corridas, provocando uma avalanche de interessados nessa atividade:

Até 1979 participação de brasileiros não era livre. Para se inscrever era necessário ter-se classificado em uma prova seletiva ou ser representante de um dos estados do país. Apenas atletas estrangeiros não sofriam restrições. Cruzaram a linha de chegada, em 1979, 586 dos 608 inscritos. Novos organizadores da corrida, em 1980, determinaram que fossem aceitas as inscrições, pagas, de todos os interessados: 4. 839 pessoas (DALLARI, 2009, p. 30).

A proposta de inserção da população em eventos esportivos profissionais implicou na elevação do número de pessoas nas atividades, demonstrando que o fenômeno de massificação das atividades físicas no Brasil era profundo. As diferentes frentes de atuação das políticas de incentivo ao esporte a atividades físicas consolidaram o entendimento de que essas práticas eram ludicamente importantes para todos, convidando famílias inteiras a movimentar o corpo em nome da saúde, do bem-estar e dos interesses ideológicos que vigoravam naquele período.

Nailze Pereira de Azevedo Pazin (2014) corrobora com a compreensão de que o processo de massificação das atividades físicas e esportivas na década de 1970 tinha como pano de fundo o controle ideológico produzido pela ditadura militar. Além disso, a autora relata que todo o processo de formação de um imaginário social sobre a nação brasileira implicou na participação ativa de diferentes camadas sociais. Assim, essas práticas instituíram contornos subjetivos de que a preocupação com o corpo era um sinônimo de cuidado com a própria nação, objetivando uma ampla adesão para o fortalecimento da unidade social. Inegavelmente, as atividades físicas e esportivas eram veiculadas pela imprensa em suas características benéficas, demonstrando as diferentes formas de adoção por parte de crianças, jovens e adultos, com o discurso de que uma preparação para o futuro pessoal e do país estava em jogo.

A máxima do Brasil como um país do futuro acionava a ideia de que todos deveriam se preparar para o estado de desenvolvimento social e econômico da nação. Dessa forma, o grande número de pessoas que aderiram à convocação de cuidado com o corpo e a aparência encontrava nos esportes e na Educação Física o respaldo necessário para se efetivar. Assim, Nailze Pereira de Azevedo Pazin (2014) afirma que:

Participar dos programas esportivos e, como consequência, adquirir boa forma física apresentava-se como uma espécie de preparação para esse futuro que se acreditava poder apressar. Despontam propostas e estratégias diferentes buscando transformar os usos do tempo livre, especialmente com a família, em formas de lazer adequadas (PAZIN, 2014, p. 73).

Diante desse contexto de intensas proposições de mobilização dos corpos, o papel da imprensa e da publicidade brasileira nessa época era o de garantir o sucesso dos programas e projetos da ditadura militar, construindo narrativas sobre o cuidado com o corpo como um

importante elemento de consagração dos valores cívicos e morais. Como relatamos anteriormente, é na década de 1970 que se consolida a concepção de que uma nação forte é feita por pessoas que cuidam da saúde e buscam o bem-estar em nome de uma qualidade de vida.

Assim, a emergência de discursos morais que incentivavam a população a praticar atividades físicas e esportivas ganhava força através das campanhas publicitárias da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – COPERSUCAR. O material da “*Campanha COPERSUCAR da Boa Forma Física*” afirmava no slogan que “a família que entra em forma unida permanece unida”, destacando um discurso de apoio para as famílias brasileiras que adotassem os estilos de vida ativos, porque o movimento do corpo era essencial para o desenvolvimento das pessoas e da própria nação brasileira, reverberando essa concepção nos dizeres de que “o Brasil precisa de você em boa forma”.¹¹¹ O discurso publicitário da campanha da COPERSUCAR tinha o caráter pedagógico e interpelativo, prescrevendo em seus dizeres uma determinada formação de condutas ativas, convidando ao movimento do corpo como uma prática lúdica e necessária para o bem-estar e a saúde, conforme apresenta o seguinte trecho da peça publicitária:

Você pode até levar a nossa campanha na brincadeira. Mas pare de ficar parado. Desafie o seu filho para uma pelada. Veja se você consegue pular mais corda do que a sua filha. Pegue a bicicleta da família e dê umas boas pedaladas por aí. Todas as manhãs faça uma declaração de amor à sua mulher: vá buscar o pão para ela. Em vez de abrir a boca e bocejar, inspire e espire várias vezes. É um bom jeito de regar o seu sangue de oxigênio. Em vez de levantar os braços para se espreguiçar, flexione os músculos. Tudo o que nós queremos é que você use um pouco mais o melhor equipamento que já inventaram: o seu corpo.¹¹²

A campanha “*COPERSUCAR pela Boa Forma Física*” destacava o caráter ativo das práticas cotidianas, como caminhar para comprar pão, andar de bicicleta ou jogar futebol, inserindo o elemento lúdico do lazer nas atividades físicas e esportivas, tornando possível a percepção de que durante o cotidiano de qualquer indivíduo tais práticas poderiam ser acionadas. Desse modo, o discurso produzido em nome de uma boa forma física tinha como objetivo a inserção minuciosa de atividades que movimentassem o corpo, implicando no abandono do sedentarismo.

¹¹¹ Campanha COPERSUCAR da Boa Forma Física. *O Cruzeiro*, 1972, ed. 0035 (1), pp.12-13.

¹¹² Campanha COPERSUCAR da Boa Forma Física. *O Cruzeiro*, 1972, ed. 0035 (1), pp.12-13.

Imagem 22 - Campanha COPERSUCAR da Boa Forma Física



Fonte: O Cruzeiro, 1972, ed. 0035 (1), p.12-13.

A busca pela boa forma física compreendia que o corpo em movimento era sinônimo de um corpo saudável e disposto, contrastando com a ideia de que o corpo parado indicava sinais de preguiça e falta de ação. A campanha construía o entendimento de que a inclusão de atividades físicas no cotidiano de todo indivíduo promovia uma vida saudável, conquistando assim uma boa forma física. Além disso, apelava-se para uma interpretação do corpo como um equipamento, uma máquina que deveria ser movimentada constantemente, evitando danos no desempenho ordinário individual.

A metáfora do corpo-máquina faz parte da história moderna. Desde a concepção do dualismo cartesiano do corpo-mente, o corpo foi interpretado por diferentes saberes como uma entidade marcada pela obsolescência e finitude, definindo assim uma longa e duradoura corrente filosófica e científica que o entendia como um objeto corruptível que se depreciava com o passar do tempo. Assim, o corpo tornava-se “uma pequena máquina quase perfeita” (SIBILIA, 2002, p. 67) na visão mecanicista dos séculos XVI e XVII. Contudo, como demonstrou Paula Sibilia (2002, p. 67.), as metáforas do corpo-máquina não foram soterradas na contemporaneidade, existindo ainda um amplo uso desse imaginário ocidental há quatro séculos. Por isso, a utilização da ideia do corpo como um equipamento ainda circulava no meio social, como na campanha da COPERSUCAR em 1972.

O discurso da prevenção de doenças aparecia nos anúncios da campanha “COPERSUCAR da Boa Forma Física” por meio da elaboração de valores morais positivos em relação às atividades físicas, compreendidas como forma de seguridade contra o surgimento

de problemas de saúde. Desse modo, as atividades físicas eram apresentadas como fórmulas de um receituário que não era custoso ao indivíduo, pois era necessário apenas executá-las ao ar livre. Tratada como um seguro de vida sem custos, a realização das atividades físicas e esportivas compunha um ideário do estilo de vida saudável consolidado na década de 1970, evidenciando o caráter terapêutico construído sobre o tema.

Além da Educação Física e dos projetos governamentais, as pesquisas em saúde realizadas nas décadas de 1970 e 1980 também contribuíram para o entendimento do corpo numa linguagem utilitarista, destacando o caráter biologizante como fundamento de discursos que manifestavam a ideia do movimento do corpo como ação necessária para a manutenção do organismo. Assim, a mídia acompanhava uma determinada tendência que vigorava nos discursos das diferentes ciências da vida. Porém, mais do que ser influenciada por outros agentes, os meios de comunicação atuavam dentro da sua própria lógica de produção de sentido, pautando o cruzamento dos dizeres tecnocientíficos a uma linguagem de amplo acesso social.

Imagem 23 - Campanha COPERSUCAR da Boa Forma Física

Seguro de vida que não custa nada.

Grande quinta de ginástica.

Decoreta de 10, 20 e até 30%, nos convênios de sua cidade.

Último dia: aprenda a se exercitar e a se divertir.

Satisfação garantida: no prazo de 30 dias, se você não estiver satisfeito, devolvemos o seu dinheiro.

Não custa nada você dar uma voltinha no quarteirão todas as manhãs. Não custa nada você desatir seu filho para um bate-bola. Não custa nada você pedalar por aí de vez em quando. Não custa nada você sair um pouquinho da cadeira. Não custa nada você entrar na bricadeira de parar de ficar parado. Não custa nada você usar um pouquinho mais esse tremendo equipamento que não custou nada: o seu corpo. Nós não somos pregadores de moral, nem corretores de seguro, nem amadores do ideal olímpico. Nós somos industriais fabricantes de açúcar, a mais completa fonte de energia que existe. Sabemos que custou muito para o nosso povo chegar onde chegou. Foi preciso muita energia para fazer o gigante acordar. Agora que o gigante já está acordado e trabalhando energeticamente para cuidar do bobão, não custa nada trabalhar um pouquinho para cuidar do corpo. Você precisa tomar consciência de que um gigante com o corpo fora de forma, não pode continuar trabalhando para cuidar do bobão. Quando o corpo do gigante não ajuda, a cabeça do gigante padecer. Não custa nada você saber que isso pode custar muito.

Atente: Atente! Atente! Atente!

Esta campanha é um serviço público prestado pela Companhia Controladora de Produtos de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo.

COPERSUCAR DA BOA FORMA FISICA

O Brasil precisa de você em forma.

Fonte: Manchete, 1972, ed. 0045, pp. 62-63.

A produção de sentido da Campanha “COPERSUCAR da Boa Forma Física” colocava em evidência os interesses das mídias na conformação das silhuetas, convocando os indivíduos a responderem às proposições postuladas pelo discurso forjado na peça publicitária. A enunciação proposta na campanha intimava as pessoas a adotarem práticas de regulação do

corpo, convidando-as a manter um controle baseado na constante prática de atividades com o objetivo de movimentar o corpo e adquirir a boa forma física. Desse modo, utilizava-se palavras-chave que solicitavam uma interação com o conteúdo, fabricando respostas ao que era veiculado pela mídia.

José Luiz Aidar Prado (2013) compreende que as diferentes mídias constroem um amplo aparato discursivo que alimenta o intenso diálogo com as pessoas, convocando-as a agir mediante estímulos expostos em imagens, textos e sons produzidos pelos meios de comunicação, cujo apelo é centralizado em práticas e atitudes dirigidas ao corpo, à aparência, à saúde e ao bem-estar etc. As enunciações, nesse sentido, anunciavam as formas de interação entre sujeito e mídia, estabelecendo contratos com os códigos ali difundidos.

Sendo as mídias os polos de produção e irradiação de sentidos, que ancoravam os indivíduos na realidade social, proposta pela cultura de consumo estabelecida na segunda metade do século XX, as convocações produzidas pela imprensa, publicidade, meios de entretenimento, teledramaturgia e outras produções midiáticas, invocavam formas de ser e estar no mundo, como se os discursos atuassem como bússolas numa gigantesca rede discursiva da ciência, arte, política, econômica, tecnologia etc. Desse modo, a lógica da convocação é desde sempre pautada pela premissa do controle-estímulo descrito por Michel Foucault (2013), quando os indivíduos são incitados a participarem ativamente da construção de vivências e experiências propostas pelas mídias.

Aidar Prado (2013) explica como esse processo de interação se constitui no tecido social contemporâneo, contemplando formas de pertencimento identitário e, acima de tudo, como práticas de consumo. Nas palavras do autor, os enunciados midiáticos produzem palavras de ordem que são associadas ao universo simbólico a que competem. Assim, a produção de discursos sobre a boa forma física, por exemplo, compõe um emaranhado de percepções, textos, imagens, ideias e referências sobre esse modelo corporal, acionando desejos e expectativas em torno das fórmulas, conselhos e dicas que podem contribuir na incorporação da própria boa forma. Os exemplos das cirurgias plásticas e das dietas são fundamentais para essa compreensão, como apontamos nos capítulos anteriores.

Acreditamos que o *bios midiático* descrito por Muniz Sodré (2013) atua como uma força motriz das relações sociais contemporâneas. Logo, o papel da convocação é o de consolidação de um ritual que envolve os indivíduos e os meios de comunicação inclusos nesse paradigma. O diálogo entre Sodré (2013) e Aidar Prado (2013) possibilita a interpretação de que a convocação possui o caráter biopolítico por representar uma das manifestações do modelo de vida consagrado pelas mídias, fomentando assim as respostas individuais que encarnam aquilo

que é proposto nas interfaces e tecnologias comunicacionais. Assim sendo, é a mídia que indica aquilo que chama atenção, motiva, fideliza e interage, construindo uma intensa relação com o sujeito. Em outras palavras, “é preciso que o discurso encarne. Ao interpelar, a pessoa tem de sentir o chamado no corpo, tem de responder com o corpo” (PRADO, 2013, p. 58) destaca Aidar Prado.

E as convocações biopolíticas ganharam ressonância na avalanche de propostas, aconselhamentos, indicações e recomendações que a imprensa, publicidade e outros meios desenvolveram em sua própria ambiência. Assim, a potência da convocação biopolítica está na forma de governar as vivências dos indivíduos, propondo formas de controle da conduta corporal por apontar estratégias de cuidado com o corpo e a saúde. E as atividades físicas, assim como as cirurgias plásticas e as dietas, fazem parte desse amplo repertório de práticas, técnicas, produtos e objetos que configuram os modos de cuidar o corpo a partir da segunda metade do século XX.

Diante desse contexto de estímulo produzido pelas convocações biopolíticas, Denise Bernuzzi Sant’Anna (2014) afirma que o incentivo às práticas esportivas e atividades físicas desenvolvidas na década de 1970 consolidou uma moralidade sobre a conduta corporal da população brasileira. O estilo de vida ativo promovido pelos programas e projetos de massificação dos esportes desenvolveu formas de julgamento sobre as formas corporais que se baseavam na adesão ou não da lógica de cuidado com a estética. Essa circunstância demonstrava que a aparência física estava ganhando cada vez mais relevância no meio social brasileiro. Nas palavras da autora: “desde então, uma curiosa divisão entre os seres humanos de todas as idades e classes sociais foi banalizada: os ativos e os sedentários. Dois grupos em constante oposição. Os primeiros tenderam a ser vistos como pessoas do bem, já os sedentários, nem tanto” (SANT’ANNA, 2014, p. 158).

O sedentarismo passou a ser combatido com veemência nas produções midiáticas, tornando-se um dos vilões do estilo de vida ativo promovido pelo incentivo às atividades físicas e esportivas. A figura da pessoa preguiçosa era combatida com a imagem da pessoa ativa, sendo a primeira entendida como alguém propensa a desenvolver doenças cardiovasculares, pulmonares, câncer, diabetes etc. e a segunda como quem combate todos esses riscos através da adoção de um estilo de vida regulado por práticas interpretadas como saudáveis. É nesse contexto que a medicina esportiva entra em ação e passa a eleger a união entre a Educação Física e a saúde como benéficas para o estilo de vida moderno.

“Qual é o melhor esporte para a sua saúde?”, perguntava uma publicação da revista Realidade, em 1975. A pergunta realizada pela matéria colocava em destaque a necessidade da

escolha de uma prática esportiva como estratégia de cuidado com a saúde. Convocando o público-leitor para definir qual modalidade esportiva seria compatível com suas expectativas, o periódico evidenciava que a imagem do corpo saudável, naquela época, estava atrelada a um ideal atlético e esportivo, demonstrando ainda a existência de uma relação efetiva entre o desempenho físico e mudanças corporais e estéticas exaltadas pela cultura de consumo. Essa será uma das transformações da década de 1980 com a chegada das academias de musculação e o estabelecimento daquilo que Jean-Jacques Courtine (2005) classificou de cultura do músculo. Falaremos sobre isso no próximo tópico.

As figuras elencadas pela revista *Realidade* demonstravam ainda um contraste entre o trabalhador cansado e exaurido pelas atividades laborais e os indivíduos que mantinham uma performance rentável na execução das práticas esportivas, ilustrando a ideia de que o corpo ativo é forte, resistente e dinâmico, contrastando com o sedentário que é interpretado como fraco, indolente e apático. Inegavelmente, consagrava-se nesse exemplo uma convocação biopolítica por incitar o público-leitor a definir uma atividade física em nome da melhoria da saúde, implicando ainda no entendimento de que essa escolha traria benefícios como bem-estar, disposição e qualidade de vida – sentidos que são atrelados ao universo simbólico da saúde, já que o sedentário é o preguiçoso, desleixado e sem força de vontade.

Imagem 24 - Qual é o melhor esporte para a sua saúde?

O tempo gasto no escritório deve ser compensado com exercícios físicos. Especialistas em medicina esportiva respondem à pergunta:

Qual é o melhor esporte para a sua saúde?

Nos primeiros tempos, o homem andava grandes distâncias em busca de alimento, corria para agarrar a caça ou para escapar dos animais ferozes. Caçando ou fugindo, saltava obstáculos, trepava em árvores, pendurava-se nos cipós. O homem primitivo, portanto, praticava sua ginástica diária para sobreviver.

O desenvolvimento da civilização, porém, foi reduzindo aos poucos a necessidade natural do esforço físico. A escravidão à máquina e a falta de espaços livres nas grandes cidades provocaram um perigoso condicionamento do homem à vida sedentária, altamente prejudicial à saúde física e mental.

"Estamos vivendo hoje na idade sentada e não na idade atômica" — diz o dr. Luis dos Santos, médico desportivo e fisiatra do Rio de Janeiro. "Briçamos para sentar no ônibus, no serviço, na sala de espera. Entretanto, nossa estrutura é concebida para ficar de pé: vou em movimento, tal como o homem pré-histórico."

A compensação à falta de exercício físico surgiu com a prática de um ou mais de um daqueles movimentos naturais que nossos avós mais remotos executavam com a regularidade necessária à sua sobrevivência. Nasceu o esporte. Na corrida de obstáculos, por exemplo, está presente o movimento de saltar; no alpinismo e na ginástica de aparelhos, como o trapézio e as barras paralelas, predomina o movimento de subir, enquanto o de erguer aparece no levantamento de peso, no remo e na barra fixa.

A inatividade quase forçada que tomou conta do homem moderno, levando-o do escritório ou da fábrica ao automóvel e daí para a poltrona de assistir televisão, tende a afetá-lo sob várias formas: tensão, hipertensão, obesidade, aumento de colesterol etc. Cada vez menos o homem encontra oportunidade de sair desse verdadeiro círculo vicioso. Por isso, o esporte é considerado como uma necessidade vital, uma saída indispensável para que qualquer indivíduo sobreviva em condições normais. E seus benefícios apontados pelos médicos vão desde a melhoria da capacidade física até a obtenção do equilíbrio emocional, combatendo a depressão e a ansiedade.

Se há muitas vantagens na prática de esportes, não só do ponto de vista da saúde como do ponto de vista estético, há também desvantagens, especialmente se os exercícios não forem feitos corretamente. Assim como uma droga tomada sem receita médica pode causar sérios danos ao organismo, em muitos casos uma prática esportiva incorreta pode levar até à morte. As "peladas" de fim de semana, tão comuns em todo o Brasil, são apontadas como extremamente perigosas, principalmente para quem — e este é o caso da grande maioria — passa toda a semana nos escritórios.

Os exercícios praticados apenas nos fins de semana contrariam as regras para um bom equilíbrio muscular, ósseo e cardiovascular. Para ser benéfico, qualquer esporte tem de ser praticado com uma determinada regularidade (pelo menos três vezes por semana, de 30 a 60 minutos por dia). E desde que iniciada a sua prática, deve ser encarado como uma necessidade vital, da mesma maneira que se necessita de alimentação.

Os "atletas de fim de semana" não só desperdiçam esforço como se arriscam a acidentes cardiovasculares. A grande maioria das mortes de cardíacos ocorre justamente nos fins de semana e feriados, devido a atividades desportivas desorientadas.

Para a medicina desportiva, mais importante do que enumerar as indicações e contra-indicações de uma série de esportes é saber quem pratica, como e quanto os pratica. Assim, qualquer candidato a atividades esportivas, prin-

94 — REALIDADE

95 — REALIDADE

Marcos Bagrichevsky *et al.* destacam que a interpretação contemporânea da concepção de preguiça possui contornos interpretativos que foram incorporados às questões do campo da saúde, em que o indivíduo é constantemente estimulado a agir e a movimentar o corpo em nome da prevenção de doenças, contenção de riscos e conquista da qualidade de vida, revelando que o sentido moral inscrito nesse conceito é influenciado também pelos discursos capitalistas da inaptidão. Dessa forma, os autores percebem que:

Nos dias de hoje, a *preguiça*, a *indolência* e a *ineficiência* ou *lentidão* nas ações rumo à consecução de objetivos em diferentes esferas (no trabalho, no dia a dia, na acumulação de bens e na gestão de patrimônio – material ou imaterial, incluindo neste último, o objeto do nosso estudo, a saúde) passaram a compartilhar com o *sedentarismo* da mesma espécie de significação pejorativa [...] (BAGRICHEVSKY *et al.*, 2007, p. 210-211).

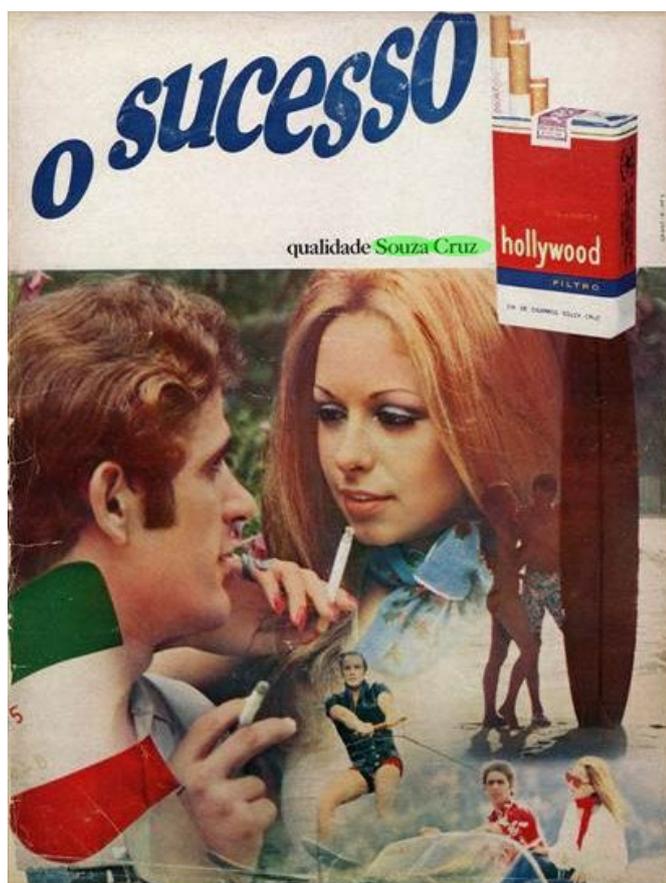
Em consonância com o contexto social que traduzia o sedentarismo como preguiça, a revista *Realidade* construiu uma narrativa midiática que materializa as definições de sedentarismo e de estilo de vida ativo, ilustrando as experiências do público-leitor, convocando-os a assumirem seus respectivos papéis dentro dessa história. Dessa forma, entender quem era a figura sedentária e quem era o indivíduo ativo fazia parte da construção dos mapas de significação da mídia, por meio do qual as orientações das condutas foram propostas de modo dinâmico e multifacetado.

A necessidade de escolha de um esporte como justificativa da melhoria de vida colocava em destaque as dinâmicas da promoção de saúde que foram sendo desenvolvidas no território brasileiro. Mais do que apenas apontar as diferenças entre as pessoas sedentárias e as ativas, a mídia produzia e organizava os roteiros de cuidado com o corpo e a aparência através dos discursos e representações dos campos médicos, estatais e educacionais. Entendemos que promoção da saúde “é a combinação de assistência educacional e ambiental, que encorajam comportamentos ou ações, as quais conduzem à saúde. Ela executa sua meta através da combinação de atividades planejadas para formar um comportamento normal de indivíduos e populações” (PALMA; ESTEVÃO; BAGRICHEVSKY, 2003, p. 27).

Ao convocar a população a adotar uma atividade física ou esportiva, a mídia propõe e incentiva comportamentos direcionados à promoção da saúde. Nesse sentido, o discurso biopolítico da mídia é revestido pela justificativa de assistência à saúde da população, informando a existência de tratamentos médicos, substâncias farmacêuticas, terapias corporais, dietas, intervenções cirúrgicas, esportes e atividades físicas que podem melhorar a vida das pessoas. Isso quer dizer que a promoção da saúde perpassa uma ampla rede de atuações, e a

mídia possui o papel de organização social de conceitos e ideias que surgem em outros campos do saber e do poder. Não é à toa que Muniz Sodré (2014) afirma que a biopolítica produzida pela mídia não se restringe às deliberações do Estado ou de outros agentes sociais, apontando que os próprios meios de comunicação possuem uma lógica interpretativa própria sobre esses conceitos, cujo processo de massificação é customizado em representações, discursos e imagens compatíveis com os interesses propagados pela própria mídia.

Imagem 25 - Propaganda Cigarros Hollywood



Fonte: O Cruzeiro, 1970, ed. 0023 (1), p.140.

As campanhas publicitárias do Estado sobre o controle do tabagismo, o uso de preservativos nas relações sexuais, e o consumo de bebidas alcoólicas entram nesse esquema discursivo da promoção da saúde, assim como as propagandas capitaneadas pelo mercado de produtos diet, clínicas de estética, *spas*, cosméticos, moderadores de apetite, academias de ginástica e musculação, esportes e outras atividades físicas etc. que visam reafirmar um ideal normativo de corporeidade. Contudo, algumas produções publicitárias interceptavam o apelo às atividades físicas e esportivas com o intuito de difundir determinadas práticas de consumo, como era o caso das propagandas de cigarro nos anos 1970 e 1980.

Durante anos, a empresa brasileira de cigarros Souza Cruz apresentou o universo jovem associado à prática de esportes, incluindo o cigarro como parte do cenário descontraído e ativo daquela geração. Apesar de parecer contraditório o uso de imagens de estilo de vida ativo associado a substâncias que geram risco à saúde, essa não era a interpretação que vigorava naquela época, tornando viável a existência de diferentes produções midiáticas que alinhavam o consumo dos mais diversos produtos ao apelo das atividades físicas e esportivas. Por esse motivo, podemos considerar que a promoção da saúde vai ganhando força quando determinados elementos passam a ser apontados como determinantes para a degradação da saúde, tais como os danos e prejuízos à condição saudável que são depositados na interpretação sobre o sedentarismo, no consumo de tabaco, bebidas alcoólicas, comidas gordurosas e doces em excesso.

Deborah Lupton confirma essa perspectiva ao destacar que a promoção da saúde se consolida através de um processo de moralização de determinados comportamentos cotidianos, definindo que a classificação das práticas de risco se contrapõe aos estilos de vida ativos. Como destaca a autora:

Com esta ênfase no estilo de vida, muitos dos princípios da promoção da saúde são dirigidos à regulação das atividades de consumo. No discurso da promoção da saúde, o estilo de vida é patologizado como uma fonte de má saúde, com um conjunto particular de comportamentos específicos e discretos sendo identificados como 'de risco' [...] (LUPTON, 2000, p. 28).

A análise de Deborah Lupton (2000, p. 28) confere aos discursos da promoção de saúde o caráter persecutório em relação às práticas de consumo e comportamentos entendidos como negativos para o bem-estar. Assim, uma extensa rede de atuações sociais age em nome dos estilos de vida saudáveis, promovendo não apenas as práticas compreendidas como corretas e adequadas como aquelas que são classificadas de risco. Desse modo, o risco passa a fazer parte de um cenário social onde o indivíduo precisa analisar o seu comportamento, isto é, ser reflexivo e deliberativo em suas escolhas e decisões para consigo mesmo, definindo quais são as atividades que potencializam o bem-estar e a qualidade de vida, assim como deve elencar quais são as práticas a serem evitadas ou extirpadas do cotidiano.

O emblema do risco nas sociedades da segunda metade do século XX define, por exemplo, o modo como a imprensa e outras mídias atuam no processo de organização e gerenciamento dos fatores institucionalizados do risco, na qual as dietas, cirurgias plásticas, atividades físicas e esportivas etc. são constantemente ofertadas, divulgadas e irradiadas no cotidiano social.

Anthony Giddens (2002) afirma que a sociedade contemporânea consolidou uma lógica do risco institucionalizado por determinados conhecimentos, e os saberes – classificados por ele de sistemas abstratos de conhecimento – definem quais são as práticas de risco à vida individual e coletiva. Assim, no caso da medicina, os riscos são institucionalizados pelos discursos de promoção da saúde, quando se destacam quais práticas e comportamentos são ideais e quais devem ser evitados. Nas palavras de Anthony Giddens, “o monitoramento reflexivo do risco é intrínseco a sistemas institucionalizados de risco” (GIDDENS, 2002, p. 113).

Quando jornais, revistas, programas de rádio e televisão contemplavam o debate sobre os riscos da vida contemporânea, colocava-se em evidência a trama discursiva que institucionalizou o risco no meio social, por meio do qual o processo de previsão dos acontecimentos futuros gerava aquilo que Anthony Giddens (2002) chamou de “colonização do futuro”, revelando a preocupação com a vida que a biopolítica contemporânea consolidou nos discursos midiáticos. As dicas, conselhos e indicações da mídia ocupam o lugar de previsão e inevitabilidade dos riscos. Assim, quando encontramos os discursos midiáticos que preconizam o futuro a partir dos riscos, podemos compreender quais interesses estão em jogo.

O *Jornal do Brasil* de 19 de novembro de 1986, por exemplo, trouxe um resumo de como se deve cuidar do corpo, indicando exercícios físicos, atividades esportivas e controle da alimentação como fórmulas de contenção dos riscos. Nas palavras da publicação, o público-leitor deve:

Trocar gorduras e frituras por saladas e legumes; evitar bebidas alcoólicas, beber suco de frutas, principalmente água de coco; correr, fazer ginástica, jogar vôlei, peteca, frescobol, praticar surfe ou moreyboggie à vontade, sem restrição de horário e tempo, são recomendações médicas para que se mantenha o corpo em forma no verão.¹¹³

As indicações realizadas pelo *Jornal do Brasil* colocavam sob relevo quais eram os consumos alimentares entendidos como adequados e quais deveriam ser evitados, incitando ainda a adoção de atividades físicas e esportivas de forma regular, depositando nessas atividades uma expectativa de construção do corpo em boa forma. Vôlei, peteca, surfe e moreyboggie eram apresentados pelo jornal como formas de produção do modelo corporal almejado, afastando o risco de adquirir contornos indesejados. Afinal, o sentido construído pela imprensa sobre as atividades físicas e esportivas era diariamente reiterado nas páginas dedicadas aos

¹¹³CORPO. *Jornal do Brasil*, 19/11/1986, p. 1

esportes e a saúde, construindo uma relação direta entre as práticas corporais e a imagem idealizada do corpo em boa forma.

Deborah Lupton (2000) ressalta que a produção de sentido sobre a promoção de saúde produz subjetividade, apontando para a fabricação de um sujeito autocontrolado, autoconsciente e orientado sobre suas possibilidades de interferência no corpo e na aparência. Essa concepção encontra ressonância naquilo que Francisco Ortega (2008) classificou de bioascetismo, debatido no capítulo anterior. Logo, quando matérias de jornal e revistas indicam as fórmulas necessárias para o cuidado com o corpo e a aparência, um determinado sujeito é convocado a agir através dos elementos dispostos nos discursos midiáticos, construindo para si mesmo as demandas da promoção da saúde.

Exercitar-se regularmente, especialmente se isto envolve atividades físicas que não se configuram como jogo e que não estão associadas com o prazer (tais como os esportes de raquete ou os esportes coletivos) mas cuja finalidade é a manutenção do corpo (por exemplo, o jogging e o exercitar-se em academias), atua como um marcador da capacidade de um indivíduo para a autorregulação (LUPTON, 2000, p. 29).

A adoção de práticas bioascéticas que têm como fundamento o autogerenciamento de si mesmo faz parte da agenda biopolítica da mídia em diferentes momentos do século XX, como relatam os trabalhos de Denise Bernuzzi de Sant'Anna (2014, 2016) a partir da análise de material jornalístico e midiático de diferentes períodos históricos. Essas atuações dos meios de comunicação produziram sentidos sobre as formas de cuidar do corpo e da aparência, destacando os processos que culminaram no desenvolvimento do estágio das pedagogias de autocontrole e de promoção da saúde a partir da década de 1970.

Corridas de rua, ginástica, dança, vôlei, futebol, natação e outros esportes e atividades físicas eram comumente retratados pela imprensa em um determinado receituário que abordava em detalhes quais eram as formas adequadas de realizar as práticas corporais, construindo concepções pedagógicas com a sequência dos movimentos e as precauções necessárias para a realização das atividades esportivas. Como destaca Glauber Queiroz Tabosa Tiburtino (2020), em sua pesquisa sobre os discursos midiáticos acerca das corridas de rua, essas formas de prescrição faziam parte de um longo processo de fortalecimento do discurso de promoção de saúde desenvolvido pela imprensa.

Basicamente, as orientações eram consultar um especialista, aquecer previamente e parar a atividade física de forma gradativa, além de não sobrecarregar o organismo. Ao longo da década, era comum encontrar notícias, notas e matérias que prescreviam a corrida ou que listavam as condições em que ela poderia ser feita (TIBURTINO, 2020, p. 132).

As orientações propagadas pela imprensa brasileira eram alimentadas pelas palavras-chave das convocações biopolíticas para movimentar o corpo de modo constante, demonstrando a convergência com os saberes médicos e da Educação Física sobre as posturas, ações, vestimentas, consumo de alimentos e bebidas etc. A formalização do discurso midiático sobre as atividades físicas e esportivas se intensificou com a chegada das academias de musculação no Brasil, quando o uso dos equipamentos passou a ser orientado não apenas nos espaços destinados aos exercícios, mas também por profissionais contratados pela imprensa para divulgar as novas técnicas de cuidado com o corpo e a saúde.

Em 1988, a revista *Boa Forma* convidou o público-leitor a realizar uma “visita à casa das máquinas”, destacando que “nesta série básica você vai entender como os aparelhos ajudam a modelar o seu corpo. Acompanhe o nosso roteiro que passa pelos personagens mais importantes da sala de musculação”.¹¹⁴ A publicação tinha como objetivo demonstrar quais eram os equipamentos necessários para o ambiente das academias, indicando os modos de utilização e funcionalidade de cada aparelho. Desse modo, convocava-se o público-leitor da revista a conhecer as formas de movimentação do corpo através das academias de musculação. Com imagens do passo-a-passo, o periódico ainda destacava a funcionalidade de cada movimento, indicando os benefícios no desenvolvimento de um modelo corporal almejado – a boa forma física.

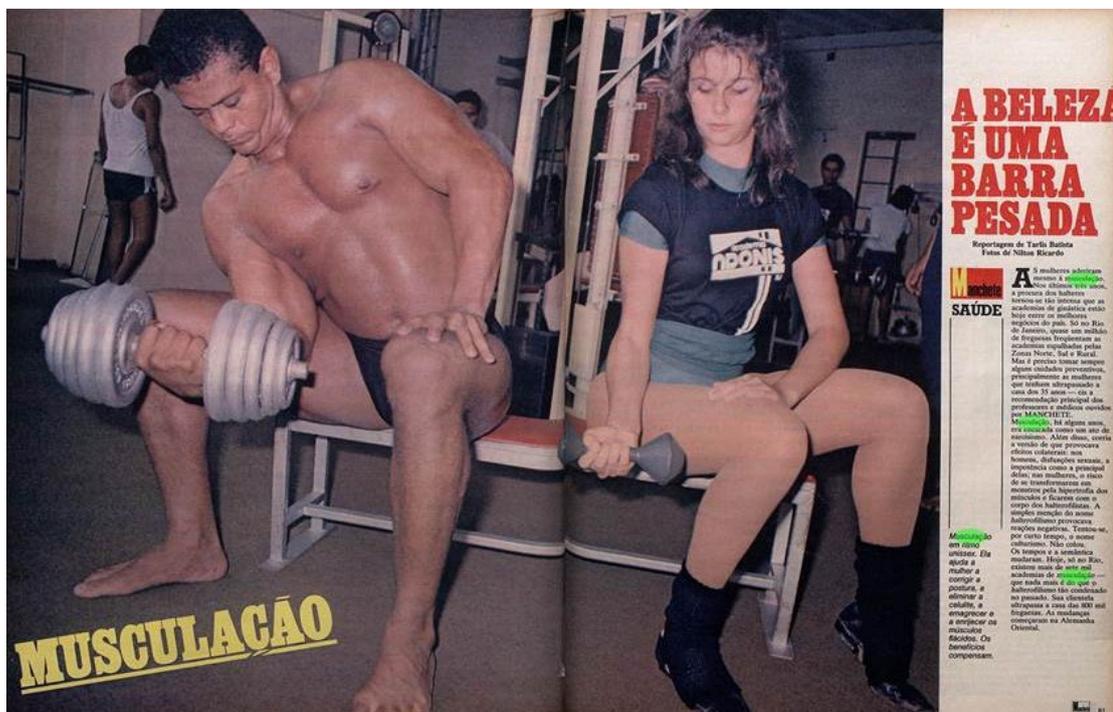
A relação entre exercícios físicos e o controle das formas corporais foi intensificada nas academias de ginástica na década de 1980, quando o movimento do corpo em equipamentos passou a ser cada vez mais calculado com a intenção de obter estrutura muscular e força, chamando-se de musculação. Influenciada pelas características do estilo *bodybuilding* – amplamente conhecido como prática esportiva de intensidade, que constrói e edifica um modelo corporal excessivamente musculoso – as academias de musculação foram ampliando o seu alcance no solo brasileiro. Essa modalidade adquiriu o *status* de moda no Brasil, sendo constantemente representada pela imprensa como uma das novas formas construção de corpo através do movimento.

A revista *Manchete*, em 1982, publicou uma matéria que tratava a musculação como estratégia de aquisição de beleza. O texto de “A beleza é uma barra pesada”, invocava a ideia de que a prática da musculação estava ligada a mudanças estéticas e corporais, declarando que o processo de enrijecimento e aumento de músculos instituía o corpo musculoso como símbolo

¹¹⁴ Visita à casa das máquinas. *Boa Forma*, n. 11, ano 3, 1988, p. 26.

de beleza daquele momento. A fotografia que ilustrava o material demonstrava como o processo de crescimento corporal estava associado ao procedimento de levantamento de peso, possibilitando o surgimento de corpos torneados e inflados de músculos.

Imagem 26 - A beleza é uma barra pesada



Fonte: Manchete, 1982, ed. 1605 (6), p.80-81.

Na imagem, um homem e uma mulher dividem o espaço da academia na tarefa de levantar os pesos em busca de uma mudança na estrutura física. Anunciava-se assim, o surgimento de uma beleza atlética ligada à exibição dos músculos, tornando esse elemento indispensável para a classificação da beleza na década de 1980. Tanto o homem quanto a mulher pegavam “pesado” na hora da musculação e colocavam em ação uma rotina de movimentos corporais mediados por objetos e máquinas que proporcionavam alterações físicas que exaltavam as linhas corporais musculosas.

A metáfora da barra – objeto usado nas academias de musculação – com o sentido de obstáculo fazia parte da linguagem adotada por praticantes de musculação na década de 1980 e 1990, cujo empreendimento físico e esforço tinham como objetivo a construção de um corpo repleto de músculos, transpondo assim todo e qualquer desafio interposto durante o processo. Logo, homens e mulheres compartilhavam da busca por um corpo atlético e visualmente musculoso, mobilizando um conceito de beleza mediado pela exibição de uma condição corporal fabricada pela prática esportiva.

A febre da musculação no Rio de Janeiro, em 1982, indicava que mais de 800 mil fluminenses praticavam essa modalidade nas academias do estado. Segundo a revista *Manchete*, a capital tinha mais de 7 mil estabelecimentos destinados à prática da musculação, termo que tinha naquela época uma similaridade com o fisiculturismo. Contudo, as duas modalidades possuem distinções: o fisiculturismo é uma prática esportiva que visa o aumento considerável dos músculos a partir do aumento da massa muscular, chamada de hipertrofia muscular, onde o físico é elaborado exclusivamente para a exibição dos músculos em competições que analisam a força, o tamanho, a definição e a estética corporal. Já a musculação não possui o interesse exclusivo da hipertrofia, podendo ser praticada também para o condicionamento e aquisição de resistência física.

Todavia, diferentemente das práticas esportivas que eram consagradas pela imprensa daquele período como formas de promoção da saúde, a musculação era apresentada no início da década de 1980 como uma modalidade que requeria cuidado, pois “corria a versão de que provocava efeitos colaterais: nos homens, disfunções sexuais, a impotência como principal delas; nas mulheres, o risco de se transformarem em monstros pela hipertrofia dos músculos e ficarem com o corpo dos halterofilistas”.¹¹⁵

A apreensão que circulava na imprensa sobre a musculação na primeira metade dos anos 1980 indicava que os efeitos estéticos e fisiológicos dessa prática poderiam acarretar disfunções. Por isso, destacavam-se os devidos cuidados com essa modalidade que, de modo geral, era percebida a estratégia de aprimoramento estético-corporal, sendo reconhecida posteriormente como fórmula de condicionamento físico. Isto é, inicialmente, a musculação estava ligada a uma interpretação narcísica do fisiculturismo, espaço de culto das imagens corporais com formações musculares exageradas. Dessa forma, o corpo musculoso era compreendido como um efeito dos excessos produzidos em nome do modelo corporal almejado. E as mulheres eram alertadas pelas publicações sobre os riscos de ultrapassar as fronteiras entre as formas corporais femininas, entendidas como esguias e polidas e a masculinas recheadas de músculos e volumes.

As preocupações em torno da musculação apontavam incessantemente para os riscos à saúde, demonstrando que a imprensa se assegurava nos discursos da promoção de saúde para constituir o ambiente seguro de cuidado com a aparência. A imprensa alertava para a necessidade de realização de exames clínicos e biomédicos com o intuito de investigar a condição de cada pessoa na realização dos exercícios com máquinas. Além dos exames

¹¹⁵ A beleza é uma barra pesada. *Manchete*, 1982, ed. 1605 (6), p. 81.

médicos, advertia-se, ainda, para a importância de acompanhamento profissional durante as atividades, reiterando o lugar do educador físico na produção de disciplinamentos corporais. Eram comuns as seguintes frases: “procure um médico especialista” e “não faça exercícios sem a supervisão de um profissional”.

O regime de orientação das atividades físicas, que na década de 1970 era dirigido às práticas coletivas como as corridas de rua, por exemplo, sofreu uma grande alteração com a intensificação da musculação no território brasileiro. As prescrições realizadas pela imprensa passaram a destacar o caráter das atividades físicas de modo individualizado, colocando em evidência que a musculação era uma atividade que personalizava os resultados corporais, possibilitando o incremento de uma perspectiva da promoção de saúde pormenorizada. Assim, diferentemente da década anterior, os anos 1980 e seguintes comungaram de uma concepção de atividades físicas e esportivas focadas na obtenção de resultados estéticos de cada indivíduo, transformando os modos de incentivo e convocação biopolíticas.

Marcos Bagrichevsky e Adriana Estevão (2005) afirmam que a mudança nos discursos de promoção da saúde, através das atividades físicas e esportivas, possibilitou o surgimento de um “Movimento da Saúde” – *Healthism*, em inglês –, no qual os discursos estatais de envolvimento populacional nos grandes eventos esportivos perderam espaço para a ênfase mercadológica dada ao corpo individual, imbuindo cada pessoa de cuidar do corpo em nome da saúde e do bem-estar próprios. Os autores identificam que a perspectiva de saúde como uma dimensão coletivizada, que vigorou em diferentes momentos da história republicana no Brasil, foi trocada pela dinâmica individualista, consolidando o processo de privatização dos discursos da promoção da saúde.

A ideia, intencionalmente suscitada no imaginário popular, de que seria possível obter saúde, através do acesso às atividades corporais oferecidas nesse nicho mercadológico, ratifica a noção simbólica de ‘saúde conquistada’, quer seja pelo envolvimento em suas práticas, quer seja pela utilização dos produtos a elas agregadas (BAGRICHEVSKY; ESTEVÃO, 2005, p. 69).

Danielle Ribeiro de Moraes e Luis David Castiel (2019), por sua vez, classificam esse mesmo fenômeno de salutarismo, destacando como o cruzamento entre os discursos da promoção de saúde e de culpabilização dos indivíduos surge em paralelo às práticas de consumo amplamente incentivadas no neoliberalismo. Através do consumo, os discursos da promoção da saúde passaram a construir uma narrativa das formas de cuidado com o corpo indicando quais técnicas, produtos, serviços e bens de consumo eram compatíveis com os interesses de cada pessoa.

A oferta produzida pelo mercado implicava numa cultura de consumo que tinha como objetivo o aprimoramento das formas corporais, realizando um intercâmbio entre a dimensão da saúde e do embelezamento. Essas decisões e estratégias eram mobilizadas por um sujeito que comandava as formas de controle de si mesmo. É no salutarismo que a saúde ganhou o status de valor, colocando em evidência as formas de capitalização dos recursos financeiros, psíquicos e emocionais centralizados no cuidado com o corpo e aparência. Desse modo, como ressaltam Danielle Ribeiro de Moraes e Luis David Castiel:

[...] quando saúde se torna um supervalor, meios que a princípio veríamos como apartados, como a realização de exercícios físicos, o (auto)cuidado com a alimentação, e até propostas anteriormente chamadas de medicina alternativas, passam a fazer parte do mesmo complexo produtivo de circulação de capital das interações e do hiperuso dos sistemas de saúde (MORAES; CASTIEL, 2019, p. 126).

Assim, podemos compreender que o contexto do salutarismo, no Brasil, colocava em destaque o fenômeno da musculação no país como um sintoma das amplas transformações econômicas, políticas e sociais que fizeram do corpo uma instância de gerenciamento dos riscos, colocando nas mãos do indivíduo o papel de mantenedor das práticas de governo alimentadas pela racionalidade neoliberal, cuja culpabilização definia categoricamente quais condutas individuais eram interpretadas socialmente como adequadas e quais deveriam ser combatidas com veemência pela promoção da saúde.

4.2 A BOA FORMA E A CULTURA DO MÚSCULO

O corpo musculoso surgiu na paisagem cultural brasileira através do incentivo dado às práticas de cuidado com a aparência nas últimas décadas do século XX. Enquanto as técnicas cirúrgicas, os cosméticos e as dietas já estavam estabelecidos nos processos de embelezamento, as práticas corporais que empenhavam o esforço físico para a obtenção de musculatura se expandiram a partir da década de 1980. Malhar o corpo tornou-se uma prática comum no dia a dia de camadas da população, colocando em evidência um processo de investimento corporal intenso, onde a disciplina do físico promovia um modelo de corpo em boa forma.

Se antes as academias de ginástica e dança eram povoadas por homens e mulheres, na década de 1970, com a chegada dos aparelhos de musculação no Brasil, as forças de ambos os sexos passaram a incidir na fabricação de um modelo corporal enrijecido e musculoso, reiterando as perseguições às formações corporais gordurosas e flácidas. Silhuetas enxutas, formas comedidas, tamanhos controlados. Assim, iniciou-se mais uma etapa do culto às boas formas corporais, consolidando aquilo que comumente chamamos de culto ao corpo.

Em trabalhos anteriores, definimos que culto ao corpo não é um conceito, mas “uma ênfase dada aos modos como o corpo é tratado no campo social” (SANCHES, 2020, p. 269), através da valoração simbólica e material dedicada àqueles indivíduos que investem nas técnicas de cuidado e embelezamento. Assim, “dietas, cirurgias plásticas, exercícios físicos e cosméticos incorporam o papel de gerenciamento dos corpos e subjetividades, tramando um imaginário social capaz de enaltecer determinadas silhuetas” (SANCHES, 2020, p. 269). Em linhas gerais, o culto ao corpo se dá através do processo de reafirmação de práticas corporais que positivam o sentido de cuidado com a aparência, exaltando a conduta, o investimento e o resultado obtido por tal empreendimento individual e coletivo.

Segundo Jurandir Freire Costa (2005, p. 203), a designação imprecisa de culto ao corpo “chama atenção para o fato de o corpo ter-se tornado um referente privilegiado para a construção das identidades pessoais”. O indivíduo que cuida da aparência com o intuito de obter um modelo corporal em boa forma constrói para si e para os outros uma imagem a ser exaltada e elogiada. Afinal, o cuidado com a aparência adquiriu, nas últimas décadas do século XX, uma concepção ampliada de investimento. Conforme destaca Denise Bernuzzi de Sant’Anna:

Desde a década de 1980, melhorar a aparência ganhou um aspecto claramente empresarial nos conselhos de beleza, na publicidade de cosméticos, alimentos e produtos para a boa forma: era necessário identificar as *oportunidades* para otimizar a *performance* física, conceber o corpo um ente carente de investimentos e, ao mesmo tempo, um campo muito propício para realizá-los (SANT’ANNA, 2014, p. 181).

O corpo tornou-se um lugar de investimento com base numa lógica individualista de consumo, onde os resultados eram esperados diante da quantidade de produtos e serviços adquiridos em nome da boa aparência física. Essa concepção de um embelezamento com características empresariais destacou-se como uma versão resplandecente do direito à beleza. Assim, a boa forma passou a ser compreendida como resultado dos esforços realizados pelos indivíduos, imputando a cada um a construção de um projeto individual de cuidado com a aparência, elencando as fórmulas, conselhos e dicas mais adequadas a cada corpo.

A formação de uma cultura de cuidado com a aparência no Brasil passou por transformações significativas entre as décadas de 1970 e 1980, surgindo nesta última o modelo empresarial da busca pela boa forma. A musculação, nesse sentido, representou a formação das ações individualistas que massificaram a ideia do intenso trabalho corporal, traduzido pela frase “*no pain, no gain*” (sem dor, sem ganho – tradução livre).

As raízes do fenômeno contemporâneo da musculação no mundo ocidental estão presentes na cultura estadunidense, como descreve Jean-Jacques Courtine (2005) ao analisar as

práticas do *body-building*. O corpo dos adeptos do *body-building* – assim como no halterofilismo – pega peso como condição de construção das formas corporais almejadas, edificando para si mesmo uma estrutura física extremamente musculosa. Assim, os *body-builders* são também chamados de fisiculturistas, pois cultuam o modelo corporal que exhibe uma estrutura muscular exacerbada.

Na perspectiva de Jean-Jacques Courtine (2005), a prática do *body-building* expõe o músculo como um dos símbolos de ostentação da cultura do cuidado com a aparência que se massificou na segunda metade do século XX. O autor trata ainda de relatar que as atividades realizadas pelos *body-builders* eram sustentadas pela existência de uma ampla indústria do músculo, onde o consumo e a produção de bens voltados para o cuidado com a aparência estavam espalhados em diferentes espaços e práticas sociais contemporâneas.

Os anos 80 conheceram um desenvolvimento considerável do mercado do músculo e do consumo de bens e serviços destinados à manutenção do corpo. Impérios industriais, com atividades diversificadas, ocuparam esta fatia do mercado relativo ao ferro, às vitaminas e ao suor, produzindo tanto aparelhos de musculação, quanto suplementos nutricionais, ou ainda publicando revistas especializadas sobre a boa forma, a saúde, os regimes alimentares e o desenvolvimento corporal (COURTINE, 2005, p. 84).

A formação da indústria do músculo, como indica Courtine (2005), conta ainda com a mídia como um dos agentes produtores de sentido do fenômeno de cuidado com a aparência. Assim, encontramos aqui uma análise que identifica o papel ensejador dos meios de comunicação na produção e sustentação dos fenômenos corporais contemporâneos. Apesar de falar do surgimento da indústria do músculo estadunidense, na década de 1980, é significativo o nascimento de periódicos brasileiros dedicados à boa forma física, na mesma época, onde os debates sobre a aparência, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida estavam atrelados ao investimento individual de técnicas corporais e do consumo de produtos destinados ao controle das silhuetas.

A revista *Boa Forma*, que traz em seu nome o conceito, surgiu em 1986 como um suplemento da revista *Saúde*, ganhando autonomia posteriormente. O periódico, que sobreviveu no mercado editorial brasileiro por mais de trinta anos, destacava-se pela proposta de incentivo às práticas de cuidado com a aparência, buscando evidenciar fórmulas de disciplinamento e controle dos corpos, consagrando o modelo de corpo em boa forma como objetivo primordial. Assim, a publicação tornou-se uma das porta-vozes do processo de fortalecimento das práticas que construíram um ideal de boa forma.

Em um editorial do periódico, foram apresentadas as concepções que circunscrevem o sentido de boa forma forjado pela publicação. Como demonstrado anteriormente, os discursos da boa forma nutrem-se do paradigma disciplinar, somados à ideia de que o controle das formas corporais é realizado através da adoção de práticas e técnicas que disciplinam as silhuetas. Isto é, a rigidez nas formas de cuidado faz parte da manutenção da lógica imperativa da boa forma. Contudo, o modelo de disciplina apresentado pela revista estava imbricado com a dimensão lúdica dessas mesmas práticas.

Disciplina não é uma palavra simpática. Na maioria das vezes, é interpretada como uma forma de reprimir a espontaneidade ou roubar o nosso prazer de viver. No entanto, numa análise mais atenta, o conceito se transforma. E disciplina pode virar o instrumento eficiente para se atingir metas importantes sob todos os aspectos de nossas vidas.¹¹⁶

A defesa de uma noção de disciplina distante dos valores morais modernos, onde os adestramentos corporais ainda existem nas rotinas militares, por exemplo, foi sendo construída pela revista *Boa Forma* em nome da ludicidade das atividades físicas e esportivas. O modelo de convocação biopolítica proposto pelo periódico estava alicerçado na ideia de que a disciplina não precisava ser enfadonha ou difícil de lidar, mas que podia fazer parte de outras dimensões da vida contemporânea, destituindo assim o teor negativo da lógica disciplinar, convidando o público-leitor a perceber os benefícios da disciplina.

Essa estratégia discursiva tornou possível o desenvolvimento de um novo sentido para a disciplina, consolidando uma maior adesão àquilo que antes era considerado difícil e impossível de ser alcançado. Logo, o prazer e a felicidade tornaram-se elementos exponenciais das atividades físicas e esportivas propostas em diferentes mídias especializadas no cuidado com o corpo e a saúde. É nesse sentido que a busca pela boa forma se tornou algo possível e prazeroso, já que modifica os valores morais de outrora, fornecendo ingredientes lúdicos que possibilitavam maior envolvimento de diferentes indivíduos. Como indicou a *Boa Forma*, com esse novo conceito: “trata-se de encarar seu esporte, sua ginástica, sua terapia corporal, como forma de profilaxia abrangente em que lazer, saúde, beleza e alto astral compõem a recompensa”.¹¹⁷

A proposta da *Boa Forma* era de transformar a busca incessante pelo controle do corpo em um conjunto de atividades que ultrapassavam o lugar do esporte ou da atividade física, configurando um novo *status* a tais práticas. Dessa forma, o que estava em jogo era uma ampla

¹¹⁶Editorial. *Boa Forma*, nº 40, 1990, p. 4.

¹¹⁷ Editorial. *Boa Forma*, nº 34, 1990, p. 4.

transformação no próprio conceito dessas práticas, colocando o desejo de estar em boa forma como uma condição necessária para o bem-estar dos indivíduos. De modo semelhante, Alain Ehrenberg (2010) percebeu que nas últimas décadas do século XX uma nova interpretação sobre os esportes passou a ganhar força no ocidente, identificando ainda uma manifestação generalizada das práticas esportivas em nome de uma organização social baseada no culto às aparências.

Ehrenberg (2010, p. 17) considera que essa mudança fez dos esportes e atividades físicas mais do que era antes, tornando-os “um estilo de vida, e não apenas um exercício físico; um estado de espírito mais do que uma distração ou uma pedagogia virtuosa do corpo”. Desse jeito, a boa forma encontrou em determinadas práticas um espaço de atuação ímpar, consagrando a possibilidade de criação de estilos corporais individualmente projetados e coletivamente vivenciados. Nesse sentido, a musculação no Brasil conseguiu cruzar essas dimensões esportivas e lúdicas que trazem uma modificação corporal visível, solicitando ainda o consumo de produtos associados ao estilo de vida saudável.

Como reflexo do movimento do *body-building*, a musculação produziu uma intensificação das formas de cuidado com a aparência, chamando a atenção para o apelo dos movimentos e dos pesos, além do consumo de objetos e produtos de uma indústria do músculo muito específica. Os praticantes eram convidados a adotar um modo de vida que rechaçava o sedentarismo e os modelos corporais compreendidos como desalinhados (gordos, flácidos e velhos). Inicialmente chamados pela sociedade de narcisistas, conforme matéria veiculada pela *Manchete*, a preocupação com a construção de uma imagem corporal exuberante era visivelmente percebida pelo público-leitor, expondo a ideia de que a formação muscular promovida pelos exercícios era o resultado do estabelecimento de uma nova estética.

A produção da imprensa brasileira na década de 1980 apresentava a musculação como uma das novidades que chegava ao país, trazida pela influência estadunidense, afirmando que a própria técnica de levantamento de peso provocava uma drástica mudança na formação corporal de seus adeptos, colocando em destaque a associação direta entre dietas e exercícios físicos, construindo assim um apelo conjugado sobre a vigilância com a alimentação e o esforço físico necessário para a obtenção de bons resultados.

A rotina de treinos estabelecidos pela musculação era amplamente divulgada pela imprensa, retratando o cotidiano de celebridades e anônimos que tinham adotado a técnica com o desejo de intervir na aparência, como no caso da cantora Fafá de Belém que emagreceu 38 quilos desde que inseriu a musculação em seu cotidiano: “Decidida a perder 20 quilos, entrou

numa dieta rigorosa, do tipo só comer pouquinho, e, para ver o resultado mais depressa, resolveu praticar exercícios”,¹¹⁸ relatou o jornal *O Globo*.

A matéria definia como o processo diário da musculação rendeu a Fafá de Belém o resultado da perda de 38 quilos, demonstrando como o vocabulário dessas atividades estava ligado a objetivos traçados pelo indivíduo, revelando uma associação direta entre os exercícios e a mudança corporal almejada. Estar em boa forma é ser leve, demonstrando que o peso corporal é sinônimo da presença de gordura. Nesse exemplo, a mídia reiterava determinados valores que eram consagrados pelos adeptos da musculação, divulgando os possíveis resultados positivos alcançados pelas pessoas que adotavam tais práticas. Se a dieta era uma técnica entendida como mais lenta, a musculação complementaria uma determinada urgência requerida por quem a realizava, afinando as cinturas, retirando as gorduras e construindo a imagem da boa forma.

O material veiculado por diferentes jornais e revistas apontava uma curiosa ideia de construção da imagem do corpo musculoso como um corpo para o outro, falando sobre a exibição dos traços da boa forma nas praias do Rio de Janeiro e em outras capitais do litoral do país. Assim, construía-se uma relação entre a prática da musculação e a tão sonhada boa forma que poderia ser demonstrada na orla, com pouca roupa, expondo os resultados estéticos obtidos através do trabalho intenso de controle corporal. Como ressaltou uma publicação do jornal *O Globo*, “durante o verão, manter a boa forma se transforma em uma das maiores preocupações dos que desejam se exibir, sem constrangimentos, nas praias. É por isso que o movimento nas academias aumenta consideravelmente nesta época do ano”.¹¹⁹

A barriga enxuta, o bumbum arrebitado, a pele esticada e a ausência de gordura ou flacidez eram exaltadas como ingredientes da imagem corporal ideal para o verão. Dessa forma, a imprensa definia os elementos da ideia de boa forma, traduzindo para o grande público quais eram as partes do corpo valorizadas pelo olhar do outro nos ambientes públicos. A boa forma provocada pela musculação e outros exercícios físicos elegeu as partes do corpo que eram arduamente trabalhadas nas academias de todo país, construindo o modelo corporal com destaque nas areias das praias brasileiras. O jornal *O Globo* apontou quais eram os desejos mais comuns das mulheres que buscavam na musculação o lugar de fabricação do corpo em boa forma, revelando que:

Ter bumbum durinho, seios enrijecidos, coxas sem dobrinhas e braços sem o ‘músculo do adeus’ é o sonho dourado de muitas mulheres. Em busca dessa

¹¹⁸ Fafá ‘malha’ e perde 38 quilos. *O Globo*, 21/12/1986, Segundo Caderno, p. 3.

¹¹⁹ Nas academias, a busca pela boa forma. *O Globo*, 15/01/1989, Jornais dos Bairros, p. 32.

forma perfeita, cada vez mais elas procuram as salas de musculação das cerca de cinco mil academias de ginástica especializadas espalhadas pelo Rio de Janeiro.¹²⁰

O sonho de obter o corpo em boa forma encontrava na exaltação ao músculo a concretização da disciplina na rotina diária de exercícios físicos, idealizando a formação muscular enrijecida e exuberante como modelo corporal perfeito. Conseqüentemente, essa concepção de boa forma era compreendida como sinônimo do corpo perfeito e os parâmetros estéticos de corpos musculosos eram exaltados a partir dos valores estéticos que vigoravam nas culturas greco-romanas da Antiguidade.

Homens e mulheres buscavam na musculação o lugar de construção de corpos que se tornaram símbolos do modelo de beleza esportiva, nas décadas posteriores, colocando no campo da visibilidade as formas corporais compreendidas como desejáveis. O fisioterapeuta, educador físico e humorista, Paulo Cintura, por exemplo, ganhou fama nos anos de 1980 com receituários próprios de como alcançar a cintura fina, a barriga lisa e sem ‘pneus’, propagando em diferentes meios de comunicação as fórmulas necessárias para conquistar o corpo em boa forma.

A fama de Paulo Cintura (1950-) se consolidou através de um personagem de humor do programa Escola do Professor Raimundo, nos anos 1990, comandado pelo humorista Chico Anysio (1931-2012) e exibido na TV Globo. Difundindo o bordão “saúde é o que interessa, o resto não tem pressa!”, Paulo Cintura sintetizava a tônica da valorização da saúde que se consolidou nos 1980 e que possuía vigor na última década do milênio. Além da atuação humorística, Paulo Cintura ainda era conhecido pelas aulas de ginástica aeróbica que dava na academia que levava o seu próprio nome.

Uma verdadeira legião de seguidores nas aulas de ginástica aeróbica, musculação e dança, que aumentava nas grandes capitais do país, a cada ano, demonstrava como o sucesso dessas técnicas colocava em questão uma lógica de insistência e repetição no cuidado com o corpo e a aparência. O discurso da cintura fina e o apelo à saúde produzido por profissionais como Paulo Cintura, demonstrava como o trabalho sobre o próprio corpo tinha como meta afinar as silhuetas desalinhadas e aumentar os músculos, escancarando o pavor da gordura, da flacidez e a lipofobia construídas em relação aos modelos corporais indesejados de pessoas gordas e obesas, como demonstramos no capítulo anterior.

O mantra de Paulo Cintura colocava em destaque a ideia de “parar, nunca! Suar é o melhor remédio”¹²¹, como apontou o título da notícia veiculada pelo *Jornal do Brasil*, em 1984.

¹²⁰ Beleza à força. *O Globo*, 21/12/1986, Segundo Caderno, p. 3.

¹²¹ Parar, nunca! Suar é o melhor remédio. *Jornal do Brasil*, caderno B, 02/11/1984, p. 6.

Elencando a atuação do educador físico, a matéria reiterava a importância do compromisso que o indivíduo necessitava na realização das atividades físicas, visto que a aderência às aulas de aeróbica prometiam bons resultados na fabricação de uma silhueta em boa forma, tendo a cintura fina e sem gordura como símbolos do sucesso. O convite para gastar energia e manter o corpo em boa forma era promovido com alegria e humor, características que eram realçadas no perfil de Paulo Cintura feito pelo *Jornal do Brasil*.

Imagem 27 - Parar, nunca! Suar é o melhor remédio

PAULO CINTURA

PARAR, NUNCA! SUAR É O MELHOR REMÉDIO

BOCUNINHA em bico, um beijo bem estalado. Luz e sol. Está iluminado por um abajur aconchegante por celêssia ludo-afriana, o cenário onde Paulo Cintura, o mais famoso professor de ginástica carioca, "preferiu ao professor de ginástica televisiva", prepara sua aula 10 minutos antes do começo de suas aulas em um estúdio na academia de Jairo Figueiredo (R. Conde Bernadotte, 26, loja 104). Nas paredes, perfeitamente arrumadas, poucas quadras e muitos quadros de revistas e jornais, emoldurados em metal. O chão é de cerâmica, para facilitar a limpeza, feita pelo próprio Paulo. Poucos móveis e objetos. É preciso dar espaço ao agitado professor, para quem a ginástica não é obrigação: "É prazer, lazer, uma forma de ser, um modo de viver".

Ouro, não conhece Paulo Cintura, não perde por esperar. Dentro de alguns dias será lançado, pela Odéon, um disco de ginástica. O primeiro no Brasil. A capa é do pintor Alberti e o título não podia ser outro: **Força, Paulo Cintura. Vem acompanhado de esquemas e reflexos.**

— Aqui fala Paulo Cintura, entrando em sua casa, dentro do seu banheiro, embalsamado do seu chuveiro, agitando em bom clima, elevando sua adrenalina...

Não se assustem. Não é preciso fazer os exercícios embalsamados. É isso é a abertura do programa de rock, sábado e domingo, na rádio Antena 1. Com Paulo Cintura. Sem ginástica. Aldeia ele apresenta mais uma experiência para lançar outro disco. Agora um compacto. A música é do *Paradise de Success* e já tinha letra. Não importa. A Odéon resolve fazer outra. Paulinho topou vai mal, mas todo bem. O que posso fazer para me conter? Não quero e não devo me aborrecer. Preciso suar para aliviar essa tensão que vai no meu corpo. Eu quero malhar, então não vou agüentar".

— E sim, é dói, é tibi! Vamos lá, minha gente! Solando os problemas do dia-a-dia no não da academia. Largando os problemas em forma de suor. Tornando a sua vida muito melhor.

Sua, a rapaziada vai fundo. Tem de tudo. Jovens mistos como Lucinda Saiton, o todo poderoso Bôni da TV Globo, donos de condições que saem o nome de Paulo em grifos, esportivas e agudas próteses para exercícios, empresários, diretores de teatro como Marco Paulo, dono da casa... Não há limite de idade: Este ano uma aluna de 70 anos. Há até o final da corrida Avon: "É uma modelo o mexer musculoso. Quando tinha 14 anos, Paulo brigava com os amigos que insistiam em cobrar apelidos: espertinho, saca-rolha, cabide, ampolheta, cintura. Ficou cintura. Fancos a vontade de brigar. Gostou: — Se os parentes mais íntimos sabem que sou Paulo César da Rocha.

Na família todo mundo é careca e parado. Paulo segurou o cabelo e deu um agüeto.

— Meu irmão fuma, escreve, pinta e come peixe. Eu faço tudo ao contrário. Não consigo fumar, não bebo nada, nunca provei champagne ou cerveja e sou absolutamente contra as drogas. Gosto de filé mignon.

Na aula de desportiva com muita animação e convicção. Tudo rimando, no ritmo da música: "Parado de fumar, droga sem pensar". Linda menina, não cheira cocacola. Meu irmão, tome vergonha. Não lute maconha". "Saúde é o que interessa. O resto não tem pressa."

E um, e dois, e três. São seis corpos de vitaminas diárias. Ou mais. Na geladeira, caixas de leite arrumadas à perfeição, pacotes de biscoito, litros de grenolite (Paulo detesta beber água pura), frutas, biscoitos e chocolate. Este não entra na composição das vitaminas. Está lá porque é a forma mais rápida de encontrá-lo quando já está ligado. Depois da aula e dorme antes da meia-noite. Seu dia é gasto com as aulas, os programas de rádio, as compras de supermercado, a arrumação da casa, incluindo os cuidados com os roupas, corridas e muita televisão. De dia ainda sempre de calção e camiseta. A noite, bermudas. Calças compridas, só nos dias, e nem pensa em usá-las.

— Cade um se veste como se sente. Eu me sinto colorido. Em preto e branco, chega a vida.

Sózinho em casa, com a televisão, Paula se basta. Teve uma namorada, mas não deu certo.

— Ela não me entendeu. Eu só queria sair depois de ver Os Trapalhões. Não tenho direito! Trabalho como um cachorro... Mulher não entende. Não alcança... Adoro os programas humorísticos e gosto de ver filmes. Nada de séries noturnas.

Na ginástica, Paulo cria coisas na hora e acha engraçado quando alguém diz que viu, em alguma academia pelo Brasil, um anúncio — "Aqui usamos o método Paulo Cintura". Logo ele, que não viaja nunca e jamais entrou num avião.

— Sentei fui o lugar mais longe que fui. Não gosto de viajar. Esses caras que usam o meu nome devem ter feito algo mesmo. Não Rio.

Para fazer o disco, pegou um monte de rocks na Odéon, bem marcados, ensinou os mais desconhecidos e montou os exercícios auxiliado por uma aluna, Márcia Viana e um amigo, Jorge Pereira, no cronometragem.

— O pessoal queria que eu tivesse os discos americanos, mas não deu. Muito parado para mim. A Jane Fonda é aquela coisa de left, right, não dá. O cara tem que descontrair, aliviar o espírito. Viver rindo, agitando. Não sou radical. Sou conservador. E um — extravasando. E dois — as agüetas. E três — a amarela. E quatro — a inflação. E cinco — o perfume. E seis — o desastre. E sete — a violência. Acelerando Muita energia. Ginástica é terapia.

CILEA GROPILO



Ginástica em disco, ao som de rock, é a mais nova experiência de Paulo Cintura — um homem de bem com a vida, que não fuma nem bebe e gosta de animar suas aulas com refrões bem rimados

Fonte: Jornal do Brasil, caderno B, 02/11/1984, p. 6.

A imagem de um homem musculoso, em uma pose que destaca os grandes bíceps de frente para o observador, alimenta um repertório visual sobre o corpo em boa forma, evidenciando uma estrutura física em que a silhueta é desenhada pelos exercícios físicos, cujos membros superiores são trabalhados na musculação e a cintura afinada pela aeróbica. Ou seja, conjuga-se um protocolo em que as atividades físicas são utilizadas para alcançar determinados objetivos em relação a partes do corpo. Para os braços e pernas, a musculação que enrijece os músculos e aumenta as formas, para o abdômen a ginástica aeróbica e os exercícios abdominais.

A imagem dos corpos dos educadores físicos, atletas, celebridades, professores/as de dança, ginástica e outros especialistas, estampavam as notícias veiculadas pela imprensa, colocando em ação a fórmula do exemplo de quem alcançou o *status* da boa forma e que estava

autorizado a repassar conselhos e dicas para as outras pessoas. Assim, encontramos uma avalanche de publicações em jornais e revistas que tratavam do sucesso obtido por técnicas desenvolvidas por pessoas, colocando-as como referências da geração saúde. Essa lógica de oferta de técnicas que levavam o nome dessas referências constituía uma autorização para tratar do assunto, consagrando fórmulas, técnicas e atividades ligadas à experiência da pessoa que prescrevia para as demais. “Paulo Cintura: no apelido do professor, a maior garantia da eficiência da ginástica”¹²², indicava o *Jornal do Brasil*.

A necessidade de manter o corpo em movimento é uma das tônicas do desejo do corpo em boa forma, demonstrando que o sucesso propagado por celebridades que alcançaram o modelo corporal desejado estava na persistência das atividades e exercícios físicos destinados ao controle das silhuetas. Assim, a busca incessante pela boa forma física constituía-se de convocações biopolíticas que tinham a tarefa de reiterar de modo diverso a necessidade de manter com rigor as dietas, a ginástica, a musculação e os outros exercícios.

As prescrições faziam parte da gigantesca indústria do músculo que se estabeleceu no país a partir da década de 1980. Assim, diferentes modos de recomendar o controle do corpo surgiram nas revistas especializadas no assunto. As dicas passadas por médicos e especialistas esportivos foram sendo misturadas aos conselhos de famosos e atletas, interceptando os estilos de vida esportivos com a imagem glamourizada de atrizes, apresentadoras de televisão, modelos fotográficas e cantoras, assim como empresários e políticos. Os discursos sobre as dietas e o cuidado com a alimentação, abordados no capítulo anterior, foram inflamados por esse fenômeno de prescrição midiática, sugerindo a mesma abordagem no caso das atividades físicas e esportivas.

A seção *Gente em boa forma*, publicada mensalmente pela revista *Boa Forma*, por exemplo, destacava os relatos das celebridades e atletas brasileiros que cuidavam da aparência, revelando as estratégias adotadas diariamente na condução de um estilo de vida esportivo e em boa forma. As narrativas encontradas nesse trecho do periódico produziam receituários explicando como a boa forma era mantida, associando as atividades físicas e esportivas ao estilo de vida saudável. As manchetes do periódico alimentavam a relação entre os famosos e os projetos pessoais de cuidado com a aparência: “Xuxa: a ginástica que mantém esse corpo

¹²² Paulo Cintura: no apelido do professor, a maior garantia da eficiência da ginástica. *Jornal do Brasil*, 27/03/1983, p. 9.

perfeito”¹²³, “Claudia Raia: musculação, alongamento, tudo pela dança”¹²⁴, “Riccelli: o segredo desta exuberante forma física”¹²⁵.

A revista convidava o seu público-leitor a conhecer as estratégias adotadas pelas celebridades, colocando em ação as palavras-chave de convocação biopolítica através da construção de uma curiosidade sobre os segredos de beleza dos artistas e atletas do momento, buscando saber quais eram as etapas necessárias para alcançar uma imagem corporal desejável. Isto é, o convite para conhecer os rituais de embelezamento das celebridades era ofertado em larga escala, consolidando as estratégias de massificação das prescrições de cuidado com o corpo e a aparência.

O processo de amplificação dos discursos e práticas da boa forma foram sendo intensificados com a chegada da década de 1990. O fenômeno que parecia inicialmente pertencente às classes médias dos grandes centros urbanos passou a impactar também outras camadas da sociedade, construindo narrativas do desejo de modificação dos corpos a partir de distintas estratégias de conquista da tão sonhada boa forma. Como resume Mary Del Priore (2019, p. 292), “‘estar em forma’ era fetiche que mudou as formas de viver e pensar, inaugurando condutas que se estenderam às camadas mais baixas da população”.

Os conselhos, recomendações e dicas desenvolvidas através dos processos comunicacionais daquela época promoveram uma maior irradiação das condutas de cuidado com o corpo, tornando possível a ideia de que a moda da musculação estava disponível para todos. Isto é, a convocação produzida pela mídia irradiava o discurso de popularização do culto ao corpo no Brasil. Assim, o alcance das práticas de cuidado com a aparência chegou a espaços sociais que até então estavam sendo ocupados apenas pelas classes médias e altas do Brasil, como no caso do acesso às cirurgias plásticas. Os exercícios físicos, tal como a musculação, possibilitaram uma maior adesão da população brasileira, demonstrando que a preocupação com o corpo era fundamental na sociedade daquela época.

A dimensão das práticas de cuidado com o corpo no Brasil se avolumou na década de 1990, impactando diretamente na economia do país, quando a movimentação do mercado de bens e serviços da beleza passou a chamar a atenção do Estado. A necessidade de capacitação de pessoas para o mercado de trabalho na área da estética promoveu uma verdadeira explosão na procura e oferta de técnicas, produtos e serviços voltados para o cuidado com a aparência. A pesquisa de Ruth Helena Dweck, realizada no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

¹²³*Boa Forma*, ano 3, nº 4, 1988.

¹²⁴*Boa Forma*, ano 3, nº 9, 1988.

¹²⁵*Boa Forma*, ano 3, nº 7, 1988.

(IPEA), demonstrou a importância do consumo desse setor para a nação brasileira nos anos 1990. As conclusões da pesquisa apontam que a população brasileira passou a adotar uma maior preocupação com a aparência desde a década de 1970, provocando o surgimento de uma rede de serviços, indústrias, mídias e tecnologias com o objetivo de atender as demandas solicitadas. Nas palavras de Ruth Helena Dweck (1999, p. 33): “O mais interessante é que esse comportamento da população brasileira provocou não só a sofisticação e diversificação da produção de cosméticos, mas também mudanças tecnológicas nos serviços de beleza que utilizam esses produtos”.

O impulso de um amplo mercado de embelezamento no Brasil da década de 1990 colocava em evidência que a busca por modelos estéticos aceitáveis estava em voga em todo o meio social brasileiro, das aulas de educação física nas escolas até as academias de musculação para todos os públicos. E a mídia atuava não apenas como um agente dentro dessa ampla indústria da beleza, mas desenvolvia na sua própria linguagem aquilo que deveria ser considerado importante ou não nos cuidados com o corpo e a aparência.

Os processos comunicacionais colocavam a importância da aparência tecendo as devidas associações com a promoção da saúde e os benefícios estéticos que as atividades físicas e esportivas proporcionavam. Além disso, destacava-se a atenção necessária com as partes do corpo que indicavam desvios do modelo da boa forma. A barriga enxuta, a cintura fina, a pele esticada etc. tornaram-se objetos de exaltação e perseguição pelo discurso midiático biopolítico.

O jornal *O Globo* publicou uma matéria que dizia: “os mistérios e teimosias da velha e boa barriga”, alertando para os devidos cuidados necessários com a barriga, região do corpo que ganhou atenção com a intensificação do paradigma estético da boa forma. O texto da matéria afirmava que a barriga servia como um termômetro da saúde, indicando que a gordura localizada nessa região do corpo era um indicador negativo para o bem-estar do indivíduo. Assumindo o discurso de convocação biopolítica, a reportagem declarava a existência do perigo eminente de quem não observava o tamanho da barriga. “O abdômen reflete seu estado de saúde. E, caso ele esteja maior do que deveria, é preciso exercitá-lo, para que, entre outros, não surjam problemas na coluna. Mas, sem uma dieta adequada a cada caso, o esforço será em vão”¹²⁶, alertava.

O uso do discurso convocador, neste caso, se dá quando o jornal incita as pessoas a observarem o tamanho de seus abdomens com o olhar de perícia, buscando reunir informações que possam diagnosticar o estado de saúde a partir do volume. Além disso, convoca-se o

¹²⁶ Os mistérios e teimosias da velha e boa barriga. *O Globo*, 17/01/1988, Jornal da Família, p. 2.

indivíduo à prática do exercício físico, afirmando que ele é necessário para evitar, dentre outras coisas, dores de coluna. Contudo, indica-se ainda a adesão a uma dieta personalizada para que as atividades físicas sejam eficientes. Isto é, prescreve-se o modo de agir do público-leitor informando quais são as características de um abdômen anormal, indicando ainda quais são as medidas necessárias para mudar a situação e normalizar os sinais da boa saúde. Esse exemplo coloca em destaque o fenômeno da estetização da saúde apontado por Francisco Romão Ferreira (2006, p. 106), quando existe uma “valorização de parâmetros estéticos como definidores das condições de saúde”.

O processo de estetização da saúde é intensamente fabricado no discurso midiático brasileiro, definindo que determinadas formas do corpo são moralmente interpretadas como indesejáveis e produzindo a exaltação de modelos específicos e à execração de outros. Por isso, os discursos sobre a aparência eram incrementados por uma valoração imputada a barrigas, pernas, coxas, bíceps e bumbum, destacando quais contornos eram ideais e quais desviavam do modelo imperativo da boa forma. Assim, os sentidos produzidos pela mídia apontam para a confluência da saúde com a estética, o bem-estar e a qualidade de vida, expondo um processo de cruzamento dessas dimensões anteriormente distintas.

O corpo estetizado pelo discurso da boa forma torna-se uma entidade marcada pelo intenso trabalho de controle, em que as formas, pesos e volumes são modificados a partir da adesão incessante a dietas, atividades físicas e esportivas, cosméticos, cirurgias plásticas, terapias corporais etc. Assim, as metamorfoses do corpo tornam-se comuns no ambiente social, pregando um domínio do corpo como sinônimo de preocupação com a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida.

A presença inquestionável do corpo na mídia exprime a relação de controle-estímulo que define o modo como as convocações biopolíticas aparecem nos diferentes meios de comunicação. Dessa forma, como indica Lucia Santaella (2004, p. 127), “o que se encontra, nas mídias, em suas colunas de aconselhamento, de editoriais, é a proposta de um ideário religioso/esportivo de mandamentos e de maratonas a serem seguidos e vencidos”.

A intensa convocação produzida pela imprensa para o cuidado com a aparência invocava uma busca incessante pela boa forma física, consolidando nos indivíduos o sentimento de necessidade de domínio do corpo, nos quais onde os mandamentos prescritos em jornais e revistas especializadas deveriam ser seguidos em nome da obtenção de resultados estéticos, definindo que os músculos firmes, a barriga enxuta, a cintura fina e o bumbum arrebitado eram entendidos como signos de dedicação e vitória. Entretanto, o convite biopolítico intensificou o

desejo de possuir os contornos corporais desejáveis, possibilitando que as pessoas utilizassem de substâncias que aceleravam as metamorfoses do corpo.

O uso de esteroides anabolizantes cumpria a tarefa de intensificar os processos de construção do corpo dos praticantes de musculação. O debate sobre o uso dessas drogas já era apresentado na mídia no final da década de 1980, demonstrando como a influência dos modelos corporais em boa forma atingiam homens e mulheres de diferentes idades e classes sociais. Os questionamentos sobre o uso de anabolizantes nas rotinas daqueles que praticavam a musculação ganharam repercussão na imprensa, demonstrando a existência de impasses e dúvidas sobre quais recursos eram positivos ou não para a saúde do indivíduo.

Com o aumento do número de academias de musculação pelo país, recorrer aos anabolizantes fazia parte das respostas proferidas pelos indivíduos que eram instados pelo processo de exaltação da boa forma, de modo que o músculo passou a compor uma imagem estetizada da saúde e da força. Assim, homens e mulheres passaram a adotar a aplicação de substâncias anabólicas com o intuito de incrementar os hormônios, inflando o contorno dos corpos.

César Sabino (2004) identificou a existência de um conjunto de hierarquias entre os praticantes de musculação em academias na cidade do Rio de Janeiro, explicando quais formas corporais eram compreendidas como signos de prestígio e valor social. Assim, fisiculturistas e *body-builders* demonstravam em seus corpos as insígnias do sucesso das normas estéticas do momento, indicando que os músculos eram compreendidos como elementos de poder naqueles espaços. A performance dos marombeiros, como eram chamados os fisiculturistas, demonstrava o processo de intensificação dos exercícios físicos e o uso de anabolizantes como forma de adequação do corpo às expectativas sociais da beleza física.

Mais do que ser diferentes, os marombeiros eram aqueles que buscavam reiterar as dinâmicas sociais do cuidado com o corpo. Por esse motivo, Cesar Sabino identificou a construção de representações que tinham como critério a adequação aos modelos corporais exaltados pela cultura. Assim sendo:

Suas representações de saúde e harmonia naturalizam a construção social que ele faz de seu corpo. Sua viagem - se é que assim pode ser chamada - é a do esforço para reforçar as normas e os valores da cultura dominante. Ele, para ser o que é, tem que estar em conformidade com os padrões estéticos dominantes e buscar otimizá-los, preservando-os ou aprimorando-os sistematicamente (SABINO, 2004, p. 89).

O lugar ocupado pelo fisiculturista na construção dos corpos é o da hipérbole, onde o exagero das formas é distinto em relação às demais pessoas. A cultura do músculo que se

estabeleceu no Brasil possibilitou que o uso de anabolizantes criasse uma determinada narrativa nas décadas de 1980 e 1990, até o momento da intervenção estatal depois do aumento do número de casos de óbitos e de doenças provocadas pelo consumo desenfreados dessas substâncias. A Portaria nº 344/1988 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde regulamentou a venda de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial por parte das autoridades sanitárias, proibindo a livre venda dos esteroides anabolizantes sem a devida prescrição médica (BRASIL, 1988).

O discurso da promoção da saúde encontrava uma barreira no fenômeno dos anabolizantes, visto que essas substâncias implicavam na otimização da estética, mas também no surgimento de patologias decorrentes do uso. Apesar das convocações biopolíticas da imprensa incitarem a busca incessante pela boa forma física, as representações dos marombeiros não eram positivas nos meios de comunicação, evidenciando que a conquista do corpo ideal tinha obstáculos. Os efeitos colaterais da utilização dos anabolizantes provocavam alterações fisiológicas e estéticas que descaracterizavam os regimes corporais de homens e mulheres, borrando as barreiras hormonais que separam os sexos. Os anabolizantes são drogas masculinizantes, produzindo determinados efeitos nos corpos.

César Sabino (2004) elenca as seguintes sequelas:

O uso de esteróides além de causar acne, calvície, problemas cardíacos (infarto do miocárdio), hipertensão arterial, complicações hepáticas, câncer, aumento de mamas nos homens, atrofia testicular, diminuição da produção de espermatozoides e diminuição dos hormônios sexuais – e conseqüentemente da libido -, também provoca distúrbios psicológicos ('roidrages' como denominam os pesquisadores americanos) como agressividade e paranóia. Nas mulheres provoca também atrofia do útero e das mamas, virilização, como alteração na voz (voz grave), crescimento do clitóris, suspensão dos ciclos menstruais e crescimento excessivo de pelos (SABINO, 2004, p. 102).

Os impasses sobre os anabolizantes colocavam a musculação como uma prática que merecia cuidado, apontando os limites necessários para a aquisição da boa forma. Apelava-se para que os adeptos dos exercícios musculares fossem acompanhados por médicos e educadores físicos, estabelecendo critérios técnicos que validavam a segurança da prática. Dessa forma, a imprensa produziu narrativas que relatavam as problemáticas com o uso das substâncias anabólicas, ao passo que roteirizavam quais eram as condutas compreendidas como seguras para a adesão à musculação.

Entendida como atividade física de risco, o discurso midiático alertava a sociedade dos possíveis problemas para quem se exercitava sem acompanhamento médico e de educadores físicos, como destacou uma matéria de *O Globo* ao definir “os riscos na busca do corpo

perfeito”¹²⁷. A publicação indicava a possibilidade de danos à saúde por exercícios mal executados e sem orientação de profissionais credenciados, relatando casos da busca pela musculação apenas no período próximo do verão. A pressão social pela boa forma nas praias e espaços públicos de exibição do corpo produzia o fenômeno de corrida às academias, onde buscava-se a perda de gorduras em pouco tempo.

A imprensa enfatizava como o período do verão era aguardado pelos adeptos das atividades físicas e esportivas. Era na época do calor que o desnudar dos corpos em piscinas, clubes, balneários e praias acontecia, evidenciando que o apelo estético da boa forma encontrava na visibilidade dos corpos sarados e torneados o ápice do prestígio social. Assim, reiterava-se a ideia da construção do corpo como um capital simbólico.

Com o discurso de que “o mínimo é o máximo”, a revista *Boa Forma* apresentava a imagem de corpos femininos com vestuário reduzido, demonstrando que a moda praia estava conectada com o fenômeno das barrigas lisas e sem gordura, cinturas finas e pele bronzeada, construindo os sentidos da boa forma como modelo imperativo de visibilidade do corpo. O corpo era preparado para ser visto, expondo a existência de uma hierarquia social que dava prestígio às silhuetas enxutas em detrimento dos corpos desviantes.

Imagem 28 - O mínimo é o máximo



Fonte: Boa Forma, ano 12, nº1, janeiro de 1997, p. 98-99.

¹²⁷ Os riscos na busca do corpo perfeito. *O Globo*, 13/12/1992, Matutina, p. 22.

O apelo da revista *Boa Forma* estava na construção do corpo em boa forma para deixá-lo à vista, pois era no campo da visibilidade que essa condição do corpo era celebrada. As imagens adotadas pela publicação colocavam em destaque corpos magros, com barrigas enxutas, sem manchas ou marcas de flacidez, demonstrando a existência de um código visual que exaltava o modelo corporal que estivesse compatível com o regime visual da boa forma, eliminando toda gordura, manchas e flacidez do cenário.

Chama a atenção que a concepção de mínimo se torna o máximo numa conjugação entre alta visibilidade de determinadas partes do corpo, como abdômen, coxas e pernas, e a invisibilidade de quaisquer marcas corporais do desvio em relação aos ditames da boa forma. O máximo de visibilidade para o mínimo de roupas. Talvez essa seja uma das máximas que permite a circulação das imagens do corpo em boa forma, por meio do qual o sorriso das pessoas fotografadas indica o bem-estar e o conforto em relação aos corpos em destaque.

A intensa visibilidade dos corpos em boa forma, cujos contornos são evidenciados pela moda, pela fotografia e pelas mídias, define o processo de capitalização do corpo, valorizando determinados como de apresentação dos indivíduos nos espaços públicos e nas representações midiáticas. Dessa forma, o corpo surge como um ente em construção, cujo árduo trabalho em academias de ginástica e musculação fabrica um modelo corporal exaltado no meio social. Isto é, constrói-se um processo de capitalização dos corpos, expondo-os a uma hierarquia baseada na quantidade de investimento no cuidado com a aparência, permitindo maior inserção e visibilidade dos corpos em boa forma nos meios de comunicação, por exemplo.

Mirian Goldenberg (2006) compreende que a valorização do corpo construída na cultura brasileira contemporânea produziu o entendimento de que ele é o próprio capital e o valor de culto está ligado ao trabalho intenso e meticuloso realizado em clínicas de estética, academias de ginástica e musculação, assim como nas dietas, no consumo de cosméticos e outros produtos de cuidado corporal. Logo, a busca pela boa forma se consagra no desnudar dos corpos nas praias e ambientes tropicais, tornando-se fundamental para a circulação e predominância do valor moral das formas enxutas. “Pode-se pensar, neste sentido, que, além do corpo ser muito mais importante do que a roupa, ele é a verdadeira roupa: é o corpo que deve ser exibido, moldado, manipulado, trabalhado, costurado, enfeitado, escolhido, construído, produzido, imitado”, destaca Goldenberg (2006, p. 118).

É no controle das formas e no estímulo à permanência das práticas que disciplinam as silhuetas que o corpo na contemporaneidade se constitui. Assim sendo, a produção discursiva da mídia sobre o cuidado com a aparência ganhava naquele período o *status* imperativo por

demonstrar de modo impetuoso que as atividades físicas e esportivas – assim como as dietas e cirurgias plásticas – eram os canais necessários de aquisição da boa forma. Isto é, o corpo como um capital era investido pelo poder que estimulava as práticas de embelezamento, indicando que a imprensa e a publicidade funcionavam como meios de produção de sentido e valoração das atividades corporais.

Ao percebermos a insistente convocação biopolítica produzida pela mídia, identificamos os modelos de controle dos corpos estão presentes nos convites que vão desde o cuidado com a alimentação até os exercícios físicos ordinários, passando pelas indicações da medicina cosmética até a adoção das técnicas biomédicas. Invariavelmente, o papel das mídias nesse quesito era o de promover um modo de governo dos indivíduos, propondo estratégias de sobrevivência e prolongamento da vida, consolidando um esquema de valoração corporal que tem na boa forma o seu ápice. Ou seja, o investimento no corpo tornou-se uma capitalização de si mesmo, e nas interações entre as pessoas ocorriam no processo de exaltação midiática e social de determinadas silhuetas e na abjeção de outras.

Paula Sibilia (2010) afirma que a moralidade que se apossou das formas corporais responde a constituição de um modelo social dividido entre aqueles que atingem as metas da boa forma e os desviantes dessa norma. Assim, descreve a autora:

Tudo isso se apoia em uma complexa rede de valores e crenças, de acordo com a qual ser velho, feio ou gordo – ou o fato de se ter um corpo imperfeito em qualquer uma das suas acepções – constitui uma falha de caráter individual, um erro na própria programação corporal, que se deveria evitar a qualquer custo ou, pelo menos, ocultar vergonhosamente da visão alheia (SIBILIA, 2010, p. 206).

As notícias sobre a perda de peso, as correções e modificações corporais, o aumento de massa muscular e o condicionamento físico de alta performance são comumente veiculadas pela mídia como estratégias de concretização do êxito do processo de modelação e controle dos corpos. Afinal, a publicização dos resultados obtidos por celebridades e anônimos é celebrada como uma vitória, uma conquista que destaca o empenho individual na realização do corpo em boa forma. Invariavelmente, esse procedimento coloca em questão ainda uma interpelação aos indivíduos que não aderiram às práticas de controle dos corpos, expondo os infortúnios e desgraças que acometem quem não governa a si mesmo.

As falhas e erros individuais no processo de controle do corpo são expostas na imprensa como estratégia de julgamento moral, demonstrando impiedosamente o sistema hierárquico que outrora separou os normais dos anormais, mas que na contemporaneidade se transformou na distinção entre os belos, jovens, fortes e em forma, de um lado, e os feios, velhos, fracos e fora

de forma. Na virada do milênio, esse sistema biopolítico já era pulsante nos meios de comunicação, alimentando ainda mais o convite sedutor para expurgar toda gordura, flacidez, rugas, linhas de expressão dos corpos e construir uma legião de corpos sarados, musculosos e tonificados.

A década de 1990 foi marcada pela intensificação dos discursos midiáticos biopolíticos, com publicações de diferentes suportes culturais que implicavam na exibição dos corpos e na preocupação com a aparência física. O corpo era compreendido como sinônimo do próprio indivíduo. Assim, a ideia de cuidado com o corpo colocava em questão o cuidado consigo mesmo. Como descreveu Paula Sibilia (2010, p. 202), “o corpo é objeto de um design epidérmico que recomenda o cultivo da própria imagem, numa era na qual a visibilidade e o reconhecimento no olhar alheio são essenciais para definir o que se é”.

O contexto da última década do século XX é o de intensificação do culto ao corpo no Brasil, demonstrando que as práticas sociais brasileiras estavam cada vez mais sendo mediadas pela visibilidade e exaltação do corpo. Assim, os discursos midiáticos produziam o caldo denso da percepção social do corpo e dos imperativos da aparência, desenvolvendo um gigantesco mercado de apoio às técnicas e tecnologias de controle das formas.

Apesar do afã celebrativo da conquista da beleza esportiva, tonificada, musculosa e boa forma, o ambiente cultural daquele período também possibilitou o surgimento de críticas severas à condição do sujeito contemporâneo. Compreendido como escravo de sua própria condição corporal, as práticas de exaltação da boa forma foram sendo combatidas por aqueles que advogavam pela conservação de valores morais cristãos, afirmando que o corpo era compreendido como lugar da experiência divina e não como objeto mundano. O questionamento sobre o culto ao corpo era produzido por quem ainda acreditava na necessidade de aprimoramento da alma, insistindo na conservação das narrativas religiosas que estavam em crise na segunda metade do século XX.

Imagem 29 - A festa do corpo



Fonte: O Globo, 11/06/1998, p. 7.

A crônica escrita por Frei Beto no jornal *O Globo*, em 1998, tornou-se sintomática desse fenômeno de contestação das rotinas imperativas da boa forma física na sociedade brasileira daquele período. O religioso inspirava-se na premissa da corporeidade como dimensão sacralizada, e a preocupação com a aparência seria uma prática mundana que deteriorava o indivíduo e sua relação com a espiritualidade. Acionando o antigo esquema de que o corpo representava a casa do espírito de Deus, Frei Beto (1998) contestava a programática de culto à boa forma que estava em voga na virada do milênio, provocando uma reflexão sobre a degradação do humano que se apossava do corpo como última matéria de adoração.

O texto de Frei Beto (1998) explorava a intensificação das práticas de cuidado com a aparência como diagnóstico de uma mudança na subjetividade contemporânea, compreendendo que os espaços de adoração religiosa foram trocados pelas academias de ginástica e musculação, revelando a sofisticada rede de produção simbólica e midiática de culto ao corpo. Como religioso, Frei Beto alertava para o processo de artificialização da vida através do apelo às superfícies e aparências. Desse modo, criticava-se a o fenômeno de exaltação da carnalidade afirmando que “nunca se falou tanto em corpo como neste século que tanto “o profana”. Em linhas gerais, a ideia-síntese da crítica de Frei Beto destacava que:

Basta observar uma banca de revistas! nas capas, corpos como pratos de um cardápio ilustrado. No entanto, aqueles mesmos modelos sabem que o preço do sucesso não paga o valor da vida. Ao contrário, sonega o que há de mais vital: a subjetividade, o recôndito do coração, o direito de se inter-relacionar como pessoa, sem se ver reduzido a mero objeto de consumo. Malha-se o corpo com uma dedicação nem sempre igualável à malhação do espírito. Menos cultura e mais vitaminas! Morreremos todos saudáveis e esbeltos.¹²⁸

A percepção de um apogeu do usufruto do corpo na virada do milênio promovia críticas que extrapolavam o recôndito religioso, existindo também entre intelectuais e pessoas eruditas em diferentes momentos. A análise de Frei Beto identificava o processo de objetificação do corpo, tal como apontou Jean Baudrillard (1995) em sua análise da sociedade de consumo contemporânea, demonstrando que o status anterior de recôndito da alma foi ultrapassado pelo paradigma de objeto de consumo, com profunda atuação da moda, publicidade, cultura midiática e a arte.

A ênfase dada à estética e à dietética no final do século XX anunciava a consagração da lógica de consumo, que tinha no corpo o seu principal objeto de transformação. Isto é, a crítica social traduzida no discurso de Frei Beto apontava a objetificação como um dos sintomas cruciais para entender o avanço do culto ao corpo no Brasil e no mundo. Isso indicava a existência de um alinhamento da crítica de intelectuais e acadêmicos por identificarem, cada um ao seu modo, a existência de uma profunda mudança cultural em curso, em que o corpo passou a ser controlado pela moralidade da boa forma física, construindo os roteiros e narrativas a serem seguidas por todos.

É no pensamento de Jean Baudrillard que identificamos a crítica ao estatuto do corpo na sociedade de consumo, onde a condição humana é transformada em mercadoria flexível, moldável, customizada e personalizada, solicitando ainda um investimento constante para que seja desejado por todos. Assim, o corpo torna-se capital e feitiço, como descreve Baudrillard, enfatizando que “em ambos os casos, é necessário que o corpo, longe de ser negado ou omitido, se invista (tanto no sentido econômico como na acepção psíquica do termo) com toda determinação” (BAUDRILLARD, 1995, p. 137).

O investimento no corpo, por meio da adoção de dietas, realização de cirurgias plásticas, na execução de atividades físicas e esportivas, assim como na aquisição de cosméticos e outros produtos, faz parte da própria lógica de manutenção de uma determinada imagem do corpo em boa forma. Logo, investe-se na busca por resultados que podem ser mais imediatos, no campo

¹²⁸ BETO, Frei. A festa do corpo. O Globo, 11/06/1998, p. 7.

das modificações corporais, assim como nas dinâmicas sociais que envolvem o corpo, tal como reconhecimento e exaltação públicas.

O corpo como objeto de consumo, ou mercadoria, é convocado a manter-se jovem, magro, belo e atraente, solicitando do indivíduo uma intensa jornada de cuidado com a aparência, tornando compulsória as rotinas em academias de ginástica, musculação, centros de estética e *spas*, produzindo conseqüentemente uma manutenção interminável das silhuetas e contornos corporais, eliminando as gorduras, manchas, flacidez, rugas e outros sinais que podem degradar a imagem corporal, cujo status social é mantido pela próprio investimento no corpo.

A perspectiva crítica realizada na virada do milênio colocava sob relevo o *status* adquirido pelo corpo na cultura, expondo como os estímulos e incentivos aos cuidados com a aparência estavam desde sempre conectados com um modelo social hierarquizado pelo consumo de serviços, bens e produtos que atuavam ainda mais na modificação constante das silhuetas. Desse modo, apontava-se a existência de uma estratégia do poder para estimular a preocupação com o físico, por meio do qual o modo de governar os indivíduos partia do seu mais íntimo espaço de existência: o corpo.

Quando falamos sobre os imperativos da boa forma, estamos refletindo sobre os processos socioculturais que implicaram em uma mudança na atuação do poder. Seguindo os parâmetros foucaultianos de transformação do controle-repressão para o controle-estímulo, percebemos que a mídia é o diagrama que forja as convocações do cuidado com o corpo de modo imperativo, modificando a biopolítica das massas para uma perspectiva pormenorizada nas práticas individuais que se somam às multidões.

A perspectiva do *bios midiático*, nesse sentido, atende a essa demanda de desenvolvimento de um modelo de vida conectado com as expectativas do mercado, onde o investimento no corpo se dá pela constante convocação a agir em nome da beleza, saúde e bem-estar, tornando a boa forma um estado imperativo do corpo. Malhar, fazer exercícios físicos, esportes, dietas, terapias corporais etc. demonstra a centralidade que os cuidados com o corpo possuem no mundo contemporâneo, destacando que na história desses processos os meios de comunicação tornaram-se o polo irradiador dos modelos corporais idealizados, das condutas recomendadas e das práticas compreendidas como essenciais para a manutenção de uma imagem enxuta do corpo.

4.3 O GOVERNO DOS CORPOS

“O culto ao corpo desenvolve certa relação de julgamento moral acerca do cuidado de si, mas implica não apenas um governo de si; sugere também uma política de governo dos outros” (SANCHES, 2020, p. 217). Esse é o diagnóstico realizado em trabalhos anteriores sobre o fenômeno do culto ao corpo na sociedade brasileira. Essa concepção leva em consideração a existência de uma longa jornada de construção do modelo social hierarquizado pela aparência, já que a boa forma se tornou símbolo de um cuidado corporal ideal.

A racionalização do corpo produzida pelo fenômeno de culto ao corpo coloca uma determinada ênfase naquilo que é feito, produzido ou realizado pelo indivíduo na promoção de saúde, bem-estar e qualidade de vida. Assim, constrói-se uma determinada mentalidade das formas de condução do comportamento humano, projetando práticas ideais e de riscos, assim como o julgamento entre a boa forma e os seus desvios – da obsessão pela magreza ao pavor da gordura. Contudo, para que essa racionalidade seja operada com êxito, as relações de poder acionam os dispositivos capazes de organizar, orientar, incitar e estimular as condutas desejadas.

Quando jornais e revistas apontam as formas ideais de cuidado com o corpo e a aparência, os meios de comunicação estão atuando como dispositivos de poder. Os enunciados que possuem a tônica imperativa da recomendação, do conselho, da dica, do segredo revelado em primeira mão, implicam numa interação com o indivíduo através do convite à ação deliberada pelos discursos construídos pela mídia, convocando-se a uma aderência a técnicas corporais, ao consumo de serviços e produtos, à adoção de um estilo de vida saudável.

A tese de que o dispositivo midiático é biopolítico ganha força no século XXI. Contudo, a história dos processos de embelezamento e cuidado com o corpo, no século anterior, revela os passos dessa construção no Brasil, apontando para as pedagogias que ensinavam quais eram os procedimentos corretos, quais eram os resultados esperados e quais silhuetas representavam a norma social. Das publicidades de cosméticos às promoções nas clínicas de cirurgias plásticas, a conduta humana foi sendo programada em textos e imagens da imprensa, publicidade, moda e outras manifestações da cultura midiática.

A consciência e o domínio do corpo, incentivados pela mídia desde a década de 1970, provocaram o surgimento do modelo imperativo da boa forma física, na qual as dinâmicas do poder consolidaram uma hierarquia social baseada na aparência. Desse modo, uma determinada tirania do cuidado com as silhuetas tomou conta da realidade social brasileira na virada do milênio, provocando disputas que complexificavam ainda mais as antigas ordens identitárias

que tinham como base as marcações de gênero, por exemplo, quando homens e mulheres governavam a si mesmos na busca por espaços de poder.

Em 1995, o jornal *O Globo* tratou do tema do culto ao corpo nomeando o fenômeno de “facismo (sic.) do corpo”, apontando a dimensão imperativa das práticas de cuidado com a aparência. Destacando a existência de uma pressão social em relação aos modelos corporais vigentes, o texto invocava ainda como as mulheres tinham dominado o terreno das práticas corporais e apontavam as falhas dos homens no processo de embelezamento. Desse modo, o periódico descrevia a existência de um caráter autoritário no julgamento das silhuetas daqueles que não aderiram às técnicas e procedimentos amplamente divulgados pela imprensa e publicidade. Nas palavras de *O Globo*, “depois de séculos buscando o rosto sem rugas, o corpo perfeito e a beleza à prova do tempo, as mulheres ficaram exigentes e instalaram a ditadura do corpo – ou *body fascism*”¹²⁹

O fascismo foi um regime político e ideológico que vigorou na Itália do início do século XX, apoiando-se em valores racistas e xenofóbicos, sendo congênere às práticas do movimento nazista alemão. Por esse motivo, compreendo que o uso da expressão *body fascism* é controversa, pois reduz um fenômeno de grande complexidade na história recente aos modos imperativos de cuidado com a aparência. Contudo, a descrição do fenômeno de culto ao corpo feito pelo *O Globo* demonstra a existência de conflitos em torno das práticas corporais produzidas no final do século XX, chamando a atenção para o fato do corpo tornar-se um objeto central nos debates sociais da época.

O fascismo do corpo, como descrito pelo jornal, está associado àquilo que chamamos de modo imperativo da boa forma, quando foi construída uma obrigação na adesão às práticas de cuidado com a aparência. Entretanto, o jornal chama a atenção para o fato dessa obrigação ter sido consolidada historicamente em torno das figuras femininas, revelando que os homens pouco participaram desse processo, o que estava sendo questionado no apagar das luzes do século XX. Durante séculos a beleza feminina foi sendo administrada pelos poderes patriarcais e machistas, tornando lugar comum a compreensão de que para a mulher a beleza é fundamental.

O texto do jornal *O Globo* descreve o movimento de culto ao corpo da seguinte forma:

Depois de séculos buscando o rosto sem rugas, o corpo perfeito e a beleza à prova do tempo, as mulheres ficaram exigentes e instalaram a ditadura do

¹²⁹ AS PARTIDÁRIAS do novo facismo. *O Globo*, 22/07/1995, Caderno Ela, p. 3.

corpo – ou *bodyfascism*. O nome soa mal, mas é isso que elas estão impondo aos homens. Muitas, assumidamente, só namoram os perfeitos.¹³⁰

As controvérsias apresentadas pelo *O Globo*, sobre o fenômeno do apelo feminino à boa aparência, destacam que a pressão cultural sofrida pelas mulheres por séculos passou a ser transmitida também aos homens, sendo eles agora o alvo dos questionamentos sociais sobre vaidade, beleza e cuidado com o corpo. As mulheres entrevistadas na matéria revelaram que as rotinas de embelezamento deveriam ser acompanhadas pelos homens, assim a ideia de beleza seria compartilhada entre ambos os sexos, construindo assim uma nova página na história da beleza, declarando que o masculino também é instado a cuidar da aparência e a ceder a uma política dos cuidados corporais.

A cantora brasileira Elba Ramalho, por exemplo, ao ser questionada sobre a necessidade de atenção dos homens à beleza, afirmou que “uma pessoa que gosta de si, se cuida”, evidenciando o entendimento de que a beleza era um investimento pessoal e que os homens não estavam à parte desse fenômeno social. Elba Ramalho considerou ainda que “Se passar um homem mal-cuidado e um gato, é claro que eu vou olhar para o gato”¹³¹, determinando que os homens bem cuidados eram mais atraentes e bonitos.

Joana Vilhena Novaes (2013) identifica que na concepção de beleza mais difundida na cultura ocidental há uma ideia de justaposição entre o belo e o feminino, tornando a mulher o sinônimo de beleza. Como descreve a autora, “a imagem da mulher na cultura confunde-se com a da beleza. Este é um dos pontos mais enfatizados no discurso sobre a mulher: ela pode ser bonita, deve ser bonita, do contrário não será totalmente mulher” (NOVAES, 2013, p. 85). Apesar disso, o movimento descrito pelo *O Globo* demonstra que a pressão pelo embelezamento estava sendo apresentada também aos homens, cujas responsáveis pelo julgamento moral da boa forma eram as mulheres. Isto é, questionava-se até quando as mulheres mobilizariam o arsenal das práticas de cuidado com a aparência e os homens manteriam uma conduta de descuido com o corpo e a estética. Desse modo, convocavam-se os homens a agirem em nome da boa forma corporal.

“Os machos agora sofrem com a ditadura da beleza imposta pelas mulheres que assumem a preferência pelos corpos atléticos e quebram o mito de que homem seduz pelo charme”¹³², destacava o subtítulo da notícia veiculada pelo *O Globo*. Apesar de evidenciar a existência do imperativo da boa forma para ambos os sexos, o periódico indicava que esse

¹³⁰ AS PARTIDÁRIAS do novo facismo. *O Globo*, 22/07/1995, Caderno Ela, p. 3.

¹³¹ AS PARTIDÁRIAS do novo facismo. *O Globo*, 22/07/1995, Caderno Ela, p. 3.

¹³² AS PARTIDÁRIAS do novo facismo. *O Globo*, 22/07/1995, Caderno Ela, p. 3.

fenômeno era de responsabilidade das mulheres, depositando na feminilidade o papel de convocação ao processo de embelezamento e cuidado com a aparência masculina, definindo que os jogos de poder anteriormente baseados na erotização estavam sendo disputados no novo paradigma da boa forma física.

À primeira vista, a matéria define que as mulheres estão capitaneando um processo de culto às aparências a partir da lógica de erotização dos corpos. Isto é, as mulheres estariam definindo que os jogos sexuais e eróticos estavam sendo mediados, a partir de então, pela forma física do gênero masculino. O periódico afirma ainda que o fenômeno de culto ao corpo tem promovido uma verdadeira revolução na aparência do homem, implicando numa busca acelerada pela construção de uma imagem atraente e desejável aos olhos da mulher. É o que demonstra o trecho a seguir:

*O body fascism faz bem à mulher e deixa homens bonitos e cheirosos. Os mais jovens malham em academias, comem o suficiente para alimentar meia Somália e tomam vitaminas e anabolizantes para ter o corpo musculoso. Os mais velhos sentem-se inseguros quando a barriga desponta, se desesperam aos sinais de calvície e temem os que se cuidam.*¹³³

Apesar do equívoco na escolha de um conceito, como falamos anteriormente, o tema abordado no texto de *O Globo* põe em destaque a existência de discursos que compreendem como os processos de embelezamento e cuidado com a aparência estavam afetando os modos de lidar com o corpo no final do século XX. Demonstrando ainda o peso que a aparência possuía nas dinâmicas sociais daquele período.

Os vestígios deixados nessa narrativa de *O Globo* demonstram como a busca pela boa forma era um tema pertinente na década de 1990, provocando disputas sociais entre homens e mulheres a partir das referências estéticas de corpos enxutos, bem cuidados e ativos. Georges Vigarello (2006) atesta que a mudança nos regimes de embelezamento no final do século XX colocou homens e mulheres no mesmo patamar de preocupação com a aparência, demonstrando ser esse um dos elementos das disputas entre os sexos e gêneros. Segundo o autor, o tema da beleza escapou do essencialismo dado ao feminino, destacando-se também entre os homens a partir do surgimento de um mercado da beleza que contemplava os anseios e desejos masculinos.

¹³³ AS PARTIDÁRIAS do novo facismo. *O Globo*, 22/07/1995, Caderno Ela, p. 3.

A pesquisa de Harrison G. Pope (2000) em uma academia de musculação estadunidense revelou que os imperativos da boa forma colocaram em destaque um modelo corporal inatingível, apontando que homens e mulheres lutam diariamente para alcançar tal padrão estético-visual. Contudo, Pope (2000) investiga o peso desse processo em homens, demonstrando que a incitação promovida pela indústria do músculo e a mídia especializada apresenta um curioso regime de representação da masculinidade como “os supermachos” – homens hipermusculosos que exalam uma erótica muito específica.

Ao perceber o ambiente da academia e todos os códigos sociais que ali circulavam, Harrison G. Pope (2000) percebeu como a construção da imagem dos supermachos estava associada a uma determinada avalanche de imagens do corpo masculino musculoso. Como descreve o autor, “as imagens de supermachos aparecem não apenas nas caixas de proteína em pó, mas em toda a academia. Estão nas capas das revistas na sala de espera, nos pôsteres nas paredes e em um aviso colocado no quadro” (POPE, 2000, p. 19). Assim, o estímulo ao corpo malhado e em boa forma tornou-se um dos paradigmas estéticos da masculinidade nas últimas décadas do século XX.

O regime da aparência atlética, musculosa e viril, estabeleceu uma determinada obsessão masculina em torno da perfeição corporal. A investigação de Harrison G. Pope apontou a existência de um fenômeno batizado de complexo de Adônis – Semideus grego da caça que possuía uma juventude e beleza irretocáveis. Segundo Pope, esse conceito fala sobre “um conjunto de preocupações com a imagem corporal geralmente secretas, mas surpreendentemente comuns entre rapazes e homens” (POPE, 2000, p. 23).

As preocupações que passaram a fabricar os corpos musculosos dos supermachos, no caso brasileiro, aparecem na investigação realizada por César Sabino em academias de musculação na cidade do Rio de Janeiro. Ao tratar dos rituais praticados pelos fisiculturistas, também conhecidos como marombeiros, Sabino afirma que as pressões estéticas que antes recaiam sobre as mulheres, por séculos, passaram a compor o cotidiano masculino numa lógica exacerbada de culto ao músculo nas últimas décadas do século XX. A análise de César Sabino (2004) reitera as concepções destacadas por Harrison G. Pope sobre a existência do complexo de Adônis. Segundo Sabino, a busca incessante pelo corpo perfeito masculino se caracteriza da seguinte forma:

Estes têm utilizado todos os tipos de recursos para construir uma forma adequada às representações sociais de beleza: musculação compulsiva, uso de esteróides anabolizantes, produtos redutores de adiposidade, cirurgias plásticas, cuidado com pele e cabelos, tudo para cultivar uma imagem hipermasculinizada (SABINO, 2004, p. 24-25).

O domínio do corpo na virada do milênio representou uma busca desenfreada por status social, quando a beleza atlética de homens e mulheres mobilizava um vasto conjunto de práticas, técnicas, produto e serviços destinados ao controle das formas corporais amplamente difundidas pela imprensa e publicidade. Tornou-se inquestionável como as mídias ganharam o protagonismo nesse processo de construção do corpo perfeito, prescrevendo aconselhamentos e advertências que surtiam efeitos na própria dinâmica dos espaços de construção de corpos: academias, clínicas de estética, *spas*, consultórios médicos, clubes esportivos e escolas.

Tomando o *body-building* como forma síntese das práticas corporais contemporâneas, Jean-Jacques Courtine (1995, p. 86) afirma que as representações sociais massificadas construíram uma dinâmica na qual “cada indivíduo torna-se, então, o *gestor* de seu próprio corpo”, invocando um modelo de sujeito que gerencia a tomada de decisão no processo de adesão das atividades direcionadas ao condicionamento físico, ao aumento da performance corporal, assim como a conquista do bem-estar e da qualidade de vida. Isto é, as responsabilidades sobre o cuidado com o corpo e a aparência ganharam a tônica da individualização, colocando essas atividades como desafios pessoais.

Dentre o conjunto de enunciados forjados nos processos midiáticos de convocação biopolítica, ocorreu um intenso caminho de construção de narrativas pessoais sobre a fabricação do corpo perfeito. Celebidades, atletas e anônimos participavam de diferentes publicações midiáticas falando das formas de cuidado com a aparência e indicando quais foram as escolhas realizadas por eles na constituição da boa forma física. Esse recurso do exemplo das pessoas que adquiriram êxito no controle das silhuetas tomou conta de jornais e revistas especializadas nas últimas décadas do século, consolidando um modo de compartilhamento e circulação dos valores imperativos da boa forma.

As narrativas de emagrecimento de pessoas gordas ou obesas, a modificação corporal em cirurgias plásticas, a aquisição de condicionamento físico e o aumento de musculatura, por exemplo, pululavam em textos e imagens das mídias informando como era tangível a conquista da boa forma. Desse jeito, consolidava-se o argumento de que qualquer pessoa poderia atuar em nome do cuidado com a aparência, espelhando-se nas histórias das pessoas que venceram os obstáculos e alcançaram os objetivos traçados anteriormente.

As biografias e autobiografias, por exemplo, realizam a tarefa de construir e consolidar a imagem de determinados personagens da cultura local ou global, configurando-se, sobretudo, como tecnologias capazes de dar coerência aos modos como os sujeitos se apresentam na sociedade, como afirma Philippe Lejeune (2008). E as mídias expressavam esse modelo de

exposição das histórias de celebridades baseadas na exploração das características que interessam o periódico: o segredo da boa forma daquele indivíduo. Os textos autobiográficos exploravam a dimensão em que os sujeitos narravam sobre si, sobre suas vidas, as conquistas, derrotas ou processos que os acometiam de forma específica, tratando de construir um complexo jogo narrativo em que o próprio sujeito é o personagem da história.

A revista *Boa Forma* utilizava da fórmula de exposição dos exemplos de celebridades que possuíam corpos perfeitos, irradiando as dicas, conselhos e recomendações para o público-alvo. Em 1988, em entrevista com a atriz e apresentadora Xuxa Meneguel, a publicação demonstrava como o culto às aparências era fabricado no interior dos processos midiáticos:

O segredo da minha boa forma é, antes de mais nada, só fazer o que gosto. E a ginástica está em lugar de destaque em minha vida. Acho exercício muito importante para qualquer pessoa. Até para se curtir, se descobrir, descobrir a própria vitalidade. O difícil é começar. Depois você vê com é gostoso. (Entrevista com Xuxa Meneguel. *Boa Forma*, 1988, n. 10, p. 32-33).

A narrativa apresentada pela celebridade destacava a existência de uma dificuldade no início dos processos de cuidado com a aparência, demonstrando que não era fácil tomar para si a tarefa de esculpir uma boa forma física. Porém, ela mesma explicava que a habitualidade fazia com que o prazer pelo cuidado com o corpo surgisse, tornando o processo “gostoso”. Desse modo, enfatizava-se uma história da boa forma como algo disponível para quem persistisse na execução assídua das tarefas prescritas na ginástica, na aeróbica, na musculação e em outras atividades e exercícios físicos, tornando essa receita possível e indispensável a todos. Ressaltava-se, nesse sentido, a definição de que essas fórmulas de cuidado com a aparência eram classificadas de importantes, de modo indiscriminado e irrestrito, revelando assim a extensão da convocação realizada.

O prazer em executar as atividades físicas era um dos destaques da fala de Xuxa Meneguel, a aderência às exigências da rotina de cuidado com a aparência tornava-se fundamental, permitindo que a ginástica fosse uma técnica presente no cotidiano dela. Afirmava-se, de certa forma, a importância desse tipo de comportamento para todas as pessoas, convocando o público-leitor de todas as localidades, idades, sexos e raças a adotar as exigências de uma vida em boa forma, pois a temática era tratada como fundamental para os indivíduos.

Seguindo a mesma lógica exemplar de Xuxa, a atriz Luma de Oliveira, outra celebridade que tinha fama nas décadas de 1980 e 1990, aparece na revista *Boa Forma* apresentando o discurso narrativo de atenção com o corpo através da adoção de práticas esportivas realizadas

por prazer, na qual a própria pessoa valoriza o processo de controle corporal como uma atividade necessária para a vida.

Sou fanática pelo ciclismo, conta ela. “Adoro botar a bicicleta na rua e pedalar. É algo que faz bem ao meu corpo, à minha cabeça, e me traz energia. É o maior prazer. Acredito que tudo o que faz com vontade, e não por obrigação, faz bem. Para mim o ciclismo é algo ultra-saudável, quando consigo ficar em comunhão comigo mesma. (Entrevista com Luma de Oliveira. *Boa Forma*, 1988, n. 14, p. 26).

A referência ao prazer provocado pelas atividades físicas colocava na narrativa de Luma de Oliveira o caráter de transformação do processo de disciplinamento e controle do corpo, como identificamos em outros momentos, quando as convocações biopolíticas modificaram o caráter de obrigatoriedade e rigidez da aplicação das rotinas de cuidado, acrescentando a ideia de que é o indivíduo quem escolhe quais tarefas cumprir, rechaçando todo e qualquer discurso ou prática autoritária. Isto é, criou-se nesse período o entendimento da busca pela boa forma como um projeto coordenado pelo indivíduo, cuja gestão era dirigida pelo prazer em realizar os procedimentos de cuidado com a aparência.

O apelo do prazer, presente nas narrativas de Xuxa Meneguel e Luma de Oliveira, aparece como um vestígio importante do processo de pulverização das práticas de cuidado com a aparência no final do século XX. Afinal, as mudanças nas práticas culturais de embelezamento forjaram não apenas um processo de individualização da busca pela boa forma física, como também promoveram um convite sedutor de caráter massificador. Os textos diziam quais eram os segredos das celebridades, tornando público os modos de controle do corpo.

As dinâmicas apresentadas nos relatos dos famosos nas entrevistas pela *Boa Forma* apontavam para a incidência da estetização da saúde por meio do entendimento de que as práticas esportivas e atividades físicas em geral constituíam fórmulas de conquista do bem-estar e da qualidade de vida. Assim, pregava-se uma lógica de cuidado associado ao prazer, mas também à saúde do indivíduo.

Faço ginástica todos os dias no banho, jogo basquete, vôlei, peteca, ando de bicicleta e nado desde menino, conta ele. Riccelli curte mesmo todos esses esportes. Eu sempre acreditei que o bem-estar geral está ligado à saúde do corpo. E estar bem de cabeça faz bem ao corpo. Mas, para dar certo, o truque foi sempre fazer tudo com muito prazer (Entrevista com Carlos Riccelli. *Boa Forma*, 1988, n. 15, p. 34.)

A compreensão do prazer nas atividades físicas e esportivas surgiu como essencial para a formação das práticas de prevenção das doenças, da contenção dos riscos à saúde. Desse modo, o fazer com entusiasmo tornou-se necessário como um modo de remediar futuros

problemas cardíacos, pulmonares, ósseos etc. Isto é, fabricou-se nos discursos das celebridades um pacto de combate ao comportamento de risco, classificando determinadas práticas, que podem causar danos ao corpo e à saúde dos indivíduos, como negativas, ao passo que positivou as práticas corporais de cuidado com a aparência em sua dimensão lúdica.

Marcos Bagrichevsky et al. (2007) compreendem que o paradigma contemporâneo de cuidado com a aparência é promovido pela imprensa e publicidade por meio da intensa divulgação e prescrição dos comportamentos compreendidos desejados para a construção de corpos saudáveis e em boa forma. Os discursos midiáticos, segundo esses autores, desenvolvem um determinado conceito de sedentarismo marcado pela doença e pela ruína do corpo, afirmando que os conselhos, dicas e segredos compartilhados pelas mídias atuam com o intuito de remediar os desvios e propor o consumo e a utilização de produtos e serviços de um mercado da beleza e da saúde.

A intensidade do discurso midiático sobre os modos de cuidado com a aparência, presente nas narrativas das celebridades, indicava a prevalência de determinadas pedagogias do corpo em detrimento de outras discursividades. Ou seja, falava-se muito sobre a necessidade do prazer na execução das atividades físicas como um modo de condenação daqueles que se recusavam a aderir aos planos estabelecidos nos processos comunicacionais. Assim, privilegiava-se o enunciado que irradiava a lógica do cuidado pelo prazer, implicando na recusa de outros significados para as atividades e exercícios físicos. Como afirmam Bagrichevsky et al.:

Cabe também considerar que outras referências sócio-discursivas são, de certo modo, marginalizadas ou descartadas na grande circulação midiática, uma vez que poderiam representar alternativas mais adequadas ao balizamento para escolhas pessoais e coletivas quanto aos modos de viver lidar com o próprio corpo. Sem dúvida, esse 'jogo' desigual de tensões em disputa interfere subjetivamente nas decisões acerca do que (e quanto) comemos; se devemos ou não, fumar, ingerir bebidas alcoólicas, fazer exercícios físicos, entre outras práticas cotidianas (BABRICHEVSKY et al., 2007, p. 221).

O processo de consagração de determinadas fórmulas de controle dos corpos no final do século XX desenvolveu, sobretudo, um modelo de prevenção dos riscos capitaneado por um modelo de indivíduo com características neoliberais. O modo de cuidar do corpo no Brasil desde a década de 1980 ganhou contornos do neoliberalismo, acentuando o fenômeno da popularização das técnicas de cuidado com a aparência nos anos 1990 e definindo os parâmetros do culto ao corpo no início dos anos 2000.

A lógica de governo do corpo exposta nas mídias do período invocava a narrativa do prazer, mas também da superação, da garra e da força de vontade no processo de aquisição da boa forma física, consolidando a ideia de que os valores capitalistas encontraram nas dinâmicas do consumo uma forma de alimentar o discurso de prevenção de doenças e da promoção da saúde. Como destaca Denise Bernuzzi de Sant’Anna (2014, p. 181), “o olhar sobre o corpo assemelhou-se a procurar seus desgastes ainda não reparados ou o seu prazo de validade ainda não vencido; como se o corpo fosse uma lata de ervilhas”.

Buscava-se no corpo as marcas do tempo com o intuito de reparar as formas, ajustar as silhuetas, melhorar as performances e obter resultados esperados. Desse modo, uma determinada forma de controle do corpo ganhou destaque no meio social brasileiro, revelando que o caráter empresarial do embelezamento estava em vigor. O olhar persecutório sobre si e sobre o outro demonstrava a existência da moral da boa forma, definindo que o corpo precisaria passar por rituais constantes de aprimoramento. É nesse cenário que uma determinada racionalidade passa a operar nos procedimentos e práticas de cuidado com a aparência.

Sob os auspícios dos fundamentos neoliberais, o indivíduo passou a interagir com o próprio corpo a partir do escrutínio da valorização, tornando-o uma mercadoria que se deprecia com o tempo, mas que requer cuidado e investimento. Nesse sentido, a adoção das práticas de rejuvenescimento – como as cirurgias plásticas e os cosméticos – somadas às dietas, exercícios físicos e esportivos, apresentava-se como alternativas ao processo degenerativo do corpo. Desse modo, utilizava-se de forma imperativa as técnicas e práticas de cuidado com a aparência como fórmulas de aprimoramento, investindo incessantemente em escolhas que positivavam o estatuto do corpo, expondo moralmente quais condutas pessoais eram essenciais para a manutenção da boa forma e quais comportamentos eram abomináveis.

A fabricação de um corpo em boa forma, nesse sentido, estabelecia o processo de investimento no corpo, colocando em ação as estratégias de controle das condutas a partir dos critérios de avaliação neoliberal, com a definição de parâmetros positivos de determinadas práticas para a conquista da silhueta enxuta, apontando ainda quais comportamentos eram prejudiciais. O processo de perseguição da boa forma física colocava um modelo de moralidade corporal em evidência, cujas referências neoliberais consagravam a necessidade do estabelecimento de metas e conquistas. Nikolas Rose (2011), em suas pesquisas sobre o modelo de subjetividade contemporânea, afirmou que novos modos de subjetivação estavam em jogo no cenário neoliberal na virada do milênio, destacando a existência de uma transformação das técnicas de governos dos sujeitos. Segundo Rose:

Indivíduos contemporâneos são incitados a viver como se fossem projetos: eles devem trabalhar seu mundo emocional, seus arranjos domésticos e conjugais, suas relações com o emprego e suas técnicas de prazer sexual; devem desenvolver um “estilo” de vida que maximizará o valor de suas existências para eles mesmos (ROSE, 2011, p. 218).

O que estava em destaque nas narrativas midiáticas sobre o cuidado com a aparência era o intenso jogo de produção de estratégias válidas no controle das formas corporais, com o estabelecimento de uma rotina de atividades físicas e esportivas, a adesão a uma dieta alimentar equilibrada ou a definição de um procedimento cirúrgico estético esteja previsto como recurso para a conquista da boa forma.

O modelo de cuidado com a aparência promoveu uma racionalização do corpo através dos incentivos constantes realizados pelos mais diversos meios de comunicação, assim como pela indústria do músculo e da beleza, demonstrando a existência de uma ampla rede de produção e consumo de bens e serviços destinados à boa forma. Desse modo, surgiu na década de 1990, aquilo que foi classificado como *fitness*, uma expressão que denomina não apenas o estado das silhuetas, assim como também fala sobre a adesão aos estilos de vida saudáveis. O *fitness* refere-se, sobretudo, à construção do corpo a partir dos paradigmas da boa forma física, apresentando uma cartela de práticas e atividades que conjugam as dimensões do investimento econômico, afetivo, moral e psicológico.

Silvana Vilodre Goellner (2008) conceitua o *fitness* como uma expressão da cultura do corpo contemporâneo, afirmando a existência de uma cultura *fitness* na atualidade. A autora define esse fenômeno da seguinte maneira:

Por cultura fitness denomino um conjunto de dispositivos que opera em torno da construção de uma representação do corpo que conjuga como sinônimos, saúde e beleza, associando-as a termos representados como plenos de positivities, entre eles, bem-estar, “qualidade de vida” e “vida saudável” (GOELLNER, 2008, p. 247).

A formação da cultura *fitness* está baseada na construção do corpo como um projeto a ser executado pelo indivíduo, incidindo sobre as formas físicas um planejamento a partir de referências positivas e de sucesso na adoção da programática de conquista da boa forma física. Assim, pede-se da pessoa um desejo incessante de conquista do modelo corporal exaltado nas imagens das mídias e de outros meios de produção e circulação de sentido. Contudo, as representações que persistem na imprensa, publicidade e outras manifestações dos meios de comunicação reiteram o valor da boa forma como um sinônimo de autonomia, de sucesso, de fama e prestígio social.

A forma de circulação dos valores corporificados pela boa forma física está no amplo apelo midiático a personagens da cultura que mobilizam não apenas a admiração do grande público, como também o desejo de reprodução das tarefas e atividades de cuidado com a aparência desses sujeitos, implicando numa imitação prestigiosa dos projetos das celebridades, colocando em ação daquilo que é difundido pelas imagens e narrativas midiáticas. Desse modo, percebemos que os dispositivos midiáticos compõem os dispositivos da cultura *fitness*, impulsionando a aderência social a rotinas de atividades centradas no controle das formas corporais, destacando com ênfase quais são as práticas recomendadas e possíveis de executar, assim como aquelas que devem ser evitadas no processo de construção de aquisição da sonhada boa forma.

A potência do *fitness* encontra nas mídias o espaço de produção de sentido pautado no caráter imperativo das histórias de vida e dos relatos do cotidiano de pessoas famosas no controle das formas corporais, convocando as pessoas a aderirem numa busca pelo modelo corporal exaltado nas produções midiáticas. Um exemplo significativo dessa amplitude dos controles corporais na busca pela boa forma física está na promoção “Conte sua história e vire notícia”, produzida pela revista *Boa Forma* em 1996.

O periódico convidou as suas leitoras para escreverem cartas contando sobre como mudaram de vida através da adoção de estilos de vida saudáveis, relatando os processos de transformação do corpo em nome da boa forma. Ao demonstrar as narrativas de pessoas comuns, como donas de casa, estudantes, trabalhadoras, a publicação demonstrava a eficiência dos conselhos, dicas e recomendações promovidas em suas páginas, construindo uma justificativa plausível para a insistência na fórmula massificadora de que a boa forma está disponível para quem quiser.

Celebrando o esforço das leitoras no processo de controle das silhuetas, a revista *Boa Forma* exclamou: “Elas conseguiram!”, demonstrando o sentido de vitória dos processos de disciplinamento do corpo diante da recusa à gordura, à flacidez e todos os efeitos negativos de uma vida sedentária. As vencedoras da promoção estamparam algumas páginas da publicação narrando sistematicamente como conseguiram o status da boa forma física, relatando quais técnicas, produtos e serviços foram consumidos durante a jornada de construção do corpo ideal.

Imagem 31 - Elas conseguiram!



Fonte: Boa Forma, nº 11, 1996, p. 84-85.

A exposição dos resultados adquiridos pelas leitoras de *Boa Forma* constitui um dos processos comunicacionais mais recorrentes nas publicações especializadas na cultura *fitness*, com a divulgação do êxito nas formas de condução do corpo retroalimentada pelos discursos da boa forma física, tornando plausível o apelo produzido pelas mídias. Ou seja, fabrica-se um processo de citação dos próprios mecanismos já divulgados pela revista, provocando uma autorreferência nos elementos narrativos adotados.

A promoção “conte sua história e vire notícia” mobilizava uma lógica de construção de personagens “reais” que contavam como os procedimentos, exortados pela revista *Boa Forma*, funcionavam, apontando para a eficácia dos conselhos, dicas e recomendações que povoavam as páginas do periódico. Além disso, a visibilidade do fenômeno de reprodução dos valores consagrados pelo periódico desenvolvia ainda uma reiteração das narrativas das celebridades e profissionais especializados no cuidado com a aparência. Consagrava-se assim um canal de circulação dos valores morais através do estímulo a práticas e atividades que dão certo, pois foram testadas e aprovadas por pessoas reais, cuja experiência tornou-se um indispensável para a construção das verdades discursivas em questão.

A revista *Boa Forma* nos apresenta dois mecanismos de formação de discursos de verdade através das narrativas de celebridades e da reprodução das técnicas de controle do corpo por pessoas anônimas, veiculando ambas as experiências como efeitos positivos no mundo

concreto. Dessa forma, constituía-se uma rede de sentidos atravessados pela experiência dos indivíduos associada às convocações biopolíticas produzidas pela revista, destacando o potencial de tais práticas e atividades na aquisição da boa forma, assim como na adoção de estilos de vida saudáveis, na manutenção da beleza, saúde e bem-estar.

As narrativas pessoais ganhavam força através dos relatos pormenorizados que tornavam aquele indivíduo apto a declarar e testemunhar os benefícios da cultura *fitness*. Mais do que contar uma história, esses relatos adquiriam o *status* de documentação da expertise elaborada pelo sujeito em meio às inúmeras propostas veiculadas pelas mídias. Assim, a ideia do corpo como um projeto que é governado e gerenciado pelo sujeito explica o sentido de matérias como a da promoção “conte sua história e vire notícia”. As vencedoras expunham como conseguiram conquistar a boa forma física, apresentando as escolhas realizadas, as rotinas estabelecidas e os resultados alcançados, apontando o caráter neoliberal de todo o processo de tornar-se *fitness*.

João Freire Filho (2011) destaca que o imaginário dos esportes e da vida empresarial desenvolveu uma relação entre esses âmbitos, alimentando os discursos de superação, autonomia e força solicitados de forma imperativa e difusa no modelo social neoliberal. Através do cruzamento entre a performance esportiva e as rotinas empresariais surge uma exaltação a uma linguagem e uma prática empreendedora baseada na alta performance. Isto é, busca-se apontar, de diferentes formas, como o indivíduo contemporâneo pode aprimorar-se, desenvolvendo competências e adquirindo a visibilidade e o sucesso almejados.

Os mantras do neoliberalismo apontam para a busca por alto desempenho em diferentes esferas da vida social, colocando não apenas o trabalho como ponto principal, mas também as relações amorosas e afetivas, assim como a imagem socialmente construída da pessoa. Ser uma vencedora da guerra contra os quilinhos a mais, como as mulheres que conseguiram visibilidade nas páginas da *Boa Forma*, tornou-se um importante adjetivo social, cuja base neoliberal indica que a persistência e o planejamento são fundamentais para alcançar a autorrealização.

Como explica João Freire Filho (2011), o vocabulário neoliberal ensina os indivíduos a cultivar uma experiência de acumulação, destacando que as próprias ações humanas passam a ser condicionadas pela busca incessante de aperfeiçoamento. Assim, como relata o autor, consagra-se a ideia de que:

Com mais dedicação e planejamento acurado, é sempre possível aprimorar o próprio rendimento: ser mais *rápido*, mais *otimista*, mais *resiliente*, mais *obsessivo* (qualificativo crescentemente empregado, em tom aprobativo, com

a conotação de persistência absoluta, inabalável) (FREIRE FILHO, 2011, p. 38).

Os estímulos midiáticos produzem nesse cenário, processos de subjetivação pautados na lógica neoliberal empreendedora, consagrando o entendimento de que os indivíduos são amplamente convocados a agir de modo compatível com os roteiros e receitas propagadas em revistas e jornais, colocando os valores da superação, autonomia e sucesso como parte de diferentes situações da vida cotidiana. Por isso, quando a *Boa Forma* apresenta as vencedoras da promoção surge ainda o entendimento de que elas conquistaram não apenas uma concorrência entre leitoras da revista, mas a concorrência em outros âmbitos da vida em sociedade.

Os enunciados veiculados pela *Boa Forma* sobre as vencedoras da promoção evidenciavam o poder das narrativas de superação como exemplos a seguir por outras pessoas. Convocando outras leitoras a conhecerem a jornada da conquista da boa forma física, a revista apresentava as seguintes frases em destaque:

1. **“Emagreci só com a minha força de vontade”** – Luciana Guimarães, 22 anos, supervisora administrativa, Campinas, SP.
2. **“Perdi tanto peso que comprava roupas na ala infantil”** – Adriana Dagfal, 20 anos, estudante, Niterói, RJ.
3. **“Ninguém acredita que fiz dieta sem perder o bom humor”** – Pérola Simpson, 26 anos, vendedora, Juiz de Fora, MG.
4. **“Às vezes eu queria desistir e entrar na primeira lanchonete”** – Paula Aparecida Arcuri, 32 anos, professora de Educação Física, São Paulo, SP.
5. **“Entre comer um doce e continuar bonita, fico com a segunda opção”** – Roseli Souza Matos, 20 anos, dona de casa, Embu das Artes, SP.

A publicação das frases das mulheres que conseguiram lutar contra o peso elevado expôs que as dinâmicas de aquisição da boa forma física não são fáceis, mas estão num plano tangível para todas as pessoas. Afinal, os ingredientes necessários para a conquista das silhuetas enxutas estão presentes nas narrativas de superação que essas pessoas acionam, direcionando a percepção do público-leitor para a necessidade de força de vontade, empenho, garra, poder de decisão, autonomia e fé. As formas de governar a si mesmo aparecem nas histórias de vida dessas personagens escolhidas pela *Boa Forma* como pessoas que estão vencendo os processos de controle do corpo, invocando um convite explícito para que outros personagens façam o mesmo em suas vidas. Assim, constrói-se uma ampla e variada história da luta contra o próprio corpo e seus desvios.

A dinâmica presente nas publicações especializadas na cultura *fitness*, como é o caso da revista *Boa Forma*, coloca sob relevo o modelo de indivíduo gestado nas últimas décadas do século XX e as apropriações realizadas em nome de uma moral das formas corporais. Sem sombra de dúvidas, o que identificamos na abordagem desse tipo de mídia é a intensa convocação para o governo de si mesmo, colocando nas mãos desses personagens o papel de responsabilidade individual na busca pela almejada boa forma.

É sintomática a compreensão de que o processo de racionalização das práticas corporais implicou num modelo de indivíduo que gerencia os fatores que podem ou não implicar na imagem de si. O cálculo do risco, assim como a imputação de falha daqueles que não aderiram aos imperativos da boa forma, produziu não apenas uma nova norma corporal, como também forjou os novos anormais. A força dessa norma produziu as narrativas de superação amplamente divulgadas pela imprensa, enquanto desenvolveu também as fórmulas do fracasso social.

Desse modo, foi iniciado um remanejamento dos valores das normas corporais, baseando-se desde então no julgamento moral das formas, volumes e pesos. Em relação a isso, Joel Birman (2010, p. 40) salienta que “passaram a ser considerados anormais todos os indivíduos que se afastam e se desviam dos novos padrões de saúde e o bem-estar definidos pela agenda da qualidade de vida”. O corpo sedentário, gordo ou obeso, flácido e velho passou a figurar como o antônimo do corpo em boa forma, ativo, magro ou musculoso, rígido e jovem.

Vencedores e fracassados tornaram-se personagens de uma história dos modos de governar os corpos, quando a adoção das práticas de controle das silhuetas por determinados indivíduos impulsionou uma imagem cultuada no meio social brasileiro, contrastando com a repugnância, o escárnio e a desvalorização daqueles que não agiram em nome dos imperativos da boa forma. De modo pormenorizado, as narrativas midiáticas representavam os indivíduos a partir das prescrições e convocações biopolíticas, solicitando dessas pessoas uma adesão irrestrita às atividades propostas, informando modos de comer, vestir, malhar e reparar todas as possíveis falhas do comportamento. Pedia-se, de modo imperativo, que a sociedade mobilizasse o arsenal de atividades, produtos, bens e serviços dedicados ao corpo, pois era o próprio corpo o elemento primordial do êxito das formas de poder na virada do milênio.

As diligências e perseguições realizadas em nome da boa forma transformaram o corpo da sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX, alavancando a ampla cartela de receitas e prescrições veiculadas pelas mídias, através dos discursos médicos, terapêuticos e de especialistas (educadores físicos e atletas) que se ramificaram em diferentes níveis sociais e consagraram estilos de vida baseados no governo totalitário do corpo.

Isso nos leva a compreender a mídia como um diagrama do poder contemporâneo, por meio de sua atuação pedagógica que viabilizou uma busca pelo corpo idealizado, definindo também o caráter mutável e reflexivo das práticas e atividades corporais veiculadas em jornais e revistas. Essa lógica possibilitou a emergência de um modelo de sujeito administrador dos comportamentos e condutas alimentares, físicas e morais, destacando quais tinham o valor positivo e quais eram negativas. Assim, década a década foi surgindo um modelo imperativo de cuidado com a aparência, declarando uma verdadeira guerra aos desvios da nova norma corporal estabelecida no meio social brasileiro através da exaltação da boa forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história esboçada nesta pesquisa produz uma análise do discurso e das representações sobre o corpo em boa forma na cultura midiática brasileira do século XX, especialmente no período da década de 1930 aos anos 2000. As nuances, sutilezas, apropriações e usos dos sentidos sobre o corpo em boa forma trazem uma complexa discussão sobre as políticas corporais no âmbito comunicacional, destacando os modos como a imprensa, a publicidade e o entretenimento mobilizaram e instrumentalizaram valores morais sobre a corporeidade.

A avaliação do amplo material que constituiu o *corpus* analítico, por meio de vestígios e rastros deixados em imagens e textos, produziu uma narrativa das formas de produção e reiteração do modelo corporal em boa forma. Buscou-se, sobretudo, compreender quais eram as práticas, comportamentos e valores amplamente veiculados nas mídias, possibilitando a identificação de regimes de poder e saber que consagravam a mídia como instância simbólica e organizativa da vida em sociedade.

Particionamos a investigação em três eixos: 1) cirurgias plásticas, 2) dietas, 3) exercícios físicos e atividades esportivas com o intuito de apontarmos a íntima relação desses fenômenos com a construção de um modelo de corpo em boa forma, evidenciando aspectos e contextos políticos, econômicos, culturais e sociais que influenciaram no desenvolvimento de uma imagem corporal desejada e exaltada nas mídias.

A história da cirurgia plástica no Brasil é significativa do modo como a produção de um corpo em boa forma foi sendo estruturado por valores morais imperativos, acrescidos de uma perspectiva científica eugenista pujante nas décadas de 1930 e 1940. Os ideais de beleza comungados por médicos, intelectuais, artistas e jornalistas indicavam quais características corporais eram entendidas como ideais e saudáveis e quais precisavam ser modificadas, reparadas e extirpadas.

No afã de reproduzir uma imagem “civilizada” e moderna do país, a cirurgia plástica foi sendo utilizada como instrumento eugenista de perfectibilidade humana, desenhando o nariz, os olhos e as orelhas de parcelas da sociedade que pretendiam apagar os traços da miscigenação que formavam a cultura e a população brasileira. Assim, os periódicos dos anos 30 e 40 evidenciavam as técnicas cirúrgicas de modificação corporal como fórmulas de produção da beleza branca e eugênica, buscando eliminar os aspectos raciais “enfeidores” que assombravam as elites sociais, políticas e econômicas da nação.

Os conselhos de beleza divulgados pela imprensa eram vinculados a uma demanda eugenista de apagamento da mestiçagem brasileira, apresentando às mulheres um conjunto de

práticas embelezadoras com códigos morais disciplinares. A beleza era entendida como sinônimo de saúde e higiene, amparada por discursos e representações midiáticas que exaltavam o paradigma estético branco como norma social, ao passo que apontavam as características físicas negras como inadequadas e antiestéticas.

Identificamos que o modelo eugenista foi sendo incorporado nas cirurgias de caráter estético, evidenciando como as preocupações com a aparência eram acionadas através dos debates sobre as tensões raciais e o projeto de homogeneização da população. Assim, os discursos sobre beleza foram sendo instrumentalizados na imprensa em colunas, artigos, matérias e reportagens que contribuíam com a consolidação de uma imagem idealizada do corpo da mulher, convocando-a a adotar comportamentos, práticas e valores compatíveis com a eugenia.

O discurso do modelo de beleza eugênica foi sendo mascarado com o passar do tempo, ganhando outros contornos com o aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas estéticas. Seios, coxas, barrigas e bumbuns passaram a ser alvos das preocupações com a aparência a partir dos anos 1960, modificando a forma como as cirurgias plásticas percebiam e operacionalizavam o corpo feminino. Nesse contexto, fabricou-se uma imagem cada vez mais erótica do feminino, impulsionando a visibilidade que partes do corpo da mulher que até então não eram publicados na grande imprensa.

A publicidade, a moda e o entretenimento que constituíam a cultura de massa dos anos 1960 canalizaram as atenções para as fascinantes transformações possibilitadas pelas cirurgias plásticas, quando o rejuvenescimento passou a ganhar mais espaço entre as preocupações femininas. A imagem fotográfica, nesse período, passou a acompanhar as publicações da imprensa sobre cirurgias plásticas, atestando de modo incontestável “os milagres” feitos pelo bisturi de grandes nomes dessa especialidade médica, garantindo a repercussão internacional das técnicas desenvolvidas no Brasil.

Essas imagens de corpos modificados que ganhavam páginas e páginas em revistas e jornais da época, produziam um verdadeiro inventário da produção médica da beleza, definindo modelos corporais desejados por leitoras de diferentes gerações, idades, classes sociais e raças. Assim, nomes como o do cirurgião Ivo Pitanguy se destacaram pela consolidação de uma beleza plastificada, caracterizada pela modificação de diferentes partes do corpo, aliando conhecimentos das técnicas reparadoras e estéticas em um novo momento da história da cirurgia plástica no país.

A nossa análise identificou que o apelo em torno de um modelo corporal jovem, de pele lisa, sem rugas, manchas ou gorduras foi despontando nas representações da beleza com a

chegada dos anos 1970, criando uma verdadeira batalha contra tudo aquilo que materializasse a feiura e o desagravo na estética feminina brasileira. E os incentivos à cirurgia plástica existiam paralelamente ao desenvolvimento de novos procedimentos e técnicas médicas, advertindo as mulheres de que a beleza era algo disponível para todas.

A ampliação de um mercado de serviços e da indústria da beleza nas décadas de 1980 e 1990 consolidaram o Brasil como um dos paraísos das cirurgias plásticas estéticas, garantindo ao país a produção de uma imagem de beleza baseadas na adoção de práticas biopolíticas de intervenção no corpo. E as mídias possibilitaram a formação desse sistema simbólico que garantiu a escolha dos procedimentos médicos como um meio de garantia da aquisição da beleza e do corpo em boa forma.

O amplo atendimento das demandas de embelezamento, pelo mercado e indústria, foi sendo mediados por estratégias de sedução midiática em anúncios, relatos pessoais, entrevistas com especialistas e celebridades que definiam as cirurgias plásticas como fórmulas de construção do corpo e da identidade, garantindo visibilidade e reconhecimento social através do corpo.

Percebemos que o corpo se tornou um capital a ser investido, colocando nas mãos de cirurgiões plásticos a tarefa de perpetuação de paradigmas estéticos que atendiam aos interesses do mercado neoliberal. Assim, a imagem do corpo em boa forma foi sendo gerenciada como parte de um amplo fenômeno de cuidado com as aparências, caracterizando o culto ao corpo no Brasil como meio de acesso ao bem-estar, saúde e qualidade de vida, consagrados pelos estilos de vida saudáveis.

A popularização das cirurgias plásticas na década de 1990 garantiu a pulverização do paradigma da boa forma física. Nas mídias daquele período, mulheres jovens e adultas eram convocadas a reproduzir em seus corpos a imagem de personalidades do Cinema e da TV que exortavam os benefícios dos procedimentos cirúrgicos, definindo o corpo em boa forma como elemento essencial da manutenção da fama e do sucesso adquiridos.

A linguagem das formas de controle da aparência foi sendo articulada nas mídias, definindo o modelo de corpo em boa forma como um símbolo da felicidade disponível no mercado e oportunizado pela excelência das técnicas cirúrgicas brasileiras. Associada ao lugar de construção de si, a convocação produzida pelas mídias pregava um conceito de corpo como rascunho do indivíduo, colocando em relevo uma perspectiva que responsabilizava a pessoa pelo cuidado consigo mesmo.

Ao tornar o corpo um capital, a exploração das possibilidades de modificação fornecidas pelos aparatos médico-cirúrgicos foi se intensificando. Graças ao desenvolvimento das técnicas

estéticas, a cirurgia plástica passou a ser concebida como uma ferramenta de *design* e o corpo como um rascunho individual e moldável ao bel-prazer do cliente. Essa alteração de sentido, conseqüentemente, definiu um dos principais *insights* desta tese, visto que a história das cirurgias plásticas passou de uma técnica eugênica de busca pela perfectibilidade coletiva para o processo individualizado de transformação da aparência.

Apesar dos apelos midiáticos sobre as cirurgias serem fundamentais para a consolidação de uma imagem do corpo em boa forma, outras técnicas e práticas também se configuraram como essenciais para o desenvolvimento desse fenômeno nas mídias brasileiras. As dietas, temática abordada em nosso terceiro capítulo, também constituíram o complexo fenômeno das convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais.

Encontramos uma enxurrada de publicações midiáticas centradas na tarefa de controle dos hábitos alimentares, indicando quais condutas eram socialmente aprovadas e quais prazeres deveriam ser regulados à mesa. Diante disso, a existência de uma verdadeira cultura das dietas foi sendo percebida nos aconselhamentos de revistas e jornais dos anos 1960, quando a magreza passou a triunfar como objetivo de beleza feminina.

A recusa ao modelo corporal robusto a partir dos anos 1960 foi sendo pautada nas mídias brasileiras por meio da incitação ao emagrecimento como sinônimo de cuidado com a saúde. Dessa forma, prescreviam-se as dietas como mecanismos ideais de modelação do corpo intervindo nas silhuetas e pesos de homens e mulheres. A fórmula da contagem de calorias passou a dominar os discursos sobre a alimentação, consolidando uma percepção das refeições a partir do paradigma calórico, na qual o processo de emagrecimento era incentivado por meio de restrições e de estratégias de combate à gordura corporal.

O processo de racionalização da alimentação ganhou repercussão na imprensa e outras mídias, destacando os modos mais adequados para a manutenção das linhas corporais magras. Esse fator contribuiu ainda para a formação das representações da magreza como sinônimo da boa forma física, conjugando as dietas e atividades físicas como práticas recomendadas para a aquisição do modelo corporal em boa forma.

O processo de ressignificação da magreza aboliu a imagem dessa condição anteriormente atrelada à pobreza e fabricou novas imagens associadas ao domínio de uma boa alimentação. Isso possibilitou o desenvolvimento de um conjunto de discursos positivos sobre o corpo magro, incidindo na intensificação dos controles alimentares por parte das mulheres.

O corpo feminino foi sendo moldado a partir da consagração da magreza como status de beleza e boa aparência, delimitando fórmulas e recomendações necessárias para a manutenção da boa forma. Estudos científicos dos mais diversos povoaram as páginas de

revistas e jornais, exemplificando quais eram as etapas cruciais para a aquisição do desejado modelo corporal magro. Assim, especialistas de diferentes campos do conhecimento reiteraram práticas de controle dos hábitos alimentares como essenciais para aquisição da beleza.

Identificamos que a partir da década de 1970 as dietas se proliferaram em diferentes produções midiáticas, tornando a prática uma moda entre homens e mulheres daquele período. Contudo, essa nova tendência consagrou-se como uma cultura do controle dos hábitos alimentares, desenvolvendo modelos de dietas específicos para cada público, tornando comum a presença de prescrições e recomendações alimentares na mídia.

A explosão de diferentes modalidades de dietas nos meios de comunicação do Brasil possuía correlações com a exaltação dos modelos corporais magros, tornando compulsória a regulação alimentar entre celebridades e personalidades midiáticas, pessoas responsáveis por propagar dicas e conselhos sobre saúde e beleza nos mais variados modelos de dieta disponíveis no mercado. Assim, popularizou-se o discurso da cultura das dietas por meio de anúncios publicitários, entrevistas com famosos, notícias sobre descobertas científicas dos alimentos e reportagens sobre doenças causadas pela má-alimentação etc.

Com a chegada dos produtos *light* e *diet* nas prateleiras de supermercado e farmácias, as práticas alimentares da população brasileira foram alteradas, ao darem espaço aos alimentos industrializados que ofereciam a promessa do baixo teor de gordura e açúcar, assim como indicavam ser leves, finos, secos, em referência à sonhada magreza da boa forma física. Ligando a dieta aos estilos de vida saudáveis, as mídias propagaram os valores morais de uma conduta rígida com a alimentação, veiculando incessantemente os benefícios e os malefícios dos ingredientes que estavam na mesa da população brasileira.

A cultura das dietas exercia uma pressão sobre o corpo feminino, afirmando constantemente quais eram os contornos e pesos que configuravam a beleza da mulher e garantiam saúde, bem-estar e qualidade de vida. Invariavelmente, existia uma intensa prescrição das condutas alimentares que apelavam à imagem idealizada do corpo magro na cultura brasileira, convidando os indivíduos e dominarem não apenas a alimentação, mas a aparência delgada e saudável também.

O processo de convocação da cultura das dietas nas mídias brasileiras influenciava o modo como determinados alimentos eram percebidos pelos consumidores, definindo aquilo que deveria ser combatido e o que possibilitaria a manutenção das silhuetas e pesos. Assim, consagrou-se o fenômeno de ojeriza da gordura corporal, reafirmando que o controle alimentar era o principal mecanismo de disciplinamento da imagem corporal, influenciando na construção de representações com apologia à magreza e uma recusa a robustez física.

A análise de reportagens e notícias sobre obesidade nas décadas de 1970 e 1980 consolidaram um inventário discursivo e representativo da patologização da gordura corporal no Brasil, indicando uma responsabilização dos indivíduos gordos e obesos na falta de controle sobre a alimentação. Representados como doentes, gordos e obesos eram comumente confundidos nos textos jornalísticos, definindo que a fronteira entre as concepções de corpo saudável e doente era demarcada pela presença da gordura corporal.

As acusações que giravam em torno das figuras do gordo e do obeso eram direcionadas à inaptidão do controle alimentar e à falta de vontade de modificação do corpo, tornando possível o processo de responsabilização desses indivíduos na mídia. A imprensa dos anos 1980 alertava para o aumento de doenças cardiovasculares e diabetes como reflexos de má condução dos hábitos corporais, incidindo na produção de um pavor da gordura na mídia.

O risco de morte e as problemáticas que envolviam as comorbidades somadas à obesidade, tornavam o discurso midiático sobre a importância das dietas necessário. Recomendava-se a dieta como fórmula preventiva dos efeitos nefastos da gordura corporal. Além disso, construía-se um discurso patológico que colocava nas mãos da medicina a tarefa de correção dos desvios causados pelo excesso de peso. Apresentadas como desleixadas, inaptas e incapazes, pessoas obesas e gordas eram objeto de repulsa e estigmatização, demonstrando a existência de uma hierarquia social baseada na condição corporal.

As cirurgias bariátricas e os programas de emagrecimento fornecidos por clínicas estéticas e *spas* eram recomendadas amplamente nos discursos da imprensa dos anos 1990. A mídia investia na produção da necessidade de mudança dos corpos obesos, veiculando casos extremos de obesidade mórbida e narrativas de superação dos problemas causados pela condição corporal obesa. Assim, consagravam-se fórmulas apresentadas como eficientes na cura da obesidade e no incentivo à adoção de dietas, convocando as pessoas a tornarem-se mais ativas no processo de construção de uma imagem corporal socialmente aceitável.

O pavor da gordura propagado nas mídias entre as décadas de 1970 e 1990 gerou muitas angústias com a aparência física, viabilizando o surgimento de uma preocupação intensiva com o peso e a forma corporal. Esse fenômeno influenciou no surgimento de casos de síndromes alimentares como bulimia e anorexia nervosa. E a ostensiva prática de incentivo ao emagrecimento deu vazão a casos de estigmatização das pessoas gordas e obesas, gerando situações extremas de controle dos hábitos alimentares.

O aparecimento de casos de anorexia entre mulheres famosas do entretenimento mundial colocou sob atenção o modo como a magreza foi sendo exaltada na cultura midiática ocidental, gerando debates sobre como a imagem dos corpos em boa forma exerciam uma

pressão sobre o corpo feminino e a imagem da mulher na sociedade. Manequins, cantoras, atrizes e personalidades midiáticas tornaram-se alvo de uma persecução sobre seus modos alimentares, divulgando receitas de emagrecimento e revelando casos de abusos na busca pelo corpo em boa forma, chamando atenção ainda para o agravamento de casos que levaram à morte inúmeras mulheres ao redor do mundo.

A pesquisa percebeu como o cenário das convocações biopolíticas exercidas pelos dispositivos comunicacionais abarcava os níveis de promoção da cultura das dietas e, ao mesmo tempo, o alerta em relação às práticas extremas de controle alimentar, influenciando majoritariamente as mulheres e suas condições corporais. Logo, o fenômeno dos distúrbios alimentares alertava para as consequências relacionadas à dimensão de gênero, na qual o feminino era convocado ostensivamente a produzir uma magreza socialmente desejável.

Identificamos a existência de ambivalências no discurso da magreza, elaborados pelas mídias brasileiras, considerando uma ampla produção de imagens e representações que culpabilizavam as reações extremas aos apelos projetados na publicidade, imprensa e entretenimento, ao passo que reiteravam em diferentes contextos a importância do domínio das silhuetas e controle dos pesos para a saúde e o bem-estar.

Em nome do cuidado com a saúde, os discursos da cultura das dietas na mídia brasileira desenvolveram um amplo aparato de convencimento que tornava imperativa a forma como a regulação dos hábitos alimentares era apresentada, consolidando o ideal de magreza como uma obsessão das mulheres. Ser magra foi compreendido por décadas como sinônimo de possuir uma boa forma física, com influência de uma vasta produção de imagens de corpos enxutos e delgados.

A cultura das dietas promovida pelas convocações biopolíticas da mídia contribuiu na formação de um modelo de indivíduo que gerenciava o corpo por meio da adoção de dietas e outras técnicas de controle alimentar, desencadeando uma percepção do corpo como ente moldável a partir dos investimentos realizados sob pretexto de cuidado com a aparência. Assim, uma dimensão gerenciadora do corpo surgiu com a cultura das dietas.

A preocupação com o corpo se espalhou pela cultura brasileira, viabilizando representações midiáticas diversas sobre o assunto. Para além das práticas médico-cirúrgicas e da regulação alimentar através das dietas, identificamos que o apelo em relação às atividades físicas e esportivas, incentivadas no cotidiano brasileiro da década de 1970, também atuou na formação da ideia de boa forma física.

Entendia-se que a movimentação do corpo era um ato solidário com o desenvolvimento da nação, acarretando numa concepção de que uma população ativa e saudável era sinônimo de

uma sociedade avançada e moderna. Assim, através de programas governamentais de apoio ao esporte coletivo e de rua, foram construídos argumentos científicos, políticos e sociais sobre a importância dessas atividades para a nação brasileira.

O perfil do cidadão ativo e consciente da importância do cuidado com o corpo e a saúde foi sendo pautado por educadores físicos, atletas, gestores públicos, celebridades e jornalistas, indicando os benefícios de uma vida saudável e com bem-estar. Esses agentes prescreviam em revistas e jornais um modelo pedagógico de atenção com a corporeidade, destacando quais as técnicas, fórmulas e estratégias eram apropriadas para um estilo de vida ativo.

Percebemos que nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, houve um processo de massificação dos discursos da promoção da saúde, destacado pelos intensos apelos midiáticos que convocavam a população a mexer o corpo em campos de futebol, quadras poliesportivas, clubes esportivos, escolas, praças, praias e outros espaços públicos. A mídia passou a incentivar a circulação do corpo em atividade, instigando a adoção de práticas de cuidado com a aparência entre crianças, jovens, adultos e idosos.

O caráter imperativo dos discursos midiáticos apresentava o dever de cada pessoa na preservação das suas capacidades físicas, responsabilizando os indivíduos por suas escolhas e definindo quais eram as opções mais adequadas para alcançar resultados positivos no domínio das formas corporais. As diferentes propostas eram lançadas em publicidades, informativos, campanhas institucionais e pelo mercado, consolidando um amplo receituário de práticas esportivas e atividades físicas que mobilizavam multidões.

A tônica do movimento dos corpos, alardeada nas mídias brasileiras dos anos 70 e 80, estava atrelada ao amplo discurso da promoção da saúde e do combate ao sedentarismo, informando amplamente quais eram os benefícios adquiridos através dos exercícios físicos e quais eram os riscos para quem não aderiu às propostas e convocações dos estilos de vida saudável. Como efeito das convocações intermitentes realizadas pela imprensa brasileira, consagrou-se a compreensão de que o sedentarismo era uma escolha baseada na falta de compromisso consigo mesmo, colocando sob relevo a interpretação de que o cuidado com o corpo e a saúde eram de responsabilidade do indivíduo.

Ao definir a figura do corpo sedentário como adepto de práticas de risco à saúde, o combate às doenças crônicas e adquiridas perpassavam a culpabilização do indivíduo através da identificação de comportamentos apontados como inadequados ou inseguros. Desse jeito, o discurso da prevenção acionava representações negativas sobre a conduta individual e coletiva.

A mídia brasileira provocava um processo de gerenciamento dos riscos em suas publicações, alertando para os possíveis desdobramentos que o sedentarismo e o

comportamento de risco acarretariam, ao passo que exaltavam as práticas esportivas e exercícios físicos como fórmulas de incentivo aos estilos de vida saudável. Assim, jornais e revistas convidavam o público-leitor a adotarem para si uma rotina de atividades baseados no discurso da promoção da saúde, batalhando contra toda prática socialmente entendida como danosa ao corpo.

A avalanche de prescrições realizadas pela mídia influenciou na visibilidade adquirida pelos esportes e exercícios físicos nas dinâmicas sociais brasileiras, reforçando uma idealização corporal através da reiteração dos aspectos positivos de uma vida com saúde e boa forma. Assim, as antigas enunciações sobre beleza e cuidado com a aparência ganharam características científicas de melhoramento da qualidade de vida. A prática de construção do corpo, por meio de técnicas cirúrgicas e dietas alimentares, passou a ser reiterada com o apelo massivo em torno da prática esportiva como mecanismo de produção do corpo saudável.

Identificamos que, com a chegada das academias de musculação no Brasil da década de 1980, um intenso investimento na imagem do corpo musculoso como sinônimo de boa forma física foi sendo delineado nas imagens da mídia. A hipertrofia dos corpos passou por incentivos de todas as ordens na produção midiática nacional, destacando as vantagens do perfil empreendedor e atlético daqueles que mobilizavam as insígnias da cultura do músculo que se estabelecia em solo brasileiro.

O modelo de beleza empresarial se ramificou nos discursos da imprensa, advogando por indivíduos que tomassem para si a tarefa de construção dos corpos em boa forma. Por meio do consumo de produtos e objetos de uma indústria da beleza já estabelecida no país, os praticantes da musculação ampliavam a visibilidade do corpo nas academias, praias e outros espaços públicos, desenvolvendo um processo de idolatria em torno das silhuetas em forma. Consagrou-se uma estetização da saúde.

A disciplina corporal exaltada pela musculação era divulgada por enunciações que atrelavam essa prática à aquisição de visibilidade, reconhecimento social, sucesso e felicidade. Isto é, dizia-se que o corpo disciplinado dos praticantes de musculação era o instrumento necessário para a ascensão social no final do século XX. A publicidade, imprensa e entretenimento garantiam a construção de um universo simbólico jovem, atraente, sedutor e belo. Assim, o modelo de beleza esportiva e os estilos de vida saudáveis ganhavam espaço e se consolidaram na década de 1990, possibilitando uma irradiação do modelo corporal atlético e musculoso como símbolos do cuidado com a saúde.

As transformações da boa forma física no decorrer da segunda metade do século XX demonstram a existência de uma lógica de domínio das aparências associada aos discursos da

promoção da saúde e do bem-estar. Percebemos a existência de um modelo de governo dos corpos no discurso midiático brasileiro, especialmente entre a década de 1930 e os anos 2000, quando um conjunto de discursos e representações sobre os modos de cuidado com a aparência ganharam fôlego na produção cultural do país.

A partir de recomendações, dicas e aconselhamentos, jornais e revistas de diferentes períodos foram responsáveis por gerenciar a produção de sentido sobre as práticas corporais da população brasileira, indicando os benefícios das cirurgias plásticas, dietas, exercícios físicos e atividades esportivas, descrevendo o passo a passo para a aquisição de um modelo corporal em boa forma. Assim, destacava-se de modo imperativo quais eram as fórmulas, métodos e estratégias que deveriam ser adotadas no cuidado consigo mesmo.

Esta pesquisa identificou que a história do corpo em boa forma pode ser traduzida como a narrativa midiática do cuidado com o corpo e a saúde, posicionando as mídias como responsáveis pela produção de sentido sobre a corporeidade e as práticas de intervenção na aparência. Nesse sentido, destacamos a fórmula das convocações biopolíticas e o modo imperativo de construção da boa forma física por compreendermos a condição encarnada como instância diretamente afetada por poderes e saberes que produzem e gerenciam as dinâmicas da vida em sociedade.

Apesar de construirmos uma história do corpo em boa forma a partir de suas correlações com os fenômenos das cirurgias plásticas, dietas e exercícios físicos e atividades esportivas, acreditamos que outras narrativas sobre isso podem ser desenvolvidas, principalmente no que diz respeito às estratégias sociais criadas para confrontar tal modelo imperativo de corporeidade. Assim, indicamos a importância de pesquisas futuras que expliquem outros modos de produção do corpo em boa forma e as táticas políticas e sociais de contestação da disciplina e do governo dos corpos durante o século XX.

O “corpo em boa forma” permanece como uma das expressões mais pujantes das práticas midiáticas da atualidade, impulsionado pela intensificação da midiatização da sociedade, cujas plataformas digitais, redes sociais e tecnologias comunicacionais cultuam a boa forma física dos indivíduos, promovendo imagens em alta definição de corpos magros, sarados e musculosos, constituindo essas figuras como representantes da norma social contemporânea. Esse processo de exaltação do governo sobre as formas corporais, se consagrou com os avanços tecnocientíficos realizados na virada do milênio, demonstrando que as narrativas apresentadas nesta pesquisa fazem parte de um enredo histórico e midiatizado dos processos de formação do imperativo da boa forma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, G. Ame-o ou Ame-o: A Música Popular e as Ditaduras Brasileiras. **R. Mest. Hist.**, Vassouras, v. 13, n. 2, p. 55-82, jul./dez., 2011.
- ANDRADE, A.; BOSI, M. L. M. Mídia e subjetividade: impacto no comportamento alimentar feminino. **Revista de Nutrição**, v. 16, p. 117-125, 2003.
- ANDRADE, J. M. F. de. Para uma história da fotografia médica, no Brasil. **Brasiliiana Fotográfica**, 23 out. 2016. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=fotografia-medica>. Acesso em: 13 out. 2021.
- ANJOS, L. A. dos. **Obesidade e saúde pública**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
- ANTÔNIO, A. T. de. **Corpo e Estética**: um estudo antropológico da cirurgia plástica. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: 2008.
- ASCHER, N. Barriga, pra que te quero? **Ilustrada, Folha de São Paulo**, 06 set. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0609200416.htm>. Acesso em: 10 set. 2021.
- BAGRICHEVISKY, M.; ESTEVÃO, A. Os sentidos da saúde e a Educação Física: apontamentos preliminares. **Arquivos em movimento**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./jun., 2005.
- BAGRICHEVISKY, M. et al. Sedentário ‘sem vergonha’, saudável ‘responsável’? Problematizando a difusão do ‘estilo de vida ativo’ no campo sanitário. *In*: BAGRICHEVISKY, M; ESTEVÃO, A.; PALMA, A. (orgs.). **A saúde em debate na educação física – Volume 3**. Ilhéus: Editus, 2007.
- BARBOSA, M. C. **Comunicação e método**: cenários e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Maud X, 2020.
- _____. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, 2003.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BERCITO, S. de D. R. Corpos-máquinas: trabalhadores na produção industrial em São Paulo (décadas de 1930 e 1940). *In*: PRIORI, M. Del; AMANTINO, M. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 3, set./dez. 2000.

BIRCHAL, S. de O. A Indústria Alimentícia no Brasil nos Anos 90: Abertura Econômica e Evolução da Estrutura Industrial. **Terceras Jornadas de Historia Económica**, Montevideo, 9 al, 11 jul. 2003.

BIRMAN, J. Muitas Felicidades? O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. *In*: FREIRE FILHO, J. (org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BORDO, S. El feminismo, la cultura y el cuerpo. **La Ventana**, n. 14, 2001, p. 50.

BORGES FERRAZ, S.; BARCELLOS SERRALTA, F. O impacto da cirurgia plástica na auto-estima. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 3, dez. 2007.

BOSCATTI, A. P. G. **A bunda e a “natureza” nacional: a fabricação sexopolítica da brasilidade nos anos 70 e 80**. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BRAGA, J. L. **Uma conversa sobre dispositivos** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm. Acesso: em 10 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. **Portaria nº 344 de 12 de maio de 1988**. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html. Acesso: em 10 nov. 2021.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CASTRO, A. L. Corpos ciborgues, identidade e cirurgia plástica como consumo cultural. *In*: CASTRO, A. L. (org.). **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

CASTRO, I. R. R. de. **Vigilância alimentar e nutricional: limitações e interfaces com a rede de saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

CHAVES, L. O. et al. **Memorial Ivo Hélcio Jardim de Campos Pitanguy (1923-2016)**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, 2016.

CLAUDINO, A. de M.; BORGES, M. B. F. Critérios diagnósticos para os transtornos alimentares: conceitos em evolução. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, p. 7-12, v. 24, 2002.

COSTA, J. F. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

COURTINE, J. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. *In*: CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. (orgs.). **História do corpo v. 3: as mutações do olhar: O século XX**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Os stakhanovistas do narcisismo: body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. *In*: SANT'ANNA, D. B. (org.). **Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo, Estação Liberdade, 2005.

CRARY, J. **Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

DALLARI, M. M. **Corrida de rua: um fenômeno sociocultural contemporâneo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2009.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DWECK, R. H. **A beleza como variável econômica: Reflexo nos mercados de trabalho e de bens e serviços**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *In*: ROSSINI, E. R. Estado de São Paulo - A intensidade das migrações e o êxodo rural urbano. **Revista Ciência e Cultura**, n. 7, jul. 1977.

DEL PRIORE, M. **Histórias da gente brasileira, volume 4: República – Testemunhos (1951-2000)**. São Paulo: LeYa, 2019.

DIMANBRO, N. **Mulheres no Brasil dos Anos 1970: Militância, Mídia e Padrão de Beleza**. *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. 2, jan./jun. 2019.

DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas/SP: Papyrus, 1993.

EDMONDS, A. No universo da beleza: Notas de campo sobre cirurgia plástica no Rio de Janeiro. *In*: GOLDENBERG, M. et. al. **Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

EHRENBERG, A. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

ELIAS, N. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FAGGION, A. L. B. O imperativo categórico como realização da necessidade lógica da razão. **Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 15 n. 17, p. 43-53, jul./dez. 2003.

FERREIRA, F. R. **Os sentidos do corpo**: Cirurgias estéticas, discurso médico e saúde pública. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE FILHO, J. Sonhos de grandeza: o gerenciamento da vida em busca da alta performance. *In*: FREIRE FILHO, J.; COELHO, Maria. das G. P. (orgs.). **A promoção do capital humano**: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FISCHLER, C. Obeso benigno, obeso maligno. *In*: SANT'ANNA, D. B. (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

FLORES, M. B. R. A política da beleza: nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasileira. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 1, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2013.

_____. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013a.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. A sociedade disciplinar em crise. *In*: _____. **Ditos e Escritos, volume IV**: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2013b.

_____. **Nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013c.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FONDA, J. Jane Fonda diz que levou 25 anos para superar bulimia. **BBC Brasil para Folha de São Paulo**. 21 jan. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u2648.shtml>. Acessado em 16 set. 2021.

FONTENELLE, I. A. **Cultura do consumo**: fundamentos e formas contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

FOXCOFT, L. **A tirania das dietas**: dois mil anos de luta contra o peso. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GOELLNER, S. V. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. A cultura fitness e a estética do comedimento: as mulheres, seus corpos e aparências. STEVENS, C. M. T.; SWAIN, T. N. (org.). **A construção dos corpos: perspectivas feministas.** Florianópolis: Mulheres, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GOLDENBERG, M. O corpo como capital: para compreender a cultura brasileira. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez., 2006.

GOLDENBERG, M; RAMOS, M. S. A civilização das formas. *In*: GOLDENBERG, M. et al. **Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

HALL, S. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, R. J.; LIMA FILHO; D. de O. Perfil do consumidor de produtos diet e light no Brasil. *In*: [Anais...] SIMPEP, 13, 06 a 08 nov. 2006, Bauru.

JARRIN, A. E. Os Novos Arquitetos da Miscigenação: o legado eugênico na cirurgia plástica brasileira. **Revista Magistro**, n. 1, v. 1, 2011.

JUSTO, A. M.; CAMARGO, B. V. Sobrepeso e obesidade na mídia impressa: uma análise retrospectiva na revista Veja. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, set./dez. 2017.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Lisboa: Edições 70, 2000.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade.** Campinas: Papyrus, 2003.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico: De Rousseau à internet.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LUPTON, D. Corpos, prazeres e práticas do eu. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2., p. 15-48. jul./dez., 2000.

MACHADO, F. V. K. **Seja jovem: os sentidos sobre a velhice em cinquenta anos de Veja (1968-2017).** Ouro Preto: Editora UFOP, 2020.

MARTIRE JUNIOR, L. História da cirurgia plástica. *In*: _____. **O alcance atual da cirurgia plástica.** São Paulo: Asturias, 2005, s/p. Disponível em: <https://www.sbhmhistoriadamedicina.com/historia-das-especialidades-medicas>. Acesso em: 08 out. 2021.

_____. História da cirurgia plástica no Brasil. *In: Cirurgia Plástica*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, 2005, s/p. Disponível em: <https://www.sbhmhistoriadamedicina.com/historia-das-especialidades-medicas>. Acesso em: 08 out. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDEIROS, P. Há 50 anos, polícia fez 'operação tapa-seios' para censurar imagens de Gal Costa e Danuza Leão em lanchonete na Lagoa. **Acervo O Globo**, 03 mar. 2020. Ditadura Militar. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/ha-50-anos-policia-fez-operacao-tapa-seios-para-censurar-imagens-de-gal-costa-e-danusa-leao-em-lanchonete-na-lagoa.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

MILLER, J. A. A máquina panóptica de Jeremy Bentham. *In: BENTHAM J. et al. (org.). O panóptico*. Organização de: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MILREU, P. G. de A. **Cosmetologia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MORAES, V. de. **Receita de Mulher**. Disponível em: <http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/receita-de-mulher>. Acesso em: 14 out. 2021.

MORAES, M. R. C. Autocuidado e gestão de si: a pedagogia da vida saudável nos semanários brasileiros. *In: SACRAMENTO, I.; SANCHES, J. C. (orgs.). Dispositivos de subjetivação: saúde, cultura e mídia*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2019.

MORAES, D. R. de; CASTIEL, L. D. O salutarismo de Robert Crawford e as atualizações do autoritarismo sanitário nosso de cada dia. **Reciis – Rev. Eletron. Comum. Inf. Inov. Saúde**, v. 13, n. 1, jan-mar. 2019.

MORIN, E. **As estrelas: mito e sedução no cinema**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

KATE Moss revela a história por trás da icônica campanha para o perfume Obsession, da Calvin Klein. **Vogue**, 29 mai. 2015. News. Disponível em: <https://vogue.globo.com/moda/moda-news/noticia/2015/05/kate-moss-revela-historia-por-tras-da-iconeca-campanha-para-o-perfume-obsession-da-calvin-klein.html>. Acesso em: 14 out. 2021.

MOSS, K. Declaração de Kate Moss sobre magreza causa polêmica no Reino Unido. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2009/11/654645-declaracao-de-kate-moss-sobre-magreza-causa-polemica-no-reino-unido.shtml?origin=folha>. Acesso em: 13 set. 2021.

NOVAES, J. V. de. **O intolerável peso da feiúra: sobre as mulheres e seus corpos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Garamond, 2013.

OLIVEIRA, E. A cultura da fealdade: "tecnologia e estética do racismo". **Artcultura**, [s. l.], v. 10, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1508>. Acesso em: 25 jan. 2022.

OLIVEIRA, N. A. S. de. **As páginas da beleza**: as representações sobre a beleza feminina na imprensa (1960-1980). Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. O campo da saúde coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 24, supl.1, p. 205-218, 2015.

ORTEGA, F. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PALMA, A.; ESTEVÃO, A.; BAGRICHEVISKY, M. Considerações teóricas acerca das questões relacionadas à promoção da saúde. *In*: PALMA, A.; ESTEVÃO, A.; BAGRICHEVISKY, M (orgs.). **A saúde em debate na educação física**. Blumenau (SC): Edibes, 2003.

PAZIN, N. P. de A. **Esportes para todos (EPT)**: a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

PICCININI, P. S.; GIRELLI, P.; DIAS, G. F.; CHEDID, G. B.; RAMOS, R. F. M.; UEBEL, C. O. *et al.* História da Cirurgia Plástica: Sir Harold Gillies, pioneiro da cirurgia plástica reconstrutiva. **Rev. Bras. Cir. Plást**, v. 32, n. 4, p. 608-615, 2017.

PINHEIRO, A. R. de O. et al. Uma abordagem epidemiológica da obesidade. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 17, n. 4, p. 523-533, out./dez., 2004.

PITANGUY, I. **Cartas a um jovem cirurgião**: perseverança, disciplina e alegria. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. **Direito à beleza**: revelações de um mestre da cirurgia plástica. Rio de Janeiro: Record, 1984.

PITANGUY, I. et. al. Mamoplastia redutora e mastopexia técnica Pitanguy 25 anos de experiência. **Rev. Bras. Cir.**, v. 74, n. 5, p. 265-288, 1984.

PITANGUY, I.; ALEXANDRINO, A.; ALMEIDA, C.B.C.; CALDEIRA, A.M.L. Perspectivas filosóficas e psicossociais do contorno corporal. **Rev. Bras. Cir.**, v. 75, n. 2, p. 109-114, 1985.

PELBART, P. P. O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

POPE, H. G. **O complexo de Adônis**: a obsessão masculina pelo corpo. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO, J. L. A. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2013.

BUTLER, J; PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas [online]**, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002. Acesso: 8 nov. 2021.

PRIORE, M. Del. **Histórias da gente brasileira, Volume 4: República - Testemunhos (1951-200)**. São Paulo: Leya, 2019.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, [S. l.], v. 24, p. 27-57, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600>. Acesso em: 27 out. 2021.

RAMOS, G. **Vidas secas**. São Paulo: Record, 2019.

REVISTA Realidade. ed. 00107, n. 2, 1975. p. 94-95.

ROCHA, M. H. S. **De 1960 a 2009: a evolução dos padrões corporais a partir das tendências da moda um estudo de Claudia e Nova**. (Monografia) – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

SABINO, C. **O peso da forma: cotidiano e uso de drogas por fisiculturistas**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

SACRAMENTO, I.; BORGES, W. **Representações midiáticas da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

SACRAMENTO, I.; SANCHES, J. C. Introdução. *In*: _____. (orgs.). **Dispositivos de subjetivação: saúde, cultura e mídia**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2019.

SANCHES, J. C. **Genealogia do grotesco: a modernidade como fábrica de corpos monstruosos**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016.

SANCHES, J. C. Capital humano e governamentalidade no culto ao corpo. *In*: CARDOSO FILHO, J.; ALMEIDA, G.; CAMPOS, D. (orgs.). **Políticas do sensível [livro eletrônico]: corpos e marcadores de diferença na Comunicação**. v. 1. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. (Olhares Transversais).

SANT'ANNA, D. B. de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. *In*: _____ (org.). **Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. **Gordos, magros e obesos: uma história do peso no Brasil.** São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

_____. **Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea.** São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SANTAELLA, L. **Corpo e comunicação.** São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, J. F. B. dos. Dia mundial da caminhada – Brasil. *In:* DA COSTA, L. (org.). **Atlas do esporte no Brasil.** Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERRA, G. M. A.; SANTOS, E. M. dos. Saúde e mídia na construção da obesidade e do corpo perfeito. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 8, n. 3, p. 691-701, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000300004>. Acesso: 23 dez. 2021.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. Em busca da felicidade lipoaspirada: agruras da imperfeição carnal sob a moral da boa forma. *In:* FREIRE FILHO, J. (org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. O pavor da carne: riscos da pureza e do sacrifício no corpo-imagem contemporâneo. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 25, dezembro 2004.

SILVA, J. R. **Doença, fotografia e representação: revistas médicas em São Paulo e Paris (1896-1925).** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2003.

SODRÉ, M. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

_____. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

SOLEY-BELTRAN, P. Cuerpos Ideales. Una aproximación interdisciplinaria al estudio de las modelos de moda. **Quaderns**, n. 26, 2010.

SONTAG, S. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das letras, 2004.

SOUSA, R. C. Uma higiene moral e do corpo: Educação Moral e Cívica e as atividades físicas, esportivas e de lazer durante a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2016.

STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In:* HOCHMAN, G.; ARMUS, D., (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online].** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. (História e Saúde collection).

TIBURTINO, G. Q. T. **Corra, mas não morra**: discursos sobre a corrida de rua coo prática de saúde na imprensa carioca (1970-1985). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2020.

TOVAR, V. **Meu corpo, minhas regras**. São Paulo: Primavera Editorial, 2018.

TURNER, B. S. **Corpo e sociedade**: Estudos em teoria social. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr., Campinas**, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul./ago., 2005.

VIEIRA, P. de O. **O lugar da mulher nas páginas de O Cruzeiro**: o caso de Elegância e Beleza e Da Mulher para a mulher na década de 1960. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.

VIGARELLO, G. **História da beleza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

_____. **As metamorfoses do gordo**: história da obesidade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

WANNMACHER, L. Obesidade como fator de risco para morbidade e mortalidade: evidências sobre o manejo com medidas não medicamentosas. **Boletim Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) no Brasil**, 2015, p. 2. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/dmdocuments/Fasciculo%207.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

WEBBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.